

Projeto migratório e espaço

Os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo

Dissertação de Mestrado

Iara Rolnik Xavier
Sob orientação do prof. Dr. Sylvain Souchaud

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Demografia
Universidade Estadual de Campinas
Junho de 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

X19p **Xavier, Iara Rolnik**
**Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região
Metropolitana de São Paulo / Iara Rolnik Xavier. - - Campinas,
SP : [s. n.], 2010.**

Orientador: Sylvain Souchaud.
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Migração internacional. 2. Mobilidade residencial.
3. Sociologia urbana – São Paulo (SP). 4. Imigração boliviana –
São Paulo, Região Metropolitana de (SP). 5. Bolívia – Migração.
I. Souchaud, Sylvain. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Migratory project and space: the Bolivian migrants in the São
Paulo Metropolitana Area**

Palavras chaves em inglês (keywords) :

**International migration
Residential mobility
Urban sociology – São Paulo (SP)
Bolivian immigrants – São Paulo,
Metropolitan Area (SP)
Bolivia - Migration**

Área de Concentração: Demografia, Distribuição espacial urbana, migração

Titulação: Mestre em Demografia

**Banca examinadora: Sylvain Souchaud, Vera da Silva Telles, Rosana
Baeninger**

Data da defesa: 28-06-2010

Programa de Pós-Graduação: Demografia

R-1

Iara Rolnik Xavier

Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Sylvain Souchaud.

Este exemplar corresponde à redação Final da Dissertação/Tese defendida e aprovada pela Comissão julgadora em

28 / 06 / 2010

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomas
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sylvain Souchaud (orientador)

Profª. Dra. Vera da Silva Telles

Profª. Dra. Rosana Baeninger

Suplentes:

Prof. Wilson Fusco

Prof. Marta Maria do Amaral Azevedo

Junho de 2010

Para Raquel

Agradecimentos

A construção deste trabalho é fruto da colaboração de muitos, aos quais faço questão de agradecer.

Em primeiro lugar, a Sylvain Souchaud, cuja rigorosa orientação foi muito além do acompanhamento da dissertação. Agradeço a amizade, os questionamentos difíceis e debates intermináveis, a enorme paciência e tudo que me apresentou e ensinou nesse anos de convivência, com tanta generosidade. Certamente, levarei esse aprendizado para meu trabalho como pesquisadora.

Ao CNPq e ao Institut de Recherche et Développement (IRD) pelo apoio financeiro concedido que me permitiu a dedicação à pesquisa.

Ao Núcleo de Estudos da População (NEPO/Unicamp), aos professores e colegas, agradeço por todas as oportunidades que me proporcionaram, pelas duas viagens de estudos que foram essenciais à pesquisa e, sobretudo, por terem me acompanhado na nada simples incursão à disciplina da Demografia.

Agradeço especialmente à professora Rosana Baeninger pelas inspiradoras contribuições ao trabalho, por todo o apoio e cuidado desde o início da pesquisa e pela instigante participação no exame de qualificação e defesa da dissertação. A professora Vera Telles, agradeço pela arguição cuidadosa e encorajadora durante a defesa. E a Dominique Vidal, pelas conversas, materiais e valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Pela interlocução que contribuiu em muito para o trabalho ter chegado até aqui, agradeço a Sarah Feldman, Jorge Kayano, Patrícia Tavares, Isabel Georges, Ana Barone.

Aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde – da direção a todas as gerentes das unidades, passando por coordenadorias e comitê de ética em pesquisa – pela disponibilidade, atenção e as inúmeras ajudas com o levantamento das informações. Especialmente a Adriana Maria de Macedo Barbosa do CEinfo da Coordenadoria de Saúde Oeste que vasculhou pelos registros e sistemas até encontrar a informação que eu procurava, respondeu a todas as minhas inúmeras perguntas e pedidos com atenção e cuidado.

Aos que me ajudaram durante a estadia na cidade de Córdoba, Argentina (pelo convênio CEA-NEPO) agradeço especialmente a Eduardo Domenech pelas importantes

sugestões ao trabalho, por ter aberto sua biblioteca inteira para minha pesquisa, pela aula que pude assistir e pela oportunidade de apresentar meu trabalho para um grupo de pesquisadores (ocasião em que o mesmo tomou forma pela primeira vez). Também a Cynthia Pizarro, Roberto Benencia, José Maria Bompadre, Desirée D’Amico que trouxeram diferentes contribuições para minha pesquisa. Em Buenos Aires, agradeço a Carolina Mera, Susana Sassone, Geneviève Cortes e Virginie Baby-Collin, as quais tive a oportunidade de escutar em seminário e que se dispuseram a conversar comigo. Agradeço ainda aos que me acolheram em suas casas durante minha estadia na Argentina: as duas Natalias, em Córdoba, Jonas e Lívia, em Buenos Aires.

O trabalho de campo exploratório em La Paz e El Alto não teria sido possível sem as ajudas que tivemos do IRD-Bolívia. Agradeço especialmente à Sebastien Hardy e Hubert Mazurek, que nos forneceram contatos e informações valiosas. Também a Germán Guaygua, pela preciosa entrevista concedida e pela apresentação a El Alto.

Agradeço a todos da equipe do Metal (Silvana Zioni, Helena Mena Barreto, Wilson Fusco, Sylvain Souchaud e Renato Cymbalista) por nossos encontros, nossas (ótimas) viagens e por tudo o que construímos até aqui. Aos coordenadores e às equipes das outras cidades integrantes do projeto, pelas trocas e aprendizados.

Aos companheiros da rede “Migrantes visibilidade” e do Comitê Paulista para Refugiados e Migrantes – especialmente Rosana Gaeta – pela construção longa, penosa, mas muito gratificante, do guia “Dicas para os imigrantes: viver com dignidade em São Paulo”.

Aos meus queridos companheiros de Miurbal – principalmente Giovanna Marconi e Marcelo Balbo –, pelo projeto que foi o começo de tudo, pela energia de sempre, por continuarmos trabalhando juntos. Aos da equipe de São Paulo, Kazuo Nakano e Renato Cymbalista. Ao Instituto Pólis por ter sido o grande apoio aos primeiros vãos da pesquisa e a Paula Santoro, cuja amizade marcou especialmente esta passagem profissional.

A Renato Cymbalista, meu primeiro orientador (não formal). Agradeço o acompanhamento desde quando eu tinha apenas esboços de idéias, que ele me ensinava a “embrulhar pra presente”, como ele diz. Minha curiosidade e meu gosto pela investigação, devem muito a esta generosa parceria; foi também graças a ela que fiz meu primeiro trabalho de investigação junto aos bolivianos.

A Carol e Vanessa e, especialmente ao San, agradeço por suas ajudas nos fechamentos finais da dissertação.

A todos os bolivianos e bolivianas que se prestaram a conversar comigo.

A Soraia Bento por ter me acompanhado tantos anos, me ajudando a formular e assumir meus inúmeros projetos e trajetórias.

A meus amigos queridos que me acompanham e apóiam desde sempre e que me fazem lembrar que existe vida fora do escritório... Um agradecimento especial às amigas que participaram mais diretamente desta empreitada: Lau, Nani e Lili.

A Lu, pelo companheirismo de todos esses anos e porque às quintas-feiras, com sua companhia, eu rendo bem mais.

À minha família extensa pelo carinho e apoio de sempre: Nando, Zita e os queridos Romeiros e agregados.

A Ligia e Lia: junto delas ser irmã mais velha é poder, também, ser irmã mais nova.

À tia Suely por compartilhar comigo seus sábios legados de compreensão da dimensão subjetiva da realidade, na vida, na pesquisa, e no pensamento. Pelo profundo e cuidadoso afeto que mantemos uma com a outra.

À avó Buba por sua sabedoria e sua energia. Por me ligar todos os dias de manhã para saber como estavam as coisas com a dissertação. Por estar sempre ao meu lado.

Ao meu pai, Binho, por todos os almoços e sopinhas, pelo eterno amor, por fazer minha vida mais aconchegante e, principalmente, por me mostrar que nada como um dia após o outro (com uma noite no meio).

À minha mãe Raquel, pelo companheirismo, pela dedicação sempre exclusiva (de longe, de perto e mesmo quando o mundo está caindo), pela inspiração que são seus pensamentos e seus gestos, por seu incontornável ser de professora, e por me fazer entender que, no fim das contas, como ela diz, “tudo é uma questão de território”.

E, por fim, em poucas palavras, o agradecimento mais essencial: a Paulo, pela inestimável oportunidade de saber o que pode uma parceria no amor.

Resumo

O objetivo desta dissertação é conhecer a lógica da inserção socioterritorial dos migrantes bolivianos residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Por meio de uma abordagem que busca ir além das determinantes estruturais de organização e formação do território metropolitano, o trabalho procura apontar os sentidos contidos nas trajetórias urbanas inscritas nos projetos migratórios dos próprios bolivianos. O trabalho utiliza, entre outras fontes, dados quantitativos (Censo 2000, registro de bolivianos no Sistema Único de Saúde) e qualitativos (entrevistas semidirigidas e observação de campo), sendo estruturado em três dimensões de análise. A primeira é uma breve descrição do contexto das migrações na Bolívia, para situar as origens dos movimentos migratórios para o Brasil, desde os anos 1950. Focamos El Alto (departamento de La Paz), com base na hipótese de que o maior contingente populacional da migração boliviana à RMSP, a partir dos anos 1980, é oriundo desta cidade. A segunda dimensão consiste em apresentar a localização dos bolivianos na escala metropolitana, privilegiando alguns pontos de sua agregação. A terceira, enfim, contempla a escala microssocial, analisando as trajetórias urbanas dos bolivianos neste espaço e, entendendo o mesmo como recurso, busca acompanhar seu uso por estes migrantes.

Palavras-chave: Migração internacional, Mobilidade residencial, Sociologia urbana – São Paulo (SP), Imigração boliviana – São Paulo, Região Metropolitana de (SP), Bolívia – Migração.

Abstract

This research aims to understand the socioterritorial insertion of Bolivian migrants in São Paulo Metropolitan Region (RMSP). Through an analysis that goes beyond the structural determinants of organization and formation of São Paulo's metropolitan territory, the dissertation focus the urban trajectories inserted in the migratory projects of the migrants themselves. Among others sources, the work uses quantitative data (2000 Census, data from the register of Bolivians in the Unified National Health System) and qualitative (semi-structured interviews and field work), to present three dimensions of analysis. The first is a brief description of the migratory context in Bolivia, to point out the origins of the migratory movements to Brazil, since 1950's. We focus on the city of El Alto (La Paz's department), based on the hypothesis of that the most part of of the Bolivian migration to the RMSP, since the 1980's, is derived from this city. The second dimension presents the Bolivians location at the Metropolitan scale, focusing some of its aggregation points. The third, contemplates the microsocial scale, analyzing the urban trajectories of the Bolivians in this territory and, taking it as a resource, aims to understand its appropriation by the migrants.

Key-words: International migration, Residential mobility, Urban sociology – São Paulo (SP), Bolivia-Migration, Bolivians immigrants-São Paulo Metropolitan Area (SP),

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1. Bolivianos na RMSP: origens e composição de um fluxo urbano.....	11
<i>1.1 Tradição migratória na Bolívia</i>	<i>13</i>
<i>1.2 El Alto na encruzilhada entre Bolívia e São Paulo</i>	<i>17</i>
1.2.1 A cidade extensiva sobre La Paz: povoamento de El Alto.....	19
1.2.2 Cidade migrante, cidade aimara.....	26
1.2.3 Cidade informal, cidade de luta e sua constituição política e produtiva	32
1.2.4 El Alto, “reservatório populacional”: atração e expulsão populacional	37
1.2.5 El Alto e RMSP: as possíveis conexões de um fluxo migratório	38
<i>1.3 Origens e características da migração boliviana ao Brasil</i>	<i>41</i>
1.3.1 As diferenças temporais dos fluxos de bolivianos ao Brasil	41
1.3.2 As diferenças espaciais nos fluxos de bolivianos ao Brasil: fronteira x metrópole.....	53
1.3.3 Bolivianos na Argentina: de migração de fronteira à migração metropolitana	58
<i>1.4. Anos 1980, 1990 e atuais: novo perfil, novo espaço migratório.....</i>	<i>63</i>
1.4.1 Estimativas e políticas.....	63
1.4.2 Os bolivianos na RMSP: perfil geral.....	73
Capítulo 2. Padrões de distribuição socioterritorial dos bolivianos na RMSP	83
<i>2.1 RMSP: a qual espaço urbano nos referimos</i>	<i>84</i>
<i>2.2. A indústria de confecção na RMSP</i>	<i>91</i>
<i>2.3 Principais padrões observados de inserção socioterritorial dos bolivianos na RMSP</i>	<i>96</i>
2.3.1 A localização dos bolivianos nos bairros centrais	104
2.3.2 A localização dos bolivianos nas zonas Leste e Norte de São Paulo e no município de Guarulhos	120
2.3.3 Casa Verde Alta: ocupação boliviana num espaço intermediário	127
<i>2.4 Da heterogeneidade espacial à desconstrução de visões homogêneas sobre os bolivianos na RMSP</i>	<i>135</i>
Capítulo 3. Projetos migratórios e as trajetórias urbanas de bolivianos na RMSP.....	145
<i>3.1 Os projetos migratórios e as trajetórias urbanas</i>	<i>147</i>
<i>3.2 Formas de migração intervindo no espaço urbano</i>	<i>153</i>
3.2.1 Circuitos de mobilidades entre os bolivianos.....	153
3.2.3 A circulação e o espaço urbano.....	166
<i>3.3 O papel do centro nas trajetórias de bolivianos na RMSP: o desejo de independência</i>	<i>169</i>
<i>3.4 O papel das periferias e fronteiras urbanas nas trajetórias de bolivianos em São Paulo: sentidos da casa própria e redes de parentesco.....</i>	<i>179</i>
<i>3.5 Usos dos recursos da cidade: o caso específico do Programa de Saúde da Família</i>	<i>193</i>
Considerações finais	205
Referências bibliográficas.....	211
Apêndice metodológico	233

Índice de Tabelas

Tabela 1. População de El Alto e La Paz, 1950-2000	26
Tabela 2. Bolívia: taxa de fecundidade estimada, por períodos de 5 anos, 1950-2004.....	29
Tabela 3. Bolívia: taxa de crescimento natural estimada, por períodos de 5 anos, 1950-2004	29
Tabela 4. Bolívia: população total (meio do ano), 1950-2005 por mil	30
Tabela 5. El Alto: indicadores de migração entre secciones municipales da população de 5 anos ou mais de idade, 1996-2001.....	37
Tabela 6. Migrantes residentes no Brasil segundo país de origem e décadas de chegada, 1970-2000	43
Tabela 7. Distribuição dos nascidos na Bolívia residentes no Brasil, de mais de 10 anos que não estavam em estabelecimentos escolares no momento do Censo, por sexo, período em que fixaram residência no Brasil e nível de instrução	47
Tabela 8. Distribuição dos nascidos na Bolívia residentes no Brasil, em ocupações qualificadas, por período em que fixaram residência no país, segundo sexo, 2000.....	49
Tabela 9. Nascidos na Bolívia que entraram no Brasil por ano, profissão e instrução, 1954, 1957, 1958 -1960.....	50
Tabela 10. População nascida na Bolívia residente no Brasil por lugar de residência em 2000 e período em que fixaram residência no país	55
Tabela 11. Brasil e UFs selecionadas. Distribuição proporcional dos nascidos na Bolívia por lugar de residência em 2000, segundo período em que fixaram residência no Brasil ...	56
Tabela 12. Brasil. Estrangeiros beneficiados nas três últimas anistias por nacionalidade ...	69
Tabela 13. Tempo de residência na UF de São Paulo dos nascidos na Bolívia residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2000.....	74
Tabela 14. Estado civil dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP, 2000.....	77
Tabela 15. Escolaridade dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP em 2000, segundo o curso mais elevado frequentado	77
Tabela 16. Nascidos na Bolívia por curso mais elevado frequentado e tempo de residência na UF São Paulo, 2000	78
Tabela 17. Ocupação principal dos ocupados nascidos na Bolívia residentes na RMSP de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, 2000	79
Tabela 18. Ocupação principal dos ocupados nascidos na Bolívia residentes na RMSP de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, 2000 (ocupações agrupadas).....	79
Tabela 19. Nascidos na Bolívia residentes na RMSP por posição na ocupação principal ...	80
Tabela 20. Nascidos na Bolívia ocupados residentes na RMSP segundo rendimento na atividade principal em salários mínimos, 2000	80
Tabela 21. População e taxas anuais de crescimento populacional (%), Estado, Região Metropolitana e Município de São Paulo, 1940-2000.....	86
Tabela 22. Localização dos domicílios dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP por zonas, 2000	97
Tabela 23. Número de usuários de origem boliviana cadastrados no SUS, segundo nacionalidade e distrito da cidade de São Paulo em setembro de 2009	100
Tabela 24. Distribuição dos nascidos na Bolívia, residentes na RMSP, por zonas e tempo de residência na UF SP, 2000.....	102
Tabela 25. Localização dos domicílios da população ocupada nascida na Bolívia residente da RMSP, de acordo com a ocupação principal, por zonas, 2000.....	108

Tabela 26. Domicílios dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP por condição do domicílio, 2000.....	111
Tabela 27. Condição dos domicílios da população nascida na Bolívia residente na RMSP, por zonas, 2000.....	112
Tabela 28. População total da RMSP e população nascida na Bolívia residente na RMSP por relação com o responsável do domicílio, 2000	186
Tabela 29. População total da RMSP e população nascida na Bolívia residente na RMSP por relação com responsável da família, 2000	186

Índice de gráficos

Gráfico 1. Seção transversal Leste-Oeste do perfil topográfico da Bolívia	24
Gráfico 2. Estrangeiros de origem boliviana que entraram no Brasil por ano de chegada, 1938-1969	42
Gráfico 3. Pirâmide etária dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP, 2000	74
Gráfico 4. Distribuição e cobertura das Equipes de Saúde da Família (Programa de Saúde da Família), Município de São Paulo	246

Índice de Mapas

Mapa 1. Apresentação das áreas envolvidas no estudo	9
Mapa 2. Bolívia e seus departamentos	20
Mapa 3. Área Metropolitana de La Paz-El Alto.....	21
Mapa 4. Área de fronteira Bolívia, Brasil e Paraguai.....	57
Mapa 5. Brasil. Localização da população nascida na Bolívia segundo município de residência em 2000	65
Mapa 6. A Região Metropolitana de São Paulo e seus municípios.....	84
Mapa 7. O município de São Paulo e seus distritos	90
Mapa 8. RMSP. Operadores de máquina de costurar roupas segundo distrito de residência em 2000	95
Mapa 9. Localização dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP, por distrito de residência, 2000	98
Mapa 10. Distribuição relativa da população nascida na Bolívia sobre a população total nascida no estrangeiro na RMSP, por áreas de ponderação, 2000 (%)	106
Mapa 11. População nascida na Coreia (Sul e Norte) e Bolívia segundo distrito de residência no município de São Paulo, 2000	109
Mapa 12. RMSP. Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência (área de ponderação), 2000.....	122
Mapa 13. RMSP. Distribuição da população nascida na Coreia, por local de residência (área de ponderação), 2000.....	122
Mapa 14. Localização da Casa Verde Alta, RMSP	128
Mapa 15. Área de estudo, Casa Verde Alta.....	132
Mapa 16. Trajetória 2 (1 ano).....	155
Mapa 17. Trajetória 3 (5 anos)	155
Mapa 18. Trajetória 10 (10 anos)	155
Mapa 19. Trajetória 11 (15 anos)	157
Mapa 20. Trajetória 7 (8 anos)	158
Mapa 21. Trajetória 12 (53 anos)	172

Mapa 22. Trajetória 9 (10 anos)	174
Mapa 23. Trajetória 6 (8 anos)	181
Mapa 24. Trajetória 5 (8 anos)	182
Mapa 25. Trajetória 8 (8 anos)	183
Mapa 26. Trajetória 1 (3 meses).....	187
Mapa 27. Trajetória 4 (5 anos)	188
Mapa 28. Cobertura populacional do Programa de Saúde da Família (PSF). Distritos administrativos, Município de São Paulo, fevereiro de 2003.....	244
Mapa 29. Unidades de saúde da Rede Municipal por Coordenadoria regional de saúde e superintendência técnica de saúde - Município de São Paulo.....	245
Mapa 30. Municípios da RMSP por zonas (vetores).....	248

Índice de anexos

Anexo 1. Evolução da transição demográfica em alguns países selecionados da América Latina e Caribe entre 1950-2005	253
Anexo 2. Taxas de crescimento populacional e densidade demográfica. Região Metropolitana e distritos do Município de São Paulo, 1991/2005	254
Anexo 3. Região Metropolitana de São Paulo. Área urbanizada, segundo período de expansão, 1881/2002	255
Anexo 4. Município de São Paulo. População total e taxa anual de crescimento populacional, segundo zonas e distritos, 1991-2004	256
Anexo 5. Município de São Paulo. Condição dos domicílios por distrito, 2000.....	258
Anexo 6. Dados do cadastro do SUS (SIGA).....	260

Introdução

A migração de bolivianos à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), embora recente, é um fenômeno já consolidado. Nele manifesta-se não só a nova face da migração internacional na RMSP, mas também novas formas de relacionar espaços da migração, seja na conexão entre dois países, seja na ampliação do campo migratório para dentro da própria cidade.

Os bolivianos não estão circunscritos em um espaço homogêneo e específico do território metropolitano, separado de outros lugares: eles não só instalam-se em vários espaços da cidade, mas também movimentam-se entre eles. No trânsito entre zonas centrais e periféricas da metrópole desenha-se uma inserção socioterritorial singular que esse trabalho procura entender.

Ainda que o reconhecimento das determinantes estruturais de organização e formação do território metropolitano contribua para a compreender a lógica desta inserção, a pesquisa mostrou a necessidade de ir além desta forma de explicação. A partir de um olhar sobre os projetos migratórios dos bolivianos – anseios e estratégias que podemos apreender a partir de suas trajetórias e escolhas urbanas – desvendam-se outros sentidos possíveis da articulação entre os espaços da cidade. Uma cidade que se faz, entre outros processos, na migração e seus efeitos, e não uma suposta cidade dada, em cuja lógica se inscreveriam os movimentos migratórios.

Para sustentar a questão central da pesquisa, esta voltou-se tanto para a formulação estritamente migratória, como para a compreensão dos espaços urbanos em si mesmos. Evidentemente, tais campos de investigação não são independentes, mas é precisamente naquilo que se produz em sua indissociabilidade, tanto do lado da migração, quanto do lado da cidade, que se construiu o presente trabalho.

Do ponto de vista dos estudos em torno da migração internacional, tenho em vista que se trata de um fenômeno complexo, cuja apreensão exige o reconhecimento de elementos de natureza diversa e que requerem diferentes abordagens. Procurando reconhecer ferramentas de análise para sua compreensão, o trabalho se sustenta na noção de projeto migratório. Este é entendido como uma forma de negociação do migrante com a realidade e com o campo de possibilidades que a ele se apresenta – seus constrangimentos, suas limitações, mas também suas potencialidades. Representa a maneira pela qual o

migrante faz escolhas, pondo em prática sua autonomia durante a migração – autonomia que se materializa no espaço por meio de suas trajetórias.

Do ponto de vista dos estudos urbanos, se em relação a alguns momentos da história de São Paulo não se poderia falar de sua condição de cidade sem levar em conta a importância dos migrantes internacionais (sobretudo europeus) – que aportaram de forma maciça em São Paulo no final do século XIX e início do século XX –, o mesmo não pode ser dito em relação à inserção territorial dos bolivianos nesse espaço. No entanto, a maneira como os bolivianos se inserem na cidade, se relacionam com ela e a utilizam, pode nos dar pistas para entender alguns processos urbanos como, por exemplo, a própria relação entre centro e periferia (até aqui, quase sempre vista de maneira dual). Como veremos, os bolivianos se situam igualmente nos dois espaços, o que nos leva a rever noções que instituem uma separação entre ambos, como se a mesma fosse própria da natureza destes espaços e de sua relação.

Dada a enorme complexidade da aglomeração metropolitana de São Paulo e a impossibilidade de aqui de entendê-la de modo abrangente, ou em sua suposta completude, nos interessa, antes, entendê-la como um processo dinâmico que funciona como um ímã que atrai e agrega diferentes populações, reconfigurando-se incessantemente. Essa ideia, que constitui um dos elementos do próprio conceito de cidade – a cidade como ímã –, se apresenta claramente no ethos mesmo da cidade de São Paulo: ela é uma expressão radical da noção de uma vida urbana que atrai uma diversidade significativa de elementos e, neste processo, se recria constantemente.

Foi, precisamente, a experiência de viver nessa forma extrema de organização urbana, que me levou a entender o que é cidade. A familiaridade de “nativa” marca meu olhar sobre a cidade. No entanto, os bolivianos – esse grupo “estrangeiro” em meio a tantos outros –, suas trajetórias, sua forma de se localizar e de se mover, agregaram ao meu olhar outras possibilidades de aproximação da cidade. Sua relação com os espaços, a forma de olhá-los e compreendê-los, me fizeram revisitar (e, em muitos casos, visitar pela primeira vez) a cidade.

Além de ser bastante influenciada pelo próprio tema de investigação – suas particularidades, suas contradições –, a maneira como apreendi a relação dos bolivianos

com a cidade guarda relação com minha própria trajetória com esse campo de estudos, como não poderia deixar de ser.

A pesquisa junto aos bolivianos começou em 2003, quando trabalhava no Instituto Pólis¹. Entre os anos 2003 e 2007, em conjunto com os pesquisadores Renato Cymbalista e Kazuo Nakano participei de um projeto intitulado “Observatório experimental sobre as migrações internacionais nas cidades latinoamericanas – Miurbal”².

Os primeiros estudos relacionados ao projeto, que consistiam em fazer um retrato da migração internacional recente a São Paulo, foram igualmente a porta de entrada à investigação a respeito dos bolivianos. Era desta origem o maior número de migrantes internacionais recentes na cidade, demandatários de políticas públicas, assim como de novas políticas de imigração. Procurávamos, inicialmente, os nexos entre as políticas públicas e a presença dos migrantes bolivianos em São Paulo, e para tal, realizamos diversas entrevistas com agentes públicos principalmente nas áreas da Saúde e Educação.

Em paralelo às atividades do Observatório, passei a fazer parte de uma rede articulada pela Prefeitura de São Paulo com intuito de agregar esforços para tratar do tema das migrações em São Paulo³. Essa participação foi extremamente rica para o processo de reconhecimento do tema na medida em que me aproximou da comunidade boliviana, daqueles que militam pela melhoria das condições de vida dos migrantes e que ajudam a formular as políticas (ou muitas vezes apenas práticas) relativas à imigração desenvolvidas na cidade.

Impulsionados pela experiência junto ao Observatório, desenvolvemos um estudo que partia do entendimento das relações entre imigração e território, tentando perceber a

¹ O Instituto Pólis é uma ONG voltada à formulação, assessoria e estudos acerca das políticas públicas, sobretudo para as cidades.

² Antes de se configurar o Observatório – que inclui Santiago (Chile), São Paulo (Brasil), Tijuana (México), Canadá (Vancouver) e Veneza (Itália) – o projeto inicial chamava-se “Urban Policies and Transnational Migration” (Políticas urbanas e migrações transnacionais), também coordenado pelo Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza (Itália) e agência Habitat/ONU. O projeto consistia no levantamento da situação das migrações internacionais em diversas cidades do mundo e na produção de um livro com esses relatos. O livro “International migrants and the city” (Balbo, 2005) contém o artigo sobre o caso de São Paulo (“São Paulo, Brazil: A Need for Stronger Policy Advocacy” (Cymbalista e Nakano, 2005)), mais tarde publicado como *Inmigrantes bolivianos en São Paulo: practicas y políticas publicas* (Cymbalista, Nakano, Xavier, 2009).

³ Trata-se da Rede “Migrantes que visibilidade queremos” associada, mais tarde à formação do Comitê Paulista de Refugiados e Migrantes do qual faço parte desde a fundação. Com essas entidades e pessoas, elaboramos a cartilha “Xavier, I. e R. Gaeta (orgs). Dicas para imigrantes: viver com dignidade em São Paulo”, que será lançada em 2010, em parceria com o Ministério da Justiça e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

presença boliviana na cidade e sua visibilidade no espaço urbano. Esse estudo resultou em um artigo realizado em parceria com Renato Cymbalista (cf. Cymbalista e Xavier, 2007), sendo que suas considerações podem ser vistas como um primeiro embrião das questões apresentadas nessa dissertação, ainda que, de forma geral, algumas visões que orientam esse trabalho tenham sido superadas.

Mais tarde, em 2008, fui me aproximando da demografia e dos estudos migratórios propriamente ditos que foram decisivos na ampliação da maneira de entender algumas questões em relação a esse objeto. A entrada no Núcleo de Estudos da População (NEPO/Unicamp), bem como os aprendizados com o prof. Sylvain Souchaud, me propiciaram enormes possibilidades de pesquisa. Entre estes destaco o trabalho de campo exploratório em duas cidades bolivianas (La Paz e El Alto)⁴, um intercâmbio de um mês na cidade de Córdoba (Argentina)⁵, além do valioso aprendizado em torno das questões demográficas, geográficas e migratórias.

Nesse contexto e, juntamente com o prof. Souchaud, também participo do projeto de pesquisa “Metrópoles da América Latina na globalização: configurações espaciais, mobilidade espacial e ação pública” (Metal)⁶, financiado pela Agence Nationale de la

⁴ Em dezembro de 2008, fizemos uma pesquisa de caráter exploratório (com duração de uma semana) às cidades de La Paz e El Alto, coordenada por Sylvain Souchaud, cujo financiamento partiu do Projeto do NEPO “França/BR – CNPQ: Espaços migratórios no Mercosul e a problemática ambiental no Mercosul” – subprojeto: “Espaços migratórios e redes sociais da imigração boliviana no Brasil: Corumbá e São Paulo”. Participaram dessa viagem Sylvain Souchaud, Roberta Peres (doutora pelo Nepo/IFCH – Unicamp) e eu. Agradecemos à coordenação do NEPO e, especialmente à prof. Rosana Baeninger, por viabilizar essa viagem. Durante esse trabalho exploratório, em que foi possível conversar com especialistas bolivianos na área de migração, visitar algumas regiões dessas cidades bem como coletar dados e referências bibliográficas (que serão citados ao longo desse trabalho), contamos com o fundamental apoio do IRD-Bolívia, sem o qual não teríamos conseguido estabelecer os contatos que tivemos a oportunidade de fazer. Entre os pesquisadores que nos ajudaram nessa empreitada, gostaria de agradecer especialmente a Hubert Mazurek e Sebastien Hardy, geógrafos do IRD.

⁵ Por meio de um convênio entre o Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Centro de Estudios Avanzados (CEA – Conicet) da Universidade Nacional de Córdoba (UNC - Argentina), entre os dias 12 de novembro e 12 de dezembro de 2009, permaneci um mês na cidade de Córdoba sendo orientada pelo prof. Eduardo Domenech. Essa viagem foi extremamente importante por essa orientação, coleta de bibliografia, conversa com especialistas em migrações bolivianas e troca de experiências com pesquisadores, fundamentais para a elaboração dessa dissertação. Nesse período também estive presente no seminário internacional franco-argentino: “Nuevas Trajectórias de las Migraciones internacionales en America Latina y Europa” (CNRS / Conicet), cujas apresentações e o posterior contato com os professores e alunos teve uma enorme contribuição à pesquisa, já que a grande maioria das apresentações tratava das migrações bolivianas.

⁶ Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por uma equipe internacional (Brasil, Chile, Colombia e França) e multidisciplinar. O objetivo central do projeto é estudar as recomposições socioespaciais que estão ocorrendo atualmente desde os anos 1980 em três metrópoles da América Latina (Bogotá, Santiago do Chile e São Paulo), e particularmente na reconfiguração e evolução da população e as novas formas de diferenciação

Recherche – France (ANR) e coordenado por Françoise Dureau (pesquisadora do Institut de Recherche pour le Développement – IRD). Essa participação também foi de extrema importância para me acercar dos estudos urbanos e de mobilidade, mas principalmente pela experiência de participar de um levantamento quantitativo e qualitativo de campo com aplicação de 1000 questionários e realização de 50 entrevistas em profundidade na RMSP. Esse processo me permitiu, entre outras (muitas) coisas, conhecer distintos lugares desse território, me aproximar das metodologias de produção de uma pesquisa desse porte em todas as esferas e etapas, conhecer a realidade das outras cidades envolvidas, partilhar experiências de trabalho e, também, poder entrar em contato com várias famílias bolivianas que, a partir deste ponto de entrada, foram pesquisadas em profundidade nas entrevistas da dissertação.

Nesse percurso, enquanto projeto de investigação, a relação dos migrantes com a cidade, portanto, não desapareceu como questão, mas fortaleceu-se. Na apresentação do plano de trabalho inicial da pesquisa entregue no processo de seleção para o Mestrado, os objetivos da pesquisa estavam orientados a captar os processos de mobilidade intra-metropolitana dos imigrantes bolivianos residentes da RMSP e seus significados, sobretudo em comparação aos movimentos realizados pelos cidadãos brasileiros na escala intra-metropolitana. Essa questão surgiu da constatação de que esses migrantes internacionais estariam ultrapassando as fronteiras do município de São Paulo – onde eram e são mais concentrados – em direção a outras áreas da Região Metropolitana. A primeira pergunta colocada na época era: Porque os bolivianos estão indo para esses municípios? O que orienta esse deslocamento? Que resposta a fenômenos demográficos esse deslocamento estaria fornecendo?

A inquietação inicial era uma novidade em relação aos estudos até então existentes que só focavam os migrantes bolivianos nas áreas centrais da cidade de São Paulo. Por outro lado, incorporava uma visão tradicional das dinâmicas urbanas, a periferização, o abandono das áreas centrais e partia da dualidade centro-periferia. Essa abordagem foi

social no interior do espaço urbano. O projeto consiste num amplo levantamento quantitativo e qualitativo nas cidades envolvidas. A equipe de São Paulo foi coordenada por Sylvain Souchaud e contou com os seguintes pesquisadores: Renato Cymbalista, Wilson Fusco, Silvana Zioni e Helena Mena Barreto. Participei como estagiária da pesquisa o que me permitiu, também, contar com um apoio financeiro (durante um ano) para a realização do mestrado.

revista em prol de outra que considero mais inovadora, que é a dos nexos entre o centro e a periferia nas trajetórias dos bolivianos na RMSP.

Essa questão me levou a privilegiar a relação entre os projetos migratórios e o espaço, o que acabou por se configurar como o tema central deste trabalho. Por outro lado, acompanhando essa trajetória em relação ao tema, a construção dessa dissertação, tem um viés, também, bastante desconstrutivo: precisei desmontar algumas noções (muitas delas inicialmente compartilhadas por mim mesma) relativas aos bolivianos que, do meu ponto de vista precisavam ser revistas. Entre elas, existia a suposição de que os bolivianos residentes na RMSP tinham origem rural, que a maioria encontrava-se de forma irregular no país e que sua inserção na cidade estaria pautada por uma invisibilidade que os faria desaparecer enquanto agentes do espaço urbano em questão.

O desenvolvimento das investigações em torno da desconstrução dessas noções me levou a centrar esforços em um desafio metodológico principal: como poderia enxergar os bolivianos na RMSP? Quais seriam as minhas fontes de informação? Como apreender a dimensão espacial da migração na sua relação com os espaços de origem e, sobretudo, com a cidade de destino?

Para enfrentar essas questões a pesquisa requereu distitos campos de observação (assim como diferentes escalas de análise) e um leque metodológico amplo. Em relação aos campos de observação, partimos de um âmbito maior relativo ao contexto das migrações na Bolívia – a partir da cidade de El Alto – seguindo para a migração boliviana ao Brasil (temas do Capítulo 1). Em seguida, aterrizamos na escala metropolitana (tema do Capítulo 2) e, atingindo a escala infra-urbana e microsocial, partindo das trajetórias urbanas dos bolivianos nesse espaço (Capítulo 3).

Do ponto de vista das metodologias e fontes utilizadas, partimos do cruzamento de dados quantitativos e qualitativos procurando fazer uso de diversas pistas metodológicas ao mesmo tempo e criando um vai-e-vem entre as distintas fontes: algumas informações dos dados estatísticos, por exemplo, só foram buscadas em função do que foi encontrado trabalho de campo, da mesma forma, essas informações também nos serviram como ponto de partida de questões aprofundadas em entrevistas.

Uma das principais fontes de informação do trabalho foram os microdados da amostra do Censo demográfico 2000⁷. Essa fonte nos foi fundamental para se conhecer algumas das características dessa população bem como base para o entendimento de sua distribuição espacial na RMSP.

Considerando as limitações de diversas ordens desta fonte de informação, uma das formas de contorná-las foi o uso dos dados relativos aos cadastros da população boliviana no registro do cartão do Sistema Único de Saúde – organizadas por região administrativa do município de São Paulo – e a informação coletada em algumas Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao Programa de Saúde da Família. Os dados da saúde foram importantes para comprovar algumas lógicas de espacialização dos bolivianos e acabaram se tornando um objeto de pesquisa em si mesmos, relativo ao uso, por parte dos migrantes bolivianos, dos serviços públicos da cidade, tema que trabalhamos no Capítulo 3.

Além dessas fontes, realizamos entrevistas em profundidade, semi-dirigidas, que foram a base para a elaboração das trajetórias espaciais dos bolivianos, bem como para os principais questionamentos e análises em torno da interconexão entre projetos migratórios e a inserção socioterritorial no espaço metropolitano, tema que tratamos no Capítulo 3⁸.

A pesquisa bibliográfica na Bolívia (sobre a cultura migratória, história do país, processos de urbanização e as referências sobre El Alto), mas também na Argentina – cuja produção acadêmica sobre migração internacional e, especificamente, boliviana é vasta – nos foram fundamentais para dar a sustentação do trabalho que aqui se apresenta.

O resultado do uso de diferentes campos, escalas de observação e metodologias foi a estruturação desta dissertação em três grandes capítulos.

No primeiro capítulo fazemos uma recomposição do cenário migratório da cidade de El Alto (Bolívia) procurando, ao mesmo tempo, alguns elementos da tradição migratória boliviana bem como as possíveis origens da migração de bolivianos a RMSP a partir dos anos 1980. Neste Capítulo reconstituímos, por meio de um breve histórico, as origens da migração boliviana ao Brasil e, para tal, partimos da diferenciação temporal e espacial dos fluxos: mostramos as principais diferenças entre os fluxos dos anos 1950 e os estabelecidos

⁷ Também utilizei alguns dos dados da série histórica do Censo de População, organizados pelo IBGE na publicação “Estatísticas do Século XXI” (IBGE, 2002). O uso dessa fonte de dados encontra-se detalhado no Capítulo 1 e no Apêndice metodológico.

⁸ Para as entrevistas contou-se, como observamos e descrevemos de forma mais detalhada no Apêndice metodológico com os procedimentos da Pesquisa Metal.

a partir dos anos 1980 e as distinções entre os fluxos de fronteira e aqueles de caráter metropolitano, especialmente dirigido à RMSP. Passamos também por uma breve descrição da migração histórica e atual de bolivianos à Argentina que nos ajuda a balizar algumas questões a respeito das formas da migração boliviana ao Brasil. Ao final, fazemos uma breve descrição sociodemográfica dos bolivianos residentes na RMSP atualmente.

Essa caracterização é a base para as discussões do Capítulo 2, voltado à entender a configuração socioespacial dos bolivianos residentes na RMSP. Antes de adentrar na apresentação desta distribuição espacial, fazemos uma recuperação sucinta da formação urbana da RMSP e também da estruturação da indústria de confecção de roupas nesse território, importantes para o entendimento da espacialização dos bolivianos na RMSP. Em seguida, descrevemos a espacialização simultânea dos bolivianos entre zonas centrais e periféricas e, para tal, fazemos uma descrição desses dois pontos de agregação partindo de alguns casos. Ao final do capítulo questionamos as formas por meio das quais os bolivianos são reconhecidos como grupo pela sociedade paulistana e mesmo por alguns estudos, por meio do trinômio “escravo-ilegal-invisível”. A nosso ver, o reconhecimento da diversidade das localizações no espaço urbano nos impele a discernir e questionar essas categorias de identificação social. Isso porque entendemos que, apesar de se mostrarem aparentemente dissociadas (como se operassem de formas distintas), as visões social e espacial dos bolivianos a partir de uma concepção homogeneizante não abarcam a complexidade de sua inserção na cidade.

No terceiro e último Capítulo, partimos para as análises das trajetórias espaciais dos bolivianos e, com base na noção de projeto migratório, refletimos sobre como a inserção espacial desses migrantes está relacionada em grande medida ao imbricamento entre trajetórias e projetos migratórios. Nesse momento entramos mais profundamente na questão da independização e dos sentidos da casa própria – para entendermos algumas das lógicas de inserção nos espaços centrais – e das relações de parentesco para refletir, sobretudo, sobre as lógicas de inserção nas periferias. O capítulo se encerra com uma reflexão sobre a relação dos bolivianos com o sistema de saúde público da cidade de São Paulo, observando maneiras desse grupo em fazer uso dos recursos da cidade.

Mapa 1. Apresentação das áreas envolvidas no estudo



Capítulo 1. Bolivianos na RMSP: origens e composição de um fluxo urbano

Os processos migratórios trazem uma dimensão que é dual por princípio. Como afirma Sayad, ao abordarmos a migração, nos reportamos simultaneamente a um fenômeno de *emigração* – relativo à saída dos migrantes de um lugar de origem – e de *imigração*, em relação à sua inserção na sociedade de acolhida. Essas dimensões não podem ser separadas; ao contrário, compõem “duas faces de uma mesma realidade” (Sayad, 1998[1991]: 14). Ou seja, na origem da imigração encontra-se a emigração: “o imigrante, antes de ‘nascer’ para a imigração, é primeiro um emigrante” (Sayad, 1998[1991]: 18).

Identificar as origens – temporais, espaciais, culturais – dos fluxos migratórios não é uma tarefa simples, essencialmente porque não estamos diante de um processo linear e objetivo, mas difuso no tempo e no espaço. Além disso, de acordo com Sayad, a migração se inscreve na dupla dimensão de um fato ao mesmo tempo coletivo e individual (da trajetória e experiência do migrante), o que dificulta sua apreensão.

Em nosso trabalho, que tem por objetivo conhecer mecanismos de inserção socioterritorial dos migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), o resgate de elementos da origem desses migrantes é fundamental.

Em primeiro lugar, ao tratarmos das trajetórias espaciais dos migrantes, devemos considerar onde se inicia o roteiro migratório, entendendo que, evidentemente, os percursos não são inaugurados no momento de chegada à RMSP, sendo que há mais continuidade do que ruptura entre os espaços de origem e os de acolhida, permeados pelo deslocamento do migrante. A própria identidade do migrante não é construída no espaço de recepção, mas situa-se na ponte entre dois países e duas identidades – ou seja, aquele que migra carrega em si mesmo uma dimensão comparativa entre dois (ou mais) espaços, entre duas (ou mais) fronteiras (Green, 2002).

No que diz respeito à inserção dos bolivianos em uma metrópole, para nos acercarmos desse processo, é preciso reconhecer as experiências prévias desses migrantes. Eles vieram diretamente de zonas rurais ou, antes, passaram por cidades? Quais os sentidos dessa passagem por cidades? Em que contribui para a construção do projeto migratório dos bolivianos que se dirigem à RMSP?

Este capítulo pretende refletir sobre essas e outras questões, partindo das origens do fluxo migratório de bolivianos para a RMSP. A caracterização desse fluxo é feita por meio

do detalhamento de três elementos principais: (i) sua natureza urbana e sua origem predominantemente aimara: uma migração com origem em cidades e, no caso, de uma região específica da Bolívia, onde existe uma forte predominância da cultura aimara; (ii) seu caráter espacial metropolitano, que contrasta com os fluxos de bolivianos às áreas de fronteira entre Bolívia e Brasil: um fluxo dirigido a grandes cidades e prioritariamente à RMSP; (iii) sua especificidade temporal, já que passa a receber os contornos atuais a partir da década de 1980, o que nos faz diferenciá-lo dos fluxos de bolivianos que se dirigiram ao Brasil por volta dos anos 1950.

Para trabalhar essas questões, partimos de uma breve recomposição do cenário – principalmente migratório – da cidade de El Alto, na Bolívia. Nosso guia será a hipótese de que essa cidade tem um papel importante na estruturação dos fluxos atuais de bolivianos para a RMSP⁹ e, mais especificamente, na formulação de seu projeto migratório. Entendendo que muitos dos percursos se iniciaram ali, consideramos que a passagem por cidades – especificamente por El Alto, como veremos, uma cidade bastante peculiar – também tem uma importância fundamental na formação, capacitação e em determinados aprendizados para os migrantes bolivianos. Nossa hipótese sobre o papel de El Alto é demonstrada a partir da reconstrução da história do município, que nos leva ao resgate de alguns elementos demográficos na Bolívia, incluindo algumas das lógicas migratórias internas. A base dessa ideia é construída a partir do diagnóstico de El Alto como o principal “reservatório populacional” do departamento de La Paz, acumulando a dupla função de atração migratória e centro de redistribuição de migrantes, muitos dos quais se dirigem à RMSP.

Na segunda parte do capítulo, apresentamos a origem da migração que sai da Bolívia com destino ao Brasil. O objetivo principal é demonstrar que os fluxos atuais se diferem dos primeiros, ocorridos na década de 1950, e nessa diferenciação também podemos vislumbrar alguns elementos da migração atual. A separação temporal nos leva, também, a diferenciar a migração de fronteira dos processos de migração em direção à metrópole, foco deste trabalho.

⁹ No decorrer desta dissertação apresentamos a heterogeneidade do perfil socioeconômico dos bolivianos que residem na RMSP. A nosso ver, essa hipótese da origem migratória em El Alto faz mais sentido no que se refere aos bolivianos que trabalham no setor de costura e que chegaram ao Brasil prioritariamente a partir dos anos 1980.

1.1 Tradição migratória na Bolívia

As migrações internacionais na Bolívia não são movimentos novos, mas têm se intensificado e principalmente diversificado (em relação ao destino dos fluxos), sobretudo a partir dos anos 1980. Hoje, cerca de 20% da população boliviana se encontra fora do país¹⁰ (Domenech e Hinojosa Gordonava, 2009) e, além disso, a Bolívia nunca se constituiu como um país atrativo para a imigração (Vacaflores, 2003), apesar de constantes políticas migratórias favoráveis a tal. O incentivo à imigração européia foi uma dessas iniciativas (Domenech e Magliano, 2007), projeto que nunca logrou alcançar movimentos populacionais significativos. Ao contrário, as políticas migratórias bolivianas – que muitas vezes buscaram controlar a emigração por meio de punições aos que gostariam de se destinar a localidades fora do país diante de uma clara perda demográfica – tornaram a Bolívia um país expulsor de população (Domenech e Magliano, 2007).

Para Mazurek (2007), os fluxos com origem na Bolívia e destino ao exterior podem ser divididos em: (i) migrações de caráter definitivo para países como Estados Unidos ou Espanha, Japão e Israel e (ii) migração “sazonal” e histórica para países vizinhos, como Argentina e Chile, dentre os quais o autor inclui o Brasil¹¹. Certamente, esses fluxos sofreram modificações ao longo do tempo, adquirindo formas e volumes diferenciados. Mesmo a migração à Argentina, destino mais tradicional, experimentou crescimentos e inflexões, tendo também passado por modalidades migratórias distintas, como a passagem de uma migração de fronteira para destinos metropolitanos, como mostramos adiante.

¹⁰ Esse dado foi apresentado pelos autores como uma estimativa aproximada que pode estar sobrestimada. Eles apresentam uma série de dados a partir de fontes diferenciadas, como a Organização Internacional das Migrações (OIM), consulados, organizações da sociedade civil e do governo boliviano. Entre elas, o Censo da Bolívia de 2001, por exemplo, contabiliza 8.274.325 habitantes no país e apresenta a informação de que 14,18% deles não vivem na Bolívia. Isso equivaleria a dizer que cerca de 1,2 milhões de bolivianos viveriam no exterior nesta data.

¹¹ Discutimos adiante a questão de o Brasil ser considerado um país de “migração sazonal” de bolivianos. A distribuição dos volumes de migrantes bolivianos nesses diferentes países listados varia bastante. De acordo com dados dos censos nacionais compilados pelo Projeto Imila (CELADE), apresentados por Domenech e Hinojosa Gordonava (2009): na Argentina, foram registrados 101.000 nascidos na Bolívia em 1970 e 233.464 em 2001; nos Estados Unidos, 6.878 (1970) e 53.280 (2001); na Espanha, 6.619 (2000) e 97.947 (em 2005). No Brasil, o Censo capta 10.712 bolivianos residentes do país em 1970 e 20.588 em 2000.

As lógicas migratórias que envolvem a Bolívia hoje costumam ser relacionadas a movimentos populacionais anteriores mesmo ao período de colonização¹². Hinojosa Gordonava (2008, 2009), Mazureck (2007), Domenech e Magliano (2007), dentre outros, acreditam que as migrações nesse país estão ligadas às suas mais remotas origens culturais, sobretudo andinas¹³. De acordo com esses autores, existiriam raízes originais, tradicionais e culturais na maneira como os bolivianos – e também o conjunto dos povos andinos (Blanes, 1986) – vivem, organizam e reproduzem os processos migratórios para dentro e fora das fronteiras nacionais.

O ponto de partida dessa perspectiva é, quase sempre, o modelo socioespacial do “arquipélago vertical” e a teoria do “controle vertical de um máximo de pisos ecológicos”, de J. Murra (1975), antropólogo norte-americano criador da escola etnológica andina. De acordo com essa teoria, na época pré-hispânica, as distintas culturas da “civilização andina” eram caracterizadas por uma organização social e territorial baseada em uma imigração temporal e circulação permanente entre os diferentes pisos ecológicos da região, o que garantia a segurança alimentar por meio da complementariedade agrário-ecológica desses diferentes ecossistemas. As abruptas variações altitudinais e climáticas da região permitiam à população nativa, portanto, diversificar sua base de recursos, sendo as migrações temporais um meio primordial para tal (Aramburú, 1986). O sistema de “controle” desses vários pisos ecológicos era viabilizado pela dispersão de membros do grupo familiar entre

¹² Inclusive, considera-se que, antes da chegada dos espanhóis, existiram importantes movimentos de população na região onde está o país hoje que articularam trocas ancestrais de bens e informações entre os índios que viviam em distintas partes do território como, por exemplo, os movimentos sazonais de índios andinos ao litoral atlântico. Elas foram percebidas pelos tipos de enfeites, objetos e vestuário das populações andinas (como penas, etc.) e no uso de instrumentos e ferramentas de metal, usados nas regiões litorâneas por grupos paleolíticos. O império Inca, por exemplo, foi marcado por uma intensa ocupação e circulação pelo território.

¹³ De acordo com Spedding (2003) o uso do termo “andino” é muitas vezes empregado sem que se estabeleça de fato quais os significados desse termo. De acordo com a autora: “Como fenómeno geográfico los Andes se extienden desde Venezuela hasta el Sur de Chile y Argentina, pero esos três países raras veces figuran dentro do que lo que se considera ‘lo andino’. Colombia igualmente suele ser excluido para enfocar los tres países actuales (Bolivia, Perú y Ecuador) que son considerados como sucesores del Tawantinsuyo. Por este motivo se puede incluir esas fracciones del actual Chile y Argentina que también cayeran bajo el dominio incaico” (Spedding, 2003: 45). A autora sustenta ainda que existe uma associação entre o que se considera cultura andina com sinônimos de uma cultura pré-hispânica o que, segundo ela, também tem uma relação forte com conceitos de classe já que, quanto “mais rural” e “e de uma classe social mais baixa”, mais “andino”. Ela mostra, ao contrário, que houve um processo de mistura entre essas duas culturas que impediria uma separação nesses termos. Autores como Dolfus (*apud* por Pierola, 2006) apresentam, inclusive, a noção de “andino” como uma metáfora, uma vez que oculta diversos processos não definidos, sendo sua definição conceitual bastante ambígua (Pierola, 2006: 53). O autor propõe, por exemplo, que se entenda o universo andino como habitat sem uma referência histórica e a partir da relação com o mundo amazônico.

os diferentes espaços, combinada com os distintos períodos do calendário agrícola, marcando a importância dos laços de parentesco¹⁴.

Os autores que tomam como referência esse modo de interpretar a cultura andina entendem que, tanto no passado quanto no presente, as migrações bolivianas estariam pautadas nessa tradição (que é, por princípio, migratória). Ou seja, supõem que existiria uma “raiz original” para a migração nas formas pelas quais a população lidou com a geografia, a alimentação e com os laços de parentesco.

Aprofundando a questão, Hinojosa Gordonava (2008) entende as lógicas migratórias como fator de organização da própria existência da população boliviana, sobretudo andina. Além de considerar a mobilidade permanente uma dinâmica populacional central na Bolívia, o autor acredita que:

(...)[essa mobilidade constitui] un *habitus*¹⁵, de una practica asociada a una cosmovisión particular, de un saber de vida que permitía una mejor y más sostenible utilización de los recursos naturales; no ya para la ‘sobrevivencia’ de una familia, sino para vida y reproducción de toda una comunidad/sociedad¹⁶(Hinojosa Gordonava, 2008: 78).

Mas seria possível adotar esse tipo de interpretação como modelo para os movimentos migratórios que envolvem a Bolívia hoje?

A partir de uma perspectiva crítica desse tipo de leitura, Geneviève Cortes (2008) acredita que a maneira como foram lidos os trabalhos antropológicos e sociológicos andinistas que influenciaram as visões acerca dos processos de migração interna e internacional nos Andes – atribuindo às suas heranças sócio-históricas, socioculturais e identitárias um papel central –, posiciona o debate em torno de duas concepções contrárias: “celles qui consiste à positionner la migration comme un élément de rupture et

¹⁴ De acordo com Aramburú: “La diversificación económica como estrategia de subsistencia se observa a dos niveles; por un lado en la diversidad de cultivos y productos en la explotación familiar y por otro en la multiplicidad de ocupaciones que tanto el jefe de familia como los demás componentes del hogar desempeñan a lo largo del año” (Aramburú, 1986: 112). Tradução livre: “A diversificação econômica como estratégia de subsistência se observa em dois níveis; por um lado na diversidade de cultivos e produtos na exploração familiar e por outro na multiplicidade de ocupações que tanto os chefes de família como os demais componentes do lar desempenham ao longo do ano”.

¹⁵ A noção de *habitus* engendrada por Hinojosa Gordonava deve ser levada em conta no contexto trabalhado pelo autor, que faz referência ao conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu. Carrega o sentido daquilo que é uma constante, invariável nas práticas de sobrevivência e reprodução social dos habitantes das zonas andinas, expandindo uma noção de “cultura migratória”, por exemplo.

¹⁶ Tradução livre: “um *habitus*, (...) uma prática associada a uma cosmovisão particular, de um saber de vida que permitia uma melhor e mais sustentável utilização dos recursos naturais; não para a ‘sobrevivência’ da família, senão para a vida e reprodução de toda uma comunidade/sociedade”.

désintégration culturelle et celle qui la voit plutôt comme un élément de permanence et de reproduction de pratiques ancestrales”¹⁷ (Cortes, 2008: 111).

Em relação aos autores que se baseiam na primeira concepção – a migração como um elemento de ruptura e desintegração cultural – Cortes acredita que reafirmam a necessidade histórica das populações andinas de viverem de maneira autosuficiente a partir de intercâmbios e redistribuições internas, além de colocarem as migrações contemporâneas, a globalização e também a colonização espanhola como fatores de desagregação desse sistema supostamente coeso¹⁸.

No que tange às visões que apresentam as migrações contemporâneas na Bolívia como uma continuidade desse modelo de organização socioespacial – embora Cortes aponte para o fato de que a continuidade não signifique, necessariamente, reprodução –, a autora se vale de visões como aquela de Hinojosa Gordonava, explicitada acima, entre outras. Nesses casos,

Les migrations sont alors perçues comme un prolongement sociohistorique inscrites dans le temps long de ‘pratiques ancestrales’, apparaissant comme un héritage acquis depuis des millénaires ‘*d’une culture de la mobilité, d’un habitus, d’un savoir et devoir migrer*’¹⁹ (De La Torre, 2006: 12-13 *apud* Cortes, 2008:112, grifo da autora).

Mais do que adotar um dos lados desse debate, consideramos importante apontar aqui, como faz Cortes, para a possibilidade de observar as permanências e rupturas presentes nessa maneira tradicional de organizar-se socialmente em função dos deslocamentos migratórios a partir de uma contextualização sócio-histórica. Como afirma a autora, seria o equivalente a:

(...) jeter la lumière sur la profondeur temporelle des processus migratoires dans les régions andines et de mettre en perspective les jeux d’héritages et de continuités sociohistoriques ainsi que les composantes culturelles et identitaires dans la compréhension des géographies migratoires. Elles peuvent éclairer, plus largement, la construction des territorialités migrantes contemporaines (...) (Cortes, 2008:112)²⁰.

¹⁷ Tradução livre: “aquelas que consistem em colocar a migração como um elemento de ruptura e desintegração cultural e aquela que não vê mais precisamente como um elemento de permanência e reprodução de práticas ancestrais”.

¹⁸ Guevara (2004), por exemplo, faz esse tipo de interpretação.

¹⁹ Tradução livre: “As migrações são então percebidas como uma prolongação sócio-histórica inscrita no tempo largo de ‘práticas ancestrais’, aparecendo como uma herança adquirida há milênios ‘de uma cultura de mobilidade, de um hábito, um conhecimento e dever migrar’”.

²⁰ Tradução livre: “Lançar a luz sobre a profundidade temporal dos processos migratórios nas regiões andinas e colocar em perspectiva os jogos de heranças e continuidades sócio-históricas assim como os componentes

Nesse reconhecimento, devemos atentar, no entanto, para os riscos de uma visão idealizada e culturalista que essencialize formas culturais – como a “comunidade andina”, supostamente paralisada no tempo e no espaço – e processos correlatos que tendem a simplificar formas contemporâneas de mobilidade sob realidades antigas (Cortes, 2008: 112).

É importante levar em conta o fato de que, mesmo com esse antecedente enraizado no tempo, a migração na Bolívia tem se transformado, atualmente, em uma realidade “estrutural e constitutiva” (Domenech e Magliano, 2007), ou em um “(...) daily phenomenon, not the least bit marginal, rather massive in nature (...)”²¹ (Farah, Sanchez *et al.*, 2002: 10).

A partir da história do município de El Alto, retomamos elementos da história migratória na Bolívia a fim de delinear alguns dos contornos dos processos migratórios atuais, como a circulação migratória, abordada adiante. Vale ressaltar que esse resgate não pretende explicar a migração internacional para a RMSB em função da tradição migratória na Bolívia ou entendê-la como prolongamento das lógicas de redistribuição populacional internas ao país, mas sim buscar elementos de especificidade cultural e de lógicas universais simultaneamente presentes nos processos migratórios que operam na natureza e estrutura dos fluxos Bolívia-Brasil.

1.2 El Alto na encruzilhada entre Bolívia e São Paulo²²

Embora existam alguns estudos que investiguem as origens migratórias dos fluxos de bolivianos dirigidos às áreas de fronteira com o Brasil²³, até o momento não conhecemos

culturais e identitários na compreensão das geografias migratórias. Eles podem esclarecer, mais amplamente, a construção das territorialidades migratórias contemporâneas” (Cortes, 2008: 112).

²¹ Tradução livre: “(...) fenômeno diário, não uma pequena parte marginal, mas sim massivo em natureza”.

²² O texto deste item já foi parcialmente publicado na Revista Travessia, cf. Xavier (2009).

²³ Em 2006, foi feita uma pesquisa de campo (*survey*), em Corumbá (MS) que resultou na “Encuesta Corumbá”, coordenada por Sylvain Souchaud e Wilson Fusco. A pesquisa, que incluiu um amplo levantamento de campo em 215 domicílios que contavam com pelo menos um dos “responsáveis” (ou cônjuge) nascido na Bolívia, está situada no projeto “Espaços migratórios e a problemática ambiental do Mercosul”, numa parceria entre o NEPO e o IRD. Entre outros objetivos, a pesquisa pretendeu mostrar, por meio das trajetórias migratórias, as etapas migratórias dos bolivianos residentes em Corumbá e localizar diferentes ondas migratórias, determinar ancoragens espaciais do grupo em questão e dimensionar as mudanças sociais e familiares favorecidas pelo contexto migratório. Para uma leitura dos seus objetivos e

trabalhos conclusivos sobre os locais de emissão de migrantes da Bolívia a RMSP. O trabalho pioneiro de Sidney Silva²⁴ indica que a maioria dos que se dirigem a São Paulo provém do departamento boliviano de La Paz (Silva, 2008b)²⁵, embora o autor não tenha aprofundado ou detalhado essa investigação em suas publicações.

Souchaud (2010a) ressalta a origem migratória aimara dos bolivianos residentes na RMSP hoje, o que nos serviu como um dos pontos de partida para compor a hipótese da conexão entre El Alto e São Paulo. Em nossa pesquisa, confirmamos a predominância dessa origem, mas reforçamos o fato de que parece existir um local mais específico dentro desse departamento que parece ter uma função primordial no processo migratório.

Nossa hipótese sobre o papel de El Alto nesse fluxo migratório é demonstrada a partir da reconstrução da história do município, que nos leva ao resgate de alguns elementos demográficos da Bolívia, incluindo algumas das lógicas migratórias internas. O centro dessa demonstração é o diagnóstico de que El Alto tem a função de “reservatório populacional” do departamento de La Paz, sendo ao mesmo tempo receptor e expulsor de população, característica que contribui, a nosso ver, para a distribuição de migrantes para a RMSP²⁶.

Tanto nas entrevistas realizadas em São Paulo como no trabalho de campo exploratório feito na Bolívia²⁷, pudemos observar um vínculo entre as cidades paulista e altenha²⁸: uma parte dos entrevistados traçou a trajetória El Alto-São Paulo (cf. Mapas 16 a

resultados principais, cf. Souchaud e Fusco (2007). No decorrer deste trabalho voltamos a citar esse trabalho e outros produzidas com os resultados desse levantamento.

²⁴ A importância do trabalho de Sidney da Silva consiste não somente no pioneirismo de sua investigação a respeito da presença de migrantes bolivianos em São Paulo, já em 1995, com a conclusão de sua dissertação de mestrado (Silva, 1995), mas também nas contribuições de suas análises, que até hoje configuram um dos trabalhos de peso feitos sobre essa comunidade, base para todos os realizados posteriormente, dentre os quais incluímos esta dissertação.

²⁵ Em um de seus trabalhos mais recentes, Silva considera que “Com relação à origem destes imigrantes, entre os bolivianos temos uma predominância dos pacenhos, ou seja, do Departamento de La Paz, seguidos pelos de Cochabamba, Oruro, Santa Cruz de la Sierra, Beni, etc.” (Silva, 2008: 22).

²⁶ No que se refere aos fluxos internacionais, ressaltamos que hoje El Alto figura entre as principais cidades bolivianas que recebem remessas de migrantes internacionais. De acordo com Cortes (2008:92), com base em dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no conjunto das cidades bolivianas a cidade aparece em terceiro lugar em termos de recebimento de remessas (recebe 14% das remessas que chegam da Bolívia), ficando à frente da capital La Paz (que recebe 8% das remessas) e atrás somente de Santa Cruz de la Sierra (18%) e Cochabamba (17%).

²⁷ Conforme relatado na introdução. Para um relato mais completo dessa pesquisa exploratória, cf. Apêndice metodológico.

²⁸ O termo altenho (a) pode ser considerado um neologismo no português. Trata-se de uma adaptação livre do termo *altenho* (relativo ao natural de El Alto) em espanhol.

27 com as trajetórias dos entrevistados), reconhecendo nas trajetórias de amigos, companheiros de trabalho e conhecidos a mesma origem migratória, mesmo que, muitas vezes, no momento de declarar seu lugar de origem, alguns entrevistados tenham substituído seu nome pelo de La Paz, cidade-núcleo da aglomeração metropolitana onde está inserida El Alto²⁹. Também observamos que a trajetória migratória nem sempre se inicia propriamente em El Alto, mas a passagem e experiência nessa cidade antes da chegada a RMSP é um fator importante no percurso.

1.2.1 A cidade extensiva sobre La Paz: povoamento de El Alto

Para iniciar uma descrição de El Alto, partimos de duas definições que sintetizam alguns de seus principais elementos.

Rafael Archondo se refere a El Alto como uma “(...) ciudad nueva e ignorada, especie de gigantesco patio trasero de La Paz y una gran pista migracional de aterrizaje para las provincias del altiplano y el sur del país”³⁰ (Archondo, 2000: 68).

Em outra definição-síntese, Arbona e Khol apresentam a cidade altenha como “one of the world’s most spectacular urban environments, can be described as an indigenous urban center overlooking a colonial city”³¹ (Arbona e Khol, 2004: 255).

A 4100 metros de altitude, El Alto – como o próprio nome diz – está localizada na planície que beira o cânion estreito e fundo, onde situa-se a cidade de La Paz (entre 3200 e 4100 metros de altitude), em meio à Cordilheira dos Andes. Dessa localização originam-se as alusões a um “mirante da cidade colonial” e também a de um “pátio traseiro de La Paz”. Por muito tempo, a cidade, ocupada em 1900 por fazendas e empresas privadas e públicas, funcionou como ponto de escoamento por transporte aéreo, férreo e rodoviário da produção da capital boliviana em plena expansão no início deste século (Arbona e Khol, 2004). Em

²⁹ Quando perguntamos sobre o local de origem dos entrevistados na Bolívia, a resposta imediata dos que vieram da cidade de El Alto, muitas vezes, era “La Paz”. Em muitos casos, repetimos a pergunta enfatizando a diferença entre as cidades – “La Paz, La Paz, ou La Paz, El Alto?” e então a resposta passava a ser El Alto.

³⁰ Tradução livre: “(...) cidade nova e ignorada, uma espécie de gigantesco quintal de La Paz e uma grande pista migracional de aterrizagem para as províncias do altiplano e do sul do país”.

³¹ Tradução livre: “Um dos mais espetaculares entornos urbanos, pode ser descrito como um centro urbano indígena com vista para uma cidade colonial”.

1930, iniciou-se a operação das instalações da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)³² e de um pequeno aeroporto, marcando essa configuração da cidade.

Mapa 2. Bolívia e seus departamentos

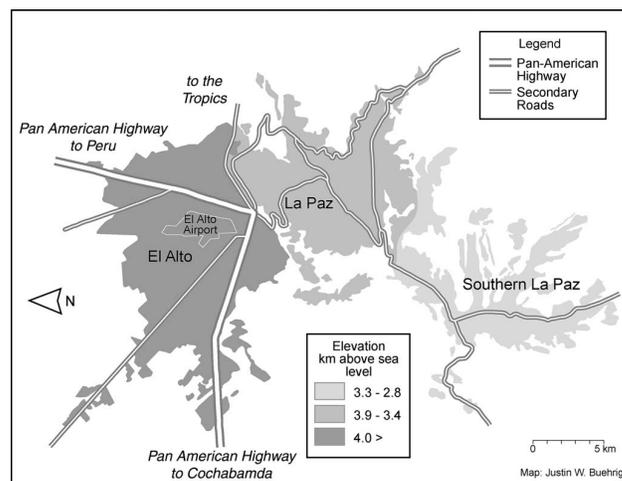


Fonte: Souchaud, 2006.

Essa função de ponto de escoamento da produção de La Paz é também resultado da necessidade de contar com amplas planícies para a prática da aviação, o que não era possível na acidentada La Paz (Garfías e Mazurek, 2005), e pelo fato de El Alto ser a conexão física da capital com o exterior. Assim, por muito tempo, El Alto operou como uma extensão da cidade principal, sem a qual La Paz perderia as principais conexões com o entorno. Ou seja, apesar de “satélite”, El Alto manteve uma localização bastante privilegiada em relação à La Paz, uma dominação geográfica e funcional em relação à capital (cf. Mapa 3).

³² A YPFB nasce como a principal empresa petrolífera estatal na Bolívia em 1936. Após uma série de acontecimentos e transformações políticas (cuja complexidade não abarcamos aqui), a empresa passa a ser controlada por capital privado, e somente em 2006, no âmbito do governo Evo Morales, volta a ser estatal (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (Ypfb), 2010).

Mapa 3. Área Metropolitana de La Paz-El Alto



Fonte: Arbona e Khol (2004).

Na década de 1940, inicia-se em El Alto um processo de divisão de algumas primeiras fazendas originais em pequenos lotes não urbanizados, criando os bairros iniciais da cidade, como *Villa Dolores*, *12 de Octubre*, *16 de Julio* entre outros. Esse processo se acentua a partir de 1950, durante o processo de Reforma Agrária³³ na Bolívia. Neste ano, há a desapropriação de uma grande fazenda localizada na região de *La Ceja* – até hoje uma parte importante da cidade por constituir-se como um ponto nodal das linhas férreas e rodoviárias, transformando-se mais tarde no ponto de irradiação do crescimento da cidade (Garfías e Mazurek, 2005).

Os primeiros habitantes de El Alto foram, principalmente, os trabalhadores rurais “libertados” das fazendas desapropriadas e migrantes de regiões próximas, que encontravam nos baixos preços de terra uma oportunidade para se assentar nas cercanias de La Paz. A origem dos ocupantes, como veremos, será elemento essencial para a configuração da cidade em termos sociais, econômicos e políticos.

³³ De acordo com Baby-Collin (1998), a Reforma Agrária na Bolívia – conhecida como Revolução de 1952 – foi marcada pelo fim do sistema tradicional de exploração das grandes *haciendas* rurais nas mãos de poderosos proprietários e redistribuição da terra em pequenas parcelas. A divisão excessiva da terra, sobretudo na parte ocidental do altiplano boliviano, em que a terra é pouco fértil e onde se concentrava a maioria da população nacional no período, gerou, no entanto, a aparição de minifúndios pequenos demais para abastecer as famílias. Esse processo acabou gerando um forte êxodo rural para os centros urbanos mais próximos.

A condição de El Alto como periferia de La Paz manteve-se até o final da década de 1980, precisamente em 1986, quando da separação oficial das duas cidades, tornando El Alto um município autônomo (Flores Vásquez, Herbas Cuevas *et al.*, 2007: 25) – autonomia que apenas reforçou uma separação territorial clara entre as duas cidades (como acontece muitas vezes em processos de emancipação municipal), divididas, também topograficamente, pela altura entre o vale e o alto do altiplano.

É também nesse momento que El Alto passa a apresentar um alto e rápido crescimento demográfico anual, sobretudo entre 1976 e 1986, alcançando a taxa de 9% (cf. Tabela 1). Esse fato foi importante também para a geografia populacional da Bolívia, uma vez que contribuiu para o equilíbrio (e também desequilíbrio) de forças entre as partes ocidental e oriental do país, marcadas por uma forte heterogeneidade geográfica, cultural e econômica.

A heterogeneidade do território boliviano

Do ponto de vista cultural, em primeiro lugar, é preciso dizer que a Bolívia, ao lado da Guatemala, é um dos países da América Latina com a maior proporção de indígenas na sua população total³⁴. Em 2001, os indígenas representavam 50% da população do país, então divididos em 36 povos representados por grupos linguísticos. Considerando a classificação por autopertencimento, teríamos 62% da população que se autoidentifica com algum povo originário, de acordo com os dados do Censo 2001 (INE, 2006).

As diferentes etnias ou povos originários – dentre os quais predominam os grupos étnicos aimara, quíchua e guarani³⁵ – são desigualmente distribuídos no espaço nacional boliviano. De acordo com Fusco e Souchaud (2009):

³⁴ Esse dado está de acordo com a classificação que separa indígenas de não-indígenas em função da condição etnolinguística da população (Celade, 2006). Existem diversos trabalhos que discutem a questão da contagem da população indígena por meio dos censos de população – questão bastante controversa – discutindo a classificação étnica nesse tipo de pesquisa (por grupos linguísticos, auto-pertencimento, etc.) como um modo de ver e entender a própria cultura. Para uma apresentação desse debate no caso latinoamericano cf., entre outros, Celade (2006), Schkolnik e Del Popolo (2005) e também Xavier (2008), sobre o caso específico do Censo boliviano. Entre as treze famílias linguísticas faladas no país, os grupos quíchua, aimara, guarani, chiquitano e moxeno são os mais numerosos e que também podem ser divididos em três ou mais categorias étnicas cada um (Albó, 2005).

³⁵ No que tange a língua aprendida na infância (um dos critérios utilizados pelo Censo para a definição de indígena) 41% aprendeu a falar quíchua, 27% aimara e 1,2% guarani (para ficar entre as línguas/etnias/culturas principais) (Fusco e Souchaud: 2009).

Os departamentos orientais (com exceção dos departamentos de Chuquisaca e Tarija, que têm um perfil complexo) são regiões baixas, onde a proporção de indígenas varia entre 12% e 22% da população. Nos departamentos ocidentais, nas regiões altas (andinas), a proporção de indígenas varia entre 60% e 81% da população total (Fusco e Souchaud, 2009: 37)³⁶.

Há, pois, uma predominância indígena nas terras altas em detrimento das terras baixas.

No departamento de La Paz (do qual El Alto faz parte) existe uma forte predominância aimara, embora exista também a presença da cultura quíchua: juntas, compõem e caracterizam a região andina da Bolívia³⁷. Ainda, de toda a população do departamento de La Paz (2.350.466), 77,5% da população censada se identifica com algum povo originário, sendo que, destes, 68,4% se identificam com a etnia aimara, além do fato de que 78% dos falantes da língua aimara moravam nesse departamento em 2001 (Fusco e Souchaud: 2009). A composição aimara do município de El Alto, é será reforçada pelo fator migração (origem dos migrantes), como mostramos adiante.

A disposição das culturas/etnias na Bolívia espelha, de certa forma, a separação geográfica clara entre as terras altas e montanhosas andinas (na parte ocidental do país), e as baixas (planícies amazônicas); intermediadas pela zona subandina, região localizada entre o altiplano e os *llanos* (planícies) orientais, que compreende os vales e os *yungas* (vales quentes em quíchua) (conf. Gráfico 1).

A oposição cultural e geográfica entre esses dois territórios também possui um forte cunho político e econômico. Historicamente, a região andina foi a parte mais ocupada do território boliviano e constituiu, por muito tempo, o principal centro administrativo e econômico do país³⁸. O modelo de alta concentração espacial na região andina só começa a

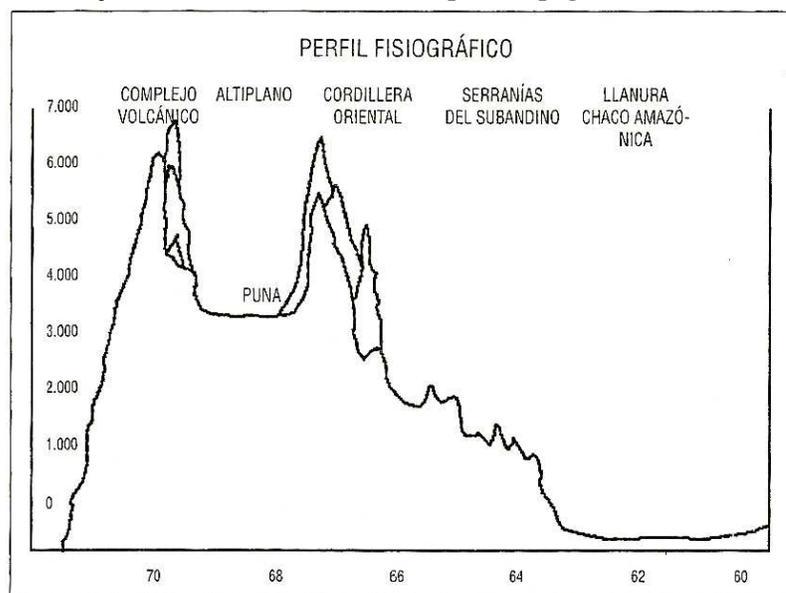
³⁶ Uma versão ampliada desse mesmo artigo será publicada na Revista Anpocs.

³⁷ Verifica-se uma concentração muito maior da etnia/ língua/cultura quíchua nos departamentos centrais, nos *llanos*, como Cochabamba e Potosí – ali, 83% da população se identificam com algum povo originário, sendo que, destes, 77% com a etnia quíchua.

³⁸ A centralidade do território andino guarda relação com a organização territorial muito antes da colonização, já que esse espaço já tinha sido integrado e estruturado durante o império Inca, uma civilização baseada, prioritariamente, em sistemas urbanos (Souchaud e Baeninger, 2008). Por oposição, a hoje região oriental da Bolívia foi ocupada muito posteriormente e não foi marcada pelo “controle e expansão territorial duradouros” (Idem: 273), como ocorreu na região andina. Esse processo, que nos ajuda a entender a separação entre esses dois territórios, de acordo com Souchaud e Baeninger, pode ser entendido pela chave da presença/ausência de cidades nessas duas regiões. No período colonial, no entanto, formaram-se as principais cidades bolivianas,

ser revertido a partir dos anos 1950, momento em que há uma reorientação dos equilíbrios de forças entre as várias regiões do país a partir de uma série de medidas políticas e econômicas – como a já citada Reforma Agrária em 1952, mas, sobretudo, uma clara reorientação dos recursos financeiros do Estado em direção às planícies orientais a favor do desenvolvimento agrícola, industrial e extrativo (Ledo García, 2000).

Gráfico 1. Seção transversal Leste-Oeste do perfil topográfico da Bolívia



Fuente: INE (1999).

Fonte: TeijeiroV. (2007:86).

De acordo com Ledo García (2000), em função desses acontecimentos, o eixo articulador das cidades bolivianas, antes baseado em La Paz-Oruro-Cochabamba, passaria a se localizar entre La Paz-Cochabamba-Santa Cruz (sendo esta última a principal cidade da parte oriental do país).

Segundo Souchaud e Baeninger:

A transferência das centralidades, ou pelo menos o reequilíbrio a favor do oriente, se fez sem transferência dos poderes políticos. Desse modo, hoje, o oriente, liderado por Santa Cruz de la Sierra, contesta o histórico predomínio político de La Paz e, de forma mais geral, da região andina, sobre o país, pedindo a autonomia de departamentos orientais (Souchaud e Baeninger, 2008:273).

centralizadas em torno da produção da prata, que foi por muito tempo o principal produto de exportação na Bolívia. Para uma visão mais completa do processo de urbanização do país, cf. Ledo García (2000).

Foi assim que, nas últimas décadas, Santa Cruz foi experimentando uma intensa transformação, passando de aldeia colonial à capital econômica da Bolívia, tendo desenvolvido a agroindústria, as minas e os hidrocarbonetos (Domenach, 2007: 22).

Cultural, política e economicamente vê-se estruturando um forte antagonismo entre oriente e ocidente³⁹, sendo que El Alto e Santa Cruz de la Sierra representam, hoje, os maiores expoentes, em cada um dos “lados” bolivianos. Entre os dois últimos censos (1992 e 2001), as duas cidades foram as únicas que apresentaram uma taxa de crescimento médio anual de 5% anuais (INE, 2003a). El Alto é a cidade do altiplano que mais cresceu nesse período, apesar de ainda não ter superado Santa Cruz (em 2001 por volta de 1.135.526 habitantes), com um crescimento fortemente relacionado com as migrações com origem nos departamentos do altiplano⁴⁰. Tampouco não é, ainda, mais populosa que La Paz, embora, segundo as projeções populacionais, em 2010 é provável que El Alto já tenha superado a capital boliviana (que cresce a apenas 1% ao ano), sendo esperado nessa contagem quase um milhão de habitantes vivendo na cidade altenha (cf. Tabela 1).

Se considerarmos, no entanto, a aglomeração urbana La Paz - El Alto, vemos que as duas cidades juntas constituem o maior pólo urbano do país, acumulando 1.446.935 habitantes (Garfías e Mazurek, 2005: 25)⁴¹. De acordo com Garfías e Mazurek:

También si se considera las funciones urbanas, no hay duda que la aglomeración constituya el primer polo nacional: función capital administrativa de La Paz, función industrial y comercial de El Alto, ubicación estratégica en la red de transporte internacional (Perú, Chile y el mar, proyecto de red transoceánica hacia Chile y Brasil), función cultural, como un símbolo indígena⁴² (Garfías e Mazurek, 2005: 23).

³⁹ Uma das expressões desse antagonismo está no uso das expressões *collas* e *cambas*. De acordo com Blanchard (2005), a população das terras baixas bolivianas – que se considera uma população marcada por uma “mestissagem branca” e dominada pelos europeus – denominam os andinos (das terras altas) de *collas*, enquanto que os andinos, chamam de os habitantes das terras baixas (e mais precisamente os habitantes da cidade de Santa Cruz) de *cambas*, denominação que possui dos dois lados um apelo pejorativo. A autora acredita que a origem mesma dos termos, que pode ser fonte de muitos debates, se relaciona com a dualidade primeira do território boliviano e as especificidades históricas das construções das identidades regionais na Bolívia.

⁴⁰ De acordo com Souchaud e Baeninger (2008:273), “Em 2001, 26,7% dos habitantes de Santa Cruz eram nascidos em outro departamento”. Os mesmos autores indicam que “Ao se considerar o local de nascimento dos residentes, em 2001, no departamento de Santa Cruz, verifica-se que 9,1% (182.765) nasceram nos departamentos andinos de La Paz, Potosí e Oruro” (Souchaud e Baeninger, 2008: 274).

⁴¹ Os dados de Arbona e Khol apresentados na Tabela 1 são um pouco diferentes, já que esses autores consideram o total populacional da área metropolitana La Paz-El Alto, de 1.373.251 habitantes.

⁴² Tradução livre: “Também se considerada as funções urbanas, não há dúvida de que a aglomeração constitua o primeiro pólo nacional: função de capital administrativa de La Paz, função industrial e comercial de El Alto, localização estratégica na rede de transporte internacional (Peru, Chile, e o mar, projeto de rede transoceânica em direção ao Chile e Brasil), função como um símbolo indígena”.

Tabela 1. População de El Alto e La Paz, 1950-2000

Ano	La Paz			El Alto			Área Metropolitana	
	População	Taxa de Crescimento (% a.a)	Porcentagem do total	População	Taxa de Crescimento (% a.a)	Porcentagem do total	Total	Taxa de Crescimento (% a.a)
1950	321.063	-	97	11.000	-	3	332.063	-
1960	363.000	1,3	92	30.000	10,5	8	393.000	1,7
1970	563.020	4,5	90	60.000	7,2	10	623.020	4,7
1976	635.283	2,4	87	95.434	8	13	730.717	2,7
1985	650.000	0,3	74	223.239	9,9	26	873.239	2,3
1992	713.378	1,2	64	405.492	8,9	36	1.118.870	3,6
2001	723.293	0,2	53	649.958	4,8	47	1.373.251	2,1
2010	732.000	0,2	43	962.097	4	57	1.700.097	2,7

Fonte: Arbona e Khol, 2004: 258.

1.2.2 Cidade migrante, cidade aimara

Da dupla que forma o conglomerado metropolitano La Paz-El Alto, como vimos, El Alto puxa o crescimento populacional, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980. Esse crescimento acelerado esteve relacionado, principalmente, a processos migratórios, já que todos os anos chegam ali cerca de 30 mil pessoas (Flores Vásquez, Herbas Cuevas *et al.*, 2007: 24). De acordo com o Censo de 2000 da Bolívia, 38,8% de sua população, ou seja, 246.267 pessoas que vivem na cidade, nasceram fora do município. De toda a população migrante da cidade, 90% chegaram depois de 1976, e dois terços depois de 1985.

Entender o processo migratório que envolve El Alto desde sua configuração inicial significa acercar-se da expressão que relaciona a cidade como “símbolo indígena”, mas também – retomando a frase com que começamos este item – uma “gran pista migracional de aterrizaje para las provincias del altiplano y el sur del país” (Archondo, 2000). Associando essas duas ideias nos aproximamos da caracterização das origens da população de El Alto, que mescla uma identidade aimara e migrante constantemente e mutuamente reforçadas.

Segundo Mazurek (2007), as migrações internas na Bolívia – fundamentais para entendermos as principais mudanças estruturais e territoriais no país – seguem hoje três elementos principais: (i) são definidas por lógicas de proximidade, sobretudo dentro das

mesmas regiões ecológicas (região andina, subandina e a planície amazônica); (ii) os fluxos mais importantes acontecem entre e para as cidades (princípio de gravidade) e (iii) a atração migratória é definida por bases culturais que independem, de maneira geral, da importância econômica dos lugares de destino. Com relação a esse terceiro elemento, apesar da importância dessas lógicas, a nosso ver, não se pode negar a atração econômica de algumas regiões, como é o caso da cidade de Santa Cruz.

O último elemento – que associa as migrações às bases culturais – também é uma das razões pelas quais se mantém forte o esquema das migrações internas dentro das regiões ecológicas, coincidentes, como dissemos, com a predominância de determinados grupos étnicos, como os aimaras no altiplano, embora a composição étnica deva ser entendida como muito mais híbrida e complexa.

Esse esquema da migração por proximidade nos faz questionar a lógica de migração que iria do altiplano para o oriente. Se, a primeira vista, essa configuração nos levaria a pensar que a maior parte da migração interna na Bolívia alimentaria o fluxo com origem no Ocidente mais pobre rumo ao Oriente rico e expansão, Cortes (2008) e Mazurek (2007) mostram que não é bem assim, embora não contestem que Santa Cruz seja o principal foco da migração interna na Bolívia hoje.

As pessoas que chegam a El Alto são provenientes, principalmente, das áreas de influência direta da cidade, ou seja, dos territórios rurais do departamento de La Paz: 80% dos migrantes vêm de localidades próximas da cidade, principalmente do altiplano norte e do sul do departamento (como das que vivem ao redor do lago Titicaca ao norte e oeste), mas também de espaços tropicais interandinos, como Los Yungas (Flores Vásquez, Herbas Cuevas *et al.*, 2007). Também existe um importante movimento com origem na própria cidade de La Paz: a cada ano, 2.500 habitantes desta cidade vão viver em El Alto (Garfías e Mazurek, 2005: 39), em parte incentivados por programas estatais de habitação, sem contar as mobilidades cotidianas que aumentam as intensas trocas entre as duas cidades.

Para entender o caso de El Alto, tomemos como exemplo a lógica migratória que vem estruturando a cidade fronteiriça de Yacuiba no sul da Bolívia, que parece indicar uma tendência comum. Neste caso vemos que o êxodo rural rumo às cidades mais próximas é acompanhado, cada vez mais, por um segundo movimento, de desconcentração populacional nas grandes cidades, que passam a ter um papel redistribuidor dessa

população para dentro e fora das fronteiras nacionais (Souchaud e Martin, 2007). O papel de Yacuiba, cidade mediana que nutre seu crescimento com os extremos – campos vizinhos pouco densos e grandes cidades distantes (Idem) –, revela esse fato. Isso acontece por meio de um esquema sequencial no tempo (em função, entre muitos aspectos, da maior taxa de urbanização do país) e de um fenômeno que associa a “concentración del origen de los emigrantes en algunos pólos urbanos mayores del país y dispersión de este archipiélago en el conjunto de la nación boliviana”⁴³ (Idem:78).

A capacidade de atração do município de El Alto revela que, mesmo tendo recebido um enorme contingente rural, o crescimento da cidade está longe de ser um fenômeno exclusivamente *campesino* (Indaburu Quintana, 2004), sendo que os dados sobre migração podem nos confundir a esse respeito. Uma forma de ponderar sobre o peso da população rural dos migrantes que chegam ao município é observar a composição dos dados migratórios – com base no lugar de nascimento dos habitantes –, que podem esconder sequências ou correntes migratórias e também etapas (a passagem desses migrantes por cidades, por exemplo). Se não estivermos atentos a essa particularidade, correremos o risco de confundir os migrantes de datas e momentos passados com os migrantes do presente, discernimento que, num país cada vez menos rural e mais urbano, é tarefa essencial.

A migração de El Alto também pode ser percebida pela estrutura etária do município. De acordo com Garfías e Mazurek (2005), as pirâmides etárias, tanto para 1985 (período máximo de expansão da cidade) como para 2001, mostram que os migrantes que chegam em El Alto – perfil compartilhado pela maioria dos sistemas migratórios – são bastante jovens, em idade de trabalhar e com poucos filhos. Essa movimentação migratória de um grande contingente de jovens também tem relação com a especificidade da transição demográfica na Bolívia (Chackiel, 2004).

Em conjunto com Guatemala, Honduras e Haiti, a Bolívia é um dos países da América Latina que iniciaram mais lentamente a transição da fecundidade, apresentando, até hoje, uma das maiores taxas de fecundidade⁴⁴ da região. Nos anos 1960, quando a

⁴³ “concentração da origem dos emigrantes em alguns pólos urbanos maiores do país e dispersão deste arquipélago no conjunto da nação boliviana” (Souchaud e Martin, 2007:78).

⁴⁴ As taxas de fecundidade são calculadas pela relação entre o número de filhos (nascidos vivos) e as mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos).

grande maioria da América Latina apresentava o início da queda na taxa de fecundidade (com exceção de alguns países como a Argentina, Uruguai e Cuba que já apresentavam taxas muito mais baixas), esta caiu pouco na Bolívia, continuando superior a seis filhos por mulher (alta e constante) (Calle Aguirre, 2003). A fecundidade na Bolívia só começa a cair, portanto, a partir do final da década de 1970, mas entre 2000 e 2004 ainda continua superior a 3,9 filhos por mulher (Guzmán, Rodríguez *et al.*, 2006). Essa taxa é próxima a de países como Haiti e Paraguai e mais distante do Brasil e Argentina, por exemplo, que chegam nessas décadas com uma taxa de cerca 2,3 filhos por mulher, embora com uma evolução, ao longo do tempo, muito distinta (cf. Anexo 1).

Tabela 2. Bolívia: taxa de fecundidade estimada, por períodos de 5 anos, 1950-2004

<i>Número médio de filhos por mulher</i>										
<i>1950-1954</i>	<i>1955-1959</i>	<i>1960-1964</i>	<i>1965-1969</i>	<i>1970-1974</i>	<i>1975-1979</i>	<i>1980-1984</i>	<i>1985-1989</i>	<i>1990-1994</i>	<i>1995-1999</i>	<i>2000-2004</i>
6,7	6,7	6,6	6,6	6,5	5,8	5,3	5,0	4,8	4,3	4,0

Fonte: Guzmán *et al.*, 2006: 589.

Mantendo ainda as fortes disparidades entre zonas ecológicas, contextos socioespaciais e grupos sociais, também em relação à fecundidade (INE, 2003b), a transição demográfica boliviana esteve relacionada às características socioeconômicas e níveis de desenvolvimento, considerando o pouco acesso à contracepção, como ocorreu em outros países com larga população indígena e rural. Em função, sobretudo, da alta fecundidade combinada a quedas nas taxas de mortalidade, que geram também uma alta taxa de crescimento natural, temos hoje na Bolívia uma população pouco envelhecida (a população com 60 anos ou mais representava de 5 a 7% do total em 2000) e ainda em crescimento acelerado (cf. Tabelas 3 e 4).

Tabela 3. Bolívia: taxa de crescimento natural estimada, por períodos de 5 anos, 1950-2004

<i>Taxa de crescimento natural (por mil)</i>										
<i>1950-1954</i>	<i>1955-1959</i>	<i>1960-1964</i>	<i>1965-1969</i>	<i>1970-1974</i>	<i>1975-1979</i>	<i>1980-1984</i>	<i>1985-1989</i>	<i>1990-1994</i>	<i>1995-1999</i>	<i>2000-2004</i>
22,6	23,8	24,3	25,2	26,2	25,0	25,1	25,5	25,8	23,8	22,4

Fonte: Guzmán *et al.*, 2006: 585.

Tabela 4. Bolívia: população total (meio do ano), 1950-2005 por mil

População total (meio do ano), por mil

1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
2.714	3.006	3.351	3.748	4.212	4.759	5.355	5.964	6.669	7.482	8.428	9.427

Fonte: Guzmán *et al.*, 2006: 588.

Nesse sentido, ressaltamos que, em consequência da especificidade da transição na Bolívia, observa-se o crescimento de uma importante população adulta jovem, que, por ser mais propensa à migração, constitui e engrossa esse movimento no país⁴⁵. Ao mesmo tempo, uma transição demográfica tardia, acompanhado de uma urbanização relativamente recente, processos totalmente imbricados, induz a um crescimento generalizado de cidades intermédias e grandes pólos urbanos, como é o caso de El Alto. Esse processo também vai ser responsável pela expulsão da população de El Alto, em função, entre outros fatores, da dificuldade de inserção no mercado de trabalho local.

Os grandes movimentos migratórios que aportaram em El Alto, principalmente na década de 1980, são atribuídos, também, a dois importantes acontecimentos na Bolívia. O primeiro, de ordem natural, esteve relacionado à devastação agrícola provocada pelo “fenômeno El Niño”, em 1982, levando a secas e inundações (Garfías e Mazurek, 2005). Nesta mesma ocasião, no contexto da crise econômica em toda a América Latina, houve a privatização e também desativação das minas de estanho concentradas principalmente nos departamentos de Potosí, Oruro e La Paz – tais como a Comibol, Corporação Mineira Boliviana (D'andrea e Martin, 2007). Esses processos deixaram desempregados cerca de 23 mil trabalhadores mineiros, aos quais deve-se acrescentar suas famílias e os que se envolviam indiretamente nessa atividade (Ledo García, 2000). Ou seja, toda uma economia que mobilizava cerca de 200 mil pessoas foi desativada, deixando um enorme contingente

⁴⁵ Não estamos aqui considerando que existem efeitos mecânicos que relacionam, de maneira determinista, a pressão demográfica e os processos migratórios, mas consideramos que “la fecundidade elevada y el crecimiento demográfico acelerado promueven la migración dentro de un contexto socio-económico específico porque presionan la infra-estructura, los servicios, el mercado de trabajo y, de modo general, reducen el ritmo de progreso social y económico”(Martine, Hakkert *et al.*, 2000). Tradução livre: “a fecundidade elevada e o crescimento demográfico acelerado promovem a migração dentro de um contexto socioeconômico específico porque pressionam a infraestrutura, os serviços e o mercado de trabalho e, de modo geral, reduzem o ritmo de progresso social e econômico”.

populacional sem trabalho em lugares que se organizavam basicamente em torno dessa atividade.

A expulsão generalizada dos trabalhadores – chamada, de maneira eufêmica, de “relocalização” (Ledo García, 2000) –, em grande parte, pouco qualificados, desencadeou um forte processo de emigração interno no país, já que não havia alternativas aos mineiros e muito menos qualquer tipo de acompanhamento político das pessoas que foram expulsas das minas.

Se parte desse contingente se dirigiu à região oriental boliviana em pleno desenvolvimento, uma parte importante deslocou-se para El Alto, o que ajudou a definir a origem migratória da cidade, que mescla ex-mineiros, ligados, em grande parte, à cultura quíchua (com relação à cultura dominante em seus departamentos de origem), com as populações oriundas de lugares da cercania da cidade, provenientes, portanto, das mesmas zonas ecológicas (ligados à cultura aimara). Esse fato cria uma espécie de hibridismo cultural, que se verá refletido nas formas de organização social e política de El Alto.

De um lado, portanto, é sempre reforçada em El Alto uma identidade aimara que nos remete a algumas das zonas de origem dos migrantes que chegam à cidade (principalmente de suas áreas mais próximas), predominantemente pertencentes a essa etnia. A questão da identidade aimara – embora muito delicada, principalmente pela dificuldade em traçarmos linhas precisas no que tange à identidade indígena⁴⁶ – nos parece aqui relacionada com a origem da população ligada a essa etnia, mas também com a criação, em El Alto, de um “sentido de pertencimento coletivo aimara” (Flores Vásquez, Herbas Cuevas *et al.*, 2007: 32), sintetizado na referência de Zibechi (2006) à população da cidade como “*aymaras* urbanos”. Sendo assim, podemos entender El Alto como uma cidade articuladora dessa identidade.

Além do uso da língua aimara⁴⁷, a predominância dessa etnia em El Alto pode ser verificada no fato de que 81,3% dos 391.715 habitantes maiores de 15 anos da cidade declaram a identificação com um povo originário (Arbona, 2006), sendo que 75% com

⁴⁶ Sobre essa questão cf. Albó (2005).

⁴⁷ De acordo com Baby-Collin (1998): “Si 97% de la population *alteña* parle espagnol, plus de 60% parle aussi et avant tout aymara, langue que reste très utilisée dans les familles e sur les lieux publics” (Baby-Collin, 1998:160). Tradução livre: “Se 97% da população *alteña* fala espanhol, mais de 60% fala também e sobretudo aimara, língua que continua sendo muito utilizada entre as famílias e nos lugares públicos”.

aimaras (INE, 2003a). De acordo com Baby-Collin (1998), a cultura aimara é expressa também pela indumentária, hábitos alimentares e nas crenças religiosas⁴⁸.

A cultura aimara da cidade, evidentemente, não pode ser considerada de maneira pura e essencialista. Ao contrário, sua expressão é fortemente marcada por misturas e hibridismos. De acordo com Rojas e Guaygua (2002):

[El Alto é] Tierra de migrantes aymaras y de expresión bilingüe (aymara-castellano), espacio urbano de prácticas culturales nativas y al mismo tiempo de adopción de costumbres occidentales, escenario que acoge una cultura religiosa sincrética inspirada en el dios exógeno y en la pachamama y achachilas protectores andinos. Una ciudad matizada de polleras, mantas y sombreros como indumentaria predominante de las mujeres migrantes y de vestimentas de ‘chotas’ y ‘birlochas’ como rasgo central de las hijas de migrantes en proceso de desclavamiento y en ensayo de una ‘nueva identidad’ (Rojas e Guaygua, 2002: 11).

1.2.3 Cidade informal, cidade de luta e sua constituição política e produtiva

O grande deslocamento de ex-mineiros em direção a El Alto e a presença de uma forte cultura indígena aimara na cidade contribuíram, também, para a criação de uma intensa tradição sindicalista e política no município. De acordo com Arbona (2006:52):

(...) el ser o identificarse como indígena en El Alto conlleva a múltiples negociaciones entre memorias históricas, expresiones culturales, y formas de construcción y de participación en espacios políticos. Estas negociaciones también se entrelazan con memorias y expresiones de los emigrantes de las zonas mineras (...). Son estos tres ejes: formas de identificaciones minera e indígena en un contexto de precariedad laboral-social que han alimentado la organización de entidades político-sociales⁴⁹.

⁴⁸ Sobre a vestimenta, a autora cita a tradição indumentária das *cholitas* bolivianas – vestidas com suas saias coloridas justapostas umas sobre as outras para se proteger do frio, chales de lã de lhama ou alpaca, e o chapéu de feltro colocado sobre longos cabelos trançados. Sobre as crenças religiosas, há um forte sincretismo entre o catolicismo e as religiões populares tradicionais e cita a devoção à Pachamama – deusa aimara da terra. Para um aprofundamento da questão religiosa em El Alto e principalmente a atual e forte presença da Igreja Evangélica na cidade, cf. Guaygua Ch. e Castillo H. (2008). Em relação aos hábitos alimentares, a autora fala do uso de ingredientes típicos como o *chuño*, um tipo de batata que se conserva desidratada que é parte importante da alimentação cotidiana nessa cultura. No capítulo 2 deste estudo falamos desse e de outros ingredientes que são encontrados nas feiras de bolivianos na RMSP.

⁴⁹ Tradução livre: Terra de migrantes aimaras e de expressão bilingue (aymara-castellano), espaço urbano de práticas culturais nativas e ao mesmo tempo de adoção de costumes ocidentais, cenário que acolhe uma cultura religiosa sincrética inspirada em um deus exógeno e na pachamama e *acachilas* protetores andinos. Uma cidade enfeitada de saias, mantas e chapéus como indumentária predominante das mulheres migrantes e de vestimentas de ‘chotas’ e ‘birlochas’ como característica central das filhas de migrantes em processo de despregamento e ensaio de uma nova identidade”.

A forte efervescência cultural e política, aliada à sua localização como ponto de convergência de meios de comunicação que unem a região de La Paz ao resto do mundo, fazem de El Alto uma cidade estratégica no espaço político nacional (Arbona, 2006). Para Germán Guaygua, essas características:

(...) han contribuido a definir las estructuras de movilización social de sus pobladores, en las que se puede distinguir dos componentes: una estructura barrial y gremial para la rebelión y unos marcos de construcción del discurso de movilización basados en la identidad indígena, de lo que resulta una cultura política que combina elementos del sindicalismo y formas tradicionales de organización territorial-política⁵⁰ (Guaygua, S/d: 3).

Os objetivos das lutas urbanas⁵¹ estão quase sempre relacionados à conquista de melhores condições de vida e infraestrutura, já que em El Alto somente 7% da população têm suas necessidades básicas satisfeitas. Essa condição espelha, de certa forma, a incapacidade do governo municipal de criar condições físicas e estruturais mínimas diante do tamanho crescimento urbano e populacional da cidade (Arbona e Khol, 2004: 260).

A cidade mantém um padrão de ocupação disperso e pouco denso – espalhado em 153 km² de uma urbanização extensiva e homogênea, e à primeira vista, são dificilmente identificáveis centralidades. A baixa densidade de 4.227 habitantes/km², refletida no espalhamento das construções da cidade, contribui para uma sensação de homogeneidade, que se completa com a horizontalidade das casas e com o fato de que é possível andar por um bom tempo em uma rua alenha sem encontrar pessoa caminhando ou portão aberto. Se nas partes mais centrais e consolidadas da cidade prevalecem casas de alvenaria sem revestimento, em geral, a paisagem é da cor bege do tijolo de adobe⁵². O azul brilhante de

⁵⁰ Tradução livre: “(...) contribuíram para definir as estruturas de mobilização social de seus habitantes, das quais se podem distinguir dois componentes: uma estrutura de bairro e de grêmios para a rebelião e marcos de construção do discurso de mobilização baseados na identidade indígena, do que resulta uma cultura política que combina elementos do sindicalismo e formas tradicionais de organização territorial-política”.

⁵¹ El Alto foi o epicentro de diversas manifestações políticas e teve um papel importante nas *Jornadas de Octubre* (Jornadas de Outubro), em torno da agenda de nacionalização dos hidrocarbonetos e a criação de uma Assembleia Constituinte por meio da Federação de Juntas de Vizinhos (FEJUVE) da cidade. Nesse período, a cidade também foi testemunha das primeiras marchas e bloqueios em reação a uma resolução municipal para estabelecer um sistema de cadastro para regular as transações de bens da população, que encontrou resistência da população que entendeu se tratar de uma estratégia de tirar dinheiro dos pobres (Arbona, 2006). As mobilizações fizeram um bloqueio nas principais vias de El Alto e La Paz durante dois dias e resultaram na revogação da Lei.

⁵² O uso do adobe pode ser considerado uma reminiscência das construções tradicionais rurais andinas (Souchaud e Martin, 2007). Além de ser barato, o adobe é uma boa solução em termos construtivos por

janelas chama a atenção como um dos únicos detalhes vistosos nas construções, o que nos remete, por instantes, à ideia de conforto urbano.

Atualmente, trata-se de um município quase exclusivamente urbano (99,6% da população de El Alto vivia em território urbano em 2001) que chama a atenção pela dimensão e extensão da fragilidade e da pobreza, uniformemente distribuídas. O município é composto por oito distritos que possuem características distintas em termos de extensão territorial, acesso a serviços, infra-estrutura, qualidade de vida, tipo de produção, origem cultural, etc., sendo presente a divisão, em termos de desenvolvimento, entre as zonas norte e sul do município, separadas pelo aeroporto. Mesmo diante dessa separação, não há em nenhum dos distritos uma homogeneidade em relação aos indicadores de saúde, educação e emprego, entre outros, o que faz com que em nenhum deles possa existir a “necesaria correlación y simbiosis entre los diferentes elementos que hacen al desarrollo”⁵³ (Durán *et al.*, 2007:12). Existem, portanto, poucos distritos ligeiramente mais consolidados⁵⁴, que não chegam a constituir uma centralidade regional (pelo menos aos moldes da maioria das cidades bolivianas).

El Alto, muitas vezes descrita na literatura como a “cidade-problema” ou “cidade em emergência” da Bolívia (Indaburu Quintana, 2004), possui distritos cuja qualidade de vida, em termos de acesso a equipamentos públicos, é mais precária do que a da zona rural boliviana, bastante empobrecida. Somente 48 nascimentos de cada 100, por exemplo, são atendidos por médicos e em um estabelecimento de saúde (Flores Vásquez, Herbas Cuevas *et al.*, 2007). Pouquíssimos habitantes têm a segurança jurídica da posse de suas casas, sendo que somente 63,4% delas têm sanitários (quando existem, muitas vezes são coletivos) e 34,9% possuem acesso à água potável (Durán Chuquimia, Arias Díaz *et al.*, 2007). Esses fatores fazem com que de cada 100 casas, só 45 sejam adequadas⁵⁵ (Idem).

proteger as casas do frio (Baby-Collin, 1998). Em relação à La Paz (protegida por sua localização geográfica deprimida), El Alto é bastante fria, sendo que a temperatura média anual é de 8°C (Idem).

⁵³ Tradução livre: “necesária correlação e simbiose entre dois diferentes elementos que compõe o desenvolvimento”.

⁵⁴ Entre eles estão os bairros de *Villa Dolores*, *Ciudad Satelite*, *1 de Maio* e *Villa Adela*, localizados em uma região mais central, logo abaixo do aeroporto.

⁵⁵ Por moradia adequada os autores entendem “viviendas que cuentan con piso de machihembre, parquet y/o alfombra; paredes de ladrillo, concreto u hormigón; tienen sanitario, agua potable por cañería dentro de la vivienda así como energía eléctrica” (Durán *et al.*, 2007:4). Tradução livre: “casas que contam com piso de machihembre, taco e/ou carpete de madeira; paredes de tijolos, concreto ou cimento; possuem banheiro, água potável encanada dentro da casa assim como energia elétrica”.

Além disso, 80% das casas do município foram sendo autoconstruídas, ao longo de muitos anos, à margem da dotação estatal e do mercado imobiliário, contando com a ajuda financeira familiar (Durán Chuquimia, Arias Díaz *et al.*, 2007). De maneira geral, podemos observar dois padrões de construção na cidade: casas de apenas um piso, feitas de adobe, e habitações de mais de um andar (em geral dois ou três), de alvenaria e sem acabamento.

Quando dispõe de recursos, o altenho investe em sua moradia compondo misturas arquitetônicas diversas, com influências de padrões bastante distantes do contexto cultural da cidade, como coberturas de telhados tipo suíças, apropriadas para a neve num estilo que em nada lembraria uma cidade pobre da América Latina. Guaygua (2008) associa tais referências à migração internacional: a maior parte dos recursos para o incremento da moradia viria de remessas provenientes de trabalho fora do país, dando lugar ao que poderia ser denominada “arquitetura de remessas”, originando distinções intraterritoriais a partir de recursos e linguagens vindas de fora, representando riqueza e status adquiridos apenas mediante a emigração.

Grande parte das construções da cidade é de “moradias produtivas” (Durán Chuquimia, Arias Díaz *et al.*, 2007), que sustentam uma economia predominantemente informal e assentada no trabalho familiar, reminiscência da origem rural aimara, em que a produção e as relações de parentesco estão intimamente ligadas⁵⁶. Nessas moradias produtivas costumam funcionar microempresas familiares (de um a quatro trabalhadores) que amparam a maior parte da produção altenha: 70% da população ocupada trabalham no setor familiar (50%) ou semiempresarial (20%).

Em El Alto não houve, como vimos, crescimento relacionado à industrialização (Rojas e Guaygua, 2002), sendo que a base da economia é o trabalho informal: entre 1992 e 2001, a participação da PEA no trabalho informal cresceu 162% em El Alto (Arbona e Khol, 2004). Essa economia, no entanto, não consegue absorver a população economicamente ativa do município, predominantemente jovem. De acordo com Rojas e Guaygua (2002), entre 1998 e 2000:

(...) la población en edad de trabajar (PET) de El Alto se incrementó en un 130% en virtud del crecimiento vegetativo poblacional y el arribo

⁵⁶ Voltaremos a questão das lógicas de parentesco no capítulo 3. Para uma leitura aprofundada sobre esses assunto, cf. Spedding (2008).

permanente de flujos migracionales a esta ciudad, teniendo como rasgo significativo una mayor participación de la población joven⁵⁷ (Rojas e Guaygua, 2002: 13).

A economia informal de El Alto gira em torno, em grande parte, da produção manufatureira, o que faz com que o município “houses most of the manufacturing industries in the Bolivian highlands”⁵⁸(Arbona e Khol, 2004: 261). Em 2000, ¼ da população ocupada da cidade ganhava a vida nesse setor, em que a participação das unidades familiares e semiempresariais é decisiva (Rojas e Guaygua, 2002).

A produção em pequenas fábricas familiares ou semiempresariais (onde é feita 90% da produção industrial geral da cidade) apresenta uma concentração importante na área de confecção e costura – fator interessante para pensarmos uma das conexões El Alto-São Paulo. De acordo com dados de Durán Chuquimia, Arias Díaz *et al* (2007), se juntarmos as categorias “fabricação de produtos têxteis” e “fabricação de prendas de vestir e tingimento de peles”, temos que 40% da produção industrial de El Alto estão centrados na produção têxtil. E, ainda, segundo um relatório da Camara de Indústrias do departamento de La Paz:

La ciudad de El Alto cuenta con 5.045 establecimientos industriales, que emplean a 16.959 trabajadores. La mayoría de los establecimientos productivos está dedicada a la fabricación de prendas de vestir, entre las cuales se encuentran tejidos de punto y prendas de materiales sintéticos combinadas con fibras naturales. De las 1546 industrias en este rubro, sólo 1 empresa está clasificada como gran industria y 58 como pequeñas industrias, el resto de los establecimientos está formado por microindustrias⁵⁹ (Andrade, 2005: 13).

⁵⁷ Tradução livre: “a população de El Alto em idade de trabalhar aumentou 130% em virtude do crescimento vegetativo populacional e o aumento permanente de fluxos migratórios para essa cidade, tendo como traço significativo uma maior participação da população jovem”.

⁵⁸ Tradução livre: “a cidade de El Alto conta com 5.045 estabelecimentos industriais, que empregam 16.959 trabalhadores. A maioria dos estabelecimentos produtivos dedica-se à produção de roupas entre as quais se encontram malhas e peças de materiais sintéticos combinadas com fibras naturais. Das 1546 indústrias deste ramo, apenas uma está qualificada como grande indústria e 58 como pequenas indústrias, o resto dos estabelecimentos são considerados micro-indústrias”.

⁵⁹ Os autores do texto não definem o que são grandes, médias, pequenas e micro indústrias. Para o caso brasileiro, com base em Melchior (2010, site Jusnavigandi) e considerando um critério quantitativo, as indústrias consideradas micro empregam de 1 a 10 empregados e lucram até R\$400 mil anuais; as indústrias pequenas possuem de 11 a 40 empregados e lucram até R\$3,5 milhões e as médias indústrias teriam de 41 a 200 funcionários, lucrando até R\$ 20 milhões anuais.

1.2.4 El Alto, “reservatório populacional”: atração e expulsão populacional

Pelo o que demonstramos, El Alto parece ao mesmo tempo centralizar alguns fluxos populacionais internos ao país e, por não possui meios de manter essa população em meio à tamanha precariedade e pobreza, acaba também expulsando contingentes populacionais, o que faz com que a cidade se constitua como uma espécie de “reservatório populacional”, atuando como receptora e distribuidora de população para outros locais. Colocamos aqui a possibilidade de se pensar na cidade de El Alto atuante na cena migratória boliviana nessas duas frentes: atração e expulsão populacional.

Essa atuação da cidade pode ser observada no quadro que revela os volumes da migração a partir e para a cidade entre 1996 (cinco anos antes do Censo) e 2001 (data do Censo). Apesar de o saldo migratório ser positivo, os emigrantes representam cerca de 20% do total de migrantes, porcentagem que não pode ser considerada baixa.

Tabela 5. El Alto: indicadores de migração entre secciones municipales da população de 5 anos ou mais de idade, 1996-2001

<i>Residência habitual 2001</i>	<i>Residência 5 anos antes 1996</i>	<i>Não migrante</i>	<i>Imigrantes</i>	<i>Emigrantes</i>	<i>Saldo Migratório</i>
544.688	496.463	480.172	64.516	16.291	48.225

Fonte: INE, 2004: 193.

Em relação às causas para a emigração de El Alto, as más condições de vida da cidade e o desemprego são, aparentemente, razões primordiais que levam as pessoas a saírem do município. No entanto, as próprias configurações social, territorial e política da cidade devem ser entendidas como fatores de expulsão de população e conexão com outros espaços.

Pensando nas condições políticas do município, Indaburu Quintana (2004) acredita que

Los criterios de exclusión, confrontación, división, separación, etc. han hecho de la relación entre vecinos [em El Alto] sea de confrontación y exclusión. Por ello, El Alto no es una ciudad acogedora. Los migrantes a

El Alto, resiente su falta de incorporación por muchos años⁶⁰ (Indaburu Quintana, 2004: 78).

O mesmo autor acrescenta que as disputas políticas internas, ou o “acallamiento de voces discordantes y de opiniones diferentes” que, segundo o autor, “(...) no es suficiente causa para que una familia emigre, pero es un componente que sumado a otros está dando lugar a una intencionalidad de cambio de residencia”⁶¹.

Existe também outro elemento ligado à relação que os migrantes recentes mantêm com seus lugares de origem. Mazurek (2007) observa que há a tendência por parte dos migrantes de El Alto de manterem a dupla residência na cidade e nos locais de origem. Em função dessa conexão, algumas regiões do município guardam muito das características e traços dos locais de origem dos migrantes que ali habitam – como vimos na demonstração da importância desta população na conformação da cidade.

Esse fato figura como um elemento importante para pensarmos a emigração de El Alto, uma vez que os migrantes podem acabar ocupando apenas uma das casas em determinados momentos, ou seja, voltam aos seus lugares originais. A dupla residência, que amplia o espaço de vida desses migrantes, nos remete à ocupação de distintos territórios simultâneos e pode nos ajudar a entender os processos de emigração para outros lugares, fora do país, amparados também por essa lógica.

1.2.5 El Alto e RMSP: as possíveis conexões de um fluxo migratório

Mas para onde estão indo os migrantes que saem de El Alto? Com base nos estudos exploratórios na Bolívia (em El Alto e La Paz) e em São Paulo, em dezembro de 2008, mas, principalmente, na análise macro da problemática migratória Bolívia-Brasil, supomos que parte desse contingente está se dirigindo ao Brasil e, neste país, especificamente a RMSP. Essa hipótese se baseia em algumas informações, sendo que as mais importantes são a atuação de El Alto no dispositivo migratório boliviano.

⁶⁰ Tradução livre: “Os critérios de exclusão, confrontação, divisão, separação, etc. têm feito com que a relação entre vizinhos [de El Alto] seja de confrontação e exclusão. Por isso, El Alto não é uma cidade acolhedora. Os migrantes que se dirigem a El Alto ressentem sua falta de incorporação por muitos anos”.

⁶¹ Tradução livre: “calar de voces discordantes e opiniões diferentes não é suficiente causa para que uma família emigre, mas é um componente que somado a outros, está dando lugar a uma intencionalidade de mudança de residência”.

Confirmando, de certa forma, nossa perspectiva, Rojas e Guaygua (2002) afirmam que El Alto:

Mientras recibe contingentes importantes de migrantes del altiplano paceño y de otras latitudes, expulsa, aunque sea temporalmente, trabajadores y pequeños productores artesanos hacia ciudades argentinas, brasileñas y chilenas en busca de empleo y un futuro diferentes⁶² (Rojas e Guaygua, 2002: 11).

Outra suposição se baseia na ideia de substituição crescente dos fluxos que antes se dirigiam à Argentina e que, em função da crise econômica que o país tem sofrido nos últimos dez anos, passaram a ter o Brasil como destino (Domenach, Celton *et al.*, 2007).

De fato, em uma entrevista feita com uma família boliviana residente em São Paulo, foi possível perceber que essa “transferência de destinos migratórios” não é necessariamente linear: já habitante de São Paulo, o entrevistado foi para Buenos Aires em 1993, na época do governo Collor no Brasil, tendo retornado a esta cidade com a implantação do Plano Real (1994). O entrevistado relatou que seus irmãos, também migrantes na capital paulista, fizeram a mesma “mudança de rota” em direção à Argentina, voltando mais tarde para terras brasileiras. Essa ideia, no entanto, deve ser ponderada já que as migrações bolivianas à Argentina, mesmo em períodos de crise, nunca cessaram mas, ao contrário, continuaram constantes (Maguid, 1997).

A substituição de destinos também pode ser atribuída às políticas migratórias cada vez mais rígidas no continente europeu, aos riscos mais baixos para a migração, à maior reversibilidade das migrações de menores distâncias e à necessidade de menos recursos para a emigração regional.

Se pensarmos no perfil econômico de El Alto e na clara especialização no ramo da costura e produção têxtil (que evidenciaremos ao longo do trabalho), também podemos traçar um paralelo, considerando que esse dado representa uma especificidade migratória voltada a um ramo característico de trabalho. As redes sociais que se criam a partir dessa conexão podem fornecer um caminho de análise, levando-nos a constatar a ligação migratória entre El Alto e São Paulo, embora, isolada de outras indagações, essa análise não seja suficiente para compreendermos esse processo.

⁶² Tradução livre: “Enquanto recebe contingentes importantes de migrantes do altiplano paceño [de La Paz] e de outras latitudes, expulsa, mesmo que temporariamente, trabalhadores e pequenos produtores de artesanais rumo a cidades argentinas, brasileiras e chilenas em busca de emprego e de um futuro diferentes”.

As entrevistas realizadas em 2008 com dois pesquisadores de El Alto – o antropólogo Germán Guaygua e a assistente social Maria del Rosario Huarachi Vela, que desenvolvem estudos sobre a emigração dos altenhos – também indicam essa conexão, apontando, inclusive, distritos da cidade marcados pelos destinos migratórios, ou seja, espaços em que os migrantes se dirigem mais à Espanha, outros que se voltam à Argentina e, cada vez mais, ao Brasil.

Uma primeira questão relevante é a natureza desse fluxo: podemos sugerir que se trata de um movimento constituído por temporadas específicas, compondo o que Mazurek (2007) denomina como “migrações sazonais” para países vizinhos (no caso Bolívia/Brasil)? Nesse sentido, seria mais plausível falar também em mobilidades e não somente migrações no sentido de caráter definitivo das mudanças de espaço? As respostas a essas perguntas podem estar no tipo de envolvimento econômico dos migrantes na sociedade de destino e origem (como a produção de roupas com suas variações entre temporadas em que há mais e menos trabalho), na variabilidade dos destinos (“revezamento” entre Argentina e São Paulo), no fato de que os migrantes mantêm laços com os locais de origem.

Pensando no caráter distribuidor de população de El Alto e na hipótese de que a cidade pode se constituir como uma etapa migratória da população que tem como destino final a RMSP, é fundamental ponderarmos a respeito de uma possível origem rural desses migrantes, como relatado por alguns autores (cf. Silva, 2008:22). Esse questionamento parte da hipótese da centralidade de El Alto em relação à migração rural-urbana, com origem nas localidades que cercam a cidade, e no fato de que a experiência urbana acumulada é relatada como um elemento central nos projetos migratórios (Domenach, 2007). Os bolivianos que se dirigem a RSMP têm origem rural ou urbana? Ao que tudo indica, estamos nos referindo a um caso migratório de relação entre cidades, o que tem uma influência direta na inserção desses migrantes em São Paulo.

Outra questão a ser colocada diz respeito à importância da cultura aimara no entendimento da migração para o Brasil, dada sua preponderância na população de El Alto. Considerando as relações de compadrio e parentesco (família estendida), por exemplo, que estruturam as atividades econômicas da cultura aimara, indagamos sobre a relação entre esse fluxo e o processo migratório: o movimento rumo a RMSP é calcado em um projeto individual ou familiar/coletivo? Em que medida esse traço cultural reflete na maneira como

essa migração de desenvolve na cidade? Muitas das relações entre empregador e empregado nas oficinas de São Paulo são também de compadrio e familiares, e essas redes são definidoras do destino da emigração, assim como de uma melhor ou pior inserção inicial do migrante no mercado de trabalho no local de destino. Desenvolvemos essas ideias no terceiro capítulo desta dissertação.

De qualquer forma, o papel de El Alto nas migrações de bolivianos para a RMSP parece indicar mais do que uma simples relação de casualidade. Agregar conhecimento sobre as regiões de origem, ou “reservatórios populacionais”, pode nos oferecer chaves para qualificar e compreender os processos migratórios contemporâneos, que se diferenciam claramente das ondas migratórias anteriores ao Brasil e a região metropolitana paulista.

Nesta primeira parte do capítulo, apresentamos brevemente o município de El Alto, retratando alguns elementos principais da história da cidade e sua composição atual. Esse resgate nos foi importante para sustentar uma das hipóteses deste trabalho, no que se refere ao papel dessa cidade – ou da passagem por essa cidade – na migração dos bolivianos à RMSP a partir dos anos 1980. A comprovação dessa hipótese de maneira mais definitiva ou sistemática deve, no entanto, ser fonte de pesquisa para trabalhos futuros.

A seguir, recuperamos as origens e características da migração boliviana ao Brasil. Para tal, voltamos um pouco no tempo retomando alguns momentos da história dessa migração que nos ajudará a melhor compreender o quadro migratório atual entre esses dois países.

1.3 Origens e características da migração boliviana ao Brasil

1.3.1 As diferenças temporais dos fluxos de bolivianos ao Brasil

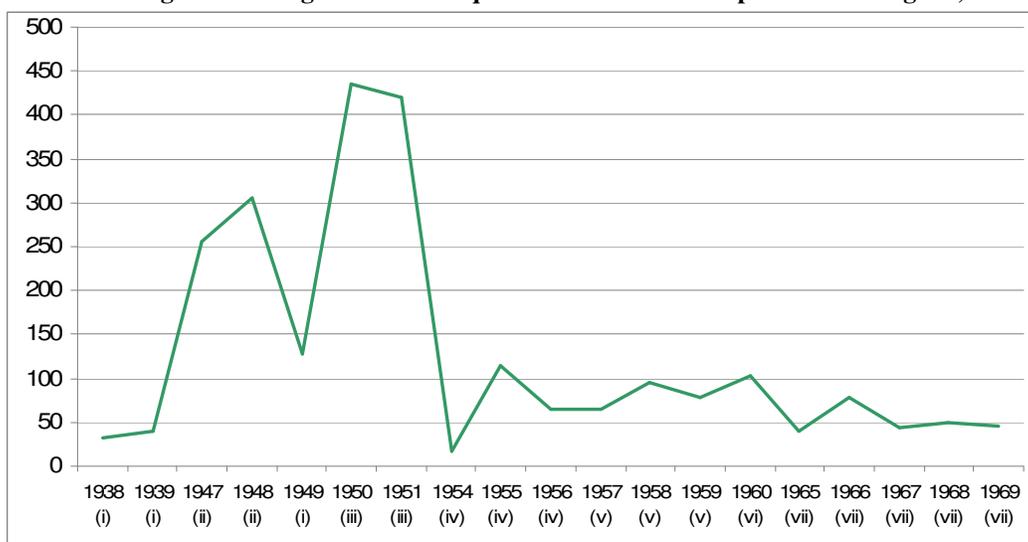
Embora saibamos que existam bolivianos residindo em lugares diversos no Brasil desde o final do século XIX, sobretudo na zona fronteira entre os dois países (Manetta, 2009), nos arquivos históricos censitários de população fornecidos pelo IBGE (2004)⁶³,

⁶³ Esses dados referem-se à entrada de bolivianos no Brasil, por ano de chegada, entre migrantes temporários e permanentes (a soma dessas duas categorias). Tratam-se das entradas de estrangeiros no país identificadas por ano de chegada e nacionalidade. De acordo com a classificação e nomenclatura dos dados, consideramos as entradas tanto de bolivianos “permanentes” (“primeiro estabelecimento”, “licença de retorno”, etc.) quanto de “temporários” (“turistas”, “viagem de negócios”, etc.). Essa consideração se deve ao fato de que muitos

observamos o primeiro registro de entrada de nacionais da Bolívia em 1938, quando foram contabilizadas 38 entradas, seguidas de quarenta no ano seguinte (cf. Gráfico 1). Trata-se de um número bastante restrito, principalmente se comparado a outros grupos no mesmo período, como algumas nacionalidades europeias (alemães, italianos, portugueses), ou mesmo de outros países latinoamericanos, como a Argentina, que tem, na mesma fonte de dados, o registro de entrada de 5674 nacionais no Brasil nesse mesmo ano, 1938.

Os registros de chegada de migrantes bolivianos no país seguem um fluxo pouco expressivo nesse período (primeiras décadas do século XX), intensidade que varia num pequeno crescendo até os anos 1980, quando assume uma nova escala: são então contabilizados 12980 bolivianos residindo no Brasil, de acordo com dados do CELADE (2006).

Gráfico 2. Estrangeiros de origem boliviana que entraram no Brasil por ano de chegada, 1938-1969



Fonte: IBGE: Estatísticas do Século XXI, 2002 - tabelas selecionadas e conjugadas

(i) Fonte original: Departamento Nacional de Imigração e Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

(ii) Fonte original: Serviço Federal de Bio-Estatística e Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

(iii) Fonte original: Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1953.

(iv) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 1957.

(v) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil, 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(vi) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

dos turistas poderiam ser “permanentes”, assim como os “primeiro estabelecimento” poderiam estar de passagem. Além disso, não sabemos onde foram registradas essas entradas.

(vii) Fonte original: Departamento Nacional de Mão-de-Obra, Divisão de Migração. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1970. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, 1970.

Tabela 6. Migrantes residentes no Brasil segundo país de origem e décadas de chegada, 1970-2000

<i>País de nascimento</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>
Bolívia	10712	12980	15691	20398
Argentina	17213	26633	25468	27531
Uruguai	13582	21238	22143	24740
Paraguai	20025	17560	19018	28822
Peru	2410	3789	5833	10841
Chile	1900	17830	20437	17131

Fonte: IMILA/ CELADE (2006)

A pouca expressividade do fluxo nos anos 1930 e 1940 acompanha o arrefecimento das migrações internacionais totais para o Brasil. Nesse momento, há uma quebra na experiência que marcou sua história imigratória, cuja maior expressão foi, na virada do século XIX para o XX, a “migração em massa”⁶⁴ (jamais reiterada), sobretudo de europeus. Vale ressaltar que a partir de 1950 o saldo migratório brasileiro passa a ser negativo (Oliveira, 2001), ou seja, o número de pessoas que saem do país do passa a ser maior do daquelas que entram.

Em termos de postura política frente à imigração, é a partir dos anos 1930 que se altera completamente a maneira como o Estado brasileiro passa a encarar a entrada de migrantes no país. Esse direcionamento política contraria, pela primeira vez, o favorecimento explícito da imigração internacional no Brasil e em estados como São Paulo, onde imperava a produção de café durante o final do século XIX e início do XX⁶⁵. Em 1930, o Estado centralizado, a crise econômica (provocada pela queda do preço do café e esvaziamento dos latifúndios) e a clara prerrogativa da proteção da mão-de-obra nacional

⁶⁴ A literatura sobre a migração ao Brasil e a São Paulo neste período é vasta. Entre os autores que trabalham com dados gerais e recuperações históricas abrangentes, cf., entre outros, Fausto (1991); Seyferth (2007) e Levy (1974).

⁶⁵ Contextualizando de maneira bastante sumária, o incentivo à imigração nesse período tinha objetivos políticos (alternativa política no momento da abolição da escravidão), mas também econômicos (transição da economia agrária para capitalista) e ideológicos (embranquecimento populacional) (Vainer, 1995). A migração era incentivada por meio de leis e medidas, muitas das quais criadas pelos próprios estados, principalmente São Paulo. Uma parte grande dos migrantes internacionais europeus que chegaram ao estado nesse período trabalhou nas lavouras de café.

influenciaram a criação de bases jurídicas para o controle e restrição dos fluxos migratórios (Bernasconi e Truzzi, 2002).

Essa atitude acompanha também um movimento de restrições migratórias em toda a América Latina (Pellegrino, 2003), influenciado, é claro, pelo alastramento de governos de exceção em praticamente todos os países da região. Estava presente, então, um Estado interventor na política imigratória, já que a entrada de estrangeiros era vista como causa do desemprego urbano e, portanto, um problema a ser corrigido (Bernasconi e Truzzi, 2002).

As origens da migração de bolivianos ao Brasil aparecem na literatura como resultado, no entanto, de um conjunto de medidas de outra natureza. De acordo com a tese mais difundida (senão a única), a partir dos trabalhos de Sidney da Silva (1995, 1997, 1998, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008b, 2008a) – que ecoou em quase todos os estudos sobre bolivianos no Brasil (Cymbalista e Xavier, 2007; Freitas, 2010, Silva, 2008 entre outros) – o primeiro fluxo durante a década de 1950 esteve relacionado com um acordo bilateral de intercâmbio cultural que favorecia, entre outros elementos, a entrada de estudantes bolivianos no país, muitos deles tendo permanecido em terras brasileiras depois de formados (Silva, 1997). Em um de seus textos (1997), fica implícito que a migração que resultava do acordo estava dirigida diretamente a São Paulo⁶⁶, embora em outros trabalhos, como em Silva (2006), o autor também cite histórias de vida de bolivianos que se dirigiram a outras cidades nesse período, como Rio de Janeiro.

De acordo com as fontes a que tivemos acesso⁶⁷, esse convênio bilateral foi firmado em 1958 e fez parte de um conjunto de acordos entre Brasil-Bolívia com objetivos diversos – como resolver questões em torno da exploração de petróleo, pendências na demarcação de limites entre os países, na área de transporte ferroviário, comércio, promover o intercâmbio cultural, entre outras medidas – denominado Ata de Roboré. Além disso, Andrade (2004) mostra que, já no início da década de 1950, também houve um projeto de cooperação científica Brasil-Bolívia na área de física, revelando que o histórico de acordos entre os dois países pode ser ainda mais amplo. Em trabalhos sobre a ocupação de uma das

⁶⁶ “O início da imigração boliviana para São Paulo remonta à década de 50, quando, em função de um programa de intercâmbio cultural entre Brasil e Bolívia, alguns estudantes vieram ao país em busca de qualificação acadêmica não disponível na Bolívia, muitos dos quais permaneceram na cidade” (Silva, 2006: 159).

⁶⁷ Site do Ministério das Relações Exteriores (<http://www2.mre.gov.br/dai/biboliv.htm> - acessado em Abril de 2010) e textos citados a seguir.

áreas da fronteira Brasil-Bolívia (o caso do estado do Mato Grosso do Sul), Manetta (2009) indica também a existência de intercâmbios comerciais entre os dois países na década de 1960, relacionados especificamente às áreas fronteiriças, embora não explicita se existiram acordos formais/políticos nesse sentido.

Mas esses acordos teriam representado um marco, de fato, nos fluxos migratórios de bolivianos ao Brasil?

A partir dos dados históricos do Censo⁶⁸ (cf. Gráfico 1), sem destacar precisamente os volumes de anos específicos, os anos 1950 representaram, aparentemente, um aumento relativo da entrada de bolivianos no país, quando observado o período entre 1938 e 1969 (IBGE, 2006[2003]). Entre 1950 e 1951, por exemplo, entraram 855 bolivianos no Brasil (IBGE, 2006[2003]). Nos anos anteriores foram registrados números menores (256 em 1947, 306 em 1948 e 129 em 1949), e nos anos seguintes os números voltam a cair (apresentando poucas subidas), chegando a 1969 com 45 registros (IBGE, 2006[2003])⁶⁹. Compondo esse quadro com os dados do Censo demográfico 2000, referentes aos bolivianos que ainda residem no Brasil hoje, 1.893 (de um total de 20387 censados em 2000) chegaram ao país entre 1950 e 1969, sendo que, nas duas décadas anteriores (1930 e 1940), somam-se apenas 261 migrantes bolivianos (que chegaram ao país nesse período e aqui permaneceram)⁷⁰.

A tese que se baseia na influência dos acordos bilaterais nos fluxos de bolivianos ao Brasil – para além de diagnosticar que nos anos 1950 houve um aumento no volume de migrantes em relação às décadas anteriores – depende, porém, de uma contextualização mais ampla, capaz de evidenciar dois fatores principais. O primeiro diz respeito à

⁶⁸ Referimo-nos aqui aos dados compilados pelo IBGE em “Estatísticas do século XX” encontrados no site: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm> (acesado em abril de 2010). Para cada um dos anos, as fontes primárias desses dados variam, sendo oriundas de diversos Anuários Estatísticos Brasileiros. Indicaremos as fontes nos momentos em que esses dados forem utilizados nas tabelas que seguem.

⁶⁹ Souchaud e Fusco (2008), no entanto, com base nos dados do IMILA/CELADE, que compilam dados censitários de diversos países, demonstram que em 1960 foram registrados 8.049 bolivianos residentes no Brasil. Reforçamos que os dados históricos do Censo, aqui utilizados, nos servem mais para completar os dados censitários que não estão disponíveis nas datas anteriores à década de 1960.

⁷⁰ Ressaltamos que os dados aqui apresentados – de entradas no país e do tempo de residência dos migrantes bolivianos “sobreviventes” que ainda hoje se encontram no Brasil – são de natureza distinta e apresentam diversos tipos de questões que devem ser salientadas, garantindo um bom uso dos dados: tratam-se de dados de fluxo e dados de estoque. Em relação ao primeiro dado, cf. nota 63. No segundo caso (dos recortes temporais escolhidos por nós na tabulação dos bolivianos que se encontravam em 2000 no Brasil por ano de chegada), consideramos se tratar, apenas, dos sobreviventes à mortalidade e ao retorno e que, portanto, puderam ser encontrados no Brasil na data do último Censo.

desconexão entre esses fluxos iniciais e os mais recentes, sobretudo a partir da década de 1980, em termos de perfis, de inserção, de origem: não podemos considerar uma linha contínua que possa unir fenômenos muito diferentes. O segundo diz respeito à outra separação necessária diante dos espaços migratórios envolvidos no fluxo, já que, se hoje a migração boliviana está mais concentrada no estado de São Paulo, isso nem sempre se verificou, dada a presença contínua e histórica (ainda que não muito expressiva, de pouca magnitude) de bolivianos nas zonas de fronteira Brasil-Bolívia (Souchaud, Fusco e Carmo, 2007)⁷¹.

Em relação ao perfil migratório, nos baseamos na hipótese de que a maior parte do contingente boliviano que chegou ao Brasil nas décadas de 1950 e 1960 (até a década de 1970) era composta, principalmente, por pessoas com perfil educacional médio ou elevado, embora também tenha sido verificada a chegada de um número importante de profissionais menos qualificados nesse período, como empregadas domésticas. Para essa composição do perfil educacional é essencial, no caso dos bolivianos residentes no Brasil, a separação por sexo.

Na Tabela 7, elaborada por Sala (2008), vemos uma tendência clara de diminuição dos níveis de instrução⁷² entre os homens de nacionalidade boliviana que residem no Brasil a partir dos anos 1980, com uma queda brusca nas duas últimas décadas (1990-2000). Entre os que chegaram ao Brasil antes da década de 1970, mas também entre 1970-1979, mais de 40% possuíam uma instrução categorizada como alta, e entre 1980-1989 essa porcentagem cai para 37%, chegando a alcançar somente 17% nas últimas décadas (1990-2000). Mesmo com essas quedas no perfil educacional, os homens bolivianos que chegaram entre 1900 e 2000 ainda são bastante escolarizados, sendo que 56% tinham nível de instrução médio e alto, contra 44% baixo e muito baixo.

⁷¹ Os autores citados diagnosticam os processos migratórios no espaço da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia. Um dos diagnósticos do trabalho é o de que os estoques de migrantes na região são relativamente baixos, sendo que o Brasil aparece como “um país de migração moderada com estoques comparáveis de bolivianos e paraguaios” (Souchaud, Fusco e Carmo, 2007:48).

⁷² A autora define os níveis de instrução da seguinte forma: “Nível de instrucción muy bajo: hasta primaria incompleta. Nivel de instrucción bajo, primaria completa o secundaria incompleta. Nivel de instrucción alto: educación universitaria o terciaria completa” (Sala, 2008:76). Tradução livre: “Nível de instrução muito baixo: até o ensino básico completo. Nível de instrução baixo: ensino básico completo ou médio incompleto. Nível de instrução médio: ensino médio completo ou superior ou técnico incompleto. Nível de instrução alto: superior ou técnico completo”.

Tabela 7. Distribuição dos nascidos na Bolívia residentes no Brasil, de mais de 10 anos que não estavam em estabelecimentos escolares no momento do Censo, por sexo, período em que fixaram residência no Brasil e nível de instrução

<i>Período de fixação de residência no Brasil</i>	<i>Nível de instrução</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Antes de 1970	Muito baixo	23,3	40,1
	Baixo	12,1	17,5
	Médio	21,8	23,2
	Alto	42,8	19,2
	Total (absoluto)	2483	1843
1970-1979	Muito baixo	12	29,4
	Baixo	12,9	17,8
	Médio	29,1	26,3
	Alto	46	26,5
	Total (absoluto)	1468	1206
1980-1989	Muito baixo	17,1	28,8
	Baixo	15,2	17
	Médio	30,8	32,2
	Alto	37	22,1
	Total (absoluto)	1691	1332
1990-2000	Muito baixo	18,5	26,5
	Baixo	25,5	25,3
	Médio	38,9	34
	Alto	17,2	14,2
	Total (absoluto)	3212	2393

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Extraído de Sala, 2008: 82-83.

Entre as mulheres bolivianas, ao contrário, nas primeiras décadas (antes de 1970), em sua maioria, o nível de instrução era muito baixo, apresentando uma estabilização desse perfil ao longo das décadas (por volta de 17%) e um aumento entre 1990-2000. As mulheres de instrução média e alta aumentam sua representatividade na década de 1970, mas o percentual com instrução alta cai novamente a partir dos anos 1980.

Sala (2008) mostra ainda que a porcentagem de trabalhadores qualificados⁷³ entre os bolivianos que residem no Brasil também apresenta uma enorme variação por sexo, como se espera com essas diferenças educacionais (cf. Tabela 8). No Censo de 2000, 40,6% dos homens bolivianos ocupados (de um total de 8.132 pessoas) estavam imbricados em profissões categorizadas como qualificadas, enquanto que, entre as mulheres, apenas 26,7% (das 3.682 ocupadas) foram assim classificadas. O percentual de trabalhadores qualificados foi caindo ao longo dos anos para os dois sexos, mantendo a diferença, sendo que entre 1970-1979 constatamos o maior diferencial entre os dois sexos: 59,2% qualificados entre os homens contra 37,2% entre as mulheres.

Essas novas coortes⁷⁴ de migrantes bolivianos vão se aproximando, portanto, dos níveis de escolarização dos nativos brasileiros, o que costumava ser muito mais díspar (pendendo para os migrantes) nos anos 1950, 1960 e 1970, quando os migrantes sulamericanos e não somente os bolivianos que chegavam ao país apresentavam uma escolaridade superior aos brasileiros (Sala, 2008). Esse diferencial certamente garantia uma inserção laboral muito melhor. Interessante observar que, na Argentina, as novas coortes de migrantes bolivianos apresentam níveis de instrução maiores que suas predecessoras (Sala, 2008: 102), num movimento contrário ao vivido pelo Brasil.

⁷³ Segundo a autora, são considerados trabalhadores qualificados: “miembros superiores de poder público, dirigentes de organizaciones de interés público y de empresas y gerentes, profesionales de las ciencias y artes, técnicos de nivel médio” (Sala, 2008:99). Tradução livre: “membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes, profissionais das ciências, das artes, técnicos de nível médio”.

⁷⁴ O tratamento dos dados feito por Sala (2008) não corresponde propriamente à elaboração de coortes migratórias (embora utilize esse termo em seu trabalho), mas refere-se a grupos de migrantes de acordo com as décadas de chegada. Tampouco neste trabalho, fizemos esse tipo de uso dos dados (para compor coortes migratórias), mas preservamos a noção do termo que se refere a um conjunto de pessoas que experimentaram o mesmo evento de origem durante o mesmo período de tempo.

Tabela 8. Distribuição dos nascidos na Bolívia residentes no Brasil, em ocupações qualificadas, por período em que fixaram residência no país, segundo sexo, 2000

<i>Período de fixação de residência no Brasil</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Antes de 1970	58,2	49,4
1970-1979	59,2	37,2
1980-1989	37,9	21,6
1990-2000	21	14,5
% trabalhadores qualificados no total de ocupados	40,6	26,7
Total de bolivianos ocupados	8132	3682

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Elaborado por Sala, 2008: 99.

Comprovando o perfil misto de trabalhadores qualificados (sobretudo homens) e de níveis baixos de instrução (sobretudo mulheres), os dados históricos do Censo de 1957, por exemplo – um dos poucos anos da série histórica em que estão disponíveis dados do perfil dos migrantes incluindo os bolivianos (para muitos anos o perfil incluiu apenas os grupos migrantes mais numerosos) – mostram que, dos 65 bolivianos que haviam entrado no Brasil nesse ano, trinta estavam inseridos em “trabalhos domésticos”, quinze em “outras atividades profissionais”, oito no “comércio”, cinco eram “técnicos”, quatro “operários qualificados”, um “operário não qualificado”, dois “agricultores não qualificados”. Do total, 55 eram alfabetizados e dez analfabetos. Nos anos de 1958 e 1960, em que o perfil dos migrantes bolivianos também está disponível para essa fonte, vemos que, em 1958, dos 95 que haviam entrado no país, 61 trabalhavam em serviços domésticos, e no ano de 1960, dos 104, sessenta trabalhavam nessa área de atividade (Tabela 9).

Tabela 9. Nascidos na Bolívia que entraram no Brasil por ano, profissão e instrução, 1954, 1957, 1958 - 1960

Ano	Total entrados no Brasil	Profissão						Instrução	
		Operários		Técnicos	Atividades Domésticas	Comércio	Outros	Alfabetizados	Não alfabetizados
		Não qualificados	Qualificados						
1954 (i)	64	-	2	1	37	6	18	52	12
1957 (ii)	65	1	4	5	30	8	17	55	10
1958 (ii)	95	1	4	7	61	4	18	80	15
1959 (iii)	78	-	2	6	47	4	19	64	14
1960 (iv)	104	5	-	13	60	7	19	82	22

Fonte: IBGE: Estatísticas do Século XXI, 2002 - tabelas selecionadas e conjugadas

(i) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 1957.

(ii) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959.

(iii) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, 1960.

(iv) Fonte original: Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Tabela extraída de: anuário estatístico do Brasil 1961. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1961.

D. Eva, uma de nossas entrevistadas, pode ser incluída nesse grupo. Ela, que se diz “a primeira boliviana que veio para São Paulo”, chegou em 1956 aos 17 anos de idade. Veio a São Paulo trabalhar como babá para uma família judia da Síria, que havia conhecido na Bolívia. No momento da viagem ao Brasil, não sabia ainda, mas estava grávida de um ex-namorado boliviano com quem teve uma relação passageira. Essa mesma família para quem trabalhou foi embora do Brasil e a indicou para trabalhar para uma família norueguesa, para quem prestou serviço de empregada doméstica/babá durante 38 anos, numa casa na Chácara Flora (zona Sul do município de São Paulo). Ficou muito próxima dessa família, tendo, inclusive, viajado com eles para Noruega em uma ocasião. Hoje, D. Eva está aposentada e vive num bairro central da cidade, a Luz (distrito do Bom Retiro), em um apartamento próprio que comprou com seu salário e com a ajuda dos antigos patrões (cf. Mapa 21 com sua trajetória). Segundo ela, os bolivianos que chegaram nas décadas de 1950 e 1960 vivem em uma condição melhor. São médicos, engenheiros, dentistas que moram em Santo Amaro (zona Sul), Pompéia (zona Oeste) e Bom Retiro (centro) e fazem parte do Círculo Boliviano e da Associação dos Residentes Bolivianos do Brasil (ADRB), associações comunitárias bolivianas de São Paulo, ligadas, em geral, aos grupos pertencentes às camadas mais altas⁷⁵.

⁷⁵ De acordo com Nóbrega, a ADRB foi fundada em 1969 e “agrega a comunidade em torno de atividades culturais e desportivas e publica o periódico La puerta del Sol (...). Essa agremiação conta com aproximadamente 20 mil filiados, dos quais 40% são profissionais liberais, 25% são micro e pequenos empresários e 35% são trabalhadores e estudantes com residência temporária no Brasil” (Nóbrega, 2009: 190). Sobre o Círculo Cultural Boliviano, o autor diz que “reúne especialmente profissionais liberais e

Essa trajetória nos mostra dois elementos importantes. O primeiro guarda relação com o local de origem dos bolivianos que chegaram nessa época, provavelmente vindos de outras regiões diferentes do departamento de La Paz, como do departamento de Cochabamba, por exemplo (embora essa seja apenas uma hipótese)⁷⁶. O segundo elemento dessa trajetória se refere ao fato de que o momento da sociedade local e também o contexto de origem parecem ter facilitado melhores condições de inserção social, mesmo para aqueles com graus de instrução baixos (sobretudo as mulheres) que se colocaram em posições que exigem menor qualificação (como trabalhadoras domésticas).

Essa segunda hipótese baseia-se nas considerações de Freitas (2009), construídas a partir de trajetórias migratórias de bolivianos que vivem em São Paulo hoje. Segundo a autora:

Em relação aos fluxos migratórios de bolivianos para a cidade de São Paulo, que traziam para a capital paulistana imigrantes de qualificação mediana, de fácil inserção no mercado de trabalho local, em boa parte do período, um momento de auge de seu desenvolvimento industrial, percebe-se, enquanto tendência possível nessa inserção inicial, a conformação de trajetórias de inserção relativamente estáveis e que reproduziam, em muitos sentidos, as trajetórias dos trabalhadores brasileiros de nível médio inseridos no mercado de trabalho local no mesmo período: uma inserção profissional em poucos e duradouros trabalhos durante a vida e que possibilitaria, com a devida economia familiar, a aquisição da casa própria e um carro para a família (Freitas, 2009: 107).

Essa inserção só foi possível, como mostra Freitas, em função do momento econômico pelo qual o Brasil passava. Os anos 1950 foram marcados por uma intensa intervenção estatal no sentido de um forte desenvolvimento industrial sustentado por um aparato institucional, mercado interno e intenso processo de urbanização sintetizados no famoso jargão dos “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil.

Nos anos 1960 e 1970, em meio ao processo de alastramento de governos ditatoriais em toda a América Latina, há um processo crescente, embora bastante tímido, de entrada de latinoamericanos no Brasil, principalmente uruguaios, chilenos e argentinos (Souchaud, Xavier *et al.*, 2008) (cf. Tabela 6). A migração de bolivianos no país – que, como veremos,

empresários” e tem um caráter “mais elitista e excludente” (Idem: 190) em relação à ADRB – mais voltada à comunidade com objetivos de ajuda mútua.

⁷⁶ Essa hipótese é baseada nos relatos recolhidos durante as entrevistas realizadas e também naqueles captados por outros autores, como Freitas (2009) e Silva (2006), embora necessite de mais informações para ser confirmada.

só apresentará aumentos significativos a partir da década de 1980 – mantém-se constante, pouco volumosa e aprofunda o padrão migratório de alta qualificação profissional.

Como confirma Sala (2005): “O Brasil recebeu, nos anos setenta, pessoas com nível educacional elevado da Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai” (Sala, 2005). Esse padrão ficou conhecido por migrações políticas relacionadas aos períodos de ditadura política em toda a América Latina.

Considerando se tratar de um período marcado pelo forte enrijecimento político, as políticas migratórias no Brasil nessas décadas apresentam um caráter pouco restrito, apesar de manterem, por meio da Constituição de 1967, os mesmos parágrafos sobre admissão de estrangeiros que a de 1946 (que continha uma lei específica que pedia para o controle populacional)⁷⁷. Os dados de imigração nesse período (assim como os atuais, como veremos) são bastante controversos. De acordo com Celade (2006), que toma como base os Censos nacionais, é diagnosticada a presença de 10.712 bolivianos residentes no Brasil em 1970. Dados de Dandler e Medeiros (1991), aparentemente sobredimensionados, mostram 45 mil bolivianos no Brasil em 1975⁷⁸ e 10 mil no período anterior (1970) (nesse segundo caso, obtendo um número bastante próximo aos dados do Celade).

Ainda em relação a essas décadas (1960 e 1970), é importante mostrar que entre 1963 e 1967 se inicia o fluxo de coreanos ao Brasil, fato que, de acordo com Freitas (2009), vai ter um impacto nos fluxos de bolivianos ao país. A autora entende a confluência desses dois movimentos migratórios (bolivianos e coreanos) por meio da ideia de formação de uma “cadeia migratória”, que põe em operação e em circuito grupos migratórios e um nicho produtivo específico (a indústria e comércio de roupas).

(...) em muitos casos, a imigração inicial para a Bolívia ou Paraguai faria parte de uma estratégia de inserção dos imigrantes [coreanos] no Brasil ou Argentina – iriam de avião até esses países, nos quais ficariam alguns meses até a realização do percurso posterior, de atravessamento da fronteira, por terra – indo, geralmente, do Paraguai para a Argentina e da

⁷⁷ De acordo com o texto da Constituição de 1946: “Art. 142 – Em tempo de paz qualquer pessoa poderá com seus bens entrar em território nacional, nele permanecer ou dele sair, respeitado os preceitos da lei. Art. 162 – A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional. Parágrafo Único – Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e colonização, devendo nesta aproveitar os nacionais” (Constituição *apud* Camacho, 2007). Vale lembrar que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), criado em 1954 e voltado a coordenar os processos citados, durou apenas até 1962 (Idem).

⁷⁸ Os autores usam como fonte dados a OIT/PREALC de 1975, primeiramente citado em Zuvencas (1997).

Bolívia para o Brasil.(...) Dessa forma, desde o início do fluxo migratório para o Brasil, os coreanos estabelecem uma inserção paralela ilegal em território brasileiro, a partir de vistos de turista emitidos pelo consulado boliviano (Freitas, 2009: 96).

Isso teria influenciado, segundo a autora, a presença maior de bolivianos no país.

É interessante notar que, no contexto argentino, a partir dos anos 1960, como mostramos adiante, os bolivianos passam a se dirigir para a metrópole de Buenos Aires, modificando a lógica de uma longa fase de migração predominantemente fronteiriça. O que parece claro é que, nesse período, se inicia uma ascendente concentração metropolitana no padrão migratório boliviano, tanto no Brasil (embora ainda de maneira mais tímida) quanto na Argentina.

1.3.2 As diferenças espaciais nos fluxos de bolivianos ao Brasil: fronteira x metrópole

Uma parte importante do diagnóstico dos fluxos migratórios de bolivianos ao Brasil diz respeito aos locais de concentração desses migrantes no território nacional. Consideramos interessante destacar que as migrações dirigidas ao estado de São Paulo, embora mais fortes numericamente, sobretudo nos períodos mais recentes, se diferem de outros circuitos migratórios, principalmente em relação às áreas de fronteira entre Brasil e Bolívia. Essa diferenciação nos ajuda também a delinear a desconexão em termos de perfil dos fluxos das décadas de 1950 e 1960 em relação aos que se iniciam nos anos 1980, perdurando até os dias atuais.

Histórias de vida de migrantes relatadas por outros autores confirmam a presença de alguns casos de bolivianos que chegaram por volta dos anos 1950 em outros estados da federação que não somente os fronteiriços, entre eles, dois que não se dirigiram a São Paulo, mas ao Estado do Rio de Janeiro. Em um caso citado por Silva (2006), temos:

Em janeiro de 1951, Mario, oriundo de Cochabamba – cidade situada na região central da Bolívia – desembarcava em Corumbá (MS), depois de uma longa viagem feita pelo trem que liga a cidade de Santa Cruz de la Sierra à fronteira brasileira, para depois seguir em direção ao seu destino final, a cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2006: 157).

Ainda, em sua dissertação de mestrado (Silva, 1995), o autor cita dois outros casos: o de um boliviano que estudou engenharia no Rio de Janeiro e só veio a se instalar em São

Paulo anos depois, quando já havia feito, inclusive, um retorno ao país; e o de outro que desejava ir ao Rio de Janeiro, onde tinha conhecidos, mas que, por motivos de trabalho, acabou indo a São Paulo, revelando que nem sempre a capital paulista era o destino projetado inicialmente para esses primeiros migrantes.

A Tabela 10 organiza os migrantes bolivianos residentes no Brasil hoje por tempo de residência na UF, delimitando uma possível aproximação com os lugares de chegada ao longo das últimas décadas.

A partir desses dados e conforme o que já foi comentado, observamos um crescimento gradual da migração ao longo dos anos, com maior expressão nas duas últimas décadas anteriores à data do Censo demográfico 2000 (período 1980-1990 e 1990-2000). Nessa série, os principais estados receptores de migrantes bolivianos – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre (estados de fronteira), São Paulo e Rio de Janeiro – vão apresentando aumentos contantes e graduais.

Observamos, no entanto, dois eventos importantes: um aumento brutal da migração dirigida ao estado do Mato Grosso do Sul na década de 1950, sendo que a alteração no volume total (comparando com a década anterior) é pouco expressiva; e, na década de 1960, uma mudança também radical na distribuição dos bolivianos no Brasil, que passa a apresentar uma concentração crescente no estado de São Paulo, considerando que nesse período também houve um aumento no volume total dos migrantes no Brasil. Juntos, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo concentram cerca de 60% da migração boliviana ao Brasil nas décadas de 1960 e 1970, o que, nas décadas anteriores, só representava 25%, dado o maior peso das regiões fronteiriças.

Tabela 10. População nascida na Bolívia residente no Brasil por lugar de residência em 2000 e período em que fixaram residência no país

<i>UF de residência</i>	<i>Período de fixação de residência no Brasil</i>						
	<i>1990 - 2000</i>	<i>1980 - 1989</i>	<i>1970 - 1979</i>	<i>1960 - 1969</i>	<i>1950 - 1959</i>	<i>1940 - 1949</i>	<i>1930 - 1939</i>
Rondônia	944	395	213	156	38	36	9
Acre	389	118	154	70	0	23	18
Amazonas	38	41	5	0	0	11	0
Pará	40	27	4	8	13	17	0
Tocantins	42	0	0	0	0	0	0
Maranhão	0	0	0	10	0	0	0
Piauí	9	0	0	0	0	0	0
Ceará	49	11	13	0	0	0	0
R. G. Norte	0	30	17	0	0	0	0
Paraíba	39	7	0	0	0	0	0
Pernambuco	19	0	0	0	0	0	0
Bahia	15	29	0	14	0	0	0
Minas Gerais	244	143	128	0	0	0	0
Espírito Santo	19	0	21	5	0	0	0
Rio de Janeiro	550	138	198	180	53	9	0
São Paulo	4974	1360	1139	695	77	40	10
Paraná	191	92	27	5	0	0	0
Santa Catarina	86	44	28	0	0	0	0
R. G. Sul	96	105	95	24	0	0	0
M. G. Sul	555	259	277	241	203	62	9
Mato Grosso	420	158	68	32	19	17	0
Goiás	59	49	19	9	0	0	0
Distrito Federal	104	22	10	40	0	0	0
Total	8882	3028	2416	1489	403	215	46

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

Com o mesmo tipo de metodologia no uso dos dados do Censo, Sala (2005), baseada no Censo 2000, mostra também a historicidade da migração na fronteira com Mato Grosso do Sul no período que atende a década de 1970. A autora, ressalta a importância do estado de Rondônia – polarizado pelos municípios de Guajará-Mirim e Porto Velho (Souchaud e Baeninger, 2009) – que, nos períodos 1970-1980 e 1980-1990, manteve-se com o maior peso relativo dos bolivianos residentes no Brasil, situação que só se reverte a partir do período 1990-2000, com a proeminência do estado de São Paulo.

Tabela 11. Brasil e UFs selecionadas. Distribuição proporcional dos nascidos na Bolívia por lugar de residência em 2000, segundo período em que fixaram residência no Brasil

<i>Período que fixaram residência no Brasil</i>	<i>Residência no Brasil</i>			
	<i>Brasil</i>	<i>Rondônia</i>	<i>São Paulo</i>	<i>M. G. do Sul</i>
Antes de 1970	25,8	20,6	20,4	47,7
1970-1980	16,0	15,1	14,7	13,7
1980-1990	20,5	28,8	20,3	13,4
1990-2000	37,8	35,5	44,5	25,2
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Total abs.	20389	2354	10223	1873

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra). Sala, 2005: 63.

Confirmando essa dinâmica, Souchaud e Fusco (2007) e Baeninger e Souchaud (2009), com base na pesquisa realizada no Mato Grosso do Sul em 2006⁷⁹, mostram a antiguidade da migração boliviana a Corumbá, já forte em 1950, e a manutenção de sua intensidade até a primeira metade de 1960 quando passa a diminuir. A partir do final da década de 1970, ganha nova intensidade mantendo uma dinâmica de instalações crescente.

Ainda segundo os autores, que puderam verificar hipóteses com a aplicação da pesquisa mencionada,

(...) la migration internationale à Corumbá s’associe au mouvement de redistribution interne de la population que la Bolivie connaît depuis les années 1950, marqué essentiellement par la migration d’importants groupes de population de la région andine vers la région basse (Blanchard, 2005; D’Andrea, 2004; Martin, 2005; Perrier-Bruslé, 2005)⁸⁰ (Souchaud e Baeninger, 2009: 206). (cf. Mapa 4).

Nesse sentido, em outro texto (Souchaud e Baeninger, 2008), os autores fazem uma importante diferenciação dos migrantes bolivianos residentes em Corumbá a partir dos locais de origem, marcando formas diferentes de localização na cidade e relação com o local de acolhida, a partir da separação entre os bolivianos provenientes das terras baixas e

⁷⁹ Trata-se da “Encuesta Corumbá” citada logo no início deste subitem.

⁸⁰ Tradução livre: “(...) a migração internacional à Corumbá associa-se ao movimento de redistribuição interna da população que a Bolívia conheceu desde os anos 1950, marcado essencialmente pela migração de importantes grupos de população da região andina para a região baixa (Blanchard, 2005; Andrea, 2004; Martin, 2005; Perrier-Bruslé, 2005)”.

altas da Bolívia⁸¹. Nos dois casos, revelam a origem urbana dos migrantes bolivianos presentes em Corumbá.

Mapa 4. Área de fronteira Bolívia, Brasil e Paraguai



Fonte: Souchaud, 2008.

De acordo com Manetta (2009), a intensidade da migração fronteiriça de bolivianos ao Brasil nos anos 1950 esteve relacionada com o término da construção da ligação ferroviária (Rodovia Brasil Bolívia) que liga Santa Cruz de la Sierra (na Bolívia) e Corumbá (no Brasil), em 1954 (cf. Mapa 4). Esse fato fez com que se reconfigurassem algumas das dinâmicas regionais:

(...) o centro urbano de Corumbá passou a desempenhar um novo papel no contexto regional, com parcial resgate de sua função geopolítica em relação ao comércio internacional: entreposto comercial de produtos brasileiros para o mercado consumidor boliviano (Manetta, 2009:35).

As trocas migratórias fronteiriças entre Brasil e Bolívia, relacionadas a períodos e circunstâncias específicas, tiveram, no entanto, uma magnitude restrita. Isso decorre, principalmente, da própria ocupação territorial histórica da área fronteiriça (incluindo nesse caso também a fronteira com o Paraguai), que definiu um espaço pouco ocupado e integrado com concentração populacional (baixa) em poucas áreas urbanas (Souchaud, Fusco *et al.*, 2007)⁸², já que, de acordo com Souchaud, Fusco e Carmo (2007) “os

⁸¹ Os autores partem dos antagonismos culturais e territoriais na Bolívia, expressos nas expressões *collas* e *cambas* para explicar diferenciações de inserção de grupos originários de locais distintos do país no município de acolhida. A diferenciação, que mostra maneiras de organização social, de alocação em ramos produtivos, etc., é bastante interessante por nos mostrar como a origem dos migrantes influencia diretamente nos processos de inserção.

⁸² Segundo esses autores, apesar de essa linha de fronteira ser pouco ocupada de forma geral, “apresenta contrastes relativos muito fortes, cujas situações opostas são representadas pelo lado paraguaio (população

movimentos de população raramente se dão de um vazio a outro” (Souchaud, Fusco *et al.*, 2007: 43). Assim, observaram:

(...) movimentos de população oriundos de poucos lugares que acumulam população e/ou em direção a estes lugares, sendo que as migrações transfronteiriças são ativadas somente entre alguns pólos e não em toda a extensão das fronteiras internacionais (Souchaud, Fusco *et al.*, 2007: 43)⁸³.

A migração fronteiriça de bolivianos, no entanto, parece não ter alimentado a migração posterior, já dentro do Brasil, para estados como São Paulo de acordo com Souchaud e Baeninger (2009), ou seja, a migração fronteiriça não alimenta a migração interna de bolivianos ao Brasil não configurando uma etapa migratória para São Paulo (Idem).

Sala (2005) corrobora essa tese ao dizer que:

Entre, aproximadamente, 73% e 86% dos [bolivianos] que migraram na década de noventa, para os três estados analisados, tiveram como residência imediatamente anterior a própria Bolívia. Uma pequena porcentagem dos bolivianos que migraram para São Paulo tinha residido, anteriormente, em outros estados da Federação (Sala, 2005: 64).

1.3.3 Bolivianos na Argentina: de migração de fronteira à migração metropolitana

Se o processo de migração fronteiriço descrito serve ao caso da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Paraguai, o mesmo não ocorre no caso do espaço dividido por Paraguai, Bolívia e Argentina, cuja migração é polarizada por este último país. De acordo com Souchaud, Fusco e Carmo (2007), tanto os nascidos no Paraguai quanto na Bolívia são comunidades muito mais importantes em volume na Argentina (325.000 e 231.000 respectivamente⁸⁴).

quase nula) e pelo lado brasileiro (presença humana concentrada no maior espaço urbano do trecho, Corumbá-Ladário)” (Souchaud, Fusco e Carmo., 2007).

⁸³ No caso específico dos bolivianos no Brasil, os autores chamam a atenção para as migrações de tipo fronteiriço de vizinhança recíproca (bolivianos em Corumbá e Guajará-Mirim) e de tipo metropolitano exclusivo (bolivianos em São Paulo).

⁸⁴ Os autores utilizam o Censo INDEC. A Argentina, até 2001, é o país do Cone Sul que mais recebeu migrantes internacionais dessa subregião, “Entre eles, os paraguaios compunham o grupo maior e os bolivianos pertenciam àquele que mais cresceu nas duas últimas décadas do século XX” (Sala e Carvalho, 2008: 289). Mesmo tendo aumentado o número de bolivianos no Brasil já a partir dos anos 1980 e, sobretudo, entre 1990 e 2000, nesse mesmo período a taxa de crescimento médio anual dos bolivianos que se dirigiram a Argentina foi maior do que em relação ao território brasileiro.

Em relação especificamente ao caso Bolívia-Argentina, vemos como esse espaço de fronteira define muitas das maneiras pelas quais se delinearam os fluxos migratórios de bolivianos a este país, em formas e intensidades diferentes do caso brasileiro. A migração boliviana à Argentina guarda relação com o momento em que as próprias delimitações territoriais-nacionais ainda não estavam configuradas tal como hoje, em que diversos povos e territórios comuns aos dois países estavam sob domínio do império Inca, no momento da chegada dos conquistadores espanhóis (Celton e Carbonetti, 2007).

Durante a época colonial – principalmente no período de apogeu da extração da prata na região do sul do altiplano, onde hoje encontra-se a cidade de Potosí na Bolívia – a região andina e a bacia do Rio da Prata se interligavam por meio de viagens comerciais constantes e deslocamentos de trabalho e estudo desde o fim do século XVII. De acordo com Hinojosa Gordonava (2009:26), “De hecho, la economía del norte argentino estaba articulada a la economía de Potosí en más de un sentido; hasta muy entrado el siglo veinte, el comercio de toda esta región se realizaba por los puertos del Pacífico y no por el puerto de Buenos Aires”⁸⁵.

Segundo Grimson e Soldán (2000):

El primer censo nacional de población de 1869 [da Argentina], ya registra la presencia de extranjeros limítrofes en una proporción que alcanzaba el 20% sobre el total de extranjeros. El peso relativo de esta inmigración ha ido variando a lo largo del siglo XX. Si en 1914 eran alrededor del 8%, en 1991 superaban la mitad del total de inmigrantes (INDEC, 1996)⁸⁶ (Grimson e Soldan, 2000: 6).

Houve, de fato, importantes fluxos e influxos dos movimentos fronteiriços entre os dois países que alteraram, sobretudo, os lugares de origem e destino e o tipo de ocupação no país acolhedor. Um primeiro movimento importante esteve relacionado às migrações estacionais (ou sazonais) para a produção de açúcar na Argentina, nas províncias do noroeste (Salta e Jujuy), em que os migrantes bolivianos começaram a substituir os trabalhadores temporários dessas regiões – movimento associado à escassez de mão-de-

⁸⁵ Tradução livre: “De fato, a economia do norte argentino estava articulada com a economia de Potosí em mais de um sentido; até grande parte do século vinte, o comércio de toda esta região se realizava pelos portos do Pacífico e não pelo porto de Buenos Aires”.

⁸⁶ Tradução livre: “o primeiro censo nacional de população de 1869 [da Argentina], já registra a presença de estrangeiros limítrofes em uma proporção que alcança 20% sobre o total de estrangeiros. O peso relativo dessa imigração foi variando ao longo do século XX. Se em 1914 eram em torno de 8%, em 1991 superavam a metade do total de imigrantes”.

obra no setor primário da economia argentina, sobretudo a partir dos anos 1930 (Balan, 1990; Benencia e Karasik, 1994).

Sobre esse aspecto, existe uma questão importante, que é o fato de que nem sempre os bolivianos que se dirigiam (e dirigem) às áreas de fronteira com a Argentina permanecem de forma definitiva nesse país. Essa circunstância se repete em outros contextos migratórios entre esses dois países, como no caso dos trabalhadores imbricados na produção de frutas e verduras no periurbano de Buenos Aires (Benencia e Karasik, 1994). Nesse contexto migratório de fronteira, as muito comuns idas e vindas entre os espaços de origem e acolhida – incluindo a dupla residência nos dois lugares – sublinham a necessidade de reconsiderarmos as fronteiras entre “sair para trabalhar” e “emigrar” de fato (Dandler e Medeiros, 1991), que suporia uma mudança permanente do local de residência.

No caso das migrações bolivianas à Argentina, somente a partir dos anos 1960, principalmente em função da mecanização na produção de cana de açúcar, os fluxos migratórios bolivianos (mas também de outros países limítrofes) foram alterando a rota em busca de oportunidades de trabalho na Região Metropolitana de Buenos Aires, sobretudo na área da construção civil (Balan, 1990). Vemos que esse processo de metropolização das migrações bolivianas à Argentina é bastante anterior ao processo vivido no Brasil, que se acentua duas décadas mais tarde, como vimos, embora já comece a se delinear nesse período. Mesmo que tenha ficado mais clara a alteração dos percursos migratórios em direção à Área Metropolitana de Buenos Aires – que concentra 51,6% dos bolivianos residentes na Argentina – ainda hoje, de acordo com o Censo Argentino de 2001, 23,8% dos bolivianos se concentram no Noroeste argentino (províncias de Catamarca, Jujuy, La Rioja, Salta, Santiago del Estero e Tucumán), seguido por outros pontos de concentração (Benencia, 2008a).

Benencia e Karasik (1994:271) mostram que até 1974, no interior da Argentina – onde os migrantes se inseriam prioritariamente em atividades agrícolas – a maioria dos bolivianos era originária do departamento de Potosí, seguidos por tarijenhos, cochabambinos, chuquisaqueños, pacenños e cruceños. Em Buenos Aires havia muito mais cochabambinos seguidos por potosinos e emigrantes de Chuquisaca, La Paz, Tarija e Santa Cruz. Na capital, a maior parte dos bolivianos estava empregada na construção civil e

fabricação de tijolos, sendo que, entre as mulheres, observava-se a concentração no trabalho doméstico.

Nos inúmeros processos de inflexão e crescimento dos fluxos históricos de bolivianos à Argentina – que acompanham processos como a dolarização da economia nos anos 1990 e profundas crises econômicas, como entre 2001 e 2002 – a cidade de Buenos Aires como principal pólo de atração das migrações limítrofes foi ganhando espaço, tendo se transformado hoje no “(...) principal lugar de destino de los mismos y constituye en el centro del subsistema migratorio del Cono Sur de América Latina”⁸⁷ (Maguid, 1997: 31); razão pela qual, também, esse processo migratório passou a adquirir maior visibilidade nos últimos anos (Grimson e Soldan, 2000)⁸⁸.

Apesar das constantes crises econômicas sofridas por esse país, a Argentina, no entanto, nunca parou de receber pessoas da Bolívia (Sala e Carvalho, 2008), o que, de certa forma, indica que os fluxos não são tão adaptáveis às conjunturas econômicas. Durante a crise de 2001 e 2002 que assolou o país economicamente, por exemplo, houve menos um retorno dos migrantes ao local de origem e mais uma readaptação nos seus espaços econômicos na Argentina, como a maior participação na indústria da confecção e de calçados, que serviu como refúgio para essa população na situação de desemprego generalizado (Benencia, 2008a).

Embora os bolivianos residentes em Buenos Aires estejam em grande parte imbricados em trabalhos informais em geral, com baixa qualificação profissional e baixos salários, principalmente na área da construção e no serviço doméstico (Maguid, 1997), existe uma ocupação importante (sobretudo a partir dos anos 1980) nas zonas rurais periurbanas da capital ligada à produção de frutas e verduras⁸⁹. Ali, muitos bolivianos

⁸⁷ Tradução livre: principal lugar de destino dos mesmos e constitui o centro do subsistema migratório do Cone Sul da América Latina.

⁸⁸ Segundo Grimson e Soldán, “cabe señalar que el proceso migratorio limítrofe ha adquirido mayor visibilidad en los últimos años por el desplazamiento de los extranjeros desde las zonas fronterizas hacia los centros urbanos más importantes. Los migrantes han dejado de estar definitivamente localizados en zonas ‘marginales’ para instalarse en el corazón de las grandes ciudades” (Grimson e Soldán, 2000: 10). Tradução livre: “Cabe assinalar que o processo migratório limítrofe adquiriu maior visibilidade nos últimos anos pelo deslocamento dos estrangeiros das zonas fronteiriças até os centros urbanos mais importantes. Os migrantes deixaram de se localizar definitivamente em zonas ‘marginais’ para se instalarem no coração das grandes cidades”.

⁸⁹ Existem diversos trabalhos sobre o assunto, principalmente elaborados por Benencia (1994, 2002, 2004, 2005, 2008b, Benencia e Quaranta, 2006). Sobre os trabalhadores bolivianos no mesmo ramo nas áreas periurbanas de Córdoba, também na Argentina, cf. Pizarro, Fontana *et al.* (2008).

praticamente dominam a cadeia de produção e comércio hortifrutícola, trabalhando na terra em sistemas de arrendamento, mas também propriedade privada (Benencia, 2009). Essa ocupação tem gerado, segundo Benencia, processos de intensa ascensão social entre bolivianos, sintetizados pelo autor como “*la escalera boliviana*” (Idem).

Vemos que a ocupação de bolivianos em Buenos Aires é muito mais diversa do que na RMSB, ainda que predomine o trabalho informal em todos os ramos. No entanto, existem pontos de convergência no que tange à área de confecção de roupas, cuja concentração ocupacional parece ter sido constante e aparentemente crescente a partir dos anos 2000⁹⁰ no caso Argentino (Benencia, 2008a), acompanhando também a própria crise e evolução desse setor na economia do país. No caso brasileiro, como mostramos adiante, o imbricamento dos bolivianos na cadeia de confecção é mais forte a partir dos anos 1980, sendo que também parece apresentar-se em expansão⁹¹.

Essa simultaneidade entre fluxos migratórios de mesma origem (Bolívia, mas também Coreia⁹²) e áreas específicas de produção nos locais de destino (costura em São Paulo e Buenos Aires) já foi diagnosticada por Freitas (2009) e Silva, Georges *et al.* (2010). Para esses autores e também Caggiano (2009), no entanto, não se trata de uma coincidência. Embora aprofundaremos a questão da participação dos bolivianos na costura no Capítulo 2 e os imbricamentos entre esse ramo de atividade, migração e lugar de origem no Capítulo 3 – estamos chamando a atenção para uma confluência entre esses fatores que Caggiano (2009) acredita ser respaldada por questões culturais ligadas à origem migratória nos Andes, e mais especificamente nas cidades de La Paz e El Alto.

Voltado ao entendimento da presença de uma cultura aimara em Buenos Aires, Caggiano (2009) leva adiante a suposição desse imbricamento, associando esse fenômeno com uma cultura específica de organização da produção (em grande parte familiar), do

⁹⁰ Sobretudo em relação a sua forma de organização, baseada na acumulação flexível (Benencia, 2008a). Benencia atribui um momento de “renascer” da indústria de confecção na Argentina no pós-crise de 2001-2002, sendo que o setor experimentou uma forte crise nos anos 1990.

⁹¹ A comparação entre o papel da indústria da confecção, bem como da participação dos bolivianos nessa cadeia produtiva deve ser mais bem investigada levando em conta a participação e a dimensão dessa produção nos dois países, que acreditamos ser bastante diferente. Para uma dimensão comparativa desses dois casos, cf. Silva, Georges *et al.*(2010). Sobre o caso brasileiro, retomamos a questão no capítulo que segue.

⁹² Considera-se, nesse caso, que também existe uma confluência no que se refere à participação de coreanos nesse ramo de produção, tanto em São Paulo como em Buenos Aires; ou seja, há o cruzamento dos circuitos da imigração coreana e boliviana em torno da indústria de confecções, tanto no Brasil como na Argentina (Freitas, 2009, Silva, Georges *et al.*, 2010). Sobre os coreanos na Argentina, cf. Mera (1998, 2005). Sobre coreanos no Brasil (especialmente em São Paulo), cf. Choi (1991).

espaço e das relações de parentesco, que põem em circulação roupas típicas, saberes, imagens e, também, máquinas de costura. Explícita, ao mesmo tempo, possíveis lógicas de circulação migratória envolvidas nessa dinâmica, que retomamos a seguir.

Benencia (2008) confirma em seu texto que a maior parte dos bolivianos que trabalham no setor têxtil em Buenos Aires é proveniente de La Paz (embora cite alguns casos em que a origem se refere especificamente à El Alto)⁹³.

Essa breve recuperação da migração boliviana à Argentina e, mais especificamente, do envolvimento dos bolivianos no setor de costura em Buenos Aires nos ajuda a justificar a hipótese que atribui à El Alto a maior parte dos fluxos de bolivianos trabalhadores da confecção na RMSP. Essa demonstração contribui para reforçar a importância dos lugares de origem no entendimento dos fluxos migratórios.

A partir dos dados e aspectos gerais evidenciados, em conjunto com as dinâmicas espaciais na Bolívia e em especial na cidade de El Alto, trabalhamos com a hipótese de que as migrações de bolivianos para a RMSP só começam a tomar forma, tal como conhecemos hoje, a partir dos anos 1980. Trata-se, como abordamos no próximo item, de uma migração direcionada à metrópole paulista, com perfil menos qualificado (com uma especialização laboral específica) e mais masculino.

1.4. Anos 1980, 1990 e atuais: novo perfil, novo espaço migratório

1.4.1 Estimativas e políticas

Os Censos brasileiros de 1991 e 2000 mostram que a migração internacional total no Brasil diminuiu, sendo que, no último recenseamento, de 2000, os migrantes internacionais totalizavam menos do que 0,4% da população geral do país (Sala e Carvalho, 2008).

No entanto, como mostram Sala e Carvalho (2008), houve nesse período um aumento do número de nacionais do Cone Sul entre os estrangeiros residentes no Brasil – bolivianos, paraguaios, chilenos, argentinos e uruguaios –, que passaram de 13,4% a 17,3%

⁹³ Como já ressaltamos, existe uma preferência dos migrantes por declarar o lugar de origem como La Paz, em detrimento de El Alto. Interessante notar que em um dos depoimentos de bolivianos trabalhadores da indústria têxtil em Buenos Aires, citado em Benencia, a entrevistada conta sobre uma prima (que foi a intermediadora para arrumar um trabalho) que morava no Bairro *Villa Adela*: esse bairro fica em El Ato e não em La Paz. Em outros depoimentos existe a citação explícita de El Alto.

do total de migrantes internacionais. O maior aumento da taxa de crescimento médio anual (entre 1991 e 2000) foi entre os paraguaios (4,7%), seguida dos bolivianos (2,9%). Considerando os peruanos (que não estão incluídos no Cone Sul), vemos que tiveram uma taxa de crescimento médio anual no período de 7,1%⁹⁴ (Idem).

Esses dados parecem mostrar uma tendência de expansão das migrações de países do Cone Sul ao Brasil⁹⁵, em que os fluxos de bolivianos têm um papel central, e reforçar a concentração desses migrantes no estado e RM de São Paulo, historicamente os espaços que mais recebem migrantes internacionais no país.

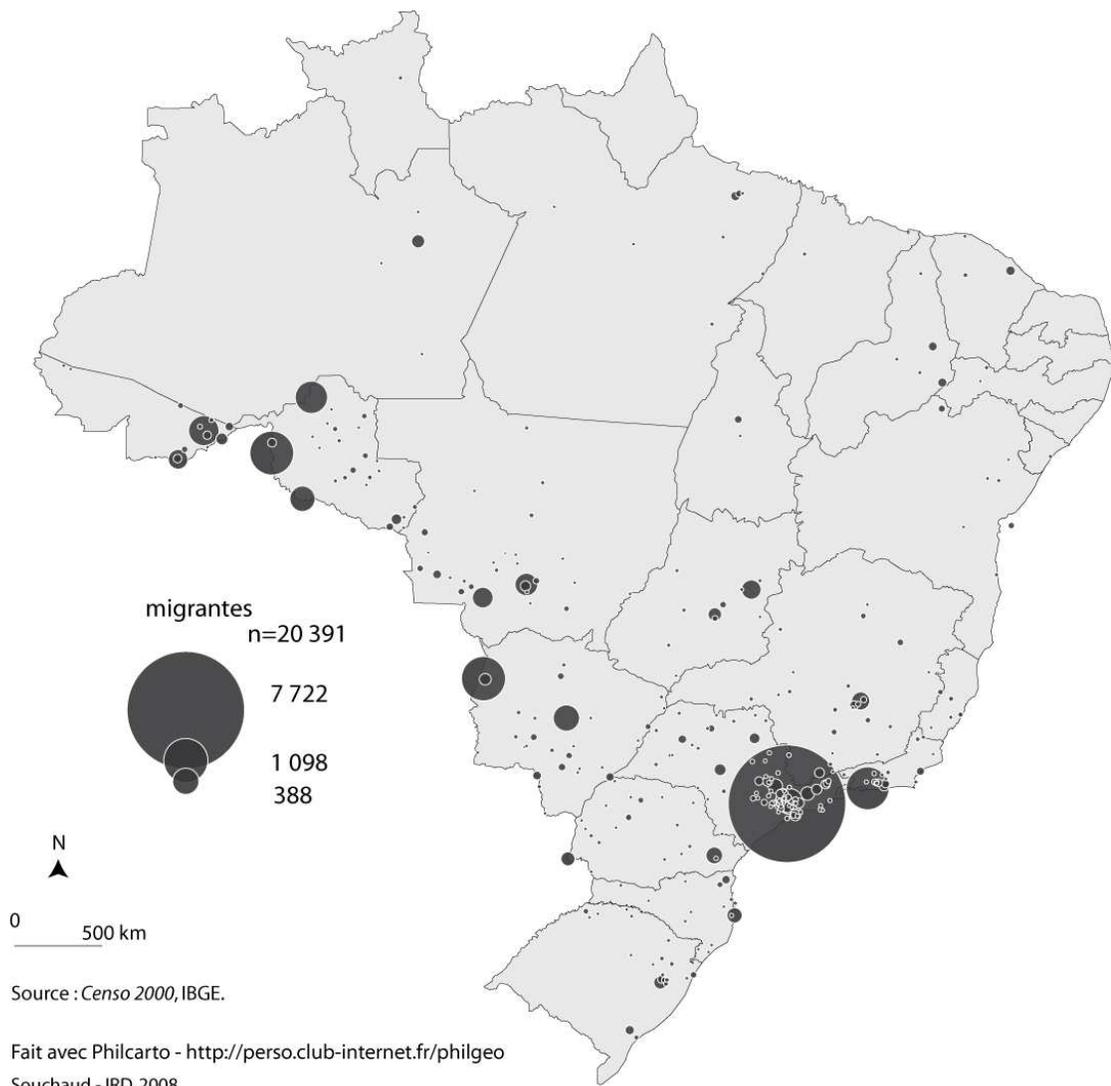
Como vimos, apesar de a imigração boliviana ainda hoje apresentar uma distribuição espacial diversa no território nacional “em poucos lugares distantes e diferenciados” (Souchaud, 2010a: 3)⁹⁶ – incluindo a presença em todos os estados do Brasil – hoje, o maior contingente desse grupo migratório está no estado de São Paulo, que, em 2000, concentrava 50,1% dos bolivianos residentes no país (Sala e Carvalho, 2008). Dentro do estado, a RMSP concentrava 44% dos bolivianos, e o seu município-sede 38% do total residentes no país em 2000, calculados em 8.910 de acordo com o Censo – número que certamente não expressa a verdadeira presença de bolivianos no espaço metropolitano.

⁹⁴ Considera-se, ainda, um crescimento importante no período entre os chineses (2,4%) e angolanos (3,38%) (Sala e Carvalho, 2008).

⁹⁵ Baeninger se refere a esse fato considerando o Brasil como “área de expansão das migrações latinoamericanas” (Baeninger, 2002: 26), e sala apresenta o país como “o futuro pólo de atração dos migrantes dos países da região sulamericana”⁹⁵ (Sala, 2005: 46).

⁹⁶ Esse texto foi publicado no livro Póvoa Neto *et al.*(2010) *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*. Como no momento do fechamento dessa dissertação ainda não havia sido impresso, sigo a numeração da cópia original (mimeo).

Mapa 5. Brasil. Localização da população nascida na Bolívia segundo município de residência em 2000



Fonte: Souchaud (2010).

Em relação à dimensão numérica da população boliviana na RMSB – o que também é válido para o Brasil como um todo – existem duas tendências principais: uma suposta subestimação por parte do Censo e uma aparente sobrestimação nas estimativas apresentadas por entidades não-governamentais e outros órgãos públicos que, muitas vezes, não baseiam seus dados em fontes primárias, o que acaba por torná-los pouco confiáveis, ainda que sejam amplamente reproduzidos⁹⁷. A essas tendências se associa o fato de que

⁹⁷ Diante da falta de informações precisas, a reprodução de dados cujos fundamentos empíricos são questionáveis, são constantes nos trabalhos acadêmicos sobre bolivianos.

não existem pesquisas amostrais (*surveys*) significativas em relação às populações migrantes recentes no estado de São Paulo ou mesmo na RMSP.

Em praticamente todos os trabalhos que se dedicam a contabilizar o número de migrantes no Brasil (mas também em outros locais do mundo), é partilhada a dificuldade de se contar com os dados do Censo para calcular a verdadeira expressão do volume de migrantes nos territórios de acolhida. A principal dificuldade na sua dimensão numérica, em geral subenumerada, é atribuída ao fato de que os migrantes em situação irregular (o que se convencionou chamar de “ilegais” ou “indocumentados”, categorias que analisamos no capítulo 2 desta dissertação) não se declaram como nascidos no exterior, temendo represálias. Essa é a mesma justificativa usada para o não uso dos registros consulares, como a concessão de vistos de residência (Carvalho e Campos, 2006). Acreditamos, porém, que essas duas fontes devem ser diferenciadas nos processos de subenumeração. A nosso ver, a concessão de vistos está sujeita à irregularidade migratória (por não captar aqueles que entram de forma irregular no país), mas o Censo não se restringe – ou não deveria se restringir – à questão da regularidade do entrevistado no país no momento de realizar a entrevista aos domicílios.

Acerca da subenumeração do Censo, podemos considerar, talvez, que o fator mais forte para a não contagem dos migrantes baseia-se na hipótese de que, no momento da pesquisa, os migrantes se declaram visitantes e não residentes no país (Oliveira, 2001: 256), o que os excluiria da amostra. Isso porque, de acordo com a Documentação do Censo 2000, este “abrangeu as pessoas residentes, na data de referência, em domicílios do Território Nacional” (IBGE, 2002b: 6). Essa questão estaria aliada, também, à ampla circulação dos migrantes entre espaços nacionais, o que provocaria a subestimação dos temporários, já que muitos poderiam estar ausentes, por casualidade, na data do Censo, embora estivessem nos domicílios censados no mês seguinte à aplicação da pesquisa, por exemplo⁹⁸.

⁹⁸ Algumas saídas para essa situação de subenumeração são os cálculos de saldos migratórios pelo método indireto. Utilizando esse método, Carvalho (1996) diagnosticou um saldo migratório negativo de 1,6% na década de 1980, evidenciando, pela primeira vez, que o Brasil estava perdendo um contingente populacional importante com a emigração de seus nacionais (o que não é contabilizado nos censos). Em texto mais recente, Sala e Carvalho (2006) mostraram que a emigração de brasileiros decaiu em relação à 1980, mostrando, inclusive, que a queda do saldo migratório negativo não se deu em função do aumento do número de migrantes internacionais no período. Para uma demonstração clara do método indireto, cf. Carvalho (1996) e o que apontamos no Apêndice metodológico.

Em relação às estimativas do número de bolivianos no município de São Paulo, que apresentam uma enorme variação, as mais difundidas são: a do Consulado da Bolívia, que calcula 50 mil migrantes não regularizados; da Pastoral dos Imigrantes, que acredita habitarem 70 mil bolivianos não regularizados em São Paulo, sendo 35 mil só no bairro do Brás; do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja estimativa varia entre 10 e 30 mil não regularizados⁹⁹; do Ministério Público, que fala em 200 mil bolivianos ao todo (regulares e irregulares), e do Sindicato das Costureiras, que contabiliza 80 mil trabalhadores da costura irregulares (o que inclui famílias brasileiras e bolivianos)¹⁰⁰. O único consenso entre essas estimativas é o fato de o município de São Paulo abrigar o maior número de migrantes bolivianos no Brasil (Cymbalista e Xavier, 2007).

Outras fontes de informação, como o número de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros (Ministério do Trabalho e Emprego) ou o Registro de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça), parecem não captar o caso específico dos bolivianos ou outros grupos em particular, em termos numéricos, mostrando apenas tendências gerais (Baeninger e Leony, 2001). No caso dos bolivianos, isso acontece em grande parte porque a maioria deles está imbricada em trabalhos informais e não há registro da situação de trabalho no Ministério do Trabalho (que é uma das formas de obter a regularização migratória – cf. box sobre política migratória no Brasil hoje). Apesar disso, de acordo com Baeninger e Leony (2001), com os dados da Polícia Federal (dados de 1990-1999) é possível “apreender recentes modalidades da migração internacional como a dos africanos, de um lado, e a dos bolivianos, de outro, dentre outros exemplos” (Baeninger e Leony, 2001: 209).

O pequeno número de autorizações de trabalho concedidas a bolivianos (339 em 1998, 11 e 14 em 1999 e 2000) de acordo com Baeninger e Leony (2001) também guarda relação com a estrutura da política migratória vigente hoje no Brasil que beneficia claramente a regularização de migrantes qualificados. Em relação às políticas públicas em matéria de imigração, é importante ressaltar que o estado e também o município de São Paulo apresentam uma série de políticas que permitem benefícios (ou acesso a direitos

⁹⁹ Dado encontrado em: <http://www.mte.gov.br/> (acessado em 27/02/07).

¹⁰⁰ Dados encontrados no “Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a exploração de trabalho análogo ao de escravo” da Câmara Municipal de São Paulo, publicado em fevereiro de 2006 (Câmara Municipal De São Paulo, 2007). Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/>.

básicos) a estrangeiros não incluídos na legislação nacional. Entre elas está a lei que obriga que estrangeiros que frequentam as escolas estaduais e municipais possam ter acesso ao diploma ao terminarem os estudos no estado ou município¹⁰¹, o acesso livre a todo e qualquer serviço de saúde público (seja ele municipal, estadual ou federal, do que falaremos mais adiante) e outra lei que permite a ocupação de cargos públicos¹⁰².

Uma fonte interessante que nos ajuda a dimensionar a presença dos bolivianos no Brasil é o número de regularizações migratórias feitas a partir das três últimas anistias¹⁰³ concedidas pelo governo brasileiro – em 1988, 1998 e 2009 – que mostram, por exemplo, que os bolivianos estiveram entre os estrangeiros mais beneficiados nesses três atos, embora próximos em número das regularizações dos chineses (como em 1988). A tabela 12 mostra o resultado das três anistias. Os dados foram organizados mesclando as informações disponíveis: temos a informação na íntegra do ano de 1988, mas a informação é incompleta para 1998 e 2009 – não se tem o número de todos os anistiados, embora tenha sido divulgado o número total dessas duas últimas anistias concedidas, certamente de maneira arredondada, o que explica os números que apresentamos a seguir.

¹⁰¹ Hoje, o acesso ao ensino infantil é permitido aos estrangeiros sem que seja necessária a apresentação de documentos brasileiros ou RNE (basta apenas um documento de identificação, mesmo que seja de outro país). O ingresso nas instituições de ensino superior brasileiras, no entanto, só é acessível aos imigrantes que possuem o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), que devem concorrer às mesmas vagas que os estudantes brasileiros. A forma de ingresso somente é possível por meio do Processo Seletivo Universal. Sendo convocado para matrícula, o migrante deverá estar com a documentação legalizada e a equivalência de estudos emitida pela Secretaria da Educação. Cf. Xavier e Gaeta (2010).

¹⁰² Lei 245/2006 aprovada pela Assembléia Legislativa de São Paulo em 2008 que garante a estrangeiros em situação regular e permanente no país concorrer aos cargos e empregos públicos da administração estadual, em condições de igualdade com o cidadão brasileiro.

¹⁰³ Por meio da anistia, os migrantes que não possuem permissão para residência no país ficam isentos do pagamento de multas referentes ao período em que permaneceram no território nacional sem a documentação necessária. No período da anistia, apresentando uma série de documentos (entre eles uma prova da data da entrada no país, que não pode exceder o período estipulado pela lei de anistia), o migrante recebe um registro provisório com validade de dois anos, que, posteriormente, pode ser prorrogado por mais dois anos (sendo que, ao final desse último período, o visto torna-se permanente).

Tabela 12. Brasil. Estrangeiros beneficiados nas três últimas anistias por nacionalidade

<i>Anistia 1988(i)</i>		<i>Anistia 1998(ii)</i>		<i>Anistia 2009(iii)</i>	
<i>Nacionalidade dos principais beneficiados</i>	<i>Número de beneficiados por nacionalidade</i>	<i>Nacionalidade dos principais beneficiados</i>	<i>Número de beneficiados por nacionalidade</i>	<i>Nacionalidade dos principais beneficiados</i>	<i>Número de beneficiados por nacionalidade</i>
Bolívia	14000	China	9229	Bolívia	17000
China	9940	Bolívia	9155	China	5500
Líbano	3091			Peru	4600
Coréia do Sul	2577			Paraguai	4100
Peru	2158			Coréia do Sul	1100
Uruguai	1736				
Argentina	1314				
Total	39131 (declarado)	Total	40000 (declarado)	Total	43000 (declarado)

(i) Fonte: Barreto, 2001

(ii) Fonte: Para o total dos anistiados, Barreto (2001), para os números específicos, Folha de S. Paulo (2000) com base em dados do Serviço de Registro de Estrangeiros da Polícia Federal.

(iii) Fonte: Site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br)

Elaboração própria

Em relação ao uso desses dados também devem ser tomados alguns cuidados: (i) em primeiro lugar, o dado capta somente os migrantes que não tinham sido regularizados até o momento das três anistias e que resolveram entrar com os papéis nesse momento (não inclui, é claro os já regularizados); (ii) não pode ser um indicativo dos anos em que esses migrantes chegaram, já que a anistia pode apenas facilitar um processo de regularização que já estaria em andamento (muitas vezes alguns migrantes que ainda não tinham regularizado sua situação podem encontrar nessa oportunidade um momento para fazê-lo); (iii) mesmo apresentando facilidades para o processo de regularização migratória, muitos migrantes podem não comparecer no período da anistia devido à falta de informação – o que nos parece pouco provável, sobretudo em relação às duas últimas edições, que tiveram uma ampla divulgação por parte do governo (Carvalho, 1998) e instituições não-governamentais. O custo dos documentos a serem apresentados, cerca de R\$95 na última anistia (IMDH, 2009), ou a falta de provas e documentos (como, por exemplo, algum registro que mostre a data de entrada no país, sendo que, no caso da última edição, deveria ser comprovada a entrada no país até fevereiro de 2009), podem também ser considerados obstáculos para a efetivação desse procedimento. Por fim: (iv) a regularização migratória não é sempre sinônimo de permanência no país, conforme pudemos observar em algumas

das entrevistas deste estudo, reveladoras do fato de que alguns migrantes se regularizam justamente para poder entrar e sair do país com mais facilidade e não para permanecer no Brasil.

Além de todas essas ressalvas e, conforme o que foi apresentado sobre os dados do Censo na captação de migrantes, resta uma importante questão: se o Censo tende a captar somente os migrantes residentes e regularizados, e foram regularizados 14 mil bolivianos na anistia de 1988, por que o Censo de 1991 captou apenas 15.694 bolivianos residentes em todo o Brasil, sendo que neste número deveriam estar também os migrantes que já residiam no país antes desse ato? Ainda, se considerarmos que o número de bolivianos na RMSP tem sido maior e aumentado proporcionalmente em relação ao Brasil, como explicar que em 1998 regularizaram-se 9.155 bolivianos, mas o Censo de 2000 capta apenas 8.910, somente na Região Metropolitana de São Paulo?

Esses questionamentos nos ajudam a reconsiderar a contagem dos Censos, problematizando as fontes de dados disponíveis e a sua suposta subenumeração, ainda que deixamos aqui essas questões em aberto, indicando a necessidade de questionar as informações que nos são disponibilizadas (cf. Apêndice metodológico).

Convém destacar, ainda, que se espera bastante dos dados do Censo 2010, tanto no sentido de registrar a evolução recente da imigração de bolivianos para a RMSP, como porque, em função das anistias e acordos bilaterais nos últimos anos, talvez possamos sentir os seus efeitos na captura dos migrantes internacionais residentes segundo o Censo, considerando a tese de que a subestimação devido à irregularidade deve cair, embora tenhamos mostrado que essa relação não é direta e pode, inclusive, não operar de fato.

Box: A política migratória no Brasil hoje

A Lei brasileira vigente (Estatuto do Estrangeiro Lei n. 6.815/80) que estabelece as regras em torno de temas relacionados a migrações no país data da época da ditadura militar, e é marcada por princípios que priorizam a segurança nacional. As principais características dessa lei no que tange ao incentivo à imigração para o Brasil são: proibição de concessão de visto temporário ao migrante que venha ao Brasil como pequeno empreendedor (a restrição ao exercício de atividades remuneradas); proibição de organização e manifestação política por parte dos estrangeiros e burocratização (além do custo) do processo de regularização de não brasileiros. Para grande parte dos movimentos que criticam essa legislação, ela trata a imigração como “caso de polícia” e vai contra alguns princípios da Constituição Federal de 1988. Além disso, não trata de um fenômeno importante do Brasil atual, a emigração, já que são cerca de 2 milhões os brasileiros que vivem hoje em outro país, como EUA, Japão e Paraguai.

Por conta das limitações da legislação vigente, sobretudo em relação ao atual momento do país como receptor de migrantes internacionais (hoje recebe mais do que na época de formulação da Lei), o governo tem promulgado uma profusão de resoluções normativas para preencher suas lacunas. Os movimentos pró-migrantes e os próprios quadros governamentais vêm trabalhando para a criação de uma nova lei regulatória da imigração. Mesmo ainda fortemente criticado, o novo projeto já está em tramitação, e pretende ser menos burocrático, apresentando alguns avanços, como a possibilidade de um imigrante que declarar união estável com um brasileiro do mesmo sexo obter visto de permanência fixa no Brasil. Entre os retrocessos, a nova lei irá criminalizar os migrantes ilegais seguindo os moldes da lei americana, por exemplo.

O Estatuto do Estrangeiro prevê diversos tipos de vistos (trânsito, turista, temporário, cortesia, oficial, diplomático) que são concedidos pelo Ministério das Relações Exteriores. O Conselho Nacional de Imigração (órgão tripartite responsável pelas políticas migratórias) estabelece em que condições esses vistos podem ser dados, por meio de resoluções normativas. Segundo Novais (2008), o visto é mera expectativa de direito, pois o controle migratório é feito em etapas cumulativas: (i) na solicitação de visto de entrada, pelas repartições consulares; (ii) no porto de entrada, pelos agentes da Polícia de Imigração, órgão do Departamento de Polícia Federal, que é subordinado ao Ministério da Justiça; (iii) durante a estada no Brasil, também pelos agentes da Polícia de Imigração. Assim, no Brasil, a entrada ou a estada do estrangeiro, com ou sem o visto, pode ser vedada pela Polícia Imigratória (Novais, 2008: 168).

Favorecimento de trabalhadores qualificados

Em suas determinações, o Estatuto do Estrangeiro não diferencia nacionalidades específicas de migrantes e tampouco nível social, mas, na prática, seleciona os trabalhadores migrantes por renda, já que as regras favorecem os qualificados (exigindo um nível mínimo educacional ou de qualificação necessário) e aqueles que dispõem de meios para se regularizar no país (contratando advogados, por exemplo, devido à intensa burocratização do sistema). Os requisitos para a obtenção do visto de trabalho são bastante seletivos; os trabalhadores precisam comprovar: “(i) escolaridade mínima de nove anos e experiência de dois anos em ocupação que não exija nível superior; ou (ii) experiência de um ano no exercício de profissão de nível superior, contando esse prazo da conclusão do curso de graduação que o habilitou a esse exercício; ou (iii) conclusão de curso de pós-graduação, com no mínimo 360 horas, ou de mestrado ou grau superior compatível com a atividade que irá desempenhar; ou (iv) experiência de três anos no exercício de profissão, cuja atividade artística ou cultural independa de formação escolar” (Ministério da Justiça).

Atualmente, foi promulgada uma Resolução Normativa (n.80) que pretende facilitar a obtenção de visto de trabalho para aqueles que não possuem qualificação ou nível de escolarização mínimos. Ela foi proclamada principalmente em função de denúncias sobre exploração no trabalho

envolvendo migrantes que não possuem meios de se regularizar. A partir dessa resolução, passam a ser exigidos somente o contrato de trabalho e justificativa da empresa contratante, sem que seja necessária a qualificação profissional. Cabe ressaltar que a Resolução só é válida para os migrantes oriundos da América do Sul (Argentina, Peru, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Chile, Paraguai, Equador, Guiana, Uruguai e Suriname).

Para um imigrante investidor que queira abrir uma empresa no Brasil, é favorecida a entrada daqueles que pretendem investir no mínimo U\$50 mil (no caso de empresas de produção) ou U\$250 mil (para todos os outros tipos de empresas). Para um investidor pequeno, que queira investir um capital inferior a U\$50 mil, é preciso que o governo brasileiro aceite uma justificativa, mostrando, por exemplo, que o empreendimento poderá gerar emprego aos brasileiros. Tradicionalmente, a Lei brasileira facilita a entrada de acadêmicos de alto nível. Isso acontece em função de que não são exigidos procedimentos burocráticos para pesquisadores estrangeiros receberem bolsas de mestrado e doutorado por parte do governo. Também são facilitadas as bolsas de estudo e convênios bilaterais com outros países.

Como se tornar permanente

O visto permanente para os que pretendem se fixar no país é concedido: (i) para asilados ou refugiados; (ii) com base em cônjuge brasileiro; (iii) com base em filho brasileiro; ou (iv) com base em reunião familiar ou para professores, técnicos ou pesquisadores de alto nível; aposentados; diretores, gerentes, administradores ou executivos; investidores (pessoa física); dado por cortesia (para empregados, por exemplo) ou a quadros oficiais.

Em relação ao casamento, atualmente é dado visto permanente aos cônjuges de brasileiros. Mesmo que haja a separação, o estrangeiro permanece com o visto. Na nova lei, no entanto, em caso de separação com menos de cinco anos de casamento, o estrangeiros perdem o visto permanente.

Foram determinadas pelo Ministério da Justiça três Anistias a estrangeiros nos últimos 28 anos (em 1980, 1988, 1998). Nesses três anos, o governo oferece aos estrangeiros que se encontram em situação irregular a possibilidade de se regularizarem apenas com documentos básicos e a data de ingresso no país, sendo que em alguns casos ficam isentos de taxas e multas pelo tempo que permaneceram no país de forma ilegal.

Contexto latinoamericano

Como hoje os grupos migrantes de origem latinoamericana têm aumentado sua participação no total de estrangeiros que residem no Brasil (e alguns países latinoamericanos são grandes receptores de brasileiros, como o Paraguai), é importante conhecer também alguns acordos e tratados que regulam a circulação de pessoas no continente latinoamericano. Entre eles figura como mais importante o Mercosul. Criado em 1991, reúne Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina e tem como associados o Chile (desde 1996), Bolívia (desde 1996), Peru (desde 2003), Venezuela (desde 2006), Equador e Colômbia (desde 2004). No âmbito desse tratado “foi firmada a Declaração de Princípios Migratórios em maio de 2004, que estabelece que a irregularidade migratória não é passível de punição penal. A negociação mais importante sobre o tema, porém, diz respeito ao Acordo de Residência. O instrumento abre a possibilidade para que pessoas nascidas em países do bloco possam obter uma residência regular em outra nação mediante apenas a comprovação da nacionalidade e a verificação de antecedentes penais” (Camargo e Hashizume, 2007).

Hoje, três países do Mercosul têm facilitada a entrada, residência e atividade no Brasil (sendo que o mesmo ocorre com os brasileiros emigrantes): Argentina, Uruguai e Bolívia. A principal facilitação que decorre desses acordos é o fato de não ser necessário o contrato de trabalho para a residência no país. Nos três casos é dado um visto temporário (com duração de dois anos) que, depois, poderá ser prorrogado por mais dois anos, sendo, então, concedido o visto de residência permanente. Os acordos não beneficiam, no entanto, os migrantes que não poderiam pagar a documentação (era preciso provar meios de subsistência) ou não possuíam cédula de identidade.

1.4.2 Os bolivianos na RMSP: perfil geral

Embora seja importante destacar as diferenças entre a sede e os outros municípios da RMSP no que se refere aos fluxos migratórios, vemos que, apesar ter sido durante muito tempo um dos principais pólos de migração interna no país, hoje a RMSP parece ter alterado essa potencialidade, passando a ter um papel muito maior como área de circulação (Baeninger, 2005), ou seja, como porta de entrada e como lugar de redistribuição de população para outras localidades, como o interior do estado de São Paulo, por exemplo. No entanto, esse espaço ainda tem um lugar central quando pensamos dos novos fluxos internacionais aportando no Brasil, já que nele há a maior concentração dos migrantes recentes – entre eles os bolivianos.

Essa constatação confirma, de um lado, a tendência de concentração de migrantes internacionais em grandes cidades (Sassen, 2001[1991]; Balbo, 2005), e de outro, transformações nos próprios padrões migratórios internacionais da Bolívia, como vimos, cujo movimento rumo às metrópoles é uma tendência crescente (Cortes, 2001).

Apresentamos aqui as principais características sociodemográficas da população boliviana residente na RMSP, levando em conta que uma descrição mais detalhada, sobretudo em relação aos aspectos ligados à inserção urbana desses migrantes, será feita nos próximos capítulos desta dissertação.

A caracterização da população boliviana em São Paulo hoje, como vimos, deve partir das heterogeneidades resultantes dos diferentes perfis migratórios referentes aos períodos de chegada no estado de São Paulo¹⁰⁴. Esse fato nos leva a discernir distintas coortes migratórias, com seus particulares perfis etários, educacionais, ocupacionais e de rendimentos. Assim, temos que 20,6% dos bolivianos residentes na RMSP habitam de 0 a 3 anos na UF; 25%, de 4 a 9 anos; 16,8%, de 10 a 14 anos; 14,4%, de 15 a 24 anos e 23,2% estão há mais de 25 anos na UF.

¹⁰⁴ Para tempo residência, nossa referência será sempre a unidade da federação (São Paulo), a fim de evitarmos a não captação de dados por mudança de município dentro do estado de São Paulo. Cf. Apêndice metodológico.

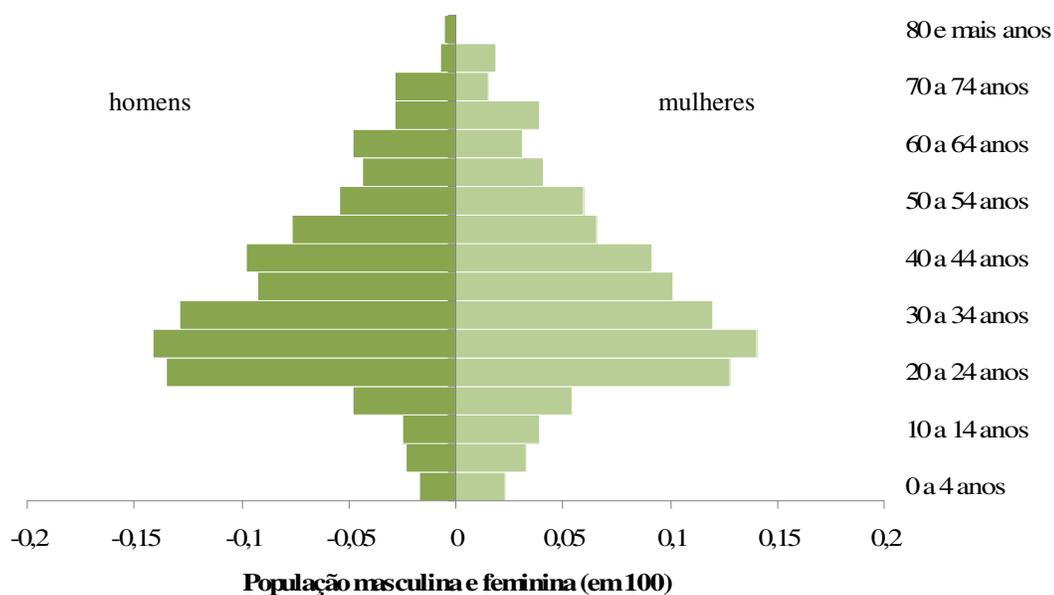
Tabela 13. Tempo de residência na UF de São Paulo dos nascidos na Bolívia residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 2000

<i>Faixas de tempo de residência</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
0 a 3 anos	1837	20,6
4 a 9 anos	2230	25,0
10 a 14 anos	1494	16,8
15 a 24 anos	1280	14,4
25 anos ou mais	2068	23,2
Total	8910	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

Em relação à estrutura etária dessa população, de acordo com a pirâmide etária a seguir, vemos uma concentração nas idades ativas (15 a 64 anos), sendo que 38,7% têm de 30 a 49 anos e 32,3%, de 15 a 29 anos, embora exista uma parcela importante desse contingente distribuído na faixa etária de 50 a 54 anos, representante, supomos, das coortes que chegaram ao país há mais tempo.

Gráfico 3. Pirâmide etária dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria.

Apesar de estarem equilibradamente divididos entre os sexos – quando comparamos com outros contextos latinoamericanos, influenciados pelo crescente fenômeno da feminização das migrações na América Latina (Villa e Martínez Pizarro, 2004)¹⁰⁵, também verificado de forma acentuada na região de fronteira Brasil-Bolívia (Peres, 2009) – os bolivianos da RSMP apresentam uma predominância masculina: 55,9% de homens contra 44,1% de mulheres, ambos concentrados principalmente nas idades produtivas. Também em comparação com o mercado de trabalho brasileiro – cada vez mais feminino – essa diferença deve ser levada em consideração, sobretudo ao adentrarmos nas questões das principais atividades profissionais exercidas por esses migrantes, como por exemplo, a costura. Se, entre os brasileiros, a atividade de costura pode ser mais forte entre as mulheres (Silva, 2008; Georges e Silva, 2007), entre os bolivianos existe uma predominância masculina: 64% dos trabalhadores de confecção de roupas são homens, enquanto que 35,6% são mulheres.

Diante desse quadro, podemos perguntar: a razão para tal guarda relação com os padrões migratórios clássicos em que os migrantes (nesse caso homens) vêm sozinhos, sem suas famílias, para economizar dinheiro e depois voltar ao país de origem? Ou se trata de uma especificidade dos bolivianos em organizar o trabalho de maneira predominantemente masculina no setor de confecção?

Em relação a outras atividades, como o comércio, por exemplo, é uma marca da cultura andina a presença mais forte das mulheres: “com efeito, as atividades comerciais, seja nas feiras, seja a venda ambulante, são tradicionalmente desprezadas socialmente nas culturas andinas (quíchua e aimara, principalmente) da Bolívia, e geralmente “deixadas” às mulheres” (Fusco e Souchaud, 2009). Se isso pode ser observado no contexto da fronteira, em Corumbá (Peres, 2009) pelos dados do Censo não pudemos verificar diferenças substantivas entre os sexos nessa ocupação. Tampouco as entrevistas nos mostraram essa diferenciação, ao contrário: a costura nos pareceu uma atividade tanto masculina quanto feminina ainda que tendendo para uma maior presença de homens no setor.

No que se refere ao estado civil, os bolivianos estão divididos entre casados (45,5%) e solteiros (41,7%), embora não temos como saber se os cônjuges também residem no

¹⁰⁵ Para Villa e Martínez Pizarro (2004), a América Latina é a única região “em desenvolvimento” em que as mulheres aparecem como maioria em relação ao total dos migrantes.

Brasil e tampouco se vieram juntos no momento de saída da Bolívia. Sobre esse aspecto, é importante mostrar a discussão a respeito da endogamia e exogamia entre os migrantes bolivianos residentes no Brasil e na RMSP.

A esse respeito, Fusco e Souchaud (2009) mostram que no total de bolivianos residentes no Brasil, 58% estavam em casais exogâmicos e 67% desses cônjuges eram homens, o que revela uma situação de exogamia intermediária se comparado com o conjunto dos migrantes internacionais residentes no Brasil. Também mostram que “os bolivianos que vivem em municípios da fronteira estão inseridos relativamente mais em casais exogâmicos e com maior participação feminina nesses casais (comportamento mais próximos dos paraguaios, como se esperava) do que os migrantes nascidos na Bolívia e residentes na região Sudeste”(Fusco e Souchaud, 2009: 5). No sudeste, os a proporção de casamentos exogâmicos entre os bolivianos é de 47% sendo que a participação dos homens é de 74%, de acordo com os autores, embora não tenham trabalhado os dados para a RMSP em particular.

Em relação às origens geográficas e os padrões de união, Fusco e Souchaud mostram que a união exogâmica entre bolivianos oriundos das regiões andinas da Bolívia – de onde, supomos, vêm a maioria dos bolivianos que residem na RMSP – é menos frequente quando comparada à proporção entre os bolivianos originários do departamento de Santa Cruz residentes em Corumbá: 12% contra 35% e concluem que:

Existiria, então, um efeito distintivo maior no que se refere à questão da união exogâmica entre as populações andinas e as populações das regiões baixas da Bolívia, perante as populações brasileiras de Corumbá (Fusco e Souchaud, 2009: 13).

Esse quadro em Corumbá só é possível, no entanto, graças à maior diversificação das origens geográficas dos bolivianos residentes neste município, em relação aos que vivem em São Paulo que se reflete, também, numa maior diversidade étnica, como já demonstramos a respeito.

Para os autores, no entanto, se entre os andinos a proporção de endogamia é maior, isso não pode nos levar a concluir que têm mais dificuldade ou falta de interesse em se inserir na sociedade local, mas sim, pensar que pode se tratar de uma questão temporal, já que os andinos são mais recentes em Corumbá em relação aos bolivianos com outras origens.

Tabela 14. Estado civil dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP, 2000

<i>Estado civil</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
casado (a)	4054	45,5
solteiro (a)	3716	41,7
desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	225	2,5
divorciado (a)	238	2,7
viúvo (a)	259	2,9
Total	8910	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Um aspecto aqui já mencionado diz respeito ao perfil educacional dos bolivianos, que varia bastante conforme as coortes (tanto na RMSP quanto no que se refere ao Brasil).

Tabela 15. Escolaridade dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP em 2000, segundo o curso mais elevado frequentado

<i>Curso mais elevado frequentado</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Estudante	1287	14,4
Antigo Primário	492	5,5
Antigo Ginásio	246	2,8
Antigo Clássico, Científico	171	1,9
Ensino fundamental ou 1 grau	1753	19,7
Ensino médio ou 2 grau	3090	34,7
Superior	1726	19,4
Mestrado ou doutorado	133	1,5
Nenhum	12	0,1
Total	8910	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Tabela 16. Nascidos na Bolívia por curso mais elevado frequentado e tempo de residência na UF São Paulo, 2000

<i>Tempo de residência na UF</i>	<i>Curso mais elevado que frequentou (%)</i>									
	Estudantes	Antigo primário	Antigo ginásio	Antigo clássico, científico	Ensino fund. ou 1 grau	Ensino médio ou 2 grau	Superior	Mest. ou Dout.	Nenhum	Total
0 a 3 anos	30,1	9,1	3,7	0,0	25,6	24,7	10,0	0,00	100,0	20,6
4 a 9 anos	28,5	6,5	9,3	0,0	32,3	31,6	15,5	0,00	0,0	25,0
10 a 14 anos	24,5	9,3	3,2	4,1	17,5	15,6	17,3	24,1	0,0	16,8
15 a 24 anos	9,71	13,6	11,8	10,6	13,5	13,5	20,0	30,1	0,0	14,3
25 anos ou mais	7,2	61,5	71,9	85,3	11,2	14,6	37,1	45,9	0,0	23,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000, elaboração própria

Em relação à ocupação, como indicamos no decorrer deste primeiro capítulo e aprofundamos mais adiante, existe uma predominância clara de atividades relacionadas à confecção de roupas¹⁰⁶, compondo 43% da população boliviana ocupada, sendo que, destes, 38% são operadores de máquina de costura. No entanto, não podemos ignorar, o fato de que 8,6% realizam atividades consideradas de alta qualificação, como médicos e dentistas, mostrando uma heterogeneidade na composição de ocupação entre os bolivianos residentes na RMSP.

A maioria dos bolivianos ocupados trabalha por conta própria (42,2%) e 31% são empregados e não possuem carteira assinada, embora 17,8% possuem o registro de trabalho – uma porcentagem que não pode ser considerada baixa. Apenas 1,4% trabalham como trabalhadores domésticos com carteira assinada, como vemos na tabela 19.

¹⁰⁶ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, utilizada pelo Censo 2000, as ocupações que fazem parte da categoria “trabalhadores da confecção de roupas” são: “operadores de máquinas de costura de roupas”, “trabalhadores polivalentes das indústrias de confecção de roupas”, “trabalhadores da preparação da confecção de roupas”, “operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas”.

Tabela 17. Ocupação principal dos ocupados nascidos na Bolívia residentes na RMSP de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, 2000

<i>Ocupações</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Operadores de máquinas de costura de roupas	2045	38,8
Médicos	306	5,8
Vendedores ambulantes	199	3,8
Trabalhadores polivalentes das indústrias de confecção de roupas	158	3,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	158	3,0
Gerentes de produção e operações	143	2,7
Cirurgiões-dentistas	97	1,8
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	77	1,5
Trabalhadores agrícolas	75	1,4
Marceneiros e afins	74	1,4
Dirigentes de empresas- empregadores com mais de 5 empregados	71	1,3
Outros	1869	35,5
Total	5270	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Tabela 18. Ocupação principal dos ocupados nascidos na Bolívia residentes na RMSP de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, 2000 (ocupações agrupadas)

<i>Ocupações</i>	<i>Frequência</i>	<i>Frequência acumulada</i>	<i>%</i>	<i>% acumulado</i>
Operadores de máquinas de costura de roupas	2045		38,8	
Trabalhadores polivalentes das indústrias de confecção de roupas	158		3,0	
Trabalhadores da preparação da confecção de roupas	19		0,4	
Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas	45		0,8	
Trabalhadores da confecção de roupas		2266		43,0
Médicos	306		5,8	
Cirurgiões-dentistas	97		1,8	
Farmacêuticos	22		0,4	
Enfermeiros de nível superior e afins	26		0,5	
Profissionais da medicina, saúde e afins		451		8,6
Vendedores em quiosques e barracas	52		0,1	
Vendedores ambulantes	199		3,7	
Vendedores ambulantes e camelôs		251		4,8
Outros	2302	2302	43,7	43,7
Total	5270	5270	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Tabela 19. Nascidos na Bolívia residentes na RMSP por posição na ocupação principal

<i>Posição</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	14	0,2
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	73	1,4
Empregado com carteira de trabalho assinada	939	17,8
Empregado sem carteira de trabalho assinada	1665	31,6
Empregador	356	6,7
Conta-própria	2225	42,2
Total	5270	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

A maior parte dos bolivianos ocupados recebe de 0 a 3 salários mínimos¹⁰⁷ que pode ser considerado população de baixa renda (40,3%), embora nas outras faixas salariais exista um representatividade equilibrada. De acordo com Souchaud (2010a), que comparou o rendimento dos bolivianos com o resto da população da RMSP pode existir um rendimento maior por parte dos bolivianos nas primeiras faixas salariais em função de que, de acordo com a distribuição etária da população boliviana a razão de dependência entre os bolivianos pode ser menor pela proporção de população em idade ativa na composição dos seus domicílios. No entanto, reforça o autor, os migrantes também podem enviar uma parte de sua renda ao país de origem, fazendo com que:

Seus domicílios se estendem e ampliam entre os dois lados da fronteira sem que possamos os definir com precisão, em consequência, a análise comparativa do rendimento domiciliar entre os imigrantes e a população total torna-se difícil de interpretar, em termos de nível de vida, por exemplo (Souchaud, 2010a: 8).

Tabela 20. Nascidos na Bolívia ocupados residentes na RMSP segundo rendimento na atividade principal em salários mínimos, 2000

<i>Faixas de rendimento em Salários Mínimos (SM)</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
De 0 a 2,99 SM	2125	40,3
De 3 a 4,99 SM	1239	23,5
De 5 a 9,99 SM	902	17,1
Mais de 10 SM	1005	19,1
Total	5270	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

¹⁰⁷ Informação do Censo que se refere ao rendimento individual de quem trabalha (na atividade principal).

Conclusões parciais

Nesse capítulo procuramos mostrar as origens da migração de bolivianos ao Brasil e especificamente a RMSP. Partindo de um quadro da migração na Bolívia, evidenciamos uma das principais hipóteses desse trabalho que é a origem migratória na cidade de El Alto e, para tal, retomamos alguns dos elementos da história da cidade bem como sua participação no dispositivo migratório boliviano. Mais do que um simples cenário originário, essa procedência nos remete a uma experiência singular num espaço urbano marcado, ao mesmo tempo, por uma imensa precariedade e pungente força social e cultural (sobretudo ligada à cultura aimara). Essa demonstração deve servir como base para o entendimento do fluxo e indicar possíveis conexões com as características dos bolivianos na RMSP como, por exemplo, a forte ocupação dos mesmos junto a atividades ligadas à confecção de roupas, bem como a circulação migratória sobre a qual discutimos mais aprofundadamente adiante.

Em seguida, retomamos as principais teses a respeito dos primeiros fluxos de bolivianos ao Brasil, questionando alguns de seus postulados, principalmente em relação à conexão entre os fluxos pioneiros e os atuais: não só representam fluxos de natureza distinta e inseridos em contextos diversos, como representaram, também, formas diferentes de inserção no país, principalmente na espacialização dessa migração. A demonstração de alguns elementos da história da migração boliviana à Argentina nos ajudou a balizar essa diferenciação e, também, evidenciar algumas semelhanças da organização dos migrantes bolivianos em grandes metrópoles latinoamericanas. Apesar de comporem histórias e evoluções diversas, existem confluências culturais e ocupacionais entre os fluxos de bolivianos que se dirigem à Área Metropolitana de Buenos Aires e à RMSP como mostramos na questão da ocupação na indústria de confecção de roupas.

Ao final, fizemos uma rápida caracterização sociodemográfica dos bolivianos residentes na RMSP, questionando algumas das formas de captação desses migrantes nas fontes de dados disponíveis e evidenciando a heterogeneidade do grupo como nos perfis ocupacionais. Essa caracterização – essencial para os desdobramentos deste trabalho – é aprofundada nos próximos capítulos.

Capítulo 2. Padrões de distribuição socioterritorial dos bolivianos na RMSP

Como vimos no capítulo anterior, os migrantes bolivianos recentes (que chegaram ao Brasil nas três últimas décadas) apresentam pouca diversidade em relação aos locais de residência no território brasileiro, concentrando-se no estado e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). No interior da escala metropolitana, em contrapartida, há um claro processo de diversificação espacial em algumas zonas específicas.

Ao contrário do que o senso comum e alguns trabalhos acadêmicos supõem, a distribuição socioterritorial dos migrantes bolivianos que residem na RMSP não pode ser circunscrita à localização a um ponto fixo desse espaço, e muito menos identificada pela concentração nos bairros centrais de seu município. Mostramos neste capítulo que a análise da distribuição socioterritorial dos bolivianos na RMSP implica em reconhecer uma localização baseada na dualidade entre zonas centrais e periféricas e constatamos a existência de diferentes pontos espaciais de referência e agregação desses migrantes em alguns lugares específicos do território.

Embora nesses distintos pontos de agregação – alguns bairros centrais, zona Norte e Leste de São Paulo e município de Guarulhos (que compõe a região metropolitana) – sejam compartilhadas algumas lógicas de inserção espacial entre os bolivianos, também existem processos específicos em cada uma delas, conforme demonstramos a seguir.

O Capítulo está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, fazemos uma breve contextualização sobre o desenvolvimento urbano da RMSP mostrando como se estruturou esse espaço, sobretudo a partir de uma relação de contraste entre as zonas centrais e periféricas, que permeou, também, o modo como esse aglomerado urbano foi visto e interpretado pela literatura. Discorreremos ainda, rapidamente, sobre as principais transformações ligadas à indústria da confecção nesse território. Esses dois elementos – formação urbana da RMSP e transformações da indústria têxtil nessa região – terão, como veremos, implicações na espacialidade urbana dos migrantes bolivianos.

Em seguida, trazemos uma descrição dos principais padrões de inserção espacial dos bolivianos na RMSP, com foco em alguns dos pontos de agregação. O aprofundamento e a problematização da lógica de localização aqui descrita, tendo como ponto de partida a

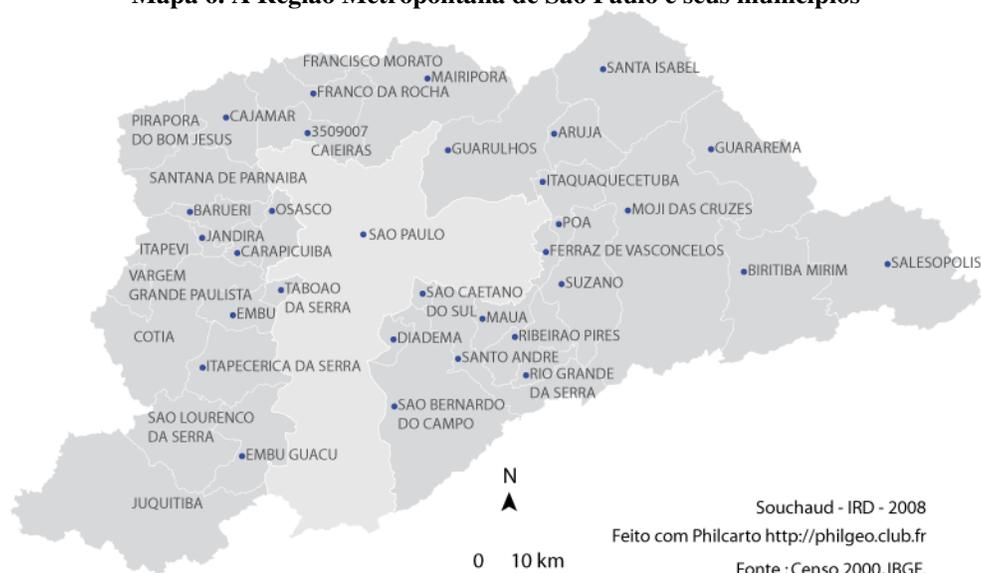
imbricação entre projetos migratórios e trajetórias urbanas individuais na articulação dos espaços, são temas do Capítulo 3.

Na última parte do capítulo discutimos as formas através das quais os bolivianos são reconhecidos como grupo pela sociedade paulistana e mesmo por alguns estudos, por meio do trinômio “escravo-ilegal-invisível”. A nosso ver, o reconhecimento da diversidade das localizações no espaço urbano nos impele a discernir e questionar essas categorias de identificação social. Isso porque entendemos que, apesar de se mostrarem aparentemente dissociadas (como se operassem de formas distintas), as visões social e espacial dos bolivianos a partir de uma concepção homogeneizante não abarcam a complexidade de sua inserção na cidade.

2.1 RMSP: a qual espaço urbano nos referimos

Neste item apresentamos uma breve contextualização de alguns elementos do processo de urbanização da RMSP, procurando trazer informações básicas para a discussão acerca da inserção socioterritorial dos bolivianos nesse espaço. Esse pequeno panorama, vale lembrar, não é suficiente para entender a complexidade desse território o que ultrapassaria os limites deste trabalho.

Mapa 6. A Região Metropolitana de São Paulo e seus municípios



Fonte: Souchaud, 2008.

O estado de São Paulo e sua maior aglomeração metropolitana (RMSP) tiveram historicamente um papel hegemônico em termos econômicos e demográficos no país, seja nas escalas regional ou nacional. Acompanhando o padrão de concentração da população brasileira em cidades cada vez maiores, que marca o processo de urbanização do país entre 1930-1980 (Martine, 1994; Baeninger, 2003), a importância demográfica do estado e da RMSP esteve vinculada ao processo de industrialização via substituição de importações e a políticas que favoreceram a concentração espacial da produção em centros urbanos já existentes.

O maior êxito desse modelo econômico, no que se refere à industrialização e à integração do mercado nacional, esteve baseado, em termos espaciais, no dinamismo da região Sudeste do país, encabeçado pela cidade de São Paulo (Martine, 1994: 23). A espacialização desigual das atividades econômicas resultou em pólos de atração de população (Singer, 1973), especialmente na RMSP, sendo que a migração rural-urbana intra e interestadual – em grande parte oriunda de estados do Nordeste, mas também de outros, como Minas Gerais – teve um papel fundamental nesse processo, principalmente entre os anos 1950-60. A atração migratória da RMSP, no entanto, não se explica somente por meio do incentivo desempenhado pelo processo de desenvolvimento industrial, tendo sido também provocada por fatores de expulsão de população nos espaços de origem, influenciados por “fatores de estagnação”, de acordo com a interpretação do tipo atração-expulsão das migrações internas explorada por Singer (1973).

A expansão da indústria no território metropolitano de São Paulo ocorreu principalmente nos anos 1950, sendo que entre os anos 1960 e 1980 também tem lugar o espraiamento do parque industrial em direção aos municípios que circundam a cidade, que passaram, nos anos 1970, a constituir sua zona metropolitana (Caldeira, 2000).

A formação da RMSP pode ser entendida como resultado de dois processos principais: de metropolização (crescimento das grandes cidades em detrimento dos núcleos urbanos menores) e periferização (expansão da área urbanizada, em grande parte como resultado do deslocamento dos trabalhadores para a periferia) (cf. Anexo 2 e 3 com mapas da evolução da área urbanizada da RMSP e taxas de crescimento populacional da RMSP e do município de São Paulo).

A partir, sobretudo, do processo de assentamento industrial para fora do centro, São Paulo sofreu enormes transformações ao longo das últimas décadas, que vieram a estabelecer, em termos espaciais, uma dualidade entre centro e periferia, mais tarde estendida aos outros municípios da RMSP (Caldeira, 2000). Essa passagem – ancorada em iniciativas sociais e políticas (mudanças no sistema de transporte, fortalecimento do movimento sindical, disseminação do valor da casa própria), associadas ao aumento populacional (migrações internas) – culminou num padrão de segregação centro-periferia que acompanharia a RMSP dos anos 1940 a 1990 (Caldeira, 2000).

A consolidação desse padrão, portanto, acontece com a manutenção do papel da cidade como principal receptor de população. Além de ter sido um importante fator de crescimento populacional a partir dos anos 1950, a migração também é considerada como um dos fatores responsáveis pelo padrão periférico de crescimento (Kowarick, 1975) da RMSP nas décadas seguintes¹⁰⁸.

De acordo com Cunha e Baeninger (1994), o município-sede da RMSP começa a perder população para sua periferia com a queda da atratividade migratória regional, que, até os anos 1980, foi uma marca das migrações dirigidas a essa área. Podemos dizer, com base nesses autores, que a RMSP cresceu por meio de um processo urbano de irradiação a partir do seu centro.

Tabela 21. População e taxas anuais de crescimento populacional (%), Estado, Região Metropolitana e Município de São Paulo, 1940-2000

<i>Ano</i>	<i>Município de São Paulo</i>	<i>Taxa média</i>	<i>Região Metropolitana de São Paulo</i>	<i>Taxa média</i>	<i>Estado de São Paulo</i>	<i>Taxa média</i>
1940	1.326.261	5,2	1.568.045	5,5	7.180.316	2,4
1950	2.198.096	5,6	2.688.901	5,9	9.134.423	3,4
1960	3.781.446	4,6	4.791.245	5,4	12.823.806	3,3
1970	5.924.615	3,6	8.139.730	4,4	17.771.948	3,4
1980*	8.475.380	1,1	12.549.856	1,9	24.953.238	2,1
1991*	9.610.659	0,9	15.369.305	1,7	31.436.273	1,8
1996#*	10.044.787	0,9	16.694.651	1,6	34.407.358	1,8
2000*	10.398.576	-	17.807.926	-	36.909.200	-

Fonte: Januzzi, 2002: 4.

Nota: * população ajustada para 1 de julho. # população corrigida em função de subnumeração diferencial da contagem
população corrigida em função de subnumeração diferencial da contagem

¹⁰⁸ Já em 1950 os municípios periféricos da RMSP cresciam a 10% a.a enquanto que a sede a 5.37% a.a, numa zona considerada, já nessa época, 88% urbana (Cunha e Baeninger, 1994).

O padrão centro-periferia marcou o desenvolvimento da RMSP tanto no interior do município-sede quanto na sua relação com os municípios circundantes. Baseado em altas disparidades de infraestrutura, de qualidade de vida e toda sorte de indicadores sociais (como a mortalidade infantil, muito maior em algumas zonas periféricas do que nas centrais), possui, de acordo com Caldeira (2000:218), quatro elementos principais: (i) trata-se de um modelo disperso e não concentrado; (ii) as classes sociais vivem longe umas das outras no espaço da cidade, sendo os ricos nas zonas centrais, legalizadas e bem-equipadas, e os pobres nas zonas periféricas, precárias e quase sempre ilegais; (iii) a aquisição da casa própria é um modelo central para pobres e ricos; (iv) o sistema de transporte se baseia em ônibus para os pobres e carro para os ricos.

Esse padrão passa a pautar os estudos sobre a RMSP desde os anos 1970 (principalmente até 1980), com um olhar voltado à compreensão dessas grandes disparidades urbanas. A dualidade inscrita nessa divisão socioespacial marcou a forma de compreender as cidades no Brasil, numa sociologia urbana voltada a processos macrosociais associados ao entendimento dos resultados (perversos) de um capitalismo periférico e dependente (Marques e Torres, 2005). A literatura¹⁰⁹ olhava para a periferia¹¹⁰, para a produção de periferia, baseando-se, principalmente, na distância social e física em relação ao resto da cidade, que se supunha operar de maneira homogênea (Marques, 2005).

De acordo com Telles (2006), até os anos 1980 a discussão sobre cidade no Brasil estava pautada nos temas: “produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, dominação e política, contradições urbanas e Estado” (Telles, 2006: 37), dialogando com as leituras macroestruturais relatadas. A já então megacidade crescia cada vez mais, e a forma usual e dominante de entendê-la ainda

¹⁰⁹ Entre os trabalhos clássicos baseados numa visão macroestrutural da conformação urbana de São Paulo encontram-se, na sociologia, Kowarick (1975), Oliveira (1982); na geografia Santos (1981); no urbanismo Bonduki e Rolnik (1982) e Camargo (1976); na demografia, entre os trabalhos que orientaram uma discussão sobre a concentração espacial na metrópole via industrialização temos Martine (1994) e Cano, (2007[1997]). Entre os trabalhos que revisitam essa leitura temos, principalmente, Oliveira (1972). Entre os mais recentes que propõem alguns dos olhares aqui sintetizados cf. Rolnik (2003 [1997]); Marques e Torres (2005); Villaça (1998); Caldeira (2000); Telles e Cabanes (2006).

¹¹⁰ De acordo com Marques e Bichir, a sociologia dos anos 1970 e 1980 caracterizavam as periferias como “territórios sem Estado, quase totalmente intocados pelas políticas públicas, exceto pelos empreendimentos habitacionais dos anos 1960, que teria levado à constituição de espaços de condições de vida bastante precárias. (...) seriam os [espaços] mais distantes e de menor renda diferencial, ocupados pela população de mais baixa renda e inserida de forma mais precária no mercado de trabalho” (Marques e Bichir, 2001).

passava por sua organização dual, baseada nas distâncias sociais e físicas entre um centro rico e uma periferia pobre.

A partir dos anos 1970, no entanto, a RMSP já começa a ver diminuído seu crescimento demográfico, em parte pelo fenômeno da desconcentração industrial em todo o estado, num processo que levaria os municípios paulistas do interior passarem, também, a ganhar população nos fluxos migratórios (Baeninger, 2004a). Na década seguinte, a RMSP perde peso no conjunto da população brasileira, num claro processo de redução da metropolização em todo o Brasil¹¹¹, acompanhado, como vimos, pela periferação do crescimento metropolitano (Martine, 1994), já que a área urbanizada da RMSP continuou se expandindo.

Nos anos 1980 e 1990, portanto, “a cidade que ‘não pode parar’ quase parou” (Caldeira, 2000:233). Mesmo que sua população ainda continuasse a crescer – em 1980 a RMSP ainda concentrava a metade da população do estado de São Paulo, desigualmente distribuída no território –, as taxas de crescimento não se comparam com as anteriores. Essa desaceleração, associada a processos de redistribuição populacional¹¹², atingiria mais fortemente as áreas centrais do município de São Paulo e os primeiros anéis periféricos¹¹³. Ao mesmo tempo, algumas áreas da periferia mais distante (como o distrito de Guaianases, por exemplo) e alguns municípios da RMSP, como os localizados nas suas áreas oeste e norte, viram sua população crescer (Caldeira, 2000) (cf. Anexo 4).

¹¹¹ Essa perda de peso demográfico não significou que as regiões metropolitanas brasileiras deixassem de ter importância na redistribuição da população, sendo que ainda são pontos de grandes aglomerações populacionais (Martine, 1994: 33).

¹¹² Nesse momento, e mais acentuadamente entre 1991 e 2000 “(...) reforçando uma incipiente tendência anterior de ‘perda’ de população, a Região Metropolitana de São Paulo – e, particularmente, a cidade de São Paulo – teria se transformado agora em área de circulação para uma parcela significativa da população migrante”(Baeninger, 2005), sendo que o interior se apresenta com alto potencial de absorção migratória.

¹¹³ A análise por anéis do tecido urbano foi inicialmente desenvolvida por Ernest Burgess, na década de 1930. Com base na ideia inicial acerca da leitura da cidade por círculos concêntricos, essa teoria urbana tem sido usada como estratégia de diferentes formas. No estudo de Taschner e Bogus, por exemplo, a intenção é “mostrar uma lógica de ocupação da metrópole e da cidade de São Paulo com padrão em círculos concêntricos, onde a pobreza espalha-se por uma periferia cinzenta e sem serviços, e as camadas mais altas ocupam espaços melhor servidos e mais próximos do centro” (Taschner e Bogus, 2001). Não vamos nos aprofundar nesse tipo de análise, mas quando falamos em “primeiro anel periférico” fazemos referência às áreas periféricas que se formaram por volta dos anos 1950 e 1960 e que, atualmente, não apresentam um crescimento demográfico (ou apresentam um crescimento pequeno), em comparação com áreas mais distantes do centro, que ainda hoje crescem. Mais adiante, com o exemplo da Casa Verde Alta, uma zona intermediária, isso pode ficar mais claro.

De acordo com Caldeira (2000), no período entre 1980 e 1990 as desigualdades sociais, no entanto, passam a ser inscritas de um modo diferente:

(...) a oposição centro-periferia continua a marcar a cidade, mas os processos que produziram esse padrão mudaram consideravelmente, e novas forças já estão gerando outros tipos de espaços e uma distribuição diferente das classes sociais” (Caldeira, 2000: 231).

A complexidade da conformação territorial e sociodemográfica da RMSP não poderia mais ser mapeada pela oposição ricos *versus* periferia pobre.

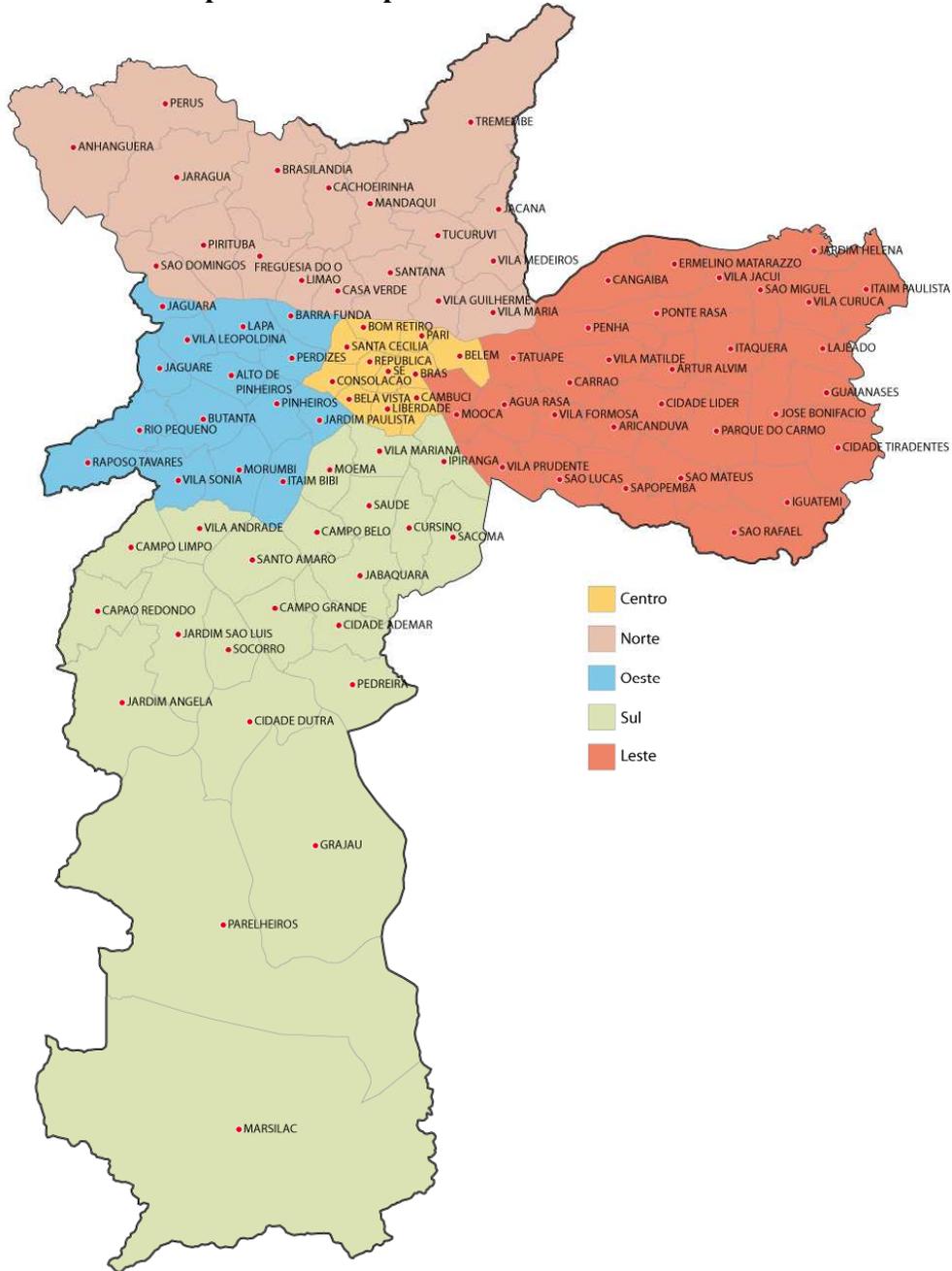
Em relação especificamente aos padrões de habitação, passam a coexistir processos como a mudança dos moradores ricos para fora das áreas centrais em direção a áreas mais distantes¹¹⁴ – os bairros centrais de classe média alta passam a perder população para outros municípios da RMSP e mesmo dentro do município –; enquanto isso, a periferia, em meio a uma profunda crise econômica, vai ficando cada vez mais cara, menos precária e menos acessível aos pobres. Dilui-se o sonho da casa própria, e os pobres vão cada vez mais para favelas, cortiços e áreas mais distantes, para além das periferias “consolidadas” da cidade, que se densificam em um padrão precário.

Assim, apesar de São Paulo ainda manter sua riqueza de forma altamente concentrada e desigual – perpetuando em escalas diversas o modelo centro-periferia como molde do espaço urbano – esse padrão predominante de segregação socioespacial vem se transformando (Caldeira, 2000). Também a forma de conceber esses processos sofre mudanças importantes (Marques e Torres, 2005) à medida que os estudiosos vão revelando que “a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha (...)” (Telles, 2006: 60).

A complexidade do olhar e da própria organização das populações e do espaço urbano e metropolitano foi entendida como uma forma de embaralhamento que não permite mais ver a cidade sob suas “polaridades bem referenciadas entre centro e periferia, entre trabalho e moradia, entre mercado formal e mercado informal” (Telles, 2006: 49). Sobre a maneira de estudar essa complexidade, Vilmar Faria, já em 1991 (Faria, 1991), mostrava como era incerto o sentido das evoluções urbanas que não permitiam a visibilidade de um fio condutor explicativo para os fenômenos que se delineavam.

¹¹⁴ Nesses casos, organizados num padrão de segregação que Caldeira (2000) denominou como “enclaves fortificados” que, por meio do enclausuramento dos ricos por trás de condomínios fechados e altos muros em suas residências, provoca a redução e precarização do espaço público.

Mapa 7. O município de São Paulo e seus distritos



Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

Souchaud, 2010

Fonte: A partir de base cartográfica realizada por Souchaud, 2010 (trata-se da divisão dos distritos proposta pela autora).

2.2. A indústria de confecção na RMSP

No período recente, e mais acentuadamente a partir dos anos 1980, a RMSP passou por importantes transformações econômicas, entre as quais a diminuição do processo de concentração industrial: se nos anos 1970 só a cidade de São Paulo centralizava metade da força industrial do estado, em 1991 ela passa a deter somente um terço (Cano, 2007[1997]). O recrudescimento da participação da indústria na RMSP foi acompanhado pelo aumento do setor terciário (comércio e serviços), sem que, no entanto, pudesse ter sido verificada uma queda absoluta na produção industrial da região¹¹⁵. Assim, ainda que parecesse operar, de fato, a reversão da polarização industrial da RMSP, num processo denominado por alguns autores como “desindustrialização”¹¹⁶, outros preferiram qualificá-lo como reestruturação produtiva¹¹⁷. Essas mudanças, no entanto, não alteraram a centralidade da RMSP como núcleo financeiro e industrial do país.

No bojo do processo de reestruturação produtiva da economia da RMSP – que não se restringe à dimensão econômica, mas também social, política, cultural e espacial (Baeninger, 2004b) – a indústria de confecção tem sido afetada por transformações importantes na sua forma de produção, nos arranjos de mão-de-obra e na sua espacialidade. Ainda hoje, no entanto, é um dos segmentos da indústria de transformação que mais empregam na cidade de São Paulo (Silva, C., 2008) e que mais cresceram nos últimos anos (Kontic, 2001, 2007).

A história desse setor¹¹⁸, que nos remete aos anos 1950, está ligada tanto ao desenvolvimento de grandes plantas industriais, quanto à formação dos bairros centrais de São Paulo (sobretudo Bom Retiro e Brás) e à chegada de importantes fluxos migratórios, muito concentrados nesses espaços, no período da chamada “migração em massa”, entre o final do século XIX e início do XX, sobretudo a partir da década 1920. Entre os migrantes,

¹¹⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre o debate em torno do peso da indústria na RMSP bem como das atividades terciárias, cf., entre outros, Comin e Almitrano (2005) e Meyer, Grosteien *et al.* (2004).

¹¹⁶ Essa denominação foi citada por Garcia e Cruz Moreira (2004) fazendo referência ao estudo de Tinoco (2002) sobre como esse processo foi chamado.

¹¹⁷ Esse conceito faz parte de um debate amplo em torno das “transformações recentes da economia em âmbito internacional, cujas interpretações têm se pautado, basicamente, na vertente da escola da regulação, perspectiva que fundamenta a crise econômica como a crise do regime fordista de acumulação, e na abordagem da nova divisão internacional do trabalho” (Baeninger, 2004b). Para uma visão mais aprofundada desse debate, cf., entre outros, Harvey (2008[1989]); Castells (2009 [1972]) e Sassen (2001[1991]).

¹¹⁸ Sobre a história da indústria da confecção na RMSP cf., entre outros, Kontic (2001); Kontic (2007); Garcia e Cruz-Moreira (2004).

chegaram grandes contingentes de italianos, judeus da Europa do Leste (principalmente da Polônia), espanhóis, portugueses e outros grupos menos numerosos, mas muito concentrados nesses espaços, como sírios e libaneses¹¹⁹ (Ricupero, 2001; Truzzi, 2001; Rolnik, 2003 [1997]; Póvoa, 2007; Feldman, 2009; Marum e Gomes, 2009).

A produção têxtil foi historicamente um dos eixos econômicos estruturantes desses bairros centrais (sobretudo Brás e Bom Retiro), tendo passado, de acordo com Feldman (2009), por várias mudanças e adaptações, ligadas, em grande parte, aos processos migratórios, numa dinâmica compreendida pela autora como aproveitamento, pelos sucessivos fluxos migratórios que ocuparam esses bairros, das bases materiais instaladas pelos grupos anteriores. Kontic (2007) denomina esse processo como um eixo de regionalidade e etnicidade¹²⁰.

A organização da indústria têxtil nos bairros centrais esteve baseada, no início, na separação entre comércio e indústria, no alto grau de formalização das relações de trabalho e na tendência à verticalização da produção nas fábricas. Somente a partir do final da década de 1970, começam a se delinear outras formas de produção nesse setor. Entre as principais transformações (que se somam a avanços tecnológicos, etc.), as fábricas vão perdendo tamanho (predominando as de pequeno ou médio porte) e passam a concentrar os processos de criação, modelagem, corte de tecido e comercialização de produtos finais (Georges e Silva, 2007). A costura, parte intensiva da mão-de-obra, vai sendo terceirizada para oficinas externas, alterando a lógica do trabalho assalariado para a prestação de serviços, em meio a uma clara diminuição dos empregos formais no setor (Idem).

De acordo com Galetti, “os estilistas copiam um modelo de sucesso, especializam-se em um ou dois tipos de roupas, cortam tecidos e distribuem as peças em lotes para diferentes oficinas de costura” (Galetti, 1995: 140). Essas mesmas mercadorias, uma vez prontas, voltam ao dono da fábrica para comercialização das peças.

¹¹⁹ Se o Brás sempre apareceu como bairro ocupado primordialmente por italianos, segundo a literatura, o Bom Retiro foi ocupado, inicialmente, por italianos, depois judeus, libaneses e, mais recentemente, por coreanos. Existe uma vasta literatura que trata da presença do imigrante nesses bairros (com especial atenção ao Bom Retiro), como se vê nas indicações de texto neste parágrafo.

¹²⁰ “Os eixos de regionalidade e etnicidade (...) estiveram presentes no período da migração da indústria de vestuário da RMSP para o produto moda: as solidariedades culturais e étnicas e as economias de localização, dadas pela concentração de fabricantes e distribuidores na área central da cidade de São Paulo” (Kontic, 2007: 23).

A principal mão-de-obra da indústria de confecção de São Paulo é feminina e composta por migrantes internos (Souchaud, 2010b), sendo que grande parte das mulheres costureiras são ex-trabalhadoras das antigas fábricas do Brás e Bom Retiro, ou seja, profissionais com experiência acumulada no ramo (Georges e Silva, 2007). Levam o trabalho para o âmbito doméstico e, numa sobreposição entre local de residência e fluxo de encomendas, concretizam o espalhamento territorial da produção de roupas em São Paulo.

O gerenciamento desse novo arranjo produtivo tem sido atribuído, no entanto, a um grupo de migrantes internacionais cuja participação e ascensão no setor são aparentemente crescentes. De acordo com alguns autores, esse sistema foi encabeçado principalmente por migrantes coreanos (Choi, 1991) que, no início, contratavam seus próprios conterrâneos nas pequenas oficinas. Especialmente no bairro do Bom Retiro, delineava-se um processo de transferência da produção têxtil de judeus¹²¹ a coreanos, num bairro que se transformava, cada vez mais, em autosuficiente para a produção de roupas (concentrando produção, comércio e distribuição): “O que ocorre no Bom Retiro é a apropriação por um grupo de imigrantes – os coreanos – da base material econômica instalada por outro grupo de imigrantes – os judeus” (Feldman, 2009: 194).

A inserção dos bolivianos nessa cadeia é presente, mas não preponderante: de acordo com Souchaud (2010b), na RMSP em 2000 existiam cerca de 150 mil costureiros (a maioria nordestinos) sendo que foram identificados apenas 5 mil costureiros latinoamericanos. No entanto, se os migrantes internacionais representam 2,8% do total de costureiros destes, 93% são bolivianos (Souchaud: 2010b). Essa inserção remete aos anos 1980, e os bolivianos, aparentemente, começaram a trabalhar primeiramente nas oficinas de costura, ainda de propriedade de coreanos¹²² (Freitas, 2009; Buechler, 2004). Mais tarde, os coreanos passam a se especializar, cada vez mais, no setor de *design* e inovação (estabelecendo conexões, internacionais), sendo que os bolivianos ficam cada vez mais responsáveis pela produção nas oficinas de costura, passando também, mais tarde, a se tornar proprietários delas.

¹²¹ Os judeus experimentavam uma ascensão social e diversificação das atividades, passando a morar em áreas mais nobres da cidade (Póvoa, 2007).

¹²² Para uma leitura mais densa acerca do embricamento entre coreanos e bolivianos na cadeia da produção têxtil de São Paulo, conferir o trabalho de Freitas (2009), que pretende buscar respostas para junção entre os dois fluxos migratórios nesse sistema produtivo.

Porém, embora a propriedade da oficina garanta uma determinada autonomia do controle do processo e tempo de trabalho, também carrega os riscos do mercado (Georges e Silva, 2007). O trabalho das oficinas é mais vulnerável, arriscado e muito menos rentável, fazendo com que a ascensão a proprietário nem sempre signifique ascensão social nesse sistema produtivo. Por outro lado, permite a exploração, por parte dos bolivianos, do trabalho de seus próprios conterrâneos e de outros migrantes latinos, como paraguaios, peruanos e equatorianos, também imbricados nesse tipo de atividade, embora ainda seja uma realidade pouco conhecida.

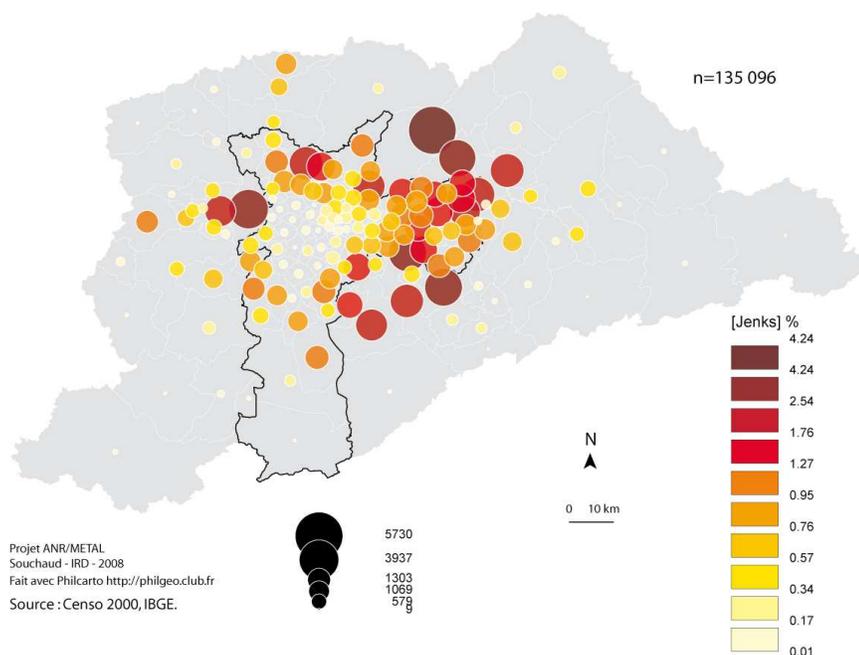
Ainda como hipótese, com base no que relatamos no Capítulo 1 acerca da cidade de El Alto, acreditamos que a inserção dos bolivianos nesse setor também se deve a uma especialização, na cidade altenha, em torno do setor têxtil e de costura. Existe, aparentemente, uma experiência prévia nesse setor, nem que seja, apenas, em um curso de costura. Ainda que não possamos responder a questão do que viria antes – a especialização em El Alto ou a demanda na RMSP, o que ainda precisa ser aprofundado – nos casos que entrevistamos, muitos dos homens já sabiam costurar, enquanto algumas mulheres vieram a aprender esse ofício em São Paulo (ressaltamos, no entanto, que muitos não tinham nenhuma experiência anterior). Em relação à produção nas mãos de brasileiros, existe uma grande diferença de gênero, já que, entre os bolivianos, os homens participam intensamente do processo de costura, enquanto as mulheres, além de costurar, também cuidam da casa e participam ativamente da comercialização dos produtos costurados.

A ligação entre os bolivianos e coreanos está, aparentemente, organizada numa escala de funções dentro dessa mesma cadeia: em geral, os bolivianos recebem as peças a serem costuradas dos coreanos, que pagam a mercadoria trabalhada pelo custo por peça. Os coreanos ficam com a parte da elaboração (*design*, tendências, etc.), distribuição e comércio das mercadorias. Essa lógica, no entanto, não é unívoca: em muitos dos casos que entrevistamos, bolivianos donos de oficina também acumulam as funções de vendedores e distribuidores das roupas que costuram. Em geral, revendem as mercadorias em barracas ambulantes, seja no Largo da Concórdia ou em espaços do Brás como a feira da Madrugada e da Rua Oriente.

Esse sistema, baseado na flexibilização do trabalho (informal) para fora do âmbito da fábrica, como dissemos, resulta num espalhamento das oficinas¹²³ por vários lugares da cidade, sobretudo nas áreas periféricas (Silva, C., 2008). Os principais eixos desse espalhamento territorial – que coincidem com os vetores de localização dos bolivianos na RMSP – são o extremo da zona Leste, alguns distritos da zona Norte e também alguns municípios da RMSP, como Guarulhos¹²⁴ (Georges e Silva, 2007), conforme mostra o Mapa 8.

Mapa 8. RMSP. Operadores de máquina de costurar roupas segundo distrito de residência em 2000

RMSP, operadores de máquina de costurar roupas segundo distrito de residência em 2000



Fonte: Souchaud, 2008.

As transformações da indústria têxtil da RMSP trazem, portanto, a necessidade de pensar a transformação dos bairros tradicionais, processos de migração e mobilidade populacional. Nesse processo, entender as formas de territorialização dessa indústria é fundamental, não somente em relação às suas plantas produtivas, mas também às redes de

¹²³ As oficinas podem variar muito de tamanho, desde uma pessoa até vinte empregados. No que se refere à produção nas mãos de costureiros bolivianos, nos casos que entrevistamos ou pudemos presenciar pessoalmente, as oficinas também podem variar a composição entre dois, dez ou mais empregados que, vale reforçar, costuma mudar bastante ao longo do tempo. Os empregados não parecem constituir, em nenhum dos casos, uma força de trabalho constante, somente quando participam apenas os membros da família mais próxima (um casal, por exemplo).

¹²⁴ Georges e Silva (2007) citam, ao Leste, os distritos de São Miguel, Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes; na zona Norte, Vila Maria e Casa Verde. Guarulhos é citado em outra versão desse mesmo artigo.

comercialização dos produtos – redes de subcontratação (Silva, C., 2008), que indicam tanto a descentralização dessa indústria em várias partes da cidade quanto os (novos) papéis que brasileiros e estrangeiros ocupam nessa cadeia.

2.3 Principais padrões observados de inserção socioterritorial dos bolivianos na RMSP

Neste item procuramos entender, a partir de diversas fontes, os principais padrões de inserção socioterritorial¹²⁵ dos bolivianos na RMSP. Partimos do local de residência dessa população, captado no Censo 2000, organizado por distrito, e aliamos essa informação aos dados do SUS, bem como àqueles coletados durante o trabalho de campo e as entrevistas realizadas. Todas essas fontes reforçaram a localização territorial centro-periférica (expressão espacial também já diagnosticada no trabalho de Souchaud, 2010a), estruturada em quatro principais territórios.

A literatura sobre bolivianos em São Paulo (cf., entre outros, Silva, 1997, 1998, 2003, 2006, 2008; mas também nossos trabalhos - Cymbalista e Xavier, 2007), considerou que as zonas centrais eram o espaço principal por eles ocupado, embora não exista nenhum trabalho específico acerca da espacialidade desse grupo na cidade como um todo. Mesmo que esses bairros abriguem, de fato, grande parte dos bolivianos residentes na cidade, como vimos, não foi recuperada em profundidade ou problematizada sua inserção territorial em outros espaços, mesmo que alguns trabalhos como Gall (2001)¹²⁶, Aguiar (2009) e, sobretudo, Silva (2008) e Souchaud (2010a), já mostrassem o deslocamento desse grupo para zonas mais distantes das áreas centrais¹²⁷.

¹²⁵ Inserção territorial não é um conceito e entende-se aqui como a ampliação da ideia de localização (Villaça:2001). Embora estejamos aqui separando, formalmente, a leitura dos principais padrões de inserção espacial e dos projetos migratórios e trajetórias espaciais (cap. 3), entendemos como um mesmo processo no que tange à relação de um grupo com a cidade.

¹²⁶ De acordo com esse autor, “Ao menor risco de uma blitz policial, a confecção [dos bolivianos] é mudada de lugar. Para separar trabalhadores novos dos mais velhos e para evitar os fiscais de imposto, as confecções têm sido transferidas para zonas mais distantes do centro da capital como o município de Guarulhos [RMSP Nordeste] e o bairro de Guaianases [zona Leste]” (Gall, 2004:8). Como veremos, apesar de considerar essas observações, o debate acerca das razões para tal deslocamento será ampliado tentando resgatar outros processos e motivos para a ocupação nessas áreas.

¹²⁷ Souchaud apresenta uma visão geral da localização dos bolivianos na RMSP com base nos dados censitários, já apontando, entre outros elementos, para a dupla localização no centro e periferia. Carlos Freire da Silva falou principalmente sobre a localização na zona Leste, mesmo que citasse a presença em outros bairros, como na zona Norte. Aguiar, com base em trabalho de campo, discute a presença dos bolivianos em uma região periférica do município de Guarulhos (bairro Pimentas).

Segundo o Censo 2000, os migrantes bolivianos estão presentes em 82 dos 96 distritos da cidade de São Paulo e 23 municípios dos 39 que compõe a RMSP, sendo que a maior concentração é na sede da área metropolitana¹²⁸. Considerando a RMSP como um todo, vemos que as duas zonas em que se encontram mais fortemente concentrados em termos residenciais são o centro de São Paulo (onde estão 27,2% deles) e a zona Norte (com 26,4%), sendo que, entre essas áreas, portanto, não se pode considerar uma diferença significativa em termos de concentração espacial. Temos, ainda, 19,6% dos bolivianos na zona Leste, seguida pela zona Sul (9,2%). Com percentuais muito próximos, temos então a zona Oeste (4,3%) e a RMSP Nordeste (onde se encontra o município de Guarulhos), com 4,3%. As últimas áreas em que se pode considerar uma concentração mais significativa são a RMSP Sudoeste (3,1%), principalmente composta pelo eixo do ABC (municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano), mas também Mauá e Diadema, e a RMSP Oeste (2,8%), com maior concentração nos municípios de Osasco e Jandira¹²⁹.

Tabela 22. Localização dos domicílios dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP por zonas, 2000

<i>Zonas da RMSP</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Centro	2423	27,2
Leste	1743	19,6
Norte	2352	26,4
Sul	817	9,2
Oeste	388	4,3
RMSP Norte	40	0,4
RMSP Nordeste	385	4,3
RMSP Oeste	249	2,8
RMSP Leste	154	1,7
RMSP Sudoeste	37	0,4
RMSP Noroeste	41	0,5
RMSP Sudeste	281	3,2
Total	8910	100,0

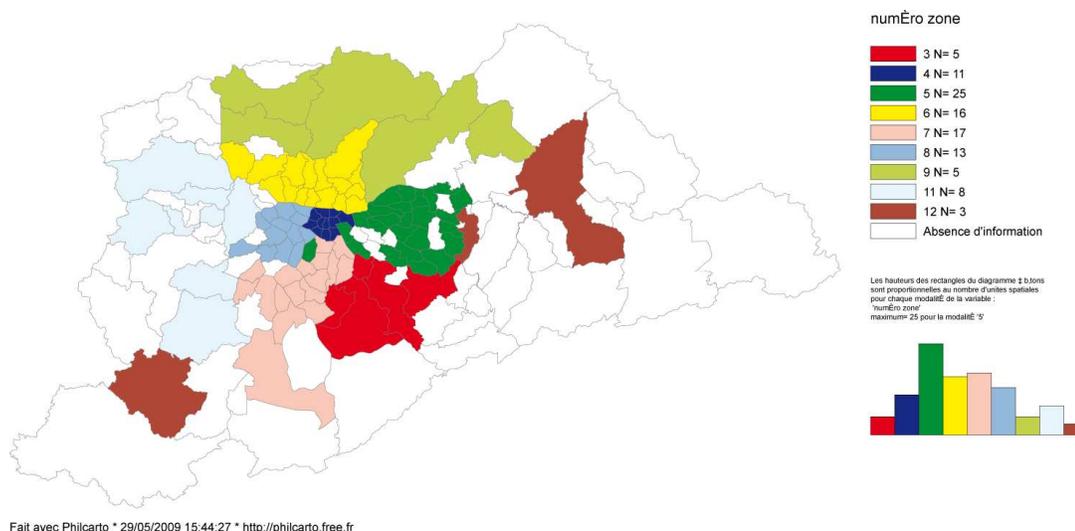
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

¹²⁸ É preciso reforçar que a divisão proposta das áreas, bem como todas as ressalvas feitas ao uso que está sendo feito do Censo 2000 estão apresentadas no Apêndice metodológico.

¹²⁹ Também existem indícios sobre a presença de bolivianos em outros municípios do estado de São Paulo, como Americana e Bauru (Silva, C., 2008), mas que ainda não foram explorados com profundidade além de ultrapassarem o recorte desta pesquisa.

Em cada uma dessas zonas, existe uma concentração maior em alguns distritos ou municípios específicos, e dentro dos distritos em alguns bairros¹³⁰, o que nos permite constatar diversos vazios em termos da ocupação por bolivianos em vários espaços no interior das zonas demarcadas¹³¹. Como podemos ver no Mapa 9, os distritos da zona Norte e o centro do município de São Paulo são ocupados quase em sua totalidade, sendo que o mesmo não ocorre com a zona Leste, embora tenhamos de considerar, também, que essas áreas não possuem tamanhos e nem populações parecidas, sendo que a zona Leste é muito maior do que as outras e com um número superior de distritos (cf. Anexo 4. População total e taxa anual de crescimento populacional, segundo zonas e distritos do Município de São Paulo 1991-2004).

Mapa 9. Localização dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP, por distrito de residência, 2000



Fonte: Souchaud (2009).

No que se refere às zonas com maior concentração de bolivianos, temos: (i) no centro, o peso dessa localização se encontra mais fortemente nos distritos de Bom Retiro, Belém e Brás, sendo uma pequena presença na Sé e Cambuci, mas podemos encontrar

¹³⁰ Ao contrário dos distritos, os bairros da cidade de São Paulo, bem como no interior dos municípios do entorno metropolitano, não são áreas delimitadas oficialmente por nenhum órgão governamental.

¹³¹ Como ressaltamos no Apêndice metodológico, devido ao pequeno número amostral com que estamos trabalhando nesses dados do Censo, alguns distritos possuem uma população boliviana ínfima que mal pode ser considerada em termos de “ocupação de um distrito”.

registro de residência de bolivianos em todos os distritos considerados aqui como centro; (ii) na zona Leste a maior concentração está nos distritos de Lajeado, Cangaíba, Penha e Itaquera, sendo que em Água Rasa, Vila Formosa, por exemplo, não foi registrada a presença de bolivianos; (iii) na zona Norte, dos dezenove distritos que compõem a região, encontramos bolivianos em dezessete deles, sendo que a maior concentração está nos distritos de Vila Maria, Vila Guilherme, Casa Verde, Vila Medeiros e Santana.

Dadas todas as questões acerca das restrições quanto ao uso do Censo para populações pequenas (cf. Apêndice metodológico), procuramos fontes alternativas sobre a localização dos bolivianos na RMSP, que se somaram às entrevistas realizadas. Um dos dados encontrados é baseado no registro dos usuários do SUS por região administrativa do município de São Paulo¹³² e confirma a localização geral feita com base nos dados censitários, embora reforce a presença mais forte na Zona Norte, principalmente nos distritos de Casa Verde, Limão, Vila Guilherme, Vila Medeiros e Vila Maria (a informação é dada por distrito). De acordo com essa fonte, na área central, os distritos com um maior número de registros foram o Bom Retiro e o Brás, mas também Pari e Sé. Na zona Leste, os registros se concentram em Cangaíba e Penha (cf. Tabela 23).

Uma entrevista feita com uma comerciante ambulante de produtos bolivianos (sobretudo alimentícios), que circula por lugares onde pode encontrar a sua clientela, mostrou que seus principais pontos de venda são: Vila Maria e Vila Guilherme (onde ela vende em feiras livres municipais), Bom Retiro (também feira livre), Guarulhos (passa, de carro, na casa das pessoas no bairro Pimentas e Bom Sucesso) e o bairro de Guaianases, na Zona Leste (também circula pelas casas). Esses lugares funcionam, para nós, como referências importantes no que se refere à localização dos bolivianos na cidade, embora

¹³² As informações detalhadas acerca do uso dessa fonte de dados são apresentadas no Apêndice metodológico, ao final dessa dissertação. De qualquer forma é importante frisar aqui que: (i) se obteve a autorização para a divulgação dos dados aqui apresentados; (ii) que o quesito nacionalidade não é obrigatório no registro do SUS, portanto nem todos os usuários de origem boliviana encontram-se necessariamente cadastrados, e da mesma forma, alguns usuários bolivianos podem não declarar sua origem temendo represálias; (iii) que esse cadastro refere-se à data de setembro de 2009; (iv) que o banco de dados não elimina os usuários que já haviam sido cadastrados (sendo sujeito, portanto, à duplicação); (v) os casos de óbitos não são eliminados da base e (vi) os usuários cadastrados nas diferentes regiões administrativas não são necessariamente moradores do município de São Paulo, mas podem vir de outros municípios da RMSP.

Outra fonte de informação que confirmou a localização encontrada no Censo foram os anúncios de emprego, que, aos sábados, ficam fixados na parede de uma casa, na Rua Coimbra (Brás). Os anúncios, dirigidos em grande parte aos costureiros e outros trabalhadores relacionados à produção nas oficinas de costura (como cozinheiras, por exemplo), indicam o bairro a ser realizado o trabalho, sendo também oferecida, em grande parte dos casos, a opção de moradia. Em alguns dias que pudemos observar esses anúncios¹³⁴, vimos que mencionam diversos distritos ou bairros da zona Leste (como Penha, Artur Alvim, São Miguel, Cangaíba, Tatuapé, Catumbi, Guilhermina Esperança) e zona central (Belém, Canindé, Brás), embora sejam mais frequentes as menções aos distritos e bairros da zona Norte, como Vila Maria, Vila Maria Alta, Vila Sabrina (parte da Vila Medeiros), Vila Gustavo (Tucuruvi), Pirituba, Casa Verde, Tucuruvi, Vila Guilherme. Também são citados alguns bairros do município de Guarulhos, como Pimentas e Bonsucesso. Nesses anúncios, é interessante notar como esses lugares são chamados pelos próprios contratantes e que tipo de referências evocam, como: “no bairro Guarulhos”, “no metrô Armênia”, evidenciando e valorizando indicações espaciais específicas.

Uma das principais perguntas que tínhamos no início do trabalho era se a localização dos bolivianos nessas três áreas – zona Leste, Norte e centro – havia sofrido modificações ao longo do tempo, ou seja, se os migrantes mais antigos apresentavam uma alocação mais forte nos bairros centrais; e também se as novas coortes migratórias¹³⁵ teriam partido rumo a uma maior diversificação espacial, representada, sobretudo, pela expansão da localização nos espaços que denominamos aqui como periféricos. Ou seja: a ida às periferias é um fenômeno mais recente ou sempre foi presente na localização dos bolivianos na RMSP? Essa pergunta, reforçamos, se refere ao movimento das principais coortes de migrantes bolivianos residentes na RMSP por período de chegada e não às trajetórias individuais – que nos levam a pensar no papel de cada um desses lugares no projeto migratório, como discutimos no próximo capítulo.

Com o intuito de nos aproximarmos de uma possível resposta a essa pergunta, organizamos os dados do Censo 2000 da seguinte forma: organizamos os nascidos na Bolívia que hoje residem na RMSP por grupos correspondentes a períodos de tempo de

¹³⁴ Alguns dias em 2009 e outros em 2010.

¹³⁵ Esse termo está sendo empregado aqui como referência aos agrupamentos que fizemos de acordo com os diferentes tempos de residência na RMSP.

residência na UF¹³⁶ de São Paulo. Esse tipo de tratamento foi utilizado por Sala (2005), por exemplo, para o caso da distribuição dos migrantes latinoamericanos (incluindo os bolivianos) no Brasil, mas com referência ao tempo de fixação de residência no país. Esse recorte capta somente os migrantes sobreviventes na data do Censo e que não fizeram outros deslocamentos para fora da UF São Paulo, como o retorno à Bolívia, dentro do período analisado. Também é importante ressaltar que se trata da residência desses migrantes em 2000 e não do período em que fixaram residência na RMSP. Essas ressalvas mostram que nossos resultados são, portanto, aproximações que, no entanto, podem nos indicar indícios importantes.

Tabela 24. Distribuição dos nascidos na Bolívia, residentes na RMSP, por zonas e tempo de residência na UF SP, 2000

<i>Tempo de residência na UF SP</i>		<i>Zonas da RMSP</i>											Total
		Centro	Leste	Norte	Sul	Oeste	RMSP Norte	RMSP Nordeste	RMSP Oeste	RMSP Leste	RMSP Sudoeste	RMSP Sudeste	
0 a 3 anos	frequência	612	259	733	78	18	0	49	9	10	0	28	100,0
	%	33,3	14,1	40,0	4,2	1,0	0,0	2,7	0,5	0,5	0,0	1,5	
4 a 9 anos	frequência	611	769	557	102	7	0	110	39	0	13	22	100,0
	%	27,4	34,5	25,0	4,6	0,3	0,0	4,9	1,7	0,0	0,6	1,0	
10 a 14 anos	frequência	493	248	401	121	40	10	57	45	37	0	41	100,0
	%	33,0	16,6	26,8	8,1	2,7	0,7	3,8	3,0	2,5	0,0	2,7	
15 a 24 anos	frequência	345	236	196	131	124	0	91	63	46	14	34	100,0
	%	27,0	18,4	15,3	10,2	9,7	0,0	7,1	4,9	3,6	1,1	2,7	
25 anos ou mais	frequência	363	231	465	384	199	30	78	92	61	10	156	100,0
	%	17,5	11,2	22,5	18,6	9,6	1,4	3,8	4,4	2,9	0,5	7,5	
Total	frequência	2424	1743	2352	816	388	40	385	248	154	37	281	100,0
	%	27,2	19,6	26,4	9,2	4,4	0,4	4,3	2,8	1,7	0,4	3,1	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Em primeiro lugar, de acordo com a tabela observamos que, quanto menor o tempo de residência na UF, maior a concentração na Zona Norte (principalmente) e Leste. De certa forma, essas regiões vão ganhando predominância ao longo dos anos, sem que, no entanto, o centro perca sua importância como localização residencial dos bolivianos, já que, desde a década de 1970, cerca de 30% dos que residem na RMSP se alocaram nessa área.

¹³⁶ Pergunta 4.22: “Há quanto tempo mora sem interrupção nessa unidade da federação?”, sendo que fizemos um filtro anterior separando aqueles que nasceram na Bolívia e que residiam na RMSP em 2000.

As zonas Leste e Norte já se apresentam como pontos de referência para todas as coortes migratórias, incluindo os bolivianos que chegaram antes da década de 1970 (embora não saibamos se mudaram para essas áreas mais tardiamente, depois de já residirem há algum tempo na área metropolitana).

Outro aspecto importante é que, quanto maior o tempo de moradia na UF, maior também a diversificação dos lugares de moradia nas várias zonas, o que faz com que a zona Oeste, por exemplo, apresente uma importância maior em termos de localização somente para os bolivianos que já estão na RMSP há mais de trinta anos. A presença nessa zona é claramente decrescente conforme nos aproximamos das novas coortes.

Assim, podemos indicar que a ocupação dos bairros mais afastados do centro em direção às zonas Norte e Leste é maior entre as novas coortes, passando a ser mais representativa a partir dos anos 1980, quando a migração de bolivianos a São Paulo, como mostramos, passa a assumir uma nova escala e novos contornos, sobretudo sócio-ocupacionais. Essas áreas, no entanto, são historicamente importantes entre os bolivianos desde a década de 1970, o que nos ajuda a entender que sempre funcionaram como lugares de interesse, entre esses migrantes, nas escolhas e estratégias residenciais.

Essas observações nos levam a questionar a ideia de que o centro seria o principal lugar de chegada dos migrantes – já que os bolivianos também chegam diretamente nas outras zonas citadas, conforme vemos entre os migrantes mais recentes; e também a associação da mobilidade residencial na cidade com a mobilidade dos grupos sociais, em concordância com a lógica de que, quanto maior o tempo de residência, mais “bem sucedida” seria a localização urbana. Se isso vale para os bolivianos que residiam em 2000 nas zonas Oeste e Sul, que, de fato, estão há mais tempo na cidade, a mesma lógica não opera no caso daqueles que residem também há mais tempo e se encontram hoje em zonas consideradas periféricas. A nosso ver, essa complexidade da localização só pode ser entendida quando relacionada com os projetos migratórios, questão abordada no próximo capítulo.

Consideramos importante discutir aqui, em primeiro lugar, a presença nas principais áreas de concentração, ou seja, nas áreas centrais (nos distritos já mencionados), nas zonas Leste (nos concentrando no distrito de Lajeado/Guaianases) e Norte (em que trabalhamos,

sobretudo, a presença no bairro da Casa Verde Alta). Abordamos também a importante presença em outros municípios para fora da RMSP, sobretudo Guarulhos.

Além da forte presença de bolivianos nesses espaços, a escolha em aprofundá-los decorre do trabalho de campo neles realizado (com exceção de Guarulhos), com especial atenção ao bairro da Casa Verde Alta.

Nesse momento, somos pautados por algumas questões centrais: se a periferia e o centro funcionam, simultaneamente, como espaços de chegada e ascensão na cidade, quais os significados dessa inserção espacial? O que a dupla alocação centro-periferia nos revela acerca desse processo? Por que ele ocorre dessa forma?

Nossa intenção é relatar alguns processos envolvidos nessa localização, que são reforçados, mas também problematizados, no capítulo 3, a partir da análise das trajetórias urbanas inscritas nos projetos migratórios dos bolivianos que aportaram na RMSP, momento em que trabalhamos mais com a apropriação, por parte desse grupo, da cidade e de seus recursos.

2.3.1 A localização dos bolivianos nos bairros centrais

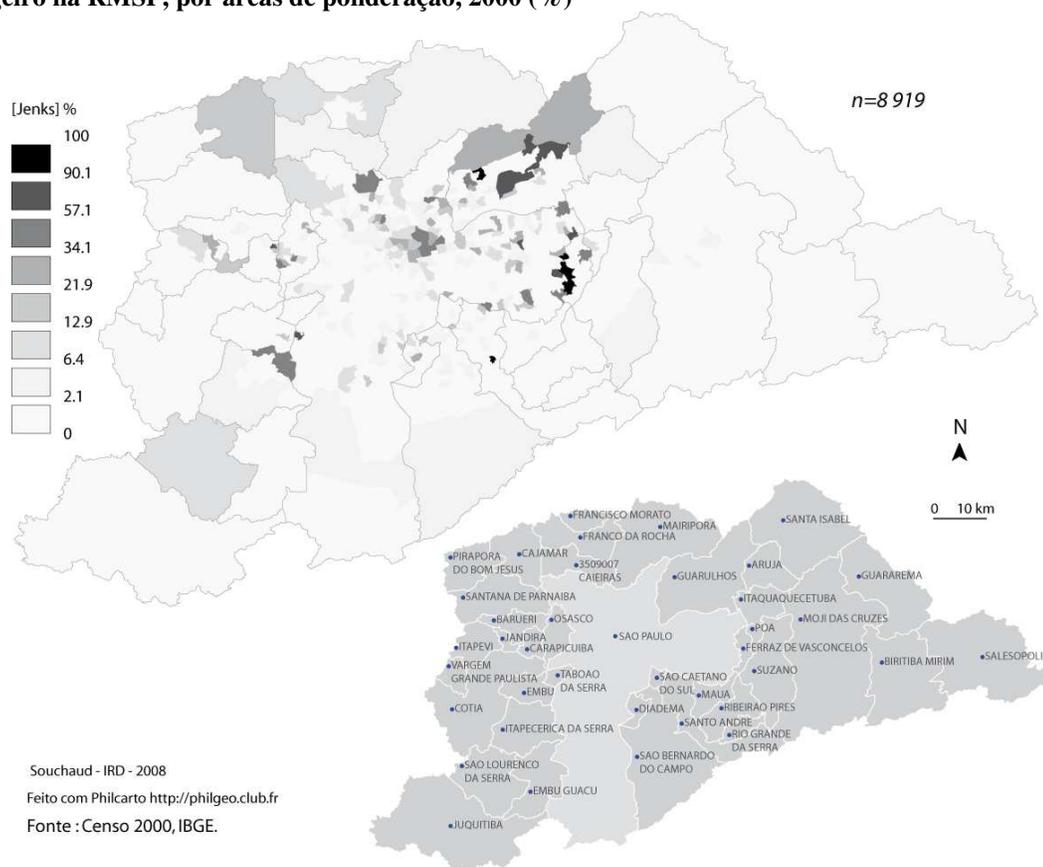
Os principais elementos a serem tratados aqui, como referenciais à localização dos bolivianos no centro de São Paulo, são permeados por cinco eixos principais: (i) o aproveitamento da base material ligada à indústria da confecção, deixada por outros grupos migrantes que ocuparam esses espaços; portanto, o compartilhamento, nos bairros centrais, com outros grupos de migrantes tradicionais e recentes (como os coreanos); (ii) a conjugação moradia e trabalho (elemento que também será importante nas outras áreas); (iii) o predomínio do aluguel como forma de moradia, mais acessível nessas áreas (Souchaud, 2010b); (iv) lógicas de acessibilidade, multifuncionalidade e diversidade social que criam um ambiente com altos recursos urbanos (Souchaud, 2010b); (v) a importância dos locais de sociabilidade. De acordo com Souchaud:

(...) os centros (dependendo ainda de seu grau de degradação) são os lugares que mais se adequam a essa definição [de que a cidade, enquanto projeto, combina densidade e diversidade]: densos e diversificados, oferecem uma variedade e multiplicidade de oportunidades, logo entendemos melhor por que os centros urbanos são, ao mesmo tempo, uma porta de entrada e lugar de residência duradoura para os migrantes internacionais, pessoas que, em algum momento, saíram de um lugar remoto à procura de alternativas e oportunidades. (Souchaud, 2010a: 9).

A localização dos bolivianos nos distritos centrais (mais concentrada, por ordem decrescente, em Bom Retiro, Belém, Brás, Pari, República e Santa Cecília), no que tange à presença de migrantes internacionais na cidade, não é inédita. Ao contrário, reforça a presença histórica de diferentes ondas migratórias internacionais, mas também internas, e que encontraram nesses espaços condições importantes para sua concentração na cidade. Como vemos no Mapa 10, esse processo é oposto ao que ocorre com a localização dos bolivianos nas zonas periféricas e intermediárias de São Paulo e em outros municípios da RMSP (como no caso de Guarulhos), em que são “pioneiros” em termos de ocupação por migrantes não-nacionais (Souchaud, 2010b). Aparentemente, existem nos bairros centrais determinados atributos que parecem servir tanto aos migrantes do passado quanto aos mais recentes.

Embora cada um dos bairros possua uma história particular, podemos dizer que são historicamente industriais e operários, sendo que, desde o surgimento, estiveram muito associados ao período de imigração internacional em massa. Como já relatamos, a atividade industrial principal nesses espaços (sobretudo Brás, Bom Retiro e Belém) girou em torno do setor de confecção, que contribuiu para a sua estruturação espacial e produtiva, formando o que Becattini (1999 *apud* Freitas, 2009) denominou como distrito industrial especializado – o que remete à lógica de concentração espacial de uma atividade produtiva específica. A participação dos diversos grupos migrantes nessa indústria e nesse espaço parece ir além, no entanto, de uma simples associação entre grupos, atividades e espaço, criando uma lógica que alia imigração e especialização laboral que caracterizou a indústria do vestuário também em outros contextos, como na França (Green: 1997 *apud* Feldman, 2009).

Mapa 10. Distribuição relativa da população nascida na Bolívia sobre a população total nascida no estrangeiro na RMSP, por áreas de ponderação, 2000 (%)



Fonte: Souchaud (2008).

Partindo do caso do Bom Retiro, Feldman (2009) também discute a permanência, na época de sua formação, da dualidade bairro¹³⁷/centro: não era centro, mas estava perto deste, apesar de que suas feições foram cada vez mais consolidado-o como “bairro central industrial”, sobretudo quando se alteram as possibilidades de acesso com a construção da linha férrea que ligava o Bom Retiro a Campos Elíseos (no início do século). Nesse momento, segundo Feldman, o bairro supera a sua condição de “enclave”¹³⁸ e se integra à

¹³⁷ De acordo com Feldman: “O bairro, segundo Mayol (2008), se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais, como ampliação do habitáculo para o usuário, como uma noção dinâmica, enfim, definida por itinerários, trajetos e práticas. No bairro, público e privado são sempre interdependentes, porque um não tem significação sem o outro. Pela articulação, acumulação e combinação de conhecimento dos lugares, estabelecimento de trajetos cotidianos, relações de vizinhança e relações econômicas e de sobrevivência, é a organização de um dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento” (Feldman, 2009: 5). Para uma revisão aprofundada da noção de bairro, cf. Gravano (2005).

¹³⁸ A noção de enclave está relacionada à “concentração de grupos específicos baseada em escolhas voluntárias, como o desejo de constituição de relações de vizinhança, manutenção de elementos de cultura ou religião, proximidade de equipamentos de comércio e serviço específicos, direito à manutenção da língua

cidade. Mas, para a autora, é justamente a conjunção de lógicas de vizinhança (condição de “bairro”) e produção (condição de “centro”) que cria a especificidade do bairro e a perenidade das lógicas de aproveitamento das estruturas pelos sucessivos grupos migrantes, o que, acreditamos, tem uma influência importante na inserção dos bolivianos nesse espaço.

Em termos gerais – sem considerar as escolhas individuais dos migrantes, que nos ajudaram a recolher outros elementos para entender essa localização – a ocupação dos bolivianos nesses bairros é mediada, sem dúvida, pelo aproveitamento da base material a que se refere Feldman, concretizada pela perpetuação do bairro ainda como centro da elaboração e comércio têxtil (embora, como dissemos, com sua produção cada vez mais espalhada nas oficinas de costura em várias partes da cidade (Silva, C., 2008)). Estar no centro significa estar próximo dos produtores de linhas, tecidos, dos locais de corte, dos fornecedores, de onde se vendem e se concertam máquinas de costura, e, ao mesmo tempo, perto dos principais locais de venda das mercadorias, locais de circulação de trabalhadores envolvidos nessa área.

A localização residencial em função do trabalho também ocorre, no caso dos bolivianos, pela conjugação desses espaços com a função de moradia. Nesse caso, como nossa fonte de informação principal para a localização desses migrantes é o Censo – cuja base é o local de residência – essa indicação nos favorece no sentido de observar, também, os locais de trabalho dos bolivianos. Como pudemos verificar nas entrevistas e nos anúncios de trabalho da Rua Coimbra – que confirmam esse postulado – é muito comum trabalhar e morar no mesmo local: se para os que acabaram de chegar essa é uma maneira mais simples de solucionar a questão da moradia, também se torna mais rentável aos empregadores manter sua força de trabalho perto do trabalho. Com isso, não é necessário o pagamento de transporte, por exemplo, e os gastos com alimentação, que fazem parte dos pequenos salários dos costureiros, são diminuídos com a comida feita em casa e dividida entre todos. Nesses casos, operam ainda lógicas em torno de relações de parentesco, que passam pelo entendimento da migração também como projeto coletivo (tema que abordamos no Capítulo 3).

nativa”(Cymbalista e Xavier, 2007:121). O bairro do Bom Retiro foi objeto de intervenções políticas que previam enfraquecer o “enquistamento étnico” (Egidio, 1940 *apud* Feldman, 2009) em prol da assimilação dos grupos étnicos na cidade. Esse processo foi chamado por Feldman como uma vigilância ao estrangeiro que é particular de momento do país marcado por forte protecionismo, sobretudo em relação aos estrangeiros, como mostramos no capítulo 1.

Se a relação com o trabalho parece determinar a especificidade da localização central, ela também é aparentemente válida na inserção espacial nos outros lugares da cidade, embora nestes ocorra de outra forma. Ou seja, as relações de trabalho, da maneira como estão organizadas entre os bolivianos, parecem ser determinantes dos diversos tipos de localização. Ainda que seja clara a concentração dos que trabalham com costura nas áreas centrais, eles também se encontram em quase todas as áreas onde predomina a localização de bolivianos. Podemos concluir, então, que bolivianos envolvidos em um mesmo ramo de trabalho, o da costura, não estão todos no mesmo espaço: não há uma sobreposição clara entre ramo de trabalho e concentração espacial específica.

Tabela 25. Localização dos domicílios da população ocupada nascida na Bolívia residente da RMSP, de acordo com a ocupação principal, por zonas, 2000

Ocupações	Zonas da RMSP %											
	Centro	Leste	Norte	Sul	Oeste	RMSP Norte	RMSP Nordeste	RMSP Oeste	RMSP Leste	RMSP Sudoeste	RMSP Sudeste	Total
Operadores de máquinas de costura de roupas	31,1	27,3	36,2	2,4	0,0	0,0	1,1	0,5	1,4	0,0	0,0	100,0
Médicos	31,9	2,6	15,0	20,5	7,5	0,0	6,2	10,4	0,0	0,0	5,9	100,0
Vendedores ambulantes	27,9	19,3	44,7	4,6	0,0	0,0	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Trabalhadores polivalentes das indústrias de confecção de roupas	52,5	15,2	0,0	12,7	0,0	0,0	11,4	0,0	0,0	8,2	0,0	100,0
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	51,0	12,1	24,2	12,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Gerentes de produção e operações	16,1	7,7	23,1	4,2	35,0	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	4,9	100,0
Cirurgiões-dentistas	39,2	18,6	9,3	12,4	0,0	0,0	11,3	9,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	23,7	6,6	47,4	0,0	7,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,5	100,0
Trabalhadores agrícolas	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Marceneiros e afins	0,0	41,8	28,4	29,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Dirigentes de empresas-empregadores com mais de 5 empregados	15,3	13,9	0,0	27,8	9,7	15,3	0,0	0,0	18,1	0,0	0,0	100,0
Total ocupações	29,0	19,7	26,5	9,2	4,6	0,8	3,4	2,9	1,4	0,6	2,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

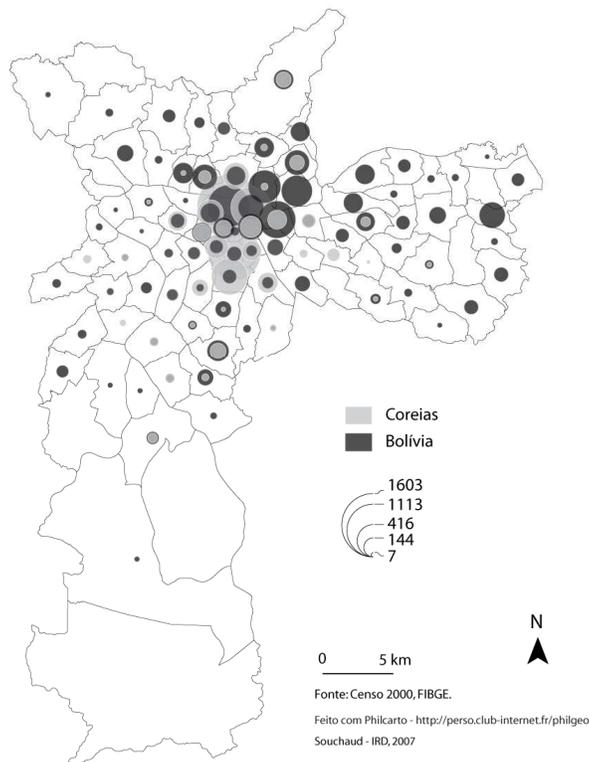
Na tabela 25 vemos também que, entre os gerentes de empresas e médicos, existe uma maior diversificação espacial, principalmente em direção aos lugares mais abastados

da cidade, na zona Oeste e Sul. Entre os que trabalham como ambulantes, como vemos, também existe uma importante concentração central, remetendo a locais que são referência para revenda de produtos já citados (incluindo roupas), embora também seja possível vislumbrar um espraiamento nas direções Leste e Norte.

Ainda sobre a localização pautada pelas relações de trabalho, vemos no Mapa 11, que, no que se refere à relação entre coreanos e bolivianos no espaço, – bastante forte no sentido da participação no mesmo ramo de trabalho, com funções aparentemente complementares – enquanto os locais de residência para os dois grupos são coincidentes no centro¹³⁹ e em alguns lugares da zona Norte, essa confluência é menos evidente na Zona Leste. Ou seja, cada um deles possui lógicas distintas de inserção social no espaço.

Mapa 11. População nascida na Coreia (Sul e Norte) e Bolívia segundo distrito de residência no município de São Paulo, 2000

População nascida na Coreia (Sul e Norte) e Bolívia segundo distrito de residência no município de São Paulo, em 2000.



Fonte: Souchaud (2010).

¹³⁹ De acordo com Souchaud (2010a:10): “No caso dos coreanos, as duas tendências acima mencionadas (concentração e centralidade) aparecem de forma muito marcada. A área de presença dos coreanos é muito reduzida e central. Em alguns casos, a concentração é extrema, como na área Luz-Bom Retiro-Pari que reúne 25,2% do total dos imigrantes coreanos”.

No caso dos coreanos, a maior presença em distritos mais “ricos” da cidade (em direção às zonas Norte e Sul, por exemplo) parece indicar a sobreposição de processos de ascensão social ligados a uma localização mais diversificada no espaço urbano. Sobre esse aspecto, no *Jornal Folha de S. Paulo* (Revista da Folha) foi publicada recentemente uma matéria¹⁴⁰ a respeito da ascensão social de migrantes coreanos em São Paulo, acompanhada por uma nova localização urbana em direção aos bairros ricos da cidade: “É mais uma história clássica de mobilidade social e inserção de imigrantes em São Paulo. A saga parece uma repetição da trajetória dos judeus na cidade. Não fosse o intervalo de décadas que os separam” (Masini, 2009: 8). Mesmo que a reportagem não possa nos fornecer uma base teórica consistente para a explicação desse movimento, é sintomática de uma maneira de ver o processo de imigração internacional na cidade, que, tal como apontado em Fausto (1991), tem na mobilidade social um dos principais elementos abordados nos estudos brasileiros sobre o tema (e especialmente em São Paulo). A mesma reportagem diz:

Os bolivianos já formam uma comunidade com 50 mil pessoas em São Paulo. A maioria se concentra também no Bom Retiro e no Brás. No entanto, ainda não têm força e fazem um trabalho invisível nas fábricas de roupas comandadas por patrões coreanos. Falta de registro e troca de mão-de-obra por comida, moradia e ajuda de custo, eram reclamações constantes. O professor Oswaldo Truzzi acredita que a possibilidade de eles ocuparem o lugar dos coreanos ainda é remota. ‘Falta um senso de comunidade’, diz. ‘Mas já existem bolivianos donos de loja’ (Masini, 2009: 13).

Ainda que não seja objetivo deste trabalho discutir a questão do “senso de comunidade” relatado na reportagem, ela nos permite constatar como opera no senso comum, mas também no âmbito acadêmico, a distinção entre dois grupos migrantes no espaço e como a ideia de ascensão social é pautada pela ascensão territorial a bairros mais abastados. Em nossa concepção, essa ideia reforça a visão dual sobre a cidade, que relatamos no início do capítulo, e impede a compreensão de outras formas de ligação desses dois elementos, em relação, especificamente, a um grupo migrante. A ascensão social, uma ideia bastante discutível, está ligada às lógicas do projeto migratório e, a nosso ver, também pode ocorrer nas periferias da cidade.

¹⁴⁰ A matéria, “Muito além do Bom Retiro”, publicada no dia 28 de junho de 2009 (Folha de S. Paulo, Revista da Folha, ano 17, n. 872), foi escrita por Fernando Masini. No *lead* vê-se: “os prósperos coreanos estão se espalhando para além do antigo reduto atrás de qualidade de vida, educação e lazer”.

Voltando às nossas considerações acerca da localização central dos bolivianos, o centro também é um lugar em que a opção de morar de aluguel parece ser mais viável para esse grupo: nessa área, 71,4% das residências ocupadas por bolivianos são alugadas. Essa porcentagem é superior ao índice de domicílios alugados na zona como um todo, já que, nos bairros centrais aqui considerados, o índice de aluguel em 2000 era de 40,9% (Infolocal; Sempla/Dipro; IBGE, 2000), valor, no entanto, acima da média do município (22%) (SEADE, 2010).

De acordo com o Censo, metade dos bolivianos que vivem na RMSP mora em residências alugadas (51,8%), mas a porcentagem dos que habitam residências próprias (entre as já pagas e as em processo de quitação) alcança 43,8%, o que parece ser sintomático quando pensamos na forma de morar da RMSP como um todo, já que mais de 69% dos moradores da área urbana do município de São Paulo vivem em domicílios particulares permanentes próprios (SEADE, 2010), o que pode ser estendido à área metropolitana (Rolnik, 2003 [1997]) (cf. Anexo 5. Condição dos domicílios dos distritos do Município de São Paulo).

Além disso, seguindo a distribuição dos domicílios por condição, nas distintas áreas, nas zonas Leste e Norte, respectivamente, 34,0% e 34,9% das residências de bolivianos são próprias quitadas. O total dos domicílios próprios quitados da zona Norte (de todos os moradores dessa zona) é maior, compondo 59,6% do total, sendo 22,8% alugados. Na Zona Leste a diferença é ainda mais alta, considerando que 57,9% dos domicílios são próprios quitados, contra 18% alugados.

Tabela 26. Domicílios dos nascidos na Bolívia residentes na RMSP por condição do domicílio, 2000

<i>Condição do domicílio</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Domicílio particular improvisado e domicílio coletivo	93	1,0
Próprio já pago	3420	38,4
Próprio ainda pagando	483	5,4
Alugado	4611	51,8
Cedido por empregador	74	0,8
Cedido por outra forma	121	1,4
Outra condição	108	1,2
Total	8910	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Tabela 27. Condição dos domicílios da população nascida na Bolívia residente na RMSP, por zonas, 2000

Zonas da RMSP		Condição do domicílio							Total
		Particular improvisado e domicílio coletivo	Próprio já pago	Próprio ainda pagando	Alugado	Cedido por empregador	Cedido por outra forma	Outra condição	
Centro	frequência	82	501	72	1730	0	38	0	2423
	%	88,2	14,6	14,9	37,5	0,0	31,4	0,0	27,2
Leste	frequência	0	593	182	931	0	16	20	1742
	%	0,0	17,3	37,68	20,2	0,0	13,2	18,3	19,5
Norte	frequência	11	822	37	1399	63	7	13	2352
	%	11,8	24,0	7,66	30,3	85,1	5,8	11,9	26,4
Sul	frequência	0	384	61	304	11	0	57	817
	%	0,0	11,2	12,63	6,6	14,9	0,0	52,3	9,2
Oeste	frequência	0	260	25	69	0	35	0	389
	%	0,0	7,6	5,18	1,5	0,0	28,9	0,0	4,4
RMSP Norte	frequência	0	40	0	0	0	0	0	40
	%	0,0	1,2	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,4
RMSP Nordeste	frequência	0	274	84	27	0	0	0	385
	%	0,0	8,0	17,39	0,6	0,0	0,0	0,0	4,3
RMSP Oeste	frequência	0	134	0	105	0	0	9	248
	%	0,0	3,9	0,00	2,3	0,0	0,0	8,3	2,8
RMSP Leste	frequência	0	144	0	10	0	0	0	154
	%	0,0	4,2	0,00	0,2	0,0	0,0	0,0	1,7
RMSP Sudoeste	frequência	0	14	0	13	0	0	10	37
	%	0,0	0,4	0,00	0,3	0,0	0,0	9,2	0,4
RMSP Noroeste	frequência	0	41	0	0	0	0	0	41
	%	0,0	1,2	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
RMSP Sudeste	frequência	0	212	22	22	0	25	0	281
	%	0,0	6,2	4,55	0,5	0,0	20,7	0,0	3,1
Total	frequência	93	3419	483	4610	74	121	109	8909
	%	100,0	100,0	100,00	100,0	100,00	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Como é de supor, na zona Oeste, uma das mais ricas da cidade, 66,8% das residências de bolivianos são “próprias já pagas”, porcentagem que cai para 47% na zona Sul. Na RMSP Nordeste, 71,2% são próprias já pagas, sendo que apenas 7,0% dos bolivianos pagam aluguel. Cerca de 90% das residências onde moram bolivianos da RMSP Leste são próprias, assim como em todos os outros municípios da RMSP, em que a maior parte da condição domiciliar é própria (com exceção do caso Sudoeste, um pouco mais

distribuído entre as categorias). A escolha entre aluguel e casa própria guarda relação, certamente, com os projetos migratórios dos bolivianos, que ajudam a compor suas trajetórias urbanas, conforme salienta Sylvain Souchaud (2010b).

Além da possibilidade do aluguel, o centro parece conjugar, em um só espaço, diversas funções (moradia, lazer, trabalho, etc.), ou seja, possui a qualidade da multifuncionalidade, da diversificação social, aliada à acessibilidade e à forte presença de infraestrutura urbana, como já dissemos. Essas qualidades dos bairros centrais – que são compartilhadas com centros em geral (Meyer e Grostein, 2010) – garantem ao espaço, certamente, atributos importantes na localização de migrantes.

Esses mesmos fatores, sobretudo a ampla oferta de infraestrutura, que contribuem para a valorização fundiária (e o preço do aluguel) nessas áreas, têm como um dos resultados a perda de atratividade para a habitação. No centro de São Paulo, desde a década de 1960 já se observam um arrefecimento do crescimento demográfico acompanhado de evasão populacional, que, em tempos recentes, foi se acentuando chegando a taxas de crescimento bastante negativas (Januzzi, 2002). Ao mesmo tempo, no âmbito habitacional, esse processo é simultâneo ao da ocupação dessas áreas de forma precária – cortiços e ocupações irregulares – como alternativas aos altos custos de moradia. Ao que parece, a ocupação desses espaços por parte dos migrantes bolivianos e outros migrantes internacionais recentes pode relativizar esse esvaziamento (Souchaud:2010b) como também indica o trabalho de (Pacca, 2010) em relação aos coreanos no Pari (são atuais grandes proprietários dos imóveis do bairro). Sobre este último elemento, no entanto, parece haver mais dúvidas do que respostas: por que os bolivianos não ocupam essas áreas aparentemente “abandonadas” pelos setores em ascensão da sociedade paulistana? O que está interferindo nessa dinâmica?

Na lógica geral da cidade, sair do centro em direção à periferia para resolver a questão da moradia significa, muitas vezes, se afastar dos locais de trabalho, das áreas de concentração dos empregos, ainda que elevando os custos de transporte, o que, muitas vezes, acaba por não diminuir relativamente os custos com habitação. No caso específico dos bolivianos, dada a organização do trabalho em grande parte centrada nas oficinas espalhadas pelo território da cidade, que se misturam com os locais de moradia, a ida para regiões mais distantes do centro, como a Zona Leste, pode não sofrer esse tipo de impacto.

Discutimos essa e outras questões relativas à localização dos bolivianos nas zonas Leste, Norte e em Guarulhos no item seguinte.

2.3.1.1 O centro como espaço de sociabilidade entre bolivianos: o caso da Rua Coimbra e da Praça Kantuta

Um dos elementos da localização dos bolivianos no centro remete, certamente, ao fato de que, nessa região, concentram-se os mais importantes lugares de sociabilidade desse grupo, embora tenhamos constatado a presença de espaços de sociabilidade entre os bolivianos também nos outros bairros. Descrevemos aqui dois desses espaços que foram os mais citados nas entrevistas realizadas, sendo também os mais reconhecidos nos trabalhos e reportagens já publicados.

A Rua Coimbra, localizada no Brás, leva o nome de uma cidade portuguesa, com referência, certamente, aos migrantes portugueses que moraram e ainda moram no bairro. A delimitação dessa rua como “lugar” boliviano¹⁴¹ abrange apenas duas de suas quadras, que vão da Rua Bresser até a Rua Costa Valente, apesar de observarmos uma aparente expansão da “ocupação” boliviana nesse espaço ao longo da Costa Valente, com a implantação de alguns bares e cabeleireiros cujos proprietários e também grande parte dos clientes são bolivianos.

Na primeira quadra “boliviana” da Coimbra, na esquina com a Rua Bresser, de um lado, temos um antigo galpão industrial que hoje abriga uma loja de roupas – que faz referência à forma de ocupação industrial do Brás – e, do outro, uma casa cuja construção parece mais antiga, onde funciona um cabeleireiro, ou *peluqueria*, voltada ao público boliviano. No decorrer das duas quadras, as feições da rua mudam pouco, predominando residências, em grande parte misturadas com estabelecimentos comerciais.

Entre comércios localizados em casas “fixas” e barracas ambulantes – que se aglomeram principalmente aos sábados à tarde –, essas duas quadras são permeadas por vários salões de beleza (*peluquerias*), restaurantes, escritórios de advocacia, casas de assistência técnica em informática (como o *Electronico Ruben*), *lan houses* (que se

¹⁴¹ A noção de lugar, aqui, não está remetendo a um conceito específico. Silva (2006) considerou a Rua Coimbra como um “pedaço”, esse sim um conceito, elaborado por José Guilherme Magnani. O conceito deste autor, que parte de uma categoria utilizada por moradores de periferias da cidade, alia uma visão espacial e simbólica marcando ao mesmo tempo um espaço e um grupo de frequentadores, interligados.

misturam com agências de compra de passagens), residências, associações. Todos esses lugares compõem um complexo de serviços que se mostram claramente voltados para uma comunidade migrante, ou seja, num mesmo (e pequeno) espaço, pode-se comprar passagem para o país de origem, experimentar comidas típicas e encontrar produtos específicos, telefonar a preços mais baratos, procurar informações de trabalho, de regularização migratória (uma placa em uma casa indica: “*Se hacen tramites: regularización, amnistia...*”), encontrar amigos. Reforça-se, aqui, um uso específico do espaço dirigido a demandas particulares de um grupo.

Pelo que observamos, grande parte dos estabelecimentos da Coimbra é de propriedade de bolivianos: suas funções, feições e letreiros (todos escritos em espanhol) comprovam essa percepção. Mesmo assim, na esquina com a Rua Marajó (que sai do lado esquerdo da rua), por exemplo, vemos uma casa onde funciona um escritório de advocacia voltado à “assessoria ao imigrante” que, por estar escrito em português, parece ser de propriedade brasileira. Também, depois da esquina com a Marajó existe uma loja de sapatos que não é de propriedade boliviana e, mais adiante, um pequeno cortiço onde, pelo que observamos, só habitam brasileiros, sendo “vetado” (pela proprietária) o aluguel a migrantes bolivianos¹⁴². Entre as barracas aglomeradas aos sábados, vemos também a presença de algumas cujos vendedores são brasileiros. Durante uma das visitas feitas nesse local, no entanto, nos pareceu interessante a forma como se apresentou um jovem vendedor (aparentemente com 16 anos) de uma barraca de pães típicos da Bolívia¹⁴³. Antes que a pesquisadora perguntasse sua origem, aparentemente boliviana, ele logo se adiantou: “sou brasileiro, filho de bolivianos. Meu pai faz os pães que vendemos aqui”. A ênfase no “sou brasileiro” mostra que “nossas” distinções usuais entre “bolivianos” e “brasileiros”, ao menos nesse espaço, devem ser repensadas, além de nos indicar um debate importante acerca das diferenças entre as gerações desses migrantes na RMSP.

As casas da Rua Coimbra, que no sábado são comerciais, parecem ser de uso misto (residencial e comercial) durante a semana. O fato de alguns bolivianos morarem e trabalharem nesse endereço, e de os estabelecimentos também abrirem nos dias da semana

¹⁴² Obtivemos essa informação numa conversa com a proprietária.

¹⁴³ Entre alguns dos pães típicos bolivianos estão o *pan Marraqueta* (que mais se parece com o pão francês, também chamado de *pan batido*), o *pan corazón* (uma bolachinha em formato de coração), *pan dulce*, *pan gema* e as empanadas que possuem uma outra versão, denominadas *salteñas*.

são características principais, como veremos, que a diferenciam da Praça Kantuta. Aos sábados, como dissemos, há a maior concentração desses migrantes no local, que fica lotado de barracas ambulantes. Nesse dia, a rua é principalmente um ponto de encontro, mesmo reforçadas suas características de centralizadora de serviços e comércio específicos; nos outros dias, pelo que pudemos observar, reforça-se nesse trecho da rua a função comercial voltada ao público boliviano (sendo menos presente sua função “recreativa”).

Interessante notar que a rua Coimbra começa a ficar movimentada aos sábados no período da tarde, depois das 14h00, quando as outras ruas desse bairro – que, no horário comercial e durante a semana, são lotadas de pessoas, ambulantes, comerciantes e lojas abertas – estão completamente vazias, fazendo contraste com a movimentada Coimbra. Isso é curioso porque nos mostra que esses frequentadores, a maioria bolivianos, representam a única parte “viva” do bairro, fora do horário comercial. É interessante perguntarmos por que essa concentração de bolivianos ocorre nesse lugar específico do bairro, um espaço bastante central em meio às tantas atividades que circundam e compõe o Brás.

Entre os principais estabelecimentos, nos chamou a atenção a grande quantidade de *peluqueras*¹⁴⁴ (ao menos cinco, nos dois lados da Rua); as casas voltadas a festas (como o *Encuentro Latino*, por exemplo, uma espécie de bar/“balada”, que funciona num grande galpão); o grande número de restaurantes – alguns simples e outros mais sofisticados, como *El Campeón*. A presença da *Asociación benéfica La Casa del Pueblo*, aparentemente ligada à Igreja Evangélica, que se propõe a “dar apoyo social a quienes buscan ayuda en diversas necesidades, sin importar su clase social, religiosa o nacionalidad”¹⁴⁵, mostra não só a organização institucional entre os bolivianos, mas a ligação com essa igreja, sobre a qual comentamos adiante, na descrição da região da Casa Verde Alta.

A presença da associação e dos anúncios de emprego, fixados em algumas paredes da rua, reforça sua vocação como concentração de serviços: “*Se necesita de costureros/ costureras, costura recta, ayudante de ventas, cocinera, mujeres solas, hombres solos, ofrece casa, se paga bien, casal o soltero(...)*”¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Entre elas, as *peluqueras Chalo* e a *La Paz* fazem referência à capital boliviana.

¹⁴⁵ Tradução livre: “Dar apoio social a quem busca ajuda em diversas necessidades, sem importar classe social, religiosa ou nacionalidade” Texto retirado do site da instituição.

¹⁴⁶ Tradução livre: “Necessita-se costureiros/ costureiras, costura reta, ajudante de vendas, cozinheira, mulheres sozinhas, homens sozinhos, oferece casa, se paga bem, casal ou solteiros”.

Também é relevante a presença do comitê oficial do Movimento para o Socialismo (MAS), partido de Evo Morales (atual presidente da Bolívia), no meio da Coimbra, que permaneceu montado ali, mesmo depois do período eleitoral. A montagem do comitê foi uma estratégia do governo boliviano para fazer contar o voto dos seus nacionais que vivem fora da Bolívia, criando, para tal, pontos de votação em vários lugares do mundo. Em São Paulo, nos meses de setembro e outubro, durante trinta dias foram organizados pontos em vários locais da cidade onde circulam bolivianos (além da Coimbra): na Rua 24 de Maio, Praça Padre Bento (Pari), Igreja Nossa Senhora da Paz (Glicério), no Bom Retiro, nas estações Artur Alvim e Santana do Metrô (zona Norte), mas também no ABC, Guarulhos e Carapicuíba. Além de reconhecer uma marcante presença de bolivianos fora de seu país, essa estratégia também colocou nas mãos desses migrantes um peso político, considerando-os atores políticos relevantes, o que até então não tinha sido visto na história emigratória da Bolívia (Domenech e Hinojosa Gordonava, 2009). Trata-se de uma política de aproximação do governo com seus emigrantes, parte da estratégia do projeto político de Evo Morales.

Nas barraquinhas ambulantes vemos uma grande diversidade de produtos sendo vendidos, como CDs de estrelas do *pop*, como Michael Jackson, junto com discos de *chinha*, *reggaeton* e *cumbia boliviana*, traduzidos por um vendedor como “música latina”. São várias as barracas de alimentos que, em geral, vendem produtos típicos do altiplano, mais difíceis de serem encontrados no Brasil¹⁴⁷. Algumas barracas vendem de pimenta a cartão telefônico, passando por bandeiras da Bolívia, foto de Evo Morales e Che Guevara. Cada vez mais próximas à Rua Costa Valente, numa parte menos movimentada, as barraquinhas também oferecem móveis, eletrodomésticos e roupas usadas.

A origem andina dos bolivianos daqui de São Paulo, frequentadores da Rua Coimbra, que foi verificada em muitas das conversas feitas nesse espaço, pode ser também percebida nas comidas oferecidas nos restaurantes, mais ligados à culinária da região ocidental do país¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Entre eles, variedades distintas de milhos (*mote* ou *cancha*); de batatas (*tunta* ou *chuño*, batatas desidratadas), a folha de coca (usada para fazer chá), uma variedade de pimentas, *ají*, como o *ají amarillo* (amarelo) ou verde.

¹⁴⁸ Além dos ingredientes típicos das regiões andinas citados na nota acima, temos pratos típicos do departamento de La Paz como o *Chairo* - sopa feita de *chuño* (batata desidratada), papa dulce (batata doce), *chadona* (um embutido feito com carne de cordeiro) e milho branco, servida com *locoto* (pimentão) verde; *Charquekán* - *ají* (pimenta) preparado com *charque* de lhama ou boi, milho, cebolas e tomate; *Sajta de pollo* -

As observações feitas no local indicam que muitos dos frequentadores da Coimbra são jovens – assim como grande parte dos bolivianos que vive em São Paulo hoje – que vem aproveitar o sábado com seus amigos, dançar, jogar *contitas* (“pebolim”), encontrar namorados (em sua maioria, de origem boliviana). Além dos bolivianos, pudemos encontrar também jovens peruanos, equatorianos, paraguaios, que também vêm se divertir. Esse perfil é um pouco distinto daquele encontrado na Praça Kantuta.

Praça Kantuta

Com nome de uma flor típica do altiplano e símbolo da pátria boliviana, a Praça Kantuta é um dos lugares bolivianos mais antigos e mais conhecidos da cidade. Antigo quando nosso referencial é a atualidade dos novos fluxos bolivianos que se dirigem a São Paulo, já que ela existe há seis anos.

Antes de acontecer nesse espaço, a feira da Kantuta acontecia no Pari (na Praça da Igreja Santo Antônio, Praça Padre Bento), tendo mudado de local em razão de conflitos com os moradores do bairro, principalmente depois que as atividades em torno da praça cresceram. Relocalizada, hoje a praça é regida por uma associação cultural e reconhecida pela prefeitura com o nome oficial de Praça Kantuta. Como “feira oficial”, tem horário para começar e acabar, e esse é um dos motivos pelo qual o clima da Kantuta é “mais família”, menos perene (no sentido de não estar presente nos outros dias da semana) e muito mais voltado ao turismo do que a Rua Coimbra. Entre esses dois lugares também existe uma aparente divisão social, já que a Kantuta é mais oficial e “legalizada”, enquanto a Coimbra é claramente mais popular¹⁴⁹.

A Kantuta fica localizada no bairro do Pari, na Rua Pedro Vicente, depois da Avenida Cruzeiro do Sul, uma das ruas de saída da estação metrô Armênia. Trata-se de um lugar bastante isolado da cidade, na beira da marginal Tietê, sendo que, aos domingos, quando está aberta a feira, as outras funções do local (comercial, educacional, etc.) ficam

picante de frango com batata desidratada, batata branca e molho de cebola, tomate e pimentão ou o *Fricasé*: cozido de porco com pimenta amarela, batata desidratada e milho.

¹⁴⁹ Essa observação também foi feita por Nóbrega (2009). Esse autor entende que a Praça Kantuta é frequentada por bolivianos de origens sociais distintas, mas em horários e com objetivos distintos: “enquanto os de classe popular a visitam especialmente no fim da tarde e enfatizam o entretenimento, os pertencentes às camadas mais altas o fazem sobretudo pela manhã e com o objetivo de comprar alimentos”. Em relação à Coimbra, ele acredita que reúna um público “constituído que exclusivamente por bolivianos de classe popular e tem um alcance restrito à própria comunidade”(Nóbrega, 2009)193-194).

suspensas. Nos outros dias, o local parece abandonado, aglomerando moradores de rua numa situação bastante precária.

Na Rua da Kantuta localiza-se a Cefet (uma escola técnica federal) e um conjunto habitacional (na Rua das Olarias, continuação da Pedro Vicente). O edifício habitacional “Olarias” foi construído pelo poder público em 2000, para atender a uma demanda da Associação de Catadores de Papel, que fica na Rua das Olarias, esquina com a Rua Araguaia (Pacca, 2010). De acordo com Pacca (2010), trata-se de um projeto arquitetônico do edifício “bem resolvido com apresentação diferente da maioria dos edifícios residenciais executados pelo Poder Público”:

O edifício fazia parte do Programa de Aluguel Social, instituído naquela gestão, o qual determina que os moradores paguem um aluguel de até R\$ 150,00 por mês, de acordo com a renda de cada um. Com o passar dos anos, as condições desse edifício atingiram um estado tão precário que até os cabos dos elevadores foram roubados, dificultando sensivelmente a locomoção dos moradores (Pacca, 2010: 86).

A disposição das mais de setenta barraquinhas da Kantuta costuma mudar conforme a época do ano. Recentemente, por causa de reformas, o eixo central da praça, onde fica uma quadra, está ocupado pelas barraquinhas de *salteña*, que são as mais antigas da feira: *Don Carlos*, uma das mais famosas, mas também *Los Caporalers* e *La Paceña*. Normalmente, o centro da praça é palco para jogos de futebol (masculinos e femininos), que aglomeram uma grande plateia. Alguns dizem que há mais de 300 times de futebol formados por bolivianos em São Paulo. Embora esse número pareça estar superestimado, o interessante é que os jogos de futebol são importantes entre os bolivianos e acontecem em vários locais da cidade, como Cidade Tiradentes, Guaianases (zona Leste), Casa Verde Alta (zona Norte), entre outros. No Brás, acontece até uma disputa entre nordestinos e bolivianos.

A Kantuta também é um lugar importante para a realização de muitas das festas tradicionais bolivianas. As que não podem ser realizadas ali, por falta de espaço – porque aglomeram muitas pessoas –, em geral, são organizadas no Memorial da América Latina (como a festa da Independência da Bolívia) ou nos espaços de escolas de samba, como a Camisa 12 na Barra Funda. Um lugar importante de reunião de bolivianos em São Paulo, principalmente em termos religiosos, é a Pastoral dos Imigrantes anexa à Igreja da Paz, na baixada do Glicério. Ali existe desde 1994, inclusive, a imagem da Virgem de Copacabana,

padroeira da Bolívia, que também tem uma réplica na Kantuta, colocada aos domingos dentro de uma pequena gruta, ao lado do palquinho, e em frente à associação que organiza e gerencia o espaço.

Existe uma ala mais nova da feira, além dos limites da praça – precisamente demarcados com cancelas – em que há uma concentração de barracas de rua que vendem roupas usadas, utensílios de cozinha, mas também cartões telefônicos, CDs, fotos. Mais improvisada e muito menos regulada, essa parte da Kantuta (muitas vezes não reconhecida como pertencente a ela) representa sua expressiva expansão já que, a cada domingo, parece ganhar uma nova barraquinha. Nessa ala – que fica em frente ao conjunto habitacional popular Olarias – também vemos uma mistura maior entre brasileiros e bolivianos: não só os moradores do conjunto participam da feira como existem barracas montadas por brasileiros e direcionadas ao público boliviano. No entanto, à medida que o dia avança, mais boliviana e menos brasileira fica a Kantuta. Interessante ressaltar também o contraste nos outros dias da semana: um lugar vazio e bastante degradado, sem que possamos imaginar que ali opere um “lugar boliviano” da cidade, a não ser pela plaquinha da rua com o nome da flor do altiplano.

Isso nos leva a pensar que muitos dos espaços utilizados pelos bolivianos na cidade constituem-se espaços passageiros que não mantêm uma identidade fixa com o território aos moldes do que ocorre com outros grupos de migrantes internacionais em São Paulo (Cymbalista e Xavier, 2007).

2.3.2 A localização dos bolivianos nas zonas Leste e Norte de São Paulo e no município de Guarulhos

A localização dos bolivianos em outras zonas da cidade que não o centro, ainda que mantenha relações com a indústria de confecção e, portanto, com trabalho, nos mostra outras lógicas no que diz respeito à inserção territorial.

Observando alguns elementos partilhados na localização das zonas Leste e Norte, trabalhamos neste item com: (i) ampliação das redes de subcontratação da cadeia do setor confecção e (ii) possibilidade de compra de lotes ou casas próprias (com significados específicos, como pretendemos mostrar).

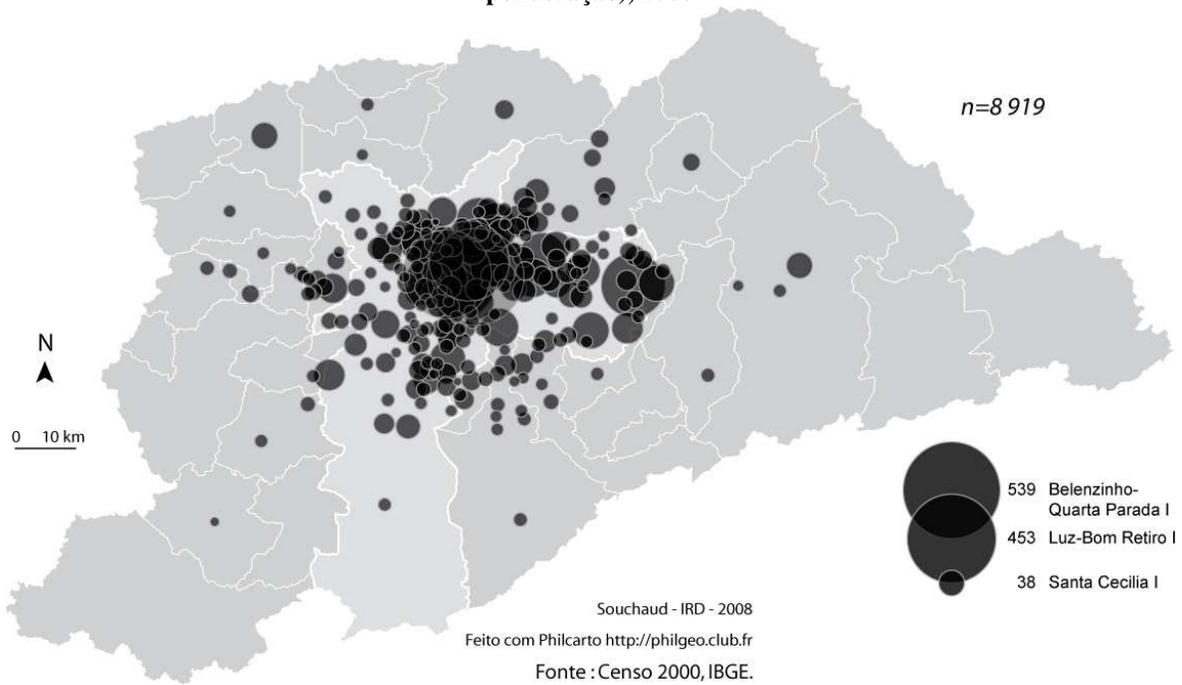
Em cada uma dessas áreas, no entanto, podem ser observadas outras questões específicas para problematizar a localização dos bolivianos. Na zona Leste, sobretudo nas áreas que podem ser consideradas como “periferia em expansão”¹⁵⁰, fica mais evidente a qualidade dos bolivianos como “pioneiros” (enquanto migrantes internacionais aportando em São Paulo) num espaço historicamente (desde os anos 1950), mas também recentemente, ocupado por migrantes nordestinos (Almeida, D'andrea *et al.*, 2008). Nesse espaço, não existem, aparentemente, conexões com a localização de coreanos (como é mais visível no centro e zona Norte), como observamos nos Mapas 12 e 13.

Na zona Norte, nas “zonas intermediárias” ou “periferias consolidadas”, trabalhamos com a hipótese de que a localização dos bolivianos é mais antiga e está relacionada, também, com os primeiros migrantes da Bolívia que chegaram a São Paulo (ali se localizou a Associação dos Residentes Bolivianos, ARB, segundo Galetti, 1995). Nesses espaços também é mais evidente a conexão dessa ocupação com uma frente de expansão da localização desses migrantes a partir dos distritos centrais, sobretudo o bairro do Bom Retiro. Nesse caso, nosso critério é a continuidade espacial.

Em relação à ocupação do município de Guarulhos, seguindo a lógica da continuidade espacial, podem existir eixos de conexão, tanto em relação à zona Norte como à zona Leste, já que o município pode ser localizado no cruzamento dessas duas áreas as unindo espacialmente.

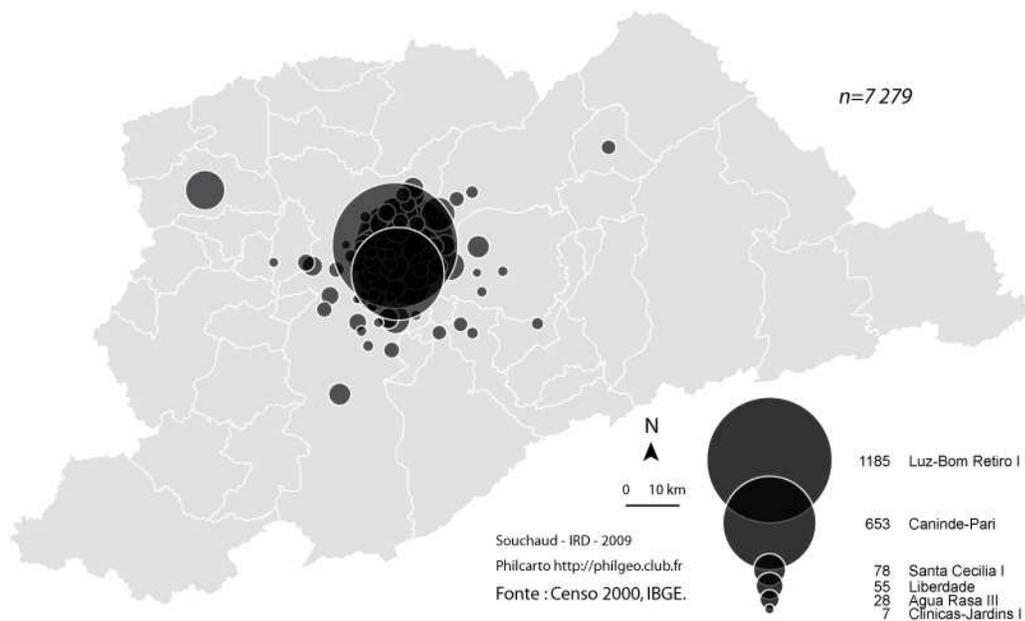
¹⁵⁰ Que ainda possuem crescimento populacional (cf. Anexo 4).

Mapa 12. RMSP. Distribuição da população nascida na Bolívia, por local de residência (área de ponderação), 2000



Fonte: Souchaud, 2008

Mapa 13. RMSP. Distribuição da população nascida na Coreia, por local de residência (área de ponderação), 2000



Fonte: Souchaud, 2008.

A partir do trabalho de Carlos Freire da Silva (2008), a localização de bolivianos em direção à zona Leste¹⁵¹ – sobretudo no distrito de Lajeado, que faz fronteira com o município de Ferraz de Vasconcelos –, mas também em diversos distritos da zona Norte¹⁵², remete às lógicas de espalhamento das redes de subcontratação ligadas à indústria de confecção de roupas para diversos pontos das periferias da cidade, conforme relatamos no início deste capítulo. Para o autor, essas regiões, em conjunto com o Brás e Bom Retiro, formam o eixo atual da produção da indústria da confecção em São Paulo (Silva, C., 2008: 63).

Em relação especificamente à zona Leste, Silva afirma que as redes de subcontratação que operam via oficinas de costura fazem “a ligação entre o extremo leste e o tradicional centro têxtil da cidade de São Paulo” (Silva, C., 2008: 53). O autor afirma que a expansão do circuito têxtil se deu em função de que as principais linhas de acesso da região (Radial Leste, trem metropolitano) ligam Guaianases ao Brás, e atribui a formação da região ao desenvolvimento do centro expandido da cidade:

O Brás, em especial, há muito tempo polarizou-se como lugar de convergência para a zona leste. Desde as primeiras décadas do século XX, já concentrava o comércio popular e as primeiras indústrias de São Paulo ligadas à produção têxtil e às confecções se instalaram ali. De modo que, no Brás e no Bom Retiro, se aglomeravam os empregos mais acessíveis para quem morava nos bairros mais distantes do lado leste da cidade (Silva, C., 2008: 54).

Seguindo a mesma lógica, a ocupação rumo à zona Norte também poderia ser explicada, segundo o autor, pela continuação espacial com o bairro do Bom Retiro. A ideia fundamental desse raciocínio é a expansão territorial com base numa continuidade espacial e a expansão da própria indústria, por meio de diversos mecanismos. A nosso ver, essa explicação parece operar mais facilmente no caso da continuidade Bom Retiro- zona Norte – já que os bairros ocupados por bolivianos, como Casa Verde, Vila Maria estão muito próximos do centro – do que no caso da ocupação na zona Leste. A partir desses bairros, existiria a alocação para distritos mais distantes da área central, como Perus, Jaçanã, Tremembé, onde também percebemos a presença de bolivianos. Entre o centro e a zona

¹⁵¹ Em relação à zona Leste, o autor cita os distritos de São Miguel, São Mateus, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianazes, Lajeado e Cidade Tiradentes, ou seja, os distritos mais afastados dessa zona, considerados como “periferia em expansão”.

¹⁵² Na zona Norte, Silva (2008) cita os distritos de Vila Maria, Vila Guilherme e Casa Verde. São distritos localizados ao sul da zona Norte, mas perto do centro, considerados como “periferia consolidada”.

mais extrema do Leste (onde encontram-se os bolivianos nesta zona), forma-se um grande vazio em termos de ocupação por esse grupo: numa lógica de continuidade espacial, como se explicaria a não ocupação nos espaços intermediários?

A ocupação nessas zonas, que aqui denominamos zonas pioneiras, também guarda relação com lógicas gerais de localização residencial que operam na cidade, como o tipo de moradia, custo, acessibilidade, que mantiveram, como vimos, o padrão de crescimento periférico da RMSP. Em outras palavras, os bolivianos mais pobres, assim como os moradores de baixa renda da cidade, buscam as zonas mais distantes do centro em função de custos mais acessíveis de aluguel e, principalmente, facilidade para a aquisição de imóveis.

Esse tem sido o eixo explicativo para o entendimento da expansão dos distritos localizados ao extremo Leste do município de São Paulo, como é o caso de Lajeado (na fronteira com o município de Ferraz de Vasconcelos). Trata-se de um dos distritos que mais cresceram em termos populacionais entre 1991 e 2004, passando de 112.392 para 171.901 habitantes (crescimento de 3,3%), ficando atrás apenas de algumas áreas da zona Leste, como Cidade Tiradentes (crescimento de 6,9% no período) (SEADE, 2010) (cf. Anexo 4). O distrito é considerado predominantemente residencial popular, consolidado num monte (relevo suave), beirado pela linha férrea e pelo centro de Guaianases, que concentra as atividades de serviço e comércio. Aparentemente, ao norte e nordeste existem porções mais recentes, com habitat mais precário e ocupações. De acordo com nossa observação não há conjuntos habitacionais (moradia social), o que contrasta bastante com Cidade Tiradentes, bairro vizinho. O bairro é bastante adensado (17.648 hab/km), numa extensão de 9 km quadrados, sendo também um dos distritos que apresentaram as piores posições nas medidas de pobreza, risco e exclusão social (Sposati, 2001 *apud* Cazolatto: 2005).

Lajeado, dos distritos da zona Leste, apresentou-se como um lugar de maior concentração de bolivianos, segundo os dados do Censo, que foram confirmados durante o trabalho de campo¹⁵³ e a coleta junto às unidades PSF de Saúde (ainda que os dados do

¹⁵³ O trabalho de campo nessa área foi feito a partir de contatos com a Coordenadoria de Saúde de Guainases primeiramente estabelecidos por Sylvain Souchaud. Uma funcionária da coordenaria nos forneceu um panorama da constituição recente do bairro e de seus problemas específicos, e também agendou uma visita a algumas das unidades de saúde. Pudemos então conversar com enfermeiros, médicos e agentes comunitárias que já tiveram contato ou trabalham com migrantes bolivianos. A partir dessas conversas, fomos levados, por

registro do SUS apontassem para uma presença mais forte em distritos como Cangaíba, divisa com Guarulhos).

Guarulhos: versão paulistana de El Alto?

A presença dos bolivianos no município de Guarulhos tem se mostrado importante ao longo dos anos, ainda que tenha sofrido algumas variações, mostrando-se como localização relevante para a coorte que chegou entre 1970-1980, menor para década seguinte, mas apresentando uma aparente expansão entre as mais recentes.

A ocupação por migrantes bolivianos mais recentes nos outros municípios da RMSP – principalmente, regiões Norte e Nordeste – remete, aparentemente, ao processo já citado de expansão das periferias paulistanas desde 1950, ultrapassando os limites do município e espraiando-se para os municípios vizinhos.

Guarulhos foi a cidade do estado de São Paulo que mais cresceu nos anos 1990 – entre 1991 e 1996 cresceu 4% ao ano, sendo que no mesmo período a população da RMSP cresceu 1,5% ao ano –, e é apontada como a segunda cidade do estado de São Paulo em termos demográficos (969.000 habitantes). Continua a se expandir de forma acentuada, principalmente ao norte e leste (Taschner e Bogus, 2001; Torres e Oliveira, 2001). Seu crescimento é explicado como resultado da migração, sobretudo aquela mais recente, ligada aos fluxos de nordestinos (de diversos estados) pós 1991, que também se dirigiram a muitos outros distritos do município de São Paulo, como o Brás. Trata-se de uma região de fácil acesso rodoviário (rodovia Dutra e Trabalhadores) e que apresenta um mercado de trabalho estruturado em torno do parque industrial decadente existente ao longo da via Dutra e da ampliação setor de serviços, inserido também no contexto aeroportuário de Cumbica (Torres e Oliveira, 2001).

O padrão de urbanização do município apresenta-se de forma extensiva, marcada pela precariedade habitacional e urbanística, que é também presente em outros municípios da RMSP, como Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Mauá, Embu, Diadema e Franco da Rocha. Cinquenta por cento de sua população vive em áreas periféricas, localizadas ao

uma agente, a algumas casas de bolivianos, sendo que duas nos atenderam e os moradores responderam as entrevistas.

norte e leste do aeroporto de Guarulhos, como o bairro de Bonsucesso, na fronteira com Arujá, e Pimentas, na divisa com o distrito de São Miguel Paulista (zona Leste do município de São Paulo). De acordo com as entrevistas e também com base em um trabalho a respeito da localização dos bolivianos em uma região específica desse município (Aguiar, 2009), estes são os distritos em que os bolivianos se apresentam mais fortemente concentrados.

Aguiar (2009), que realizou trabalho de campo no bairro Pimentas, acredita que a concentração de bolivianos nessa área tem se acentuado nos últimos oito anos, sendo que a maior parte dos seus entrevistados saiu diretamente de locais da Bolívia para esse bairro, sem que houvesse, no espaço intraurbano, a passagem por outras áreas, como o centro de São Paulo. Para a autora, no entanto, não há uma marca espacial forte nesse território, capaz de se constituir como um “pedaço” boliviano no espaço¹⁵⁴, ainda que tenha observado uma presença clara no bairro e nas feiras de rua da região, por exemplo, com três barracas próprias. Segundo a autora, que separa essa região da “metrópole de São Paulo”, existem diferenças entre o sistema de organização das oficinas de costura nesse local e no centro da cidade de São Paulo.

A nosso ver, existem tanto contrastes como continuidades entre os espaços de agregação dos bolivianos na RSMP, mas, aparentemente, não pautam lógicas novas na forma de produção, como já mostramos. Obviamente, há maneiras distintas de se relacionar e entender a cidade, que trataremos de demonstrar.

Consideramos interessante também pensar em paralelos (concretos e simbólicos) entre as cidades de El Alto e Guarulhos. Além do vertiginoso crescimento populacional, da relação com o município central (La Paz e São Paulo) e da presença de um aeroporto separando áreas periféricas, a conexão entre as duas cidades nos foram apresentadas como referência para os bolivianos para explicar o universo urbano. Quando a pesquisadora perguntou a um boliviano (altenho) como era El Alto, ele respondeu: “Ah... El Alto é assim como se fosse Guarulhos pra São Paulo, você conhece?”.

Neste debate, ainda resta uma pergunta: os bolivianos acompanham a rota dos mais pobre, dos “relegados” (Wacquant: 2001) de São Paulo? Consideramos que existe uma distinção fundamental entre uns e outros, relacionada com o projeto migratório, mas

¹⁵⁴ A autora faz referência ao mesmo conceito de Magnani explicitado anteriormente.

também com o perfil socioeconômico dos bolivianos em relação aos habitantes da RMSP como um todo.

Apenas adiantando uma discussão que aprofundamos a seguir (Capítulo 3), podemos dizer que o significado da aquisição de uma casa – que leva os habitantes de São Paulo a procurarem espaços onde a concretização desse feito é possível – é bastante distinto daquele que pautou, por exemplo, muitas das trajetórias de migrantes nacionais na RMSP, podendo não determinar, em termos das escolhas de localização, o ponto final dos movimentos dessas pessoas na cidade, como foi indicado no estudo de Patarra e Bógus (1980).

Mais adiante, discutimos o papel da casa como objeto de valor entre gerações (a importância de deixar algo para os filhos) e também como pode estar vinculada ao país de origem e não ao município atual de residência. Ou seja, o projeto da casa própria se concretiza, muitas vezes, no país de origem, sendo que a possibilidade de menor custo de moradia em outras zonas está aparentemente relacionada com a montagem de uma oficina, a organização do empreendimento, da produção (Souchaud, 2010b). Assim, as periferias paulistanas, em termos de localização, podem também ser vistas como fases transitórias do projeto materializado no território urbano.

2.3.3 Casa Verde Alta: ocupação boliviana num espaço intermediário

A região denominada Casa Verde Alta, embora faça parte do distrito Casa Verde, localiza-se na divisa com o distrito de Cachoeirinha (ao norte). Ambos fazem parte da Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha/Limão.

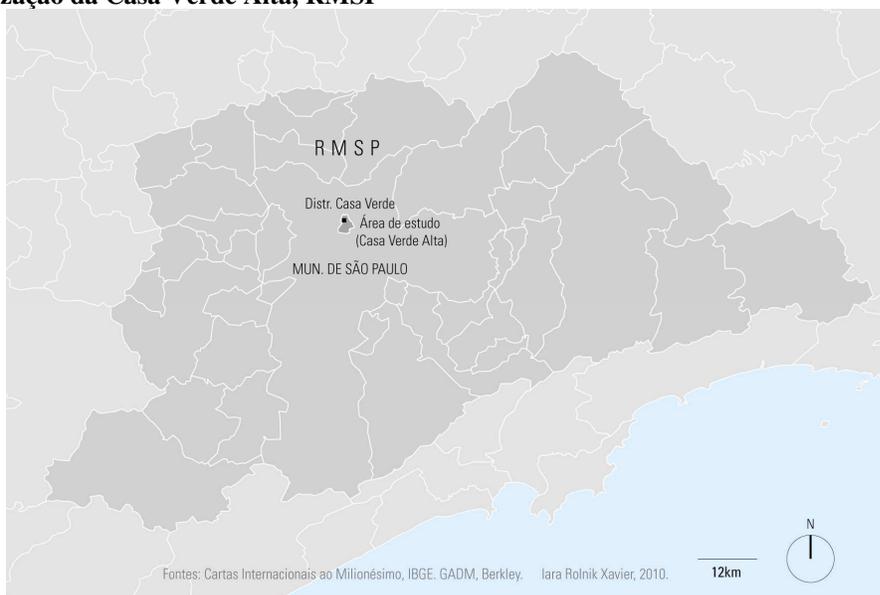
O distrito Casa Verde faz fronteira com Barra Funda (ao sul), Limão (a oeste) e Mandaqui e Santana (ao leste). Localiza-se na zona Norte da cidade de São Paulo, região que, até o início do século XX, ficou separada do resto da cidade pelo limite imposto pelo Tietê, razão pela qual foi chamada por muito tempo como as “terras do além-Tietê”, o que fez com que seu processo de urbanização fosse desacelerado. Transpostas as barreiras físicas que impediam sua incorporação à cidade – principalmente após 1930, durante a gestão do então prefeito Prestes Maia, com as obras de retificação do rio, de construção de avenidas marginais e de vinte pontes de concreto fazendo a ligação com o centro –, essa

zona, até então bastante rural, começa a se desenvolver também com a ampliação da rede de transportes e com a construção de loteamentos populares (Canaverde, 2007).

O bairro, que se desmembra do então núcleo principal Santana, torna-se, nesse período (1940), um importante reduto negro, com a compra, por parte da Frente Negra Brasileira, de terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade para fundar núcleos negros formados por casas próprias (Rolnik, 2007[1989]).

Servindo por muito tempo como bairro-dormitório daqueles que iam trabalhar no centro, a zona Norte manteve-se como bairro popular, embora, ao longo dos anos, tenham se delineado subcentros no seu interior (Canaverde, 2007). A urbanização do bairro começou a se intensificar por volta da década de 1950, por meio da política de troca de infraestrutura por votos, inaugurada por políticos paulistas como Jânio Quadros, o que resultou na urbanização do primeiro anel da periferia de São Paulo (Caldeira, 2000). Assim, faz parte, juntamente com Vila Matilde e outros bairros da zona Leste e Norte, da chamada primeira frente de expansão periférica baseada na compra de lotes populares para autoconstrução.

Mapa 14. Localização da Casa Verde Alta, RMSP



Hoje, a Casa Verde pode ser considerada um distrito de classe média baixa, em área de crescimento lento ou sem crescimento (Marques e Torres, 2005): entre 1991 e 2004, esse distrito apresentou taxa de crescimento médio anual negativa (-1,4%), passando de 96.040 a 79.578 habitantes nesse período (cf. Anexo 4). Já o distrito vizinho Cachoerinha, com o

qual a área da Casa Verde Alta faz fronteira, cresceu 1,5% neste mesmo espaço de tempo. A zona parece mesclar, assim, características gerais desses dois distritos, tanto em relação ao crescimento populacional como em relação a às formas de morar, entre outros aspectos.

Nossa observação de campo ficou circunscrita à extensão da Rua Zilda, entre a Avenida Eng. Caetano Alvares de Campos e Rua Benedetto Bonfigli, e algumas ruas que saem desta rua principal. A principal característica dessa área é a mistura, o uso misto do espaço urbano. Entre fábricas, favelas, casas de classe-média, comércios grande e pequenos – de bancos a botecos ou barraquinha de “geladinho” no portão de casa – encontram-se as oficinas e as residências de muitos bolivianos que habitam essa parte específica do bairro.

Não é preciso investigar muito profundamente a região para sentir a presença dos bolivianos. Em horários distintos dos dias da semana – voltamos ali em vários momentos diferentes – vê-se uma circulação intensa dos mesmos pelas ruas: homens e mulheres, saindo para ir ao supermercado, levando os filhos à escola, comprando um remédio na farmácia, indo ao posto de saúde, tomando sorvete na doceria, passando numa loja de “1,99”, numa relação bastante cotidiana com o lugar. Evidentemente, não são somente os bolivianos que circulam, mas, sem dúvida, compõem a cena de amplo movimento da rua. No horário de almoço, por exemplo, a Zilda fica lotada de pessoas e nas ruas adjacentes vemos os empregados das fábricas ou de pequenas firmas sentados na beirada da calçada, as lojas movimentadas, um número grande de carros circulando.

A Zilda é uma rua predominantemente comercial e mescla lojas populares (padarias, farmácias, doces e salgados), caseiras (pequenos bares e lojinhas improvisados nas portas das casas) e também mais “sofisticadas” (como a ponta de estoque de uma marca famosa de roupas), bancos, óticas, supermercados de grandes redes, etc. Em sua parte mais baixa (região próxima à Av. Eng. Caetano) – que é a parte mais movimentada – existe também uma concentração de galpões e fábricas de médio porte (de meias, vidros, embalagens). A diversidade na ocupação da rua e seu entorno se revela também pela existência de uma editora, várias igrejas (em grande parte evangélicas), bares, papelaria, imobiliárias, lojas de concerto (de carros, de eletrodomésticos, de máquinas de costura).

Quanto mais nos afastamos da avenida e mais subimos a rua, mais residencial fica a Zilda e seu entorno, ainda que entre as casas possamos ver diversos equipamentos públicos (escolas, posto de saúde e mais comércios). As casas da região se dividem entre novas –

algumas mais pobres como cortiços e auto-construções precárias, em geral em loteamentos provavelmente irregulares pelo tipo de ocupação) e outras mais ricas (sobrados bem pintados com grandes portões de metal que “vedam” a frente das casas, carros na garagem, em lotes bem definidos e padronizados) – e antigas (casas térreas, pequenas, de parede caiada, que não usam todo o espaço do terreno, com jardim). Assim, o cenário mistura um padrão de classe média com de baixa renda. Nas áreas mais degradadas e, especificamente em um cruzamento de ruas – que faz a forma de uma gota (cf. Mapa 15) – essa diferença em relação ao tipo das construções fica mais evidente: são aparentemente loteamentos irregulares, construídos em tempos diferentes, com várias casas em um mesmo lote.

Esse local, que é chamado pelos moradores por “ferradura” – fazendo jus ao entrocamento de ruas onde se localiza – é conhecido pelos moradores como a área mais “perigosa” do bairro. Nos foi apresentado, nas primeiras visitas, como um lugar de concentração de residências de bolivianos (“tá cheio de bolivianos ali”, relatou um informante). Mais tarde, pudemos ver que os bolivianos moradores da Casa Verde Alta não se concentram somente nesse espaço, o que mostramos adiante, mas essa indicação dos moradores revela, em parte a relação que estabelecem com esses “novos” (talvez não tão novos) habitantes. Quem primeiro me levou até a “ferradura”, mas especificamente à casa de uma família boliviana com que fizemos uma entrevista, foi o assistente de uma das igrejas evangélicas locais morador e amigo dessa família.

Nessa primeira conversa, a boliviana oriunda de El Alto, disse que já vivia no bairro há dez anos, tem três filhos e costura em casa, com o marido, para um patrão coreano – uma história típica. Ao longo do relato em torno de suas atividade cotidianas, fica claro que mantém com esse espaço uma forte relação de vizinhança baseada tanto na proximidade e na identificação com o lugar descrito como “tranquilo”, “agradável”, onde se “sente em casa”, como na presença de vários companheiros bolivianos de bairro. Durante a conversa, foi me apontando as casas vizinhas – assim como sua casa, localizadas bem no meio da “gota” – dizendo que em várias delas habitam amigos também bolivianos. De fato pudemos ver que algumas pessoas com o fenótipo boliviano saíam e entravam das casas ao lado da sua. A entrevistada, que na ocasião deste estudo pagava aluguel, disse que comprou um terreno em Itaquaquecetuba (chamado por ela de “Itaquá”), onde também mora uma irmã de seu marido, mas ainda não se mudou para lá por falta de recursos necessários para

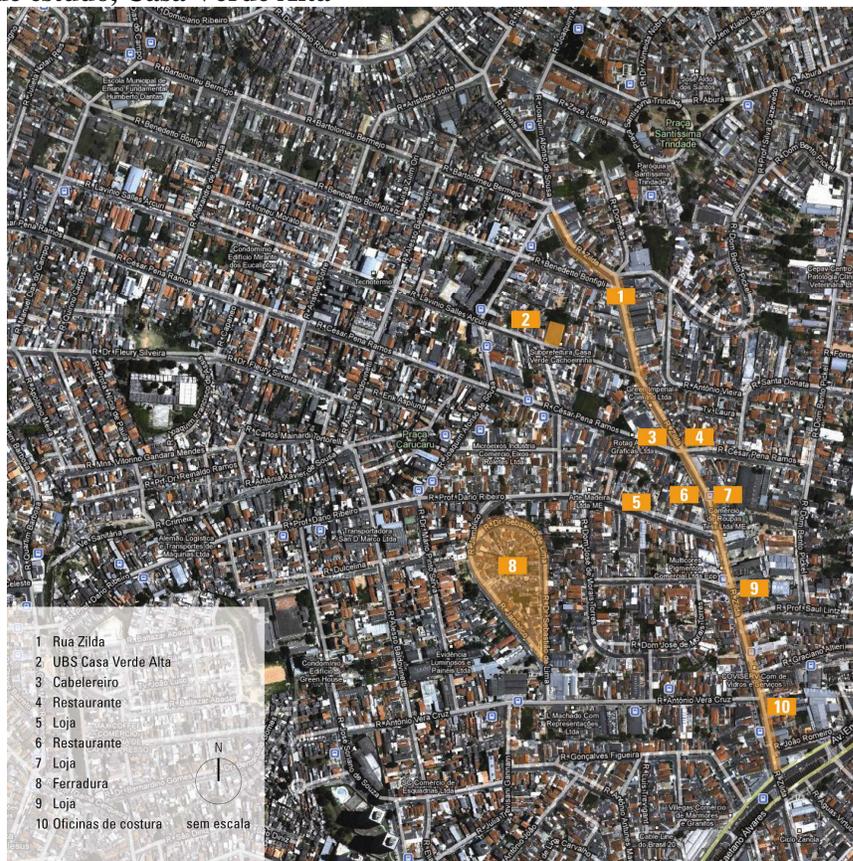
construir a casa, e sobretudo, porque acha “que vai ser difícil sair daqui” (onde mora) e perder as facilidades e confortos do bairro. Segundo ela, é possível “fazer tudo no bairro”, que possui todos os tipos de serviços necessários para sua organização diária: escola dos filhos, que a ela se digirem à pé, supermercado, pontos de ônibus, posto de saúde.

A relação forte com o espaço também se mostrou pautada, em grande medida, pela relação que essa moradora estabelece com a Igreja Evangélica. Nos encontros religiosos fez amigos e também pode conhecer o bairro durante as “evangelizações” (nos seus termos). Apesar de existir na Casa Verde Alta uma “igreja latina” que promove cultos evangélicos em espanhol voltado aos fiéis bolivianos, a relação forte com a Igreja não parece, no entanto, uma particularidade dessa entrevistada, nem tampouco dos bolivianos, mas dos moradores do bairro como um todo. Isso se percebe, por exemplo, pelo grande número de igrejas localizadas somente na Rua Zilda: são ao menos quatro em poucas quadras.

Além da conhecida Igreja Latina, existem outros espaços no bairro que também têm essa “vocação especializada” ao público boliviano. Nenhum deles, no entanto, é de fácil reconhecimento ou de acesso direto. Localizados em sobrelojas, pequenas casas, somente com a ajuda de entrevistados pudemos reconhecê-los e, mais tarde, perceber que não eram tão escondidos como à primeira vista.

Na Zilda funcionam dois restaurantes bolivianos; existem duas lojas de linhas (uma na própria rua, outra numa travessa) cujos proprietários e também os consumidores são em boa parte bolivianos; algumas oficinas de costura, embora bem mais difíceis de serem identificadas, pois são também residências (soubemos de duas por meio do vendedor da loja de sapatos, porque ficam bem em frente ao estabelecimento). Nas redondezas da rua Zilda foi possível identificar também pelo menos uma pequena oficina de costura que aparentemente é de propriedade de brasileiros. Alguns espaços só são ativados no final de semana: em um cabelereiro da rua, por exemplo, aos sábados um barbeiro boliviano aluga uma das cadeiras do estabelecimento e oferece cortes de cabelo para seus conterrâneos.

Mapa 15. Área de estudo, Casa Verde Alta



Um dos comércios mais importantes entre eles localiza-se numa sobreloja, na rua Zilda, onde além de linhas se vende toda sorte de produtos de origem boliviana (pães, chás, pomadas, batata desidratada, etc.). Trata-se de um lugar escuro, ao qual se tem acesso por uma escada (mas, para entrar, é necessário antes tocar o timbre e obter autorização, que é, no entanto, bastante facilitada). Ao som de uma TV que passava uma programação da Bolívia, conversamos com a vendedora da loja que substituíva temporariamente a proprietária, sua irmã. No fundo da loja, funciona uma oficina de costura onde trabalham os membros da família.

Na outra loja de linhas existe o acesso pela rua, mas existe um portão de ferro trancado que separa a parte de dentro da loja da calçada. Não conseguimos conversar muito tempo com a vendedora, principalmente porque não estávamos em busca de linhas, mas a entrada na loja não foi dificultada. Se a presença de duas lojas de linha e a já sabida e verificada ocupação dos bolivianos na confecção de roupas nos faria pensar que a casa que oferece consertos de máquinas de costura (logo ao lado de uma das lojas), seria de

propriedade de um boliviano, logo nos enganamos. O atendente, especializado em vários tipos de máquinas de costura disse, no entanto, que têm muitos clientes bolivianos, embora não a maioria. Bem próxima à mecânica, pudemos perceber a presença de uma loja recém-inaugurada que vendia máquinas de costurar novas – na qual, assim como na loja de assistência mecânica, não eram bolivianos a maioria dos seus compradores. Nas últimas vezes que estivemos no local, no entanto, a loja, que era uma filial, havia fechado.

No reconhecimento da área nos dirigimos à UBS Casa Verde Alta, onde, de acordo com uma pesquisa preliminar em andamento¹⁵⁵ estão cadastradas, atualmente, 200 famílias bolivianas no Programa de Saúde da Família. Todas as vezes que pudemos entrar no posto encontramos pelo menos uma boliviana (em geral são as mulheres quem mais frequentam) esperando atendimento. O posto, que por fora não tem nenhuma placa ou nenhum sinal que indique sua função, por dentro se mostra bastante acolhedor. Uma conversa com dois agentes de saúde desta unidade, confirma a presença maçica de bolivianos no bairro já que muitas das casas atendidas são de famílias bolivianas¹⁵⁶.

Um dos nossos principais informantes, corretor de uma das três imobiliárias presentes na Zilda e que aluga e vende casas para bolivianos, revela que possui um cadastro das famílias bolivianas que o procuram, o que indica que são clientes com características específicas. Segundo ele, o cadastro é feito porque os bolivianos “lucram rapidamente, juntam dinheiro mais rápido, são mais determinados”, o que faz com que já possa ir separando casas para vendê-los, enquanto “juntam o dinheiro necessário”.

Este informante acredita que grande parte dos migrantes moram em casas multifamiliares em que a função de moradia se confunde com o local de produção de costura de roupas, mas também defende que alguns – em geral os que estão há mais tempo no local – procuram casas “somente pra morar”, apresentando melhores condições de vida e sendo mais exigentes na escolha de suas residências. Esse fato nos mostra a importância do fator tempo na inserção dos migrantes na cidade: nesse caso, a acumulação do tempo de estadia pode revelar uma acumulação de capital (não somente em dinheiro) que permite

¹⁵⁵ Conforme relatamos no Apêndice metodológico, estamos realizando uma pesquisa (ainda em andamento) para diagnosticar o número de famílias bolivianas cadastradas nas UBSs que fazem parte do Programa de Saúde da Família. O número aqui apresentado, relativo à Unidade Casa Verde Alta faz parte dessa coleta e refere-se ao número de famílias bolivianas cadastradas em setembro de 2009.

¹⁵⁶ No capítulo 3 apresentamos uma seção que trata especificamente da relação dos bolivianos com o sistema público de saúde.

uma inserção diferenciada na cidade. No entanto, as casas alugadas para os bolivianos – que segundo ele estão localizadas nos dois lados da Rua Zilda – não diferem das dos outros clientes.

A ideia desse informante de que “eles estão tomando conta da rua” é partilhada por outros moradores e comerciantes do bairro. Nas primeiras entrevistas, todos se referem aos bolivianos de maneira pejorativa, mas, quando se sentem mais livres para conversar, costumam mudar as impressões a respeito dos seus vizinhos. De “sujos” e “escravos” (usando a categoria dos entrevistados), os bolivianos também passaram a ser vistos como “bons pagadores” (no caso de uma imobiliária), “honestos” (na farmácia) e “boa gente” (vizinhos), o que revela que a aproximação entre uns e outros pode ir se consolidando e ultrapassando as barreiras preconceituosas iniciais.

Aos sábados e domingos, o cenário da Rua Zilda passa por uma transformação: os bolivianos deixam de ser uns entre vários transeuntes e passam a dominar a cena. A Rua Zilda fica lotada de barraquinhas vendendo as roupas que costumam, algumas comidas típicas, CDs e toda a sorte de produtos que costumamos encontrar em camelôs comuns.

A sensação geral das idas a este local é a de que os bolivianos mantêm uma relação cotidiana e boa com o espaço, o que nos faz perceber uma integração, inserção. Aparentemente, não faz pouco tempo que se encontram ali: nos percursos pela área pudemos observar que em outras regiões da Casa Verde (próximos ao bairro de Santana, por exemplo) existem alguns lugares que há mais de quinze anos recebem bolivianos, como mostramos anteriormente. Mas é evidente que mais bolivianos estão chegando no bairro. Esse espaço da zona Norte nos parece um lugar intermediário da cidade – não é periferia e tampouco centro – mas, aparentemente, guarda características, ao mesmo tempo, de um lugar antigo e novo em termos dessa ocupação: lugar consolidado e frente de expansão, talvez, para outros lugares mais distantes da cidade.

2.4 Da heterogeneidade espacial à desconstrução de visões homogêneas sobre os bolivianos na RMSP

Ao longo deste capítulo fomos demonstrando que a visão recorrente sobre a territorialidade dos bolivianos na RMSP circunscrita a um ponto fixo do território (e especificamente ligado à zona central de São Paulo) não corresponde aos processos de diversificação espacial apresentados por esse grupo. Seguindo o mesmo tipo de demonstração que apresentamos sobre a diversidade espacial dos migrantes bolivianos na RMSP, pretendemos mostrar que, assim como na visão territorial, operaram em relação a esses migrantes, outras visões homogeneizantes como aquelas relacionadas ao trinômio “escravo-ilegal-invisível”. A generalização dessa possível condição para toda a população boliviana esteve baseada, justamente, nessas primeiras ideias a respeito dos bolivianos – trabalhadores de oficinas de costura, localizadas nas áreas centrais, ocupando os postos mais baixos na escala de trabalho – que vimos, ao longo do texto, operarem de forma mais complexa.

Apresentando o debate em torno da ideia de desterritorialização do migrante, Haesbaert (2005) contribui para essa associação entre a forma de ver a migração e sua relação com o território sob o ponto de vista que queremos demonstrar. O autor, apontando algumas definições da noção de território – para então questionar a desterritorialização – mostra que, em relação à sua dimensão político-disciplinar, o território “é, antes de tudo, o espaço da cidadania, dos direitos sociopolíticos básicos”. Nesse sentido, completa, “O migrante ‘indocumentado’, ‘ilegalmente’ situado num país distinto do seu, é, nessa perspectiva, um indivíduo desterritorializado” (Haesbaert, 2005: 36-37). Em outras palavras, quando se entende os migrantes de acordo com categorias generalizantes como “ilegal”, por exemplo, está-se comprometendo, também, a sua própria territorialidade. A nosso ver, o reconhecimento da diversidade das localizações no espaço urbano nos impele a discernir e questionar categorias de identificação externas a esse grupo social. Como um processo de mão-dupla, também o discernimento das categorias nos ajuda também a ver melhor as relações espaciais.

Assim, faz-se necessário questionar algumas das formas pelas quais esse “grupo” é visto, de modo a nos distanciar de categorizações homogêneas. Buscando desconstruir

essas visões, devemos atentar para o fato de que, muitas vezes, os vetores comuns que operam nesse coletivo – cujo mais óbvio é a mesma origem nacional –, tais como a pouca variabilidade socioeconômica no interior do grupo e a alta concentração em um ramo de atividade econômica, nos levam, erroneamente, a vislumbrar processos homogêneos nesse coletivo. Partir das diferenças e não das semelhanças nos ajuda a observar com mais profundidade detalhes que, *a priori*, podem passar despercebidos.

Embora a tarefa de discutir sobre a identidade boliviana ultrapasse os limites deste estudo, consideramos importante fazer alguns apontamentos acerca da construção simbólica desse grupo, discutindo sobre algumas percepções difundidas. Muitas vezes, reiterada a partir do trinômio “escravo-ilegal-invisível”¹⁵⁷, essa identidade construída é ecoada de forma ampla, não só na mídia, mas também no debate acadêmico. Essa representação é baseada em dois pilares, categorias que são ativadas de maneira distinta e em graus diferentes nos trabalhos e reportagens e que circulam nos discursos, nas conversas, até se formarem como fatos dados.

A primeira é a categoria “ilegal”, muitas vezes encontrada sob o formato eufêmico de “indocumentado”¹⁵⁸, que remete a uma condição situada à margem da jurisdição predominante em um determinado contexto nacional (ou contextos). Embora não estejamos aqui questionando a importante separação entre aqueles que atravessam fronteiras nacionais sob formas “consentidas” juridicamente pelos governos e estados, e aqueles que o fazem de maneira contrária (e nem tampouco os efeitos decorrentes desse processo), nossa intenção é mostrar que, uma vez consideradas indissociáveis, as categorias “migrante” e “ilegal” ou “indocumentado” têm um efeito perverso que estigmatiza pessoas e torna fixa uma identidade que, até mesmo juridicamente, pode ser modificada (por meio da regularização migratória, por exemplo). Mais do que isso, a junção migrante-ilegal, a nosso ver, ajuda a nos distanciar daquilo que não conhecemos – porque não se situa nas estimativas

¹⁵⁷ O trinômio “imigrantes-escravo-ilegal” foi cunhado por Campos e adaptado pela pesquisadora. Segundo o autor “A imagem dos bolivianos fornecida pela mídia e digerida pela sociedade paulistana associa ilegalidade, clandestinidade, escravidão, pobreza e, como pano de fundo, a piedade” (Campos, 2009: 9). Às categorias “escravo” e “ilegal” associamos a ideia de invisibilidade (Santos, 2009; Iokoi, 2008; Cymbalista e Xavier, 2007), questão discutida a seguir.

¹⁵⁸ Embora o Conselho da Europa considere distintos os termos “migrante ilegal” e “migrante indocumentado”, muitas vezes são tratados como sinônimos. Em um recente documento, o Conselho cria a categoria “irregular”, que considera mais apropriada, pelo seu caráter mais neutro.

governamentais, não é captado nos registros, não permite qualquer tipo de aproximação (sem que muitas vezes ela tenha sido tentada).

Reconhecemos que o mecanismo que faz com que, pelo fato de não serem nacionais, os migrantes de outros países devam ser autorizados e regulados pelo país receptor tem se intensificado, sobretudo no contexto europeu e norte-americano (Romero, 2003). Seus efeitos produzem situações de fragilidade, vulnerabilidade, permeando consequências psicológicas (como o medo), ligadas a instâncias “práticas” da vida, como acesso a determinados serviços (abertura de conta em banco, por exemplo). No lado extremo dessas consequências, temos situações de exploração no trabalho, na vida doméstica, no contexto escolar, entre outras. Mas existem diferenças entre uma situação de irregularidade e uma situação de ilegalidade, sendo que esta, apesar de poder ser passageira, muitas vezes é imputada como categoria pertencente ao próprio indivíduo¹⁵⁹. É sobre este ponto específico que se baseia nossa discussão, que pretende mostrar pistas para uma compreensão em torno dos bolivianos que possa captar sua complexidade.

Nesse processo, é reforçado o sentido de ilegitimidade da condição clandestina. Do ponto de vista de Sales (1999), duas noções – ilegitimidade e clandestinidade – podem ser separadas, ou seja, um migrante pode estar numa condição paralegal, “clandestina”, mas nem por isso sentir violada sua legitimidade. A autora se baseia na hipótese de que:

(...) os imigrantes indocumentados não são clandestinos, no sentido de se contraporem às leis vigentes, mas sim excluídos dos direitos a que deveriam fazer jus. (Sales, 1999a).

Sociologicamente poderíamos então dizer, de acordo com a autora, que esses migrantes estão em situação de ilegalidade, mas não de ilegitimidade.

Remetendo às entrevistas realizadas com brasileiros residentes na cidade de Boston (EUA), Sales mostra que a situação de falta de documentos não tem um significado forte no cotidiano dos migrantes, mas aparece com mais vigor em um momento importante, na impossibilidade de poder ir e voltar ao Brasil, temendo não ser aceitos na fronteira. Apesar de ser importante diferenciar esses dois contextos¹⁶⁰, é interessante observar, com Sales,

¹⁵⁹ Ao discutir o processo identitário dos bolivianos na Argentina e, sobretudo, em Buenos Aires, Benencia e Karasik também reforçam o uso de justificativas legalistas para criar a estigmatização, identificando “la atribución del carácter generalizado de indocumentados a los bolivianos” (Benencia e Karasik, 1994: 293). Tradução livre: “a atribuição do caráter generalizado de indocumentados aos bolivianos”.

¹⁶⁰ O contexto dos EUA é muito mais restritivo sendo que em alguns estados americanos, os imigrantes podem ser criminalizados por sua situação irregular no país, o que ainda não acontece no Brasil.

que mesmo numa situação “clandestina” e não sendo considerados cidadãos, os migrantes brasileiros nos Estados Unidos se sentem muitas vezes portadores de mais direitos do que os que deveriam auferir no Brasil (Sales, 1998: 154), mesmo considerando, aqui, que a visão acerca desses direitos é múltipla e pode estar baseada apenas no direito de consumir, por exemplo.

No caso deste estudo, mais especificamente dos bolivianos que vivem na RMSP, as entrevistas realizadas nos mostraram que a influência da situação de irregularidade na vida cotidiana é muito variável. Em comparação com o estudo relatado acima, remetendo aos brasileiros nos EUA, os bolivianos muitas vezes procuram a regularização migratória, mais preocupados com o direito de circular do que propriamente permanecer no país. Para uma das entrevistadas, por exemplo, a busca pelo documento brasileiro significava poder circular livremente entre El Alto (sua terra natal) e São Paulo: não existia, em seu discurso, a ideia de que o documento serviria para melhor se inserir na sociedade local. Para o acesso a direitos básicos como saúde, o estado “irregular” do migrante não é legalmente um entrave no Brasil, já que esse acesso não depende de uma condição de brasileiro nacional ou ainda de documentos em dia, bastando, apenas, algum tipo de identificação¹⁶¹. Entre os bolivianos que entrevistamos, a grande maioria vê o acesso ao sistema brasileiro de saúde como um direito alcançado e valoriza o atendimento recebido em todas as esferas¹⁶².

A questão das formas de entrada no país também é outra fonte de debate. Em geral, ela ocorre pela fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul, pelo município de Corumbá, mas existem outras rotas passando pelo Paraguai e Foz do Iguaçu ou por Rondônia (Guarajá-Mirim). A passagem é controlada pela Polícia, mas, de acordo com Silva (2006), o controle pode ser mais ou menos intenso e depende do volume e incidência de notícias vinculadas a respeito dos bolivianos. Dos nossos entrevistados, a maior parte entrou no país como turista e, somente mais tarde, ao não renovar o visto pela segunda vez (excedendo ao que teria direito), passou a se encontrar em uma situação irregular.

Baseado no contexto espanhol, considerado mais restritivo que o brasileiro, Romero (2003) mostra que a percepção social de que a maioria dos migrantes entra no país de forma irregular pelo tráfico de pessoas em balsas é uma ideia sem fundamento, já que, em grande

¹⁶¹ Isso não quer dizer que não exista discriminação no ambiente dos postos de saúde, por exemplo, que possa ser decorrente da origem nacional dos usuários. Falamos especificamente sobre esse caso no capítulo 3.

¹⁶² No capítulo 3 discutiremos essa questão com profundidade.

parte, os migrantes entram na Espanha como turistas, nos aeroportos, e, ao prolongarem sua estadia, passam então a se encontrar em uma situação de “sem papéis”. Com base nas nossas entrevistas, acreditamos que o mesmo se passa no caso dos bolivianos no Brasil (embora o trajeto seja feito por terra). Muitos deles certamente se beneficiaram dos processos de anistia ou campanhas para a regularização migratória¹⁶³ (cf. capítulo 1), razão pela qual grande parte das pessoas que entrevistamos ou conversamos estava em situação regular ou em vias de conquistá-la¹⁶⁴.

Ainda que seja necessária uma discussão mais ampla, debatendo o próprio conceito de imigrante e de estrangeiro (conceitos em muito relacionais) – muitas vezes separados numa escala de superioridade e inferioridade (Santamaría, 2002), em que os migrantes estariam numa situação inferior¹⁶⁵ – reforçamos aqui que a irregularidade não é só responsabilidade daquele que está irregular (como também assinala Sales, 1999), mas de todo o sistema legislativo e econômico, com suas leis que favorecem trabalhadores de alta renda (como no caso da legislação brasileira, cf. capítulo 1) e regulações (ou falta de) que ampliam situações generalizadas de informalidade (Romero: 2003).

A situação “clandestina” dos bolivianos associada ao trabalho – presente em grande parte dos sistemas migratórios – acaba sendo reforçada, sem que se questione ou reconheça que a exclusão é um fenômeno que permeia a sociedade de acolhida como um todo (Santamaría, 2002). Esse fato contribui para criar a segunda categoria, do “escravo”¹⁶⁶, que também leva a outro tipo de estigmatização entre os bolivianos.

É importante reforçar que não estamos negando aqui a existência da exploração no trabalho vivida por bolivianos e nem tampouco questionando o uso da categoria “análogo à escravidão” como correspondente à situação precária em que podem se encontrar – existe

¹⁶³ De acordo com Domenech (2009), também seria válido questionar se regularização migratória teria um sentido de maior controle populacional – de grande interesse nacional – e não necessariamente, uma adesão a princípios humanitários, ligados à proteção dos direitos humanos, ainda que possa garantir a ampliação da cidadania.

¹⁶⁴ Pelo método que foi aqui adotado para a realização das entrevistas, indicado no Apêndice metodológico, entendemos que não houve um viés que privilegiasse o encontro com bolivianos que já tinham entrado com processos de regularização no país.

¹⁶⁵ A categoria “estrangeiro” pode estar associada a um “homem de negócios” que veio participar de um projeto específico, ou mesmo trabalhar em uma empresa, equanto os migrantes são sempre vistos como aqueles que vieram, numa situação em geral precária se estabelecer no país (Santamaría:2002).

¹⁶⁶ Entre os trabalhos que associam os bolivianos a regimes de trabalho escravo, ainda que de forma diversa, cf. Iokoi (2008); Mazzocante (2008); Orlandi (2009); Azevedo (2005); Cacciamali e Azevedo (2006); Rossi (2005) e Teles (2007). Entre os que contestam essa visão de maneira mais explícita, temos: Aguiar (2009); Campos (2008).

um amplo bastante e consistente debate a esse respeito (cf. entre outros, Câmara Municipal De São Paulo, 2007; Novais, 2008). Estamos apenas reiterando que não são todos os bolivianos residentes na RMSP que se encontram nessa situação e que muitos deles (tomando como base nossas entrevistas) não se consideram “escravos”; além disso, mesmo aqueles que foram ou estão sujeitos a essa condição podem sair dela, como observamos em alguns casos. Assim, associar, imediatamente, os bolivianos a “trabalhadores sujeitos a condições análogas a escravidão”, como categoria fixa e inerente a esses migrantes, pode ser tão perverso quanto denunciar essa condição.

A ideia de que a maior parte dos bolivianos está imbricada na indústria de confecção de roupas, que opera num sistema informal e de subcontratação de trabalho, não é, no entanto, infundada, já que, como demonstramos no capítulo anterior, de acordo com o Censo 2000 (IBGE, 2002a), 43% dos bolivianos trabalham em ocupações ligadas à confecção de roupas, o que também foi amplamente verificado nas entrevistas realizadas. Tampouco é sem fundamento a existência de diversos processos de denúncia de que nas oficinas de costura são praticadas diversas formas de exploração, sobretudo a e por bolivianos (Cacciamali e Azevedo, 2006; Câmara Municipal De São Paulo, 2007; Novais, 2008), mesmo que suas formas de operação sejam, em parte, desconhecidas.

A sujeição a condições ruins ou exploratórias de trabalho num contexto migratório – sobretudo em seu estágio inicial – não é, porém, uma particularidade dos bolivianos que vivem na RMSP. Pode ser considerada como uma marca dos primeiros anos de migração de qualquer grupo em qualquer país (cf. Sales, 1998 para o caso dos brasileiros nos EUA, como exemplo), sobretudo porque, nesse estágio inicial do projeto migratório¹⁶⁷, a prioridade dos migrantes é, em grande parte dos casos, trabalhar, juntar dinheiro e voltar para casa, não privilegiando o desenvolvimento de relações sociais. Em geral, o que se espera do migrante – tendo em vista, sobretudo, o modelo da “migração de povoamento” em detrimento da “migração de trabalho”¹⁶⁸ – é que tenha como desejo montar uma casa com jardim, que possa comprar um carro e contribuir para a sociedade de acolhida, sendo que, em grande parte das vezes, esse investimento afetivo e simbólico (Sayad, 2000: 24) só acontece muito tempo depois. Inscreve-se aí, também, a dualidade contida na própria noção

¹⁶⁷ Esse conceito será mais bem trabalhado no capítulo 3 desta dissertação.

¹⁶⁸ Sayad (2000) mostra que essa separação é falsa.

de migrante em sua eterna ambiguidade entre se colocar no espaço de recepção, vendo-se ao mesmo tempo como indivíduo temporário e duradouro (Sayad, 1998[1991]).

De acordo com Sales, remetendo mais uma vez ao seu estudo sobre os brasileiros em uma cidade norteamericana, o fato de os migrantes trabalharem muito, em jornadas absolutamente elevadas por dia, sem domingo nem feriado, é citado como sendo a característica não apenas dos primeiros tempos da migração, quando o objetivo era juntar dinheiro para a volta, como também do tempo inicial de cada migrante individualmente (Sales, 1999b: 38). Segundo a autora, nas entrevistas, num processo de construção de sua própria imagem, os brasileiros “lutam” para dizer quem trabalha mais.

Em geral, o imigrante não pode se dar ao luxo de escolher, tem que trabalhar duro no que aparece, inclusive porque em geral já chega endividado e precisa saldar sua dívida lá no Brasil. Todos se referem a esses primeiros tempos como duros, em que fizeram de tudo. E, com raras exceções, nesse tempo trabalharam inicialmente nos serviços mais pesados e menos valorizados, como na *dishwasher*, na construção, na limpeza em firmas (Idem:38).

A exploração de trabalho no contexto das oficinas de costura também esteve amplamente ancorada na ideia de que os bolivianos seriam explorados por migrantes coreanos, que também passaram a ser vistos como operadores primordiais dos processos de exploração direta. Embora, como já mostramos, a própria reorganização do sistema produtivo tenha mudado essa lógica – fazendo com que os coreanos ficassem mais responsáveis pelo *design* e comercialização das roupas, enquanto a produção passasse a ser comandada por bolivianos, novos donos das oficinas – a imagem do boliviano explorado, ainda que por seus próprios conterrâneos, permanece aparentemente intacta. Mesmo passando de “explorado” a “explorador”, mantém-se uma visão fixa que nos parece um tanto contraditória: é possível ser vítima e algoz ao mesmo tempo? A categoria “ilegal-escravo”, ampla, vaga e carregada de preconceitos, pode abarcar essas duas situações, para além da condição real do trabalhador boliviano no Brasil.

A condição de explorado também é muitas vezes associada à visão de que os bolivianos são muito trabalhadores, baseada, em geral, em uma característica de submissão: aquele que trabalha demais e se sujeita a uma condição precária sem reclamar¹⁶⁹. Agrega-se

¹⁶⁹ Essa visão é uma das marcas identitárias trabalhadas por (Grimson, 2005[1999]) no caso dos bolivianos que vivem em Buenos Aires. Embora o contexto argentino seja muito distinto do brasileiro (em volume, em

a essa visão a de que o migrante de origem rural, desconhecedor das “leis da cidade”, é explorado pelas lógicas perversas do universo urbano, ideia que já mostramos ser infundada, quando abordamos a origem predominantemente urbana desses migrantes.

Submissão e “ilegalidade” também se juntam para criar uma ideia de invisibilidade desse grupo. À ideia de invisibilidade, de um lado, ligada uma baixa circulação em ambientes públicos, em função do medo de serem “pegos” por fiscais de órgãos públicos, vêm se juntar as categorias de “ilegais” e “escravos”, grantindo aos bolivianos um lugar restrito no “submundo da cidade”. Nesse sentido de uso do termo contrariamos nosso próprio trabalho anterior (Cymbalista e Xavier, 2007), já que não nos parece que hoje seja apropriado usar essa imagem, não somente porque podemos ver bolivianos circulando nas ruas, mas porque eles são invisíveis somente aos olhos de quem só consegue observá-los através do fosso que separa condições legais de “ilegais” de existência, materializadas no espaço da cidade. Por outro lado, a ideia de invisibilidade pode ser explorada no sentido político, como o mecanismo que permite que sejam reiteradas as visões homogeneizadoras em torno dos bolivianos.

Existe, no entanto, uma conotação positiva na visão do “migrante trabalhador”, ligada à imagem de esforço, dedicação e conquista, muito usada também para designar os migrantes colonos que chegaram ao Brasil no século XIX, sempre lembrados por seu “trabalho árduo de derrubada, condições de moradia, precárias dificuldades de comunicação” (Seyferth, 2005: 26), mas também pela capacidade de criar espaços sólidos de sociabilidade.

No caso dos brasileiros nos Estados Unidos, Sales (1999) mostra que os próprios migrantes e também a imprensa norte americana tende a valorizar a ideia do brasileiro como um “povo trabalhador”, sobretudo porque envolvido no mercado de trabalho secundário, de baixa qualificação e que se desdobra em duas ocupações para cumprir uma jornada inteira.

Embora não seja objetivo deste estudo discutir importantes eixos de análise a respeito das questões colocadas – como, por exemplo, as construções identitárias entre os grupos migrantes (Seyferth, 2005; 1997) na sua relação com os espaços urbanos e com os

história, nas relações sociais e também de preconceito), nos pareceu interessante marcar esse ponto em comum.

projetos e os tempos migratórios (Sales, 1999a); o papel das redes de sociabilidade, da formação étnica dos grupos, etc. – que exigiria um trabalho de outra envergadura, nossas breves considerações tiveram como objetivo mostrar como as visões sociais e espaciais de um determinado grupo se retroalimentam, garantindo uma visão homogênea. Uma vez circunscritas a processos homogêneos que não se propõem a pensar aspectos de variabilidade, essas duas formas de olhar um grupo no espaço garantem, por um lado, a preservação de distância social com aquilo que não se conhece (e se teme?) e, por outro, reforça uma visão achatada das formas de inserção espacial desse grupo.

No caso específico dos bolivianos, a visão geral de que são todos escravos, ilegais e, conseqüentemente, invisíveis, contribuiu para alimentar a ideia equivocada sobre as formas como se localizam no espaço urbano da RMSP.

Conclusões parciais

Os dados e informações trabalhados neste capítulo possibilitam demonstrar a variabilidade dos padrões de inserção socioterritorial dos bolivianos na RMSP, que se dá em distintos pontos de agregação nesse espaço metropolitano. Discutimos, ao mesmo tempo, as visões social e espacial homogeneizadoras trazidas pela literatura, sendo que, para tal, procuramos entender alguns dos processos que levaram a essa diversificação espacial, baseada na dualidade de uma ocupação centro-periférica, e questionamos algumas das formas como os bolivianos são vistos socialmente.

Essa apresentação, que passou por uma breve contextualização da formação urbana da metrópole paulista e das transformações da indústria têxtil nesse espaço – que apresentam implicações nas formas de localização dos bolivianos – pretende contribuir para repensar a ótica dual como seus espaços são lidos, separando-se os lugares e os grupos sociais da RMSP. A nosso ver, entre esses territórios existem formas partilhadas de localização em relação a um grupo migrante que não podem ser interpretadas de maneira separada. Os bolivianos estão em vários espaços e se movimentam entre eles: não se circunscrevem em um espaço homogêneo e específico separado de outros lugares da cidade.

A conexão da inserção socioterritorial dos bolivianos nesses espaços será ampliada e problematizada no capítulo seguinte, a partir da leitura de trajetórias urbanas desses

migrantes na cidade, compreendidas sob a ótica de seus projetos migratórios, pelas formas como usam e vêm a cidade.

Capítulo 3. Projetos migratórios e as trajetórias urbanas de bolivianos na RMSP

A distribuição socioterritorial dos bolivianos na RMSP, como vimos, baseia-se na dupla alocação em espaços centrais e periféricos. A partir da formação urbana dessa região – processos de concentração e periferação, por exemplo – e das transformações da indústria têxtil (sobretudo do ponto de vista das mudanças espaciais), descritas no capítulo anterior, discutimos algumas das razões pelas quais se desenha essa inserção espacial específica. No entanto, esses processos não nos parecem suficientes para entender a localização dos bolivianos na RMSP. Isso porque acreditamos que a distribuição espacial de um grupo, sobretudo um grupo imigrante, só pode ser entendida quando considerada sua imbricação entre os projetos migratórios e as trajetórias espaciais (Souchaud, 2010b).

As entrevistas semidirigidas com migrantes bolivianos que realizamos neste estudo nos permitiram compreender diversos tipos de trajetórias que conectam, por meio de temporalidades e formas distintas, os vários espaços envolvidos no processo migratório, desde o lugar de origem até as atuais moradias na RMSP e algumas das posições possíveis que os lugares, taxados sob a lógica de centro e periferia, ocuparam nesse processo. Analisando trajetórias centro-periferia, periferia-periferia, centro-centro, periferia-centro, perguntamos: onde entram os espaços nos determinados momentos de vida dos migrantes, em seu projeto migratório? Como as trajetórias e os projetos desses migrantes ajudam a compreender as lógicas de localização na cidade?

No que tange aos percursos centro-periferias, vimos que muitos deles ocorrem de acordo com modelos já conhecidos de alocação espacial, que associam a ida às periferias com movimentos de ascensão via a compra de imóveis (Dureau, 2000). Por outro lado, a permanência ou ida ao centro parece ficar reservada àqueles que possuem menos recursos – não somente materiais, mas também sociais – e que fazem um maior uso da infraestrutura material, social e simbólica existente nesse espaço (Souchaud, 2010a).

No entanto, ao tratarmos de migrantes que, além do espaço da cidade, cruzaram e cruzam também fronteiras nacionais, algumas dessas lógicas ficam embaralhadas. Isso porque envolvem projetos baseados em processos e apropriações societárias distintas, conectando espaços de natureza também muito diferentes. Não estamos aqui nos referindo ao fato de os migrantes parecerem “menos providos” (como o sentido legal de sua condição

no território) em relação à sociedade local, mas, ao contrário, entendemos que essa experiência pode acumular sabedorias de circulação e usos na cidade.

A partir de uma relação específica entre tempo da migração e sua relação com o espaço, os projetos intervêm na relação com a fixação nesse espaço (Souchaud, 2010a). Nessa chave, tanto o centro – que entre os bolivianos, ao contrário do que ocorre com outros grupos sociais, como os de baixa renda, por exemplo, é considerado um espaço-recurso que sempre pode ser ativado – quanto a periferia, devem ser repensados enquanto lugares de escolhas residenciais.

Tendo essas questões em mente, organizamos o capítulo da seguinte forma: em primeiro lugar, contextualizamos brevemente o conceito de projeto migratório e como sua leitura pode ser feita a partir de trajetórias espaciais. A leitura dos projetos será uma ferramenta de análise que nos ajudam a articular dimensões temporais, espaciais e simbólicas do processo migratório e a inserção dos migrantes no espaço urbano.

Em seguida, apresentamos uma discussão sobre como a forma de migrar – que sugerimos operar de uma forma específica entre os bolivianos – incide na relação com a cidade. Nesse momento, apresentamos um debate em torno das ideias de circulação migratória procurando a viabilidade desse conceito para o caso dos migrantes bolivianos e em que medida pode produzir uma relação mais “passageira” com os espaços, mais objetiva, por um lado, e livre, de outro. Esse debate passa, necessariamente, por uma breve revisão dos modelos de entendimento das migrações atuais, bem como da centralidade que a dimensão espacial ocupa no reconhecimento dos deslocamentos humanos. A nosso ver, o espaço não funciona apenas como um cenário no qual se passam os acontecimentos e os deslocamentos, mas é, ao mesmo tempo, condição e expressão do vínculo social (Tarrius, 2000).

Apresentamos três itens que investigam as trajetórias urbanas dos bolivianos envolvendo as áreas centrais e periféricas da RSMP. A leitura dessas trajetórias foi feita a partir do discernimento entre os papéis que o centro e as periferias nelas ocuparam. O objetivo metodológico foi observar a existência de separações e congruências nas lógicas de localização, nas maneiras de inserção nesses dois lugares, o que, de certa forma, nos ajuda a entender conexões entre eles.

Apesar de a relação trajetórias-projetos-espaço nos proporcionar um leque bastante amplo de questões, nosso debate se concentra em alguns pontos específicos que podem iluminar caminhos para análise futuras. Em relação ao centro, discutimos, principalmente, a questão do desejo de independência entre os migrantes, que ocorre em função da concentração de recursos urbanos nesse espaço. Nas periferias, trabalhamos com a questão dos sentidos da casa própria e o papel das redes familiares e de parentesco – sobretudo a figura do padrinho – no processo migratório. No último item, tratamos de buscar um caso específico de “uso da cidade”, a partir de hipóteses em torno do sistema público de saúde em São Paulo. Nossa intenção é observar de que maneira os migrantes bolivianos se alimentam dos recursos da cidade, como se apropriam dela e quais as implicações desse processo, entre elas a inserção socioterritorial na RMSP.

3.1 Os projetos migratórios e as trajetórias urbanas

O uso da noção de projeto migratório está relacionado com a possibilidade de observar as estratégias, desejos, intenções e objetivos dos migrantes, que se formulam e reformulam no decorrer do processo de migração. Ao articular as diferentes escalas temporais, espaciais e sociais, essa noção nos permite vislumbrá-lo de maneira dinâmica, distinguido-se, assim, das visões que circunscrevem a migração internacional a partir de causas determinantes, por exemplo¹⁷⁰ (Boyer, 2005)¹⁷¹.

Segundo o dicionário, o termo projeto significa “empreendimento a ser realizado dentro de um determinado esquema”, uma “ideia que se forma de executar ou realizar algo

¹⁷⁰ Nesse caso, Florence Boyer está se referindo, principalmente, às perspectivas econômicas do estudo da migração, calcadas, em grande medida pelo modelo “push e pull” que considera o indivíduo como um ser racional, portador de informações suficientes para poder fazer a escolha mais adequada de acordo com as situações econômicas do lugar de partida e de chegada. Essa visão é hoje largamente contestada por funcionar com base numa lógica causa/consequência determinista e também por deixar de lado outros fatores importantes aos processos migratórios, como as relações entre as escalas temporais e espaciais (Boyer:2005). A contraposição da autora a essa visão, que não será detalhada aqui, também parte da ideia de que o processo migratório é coletivo e não individual. Para apresentações específicas sobre esse debate, cf. Póvoa Neto (2007); Freitas (2009); Sasaki e Assis (2000).

¹⁷¹ Consideramos relevante ressaltar que o trabalho de Boyer, aqui citado como uma referência importante para balizar o conceito de projeto migratório, não se propõe a tratar teoricamente a questão, mas faz a sua aplicação a um fluxo migratório específico. Na busca por um embasamento teórico a essa noção, encontramos as referências do antropólogo Gilberto Velho (1994[1988]) e da geógrafa Alicia Lindón (2005). Esses autores não trabalharam as questões que apresentamos aqui em relação especificamente aos processos migratórios, tendo como foco relacioná-las a outras situações sociais. No entanto, como veremos, seus trabalhos nos ajudaram a circunscrever e entender a noção da maneira como gostaríamos de trabalhar.

no futuro” (Ferreira, 2004). A inscrição e a valorização desse tipo de conduta em nossas sociedades individuais, mas, sobretudo, individualistas¹⁷², estão imbricadas, certamente, em uma ideia de indivíduo-sujeito (Velho, 1994[1988]), indivíduo que, baseado em sua memória, dá consistência à sua biografia e possibilita a elaboração e condução dos projetos. Assim, “são as visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, sua sucessão das etapas de sua trajetória” (Velho,1994[1988]:101). Ou seja, a memória e o projeto dão significado às trajetórias dos indivíduos.

A noção de projeto migratório que empregamos neste trabalho, no entanto, se inscreve no imbricamento de situações de contexto – político, social, econômico, demográfico – e de ação, de estratégias. Essa conjunção nos impede, portanto, de entender esse processo puramente como uma iniciativa individual. Isso acontece também pelo fato de que a migração é, em grande parte, um projeto coletivo, mesmo que a participação do grupo, seja ele de parentesco, grupo social, etc., possa variar muito, tanto no sentido da migração familiar (de uma família inteira), por exemplo, mas também na divisão da família no processo migratório (Aragon *apud* Peres, 2009). Em geral, muitos só partem quando outros podem ficar: seja para cuidar dos filhos, da casa, investir o dinheiro enviado ou suplantar sua ausência: a migração implica, muitas vezes, na não-migração simultânea; ou seja, em geral, para sair, o migrante pode depender também daqueles que ficam nos lugares de origem, dos sedentários (Cortes, 2008, 2004).

Para Boyer (2005), a noção de projeto migratório coloca-se como um instrumento de análise capaz de articular, então, as mais diversas escalas espaciais e temporais e pôr em conjunto o indivíduo, o grupo de migrantes, o grupo de parentesco, grupo social.

Em relação às escalas temporais, a projeção para o futuro, inscrita no projeto, tem uma dimensão de tempo fundamental, contínua e sempre redefinida. Inicia-se no momento anterior à partida – de acordo com um feixe de informações, em geral incompletas – e se redefine ao longo da trajetória migratória e na chegada, pelas trocas e pelas circunstâncias,

¹⁷² De acordo com Velho “(...) em qualquer sociedade há um processo de *individuação*, através da inserção do lugar do indivíduo na sociedade e do desempenho de seus papéis sociais. Mas a *individualização* seria própria das sociedades ou segmentos sociais onde florescem ideologias individualistas que fixam o indivíduo socialmente significativo, como valor básico da cultura” (Velho: 1994[1988]:99).

incluindo também os retornos (Boyer, 2005). As intenções ou expectativas vão ganhando novos contornos ao longo do tempo e das trajetórias migratórias.

Ao trabalhar com a noção de expectativa temporal, Sales (1998) afirma que:

Os movimentos migratórios são em geral mais associados ao deslocamento no *espaço* do que ao *tempo*. Contudo, é fundamental observar que a mobilização no espaço se dá em tempos particulares da vida dos imigrantes, de sua família, do estágio de desenvolvimento de seu país de origem e destino. (...) mais importante do que esse tempo real dos fluxos migratórios, parecem ser as *expectativas temporais* (Sales, 1998: 130 - grifo da autora).

Assim, a redefinição da expectativa temporal entre os migrantes – que acontece por inúmeros motivos, como a imaginação do que ocorre no país de origem, histórias de retornados com ou sem sucesso – cria novos projetos, como a possibilidade de permanecer por mais tempo no local de destino, por exemplo. Voltando ao sentido coletivo da migração: “Esse novo projeto, embora tenha um marco temporal na vida de cada imigrante, é contudo reforçado em grupo, porque são expectativas fortemente compartilhadas”(Sales, 1998: 132).

A associação das temporalidades e práticas migratórias com o tempo dos ciclos de vida dos indivíduos migrantes e suas famílias pode ser vista, como afirma Cortes (2008), nos processos de investimentos e ascensão social que dela resultam. Segundo a autora,

La lecture des temporalités circulatoires des individus (les différentes étapes de va-et-vient) dans leurs liens avec les projets de vie met à jour des articulations étroites entre événements migratoires et étapes d’investissements. Rythmes sociaux et rythmes spatiotemporels de la mobilité sont ici finement enchevêtrés (Cortes, 2008: 139)¹⁷³.

As expectativas temporais, os projetos, possuem também um forte sentido espacial, ideia que Lindón (2005) sintetiza com o uso do conceito de “utopias espaciais”¹⁷⁴. No

¹⁷³ Tradução livre: “A leitura das temporalidades circulatorias dos indivíduos (as distintas etapas de vai-e-vem) em seus vínculos com os projetos de vida põe em dia as estreitas articulações entre acontecimentos migratórios e etapas de investimentos. Ritmos sociais e ritmos espaço-temporais da mobilidade estão aqui sutilmente emaranhados”.

¹⁷⁴ Segundo a autora: “Hablamos de ‘utopías espaciales’ a pesar de que en principio pueda parecer contradictorio con la etimología de la palabra (sin lugar). Sin embargo, nuestra aproximación termina reafirmando el sentido etimológico ya que estas utopías tienen un contenido ‘espacial’ pero no de ‘lugar’. Estamos diferenciando los conceptos de ‘espacio’ y ‘lugar’ en el sentido planteado por Yi Fu Tuan (1977). En otras palabras, el espacio se concibe en términos de lo extenso y sin límites precisos, mientras que los lugares se conciben como concretos y delimitados. Cabe destacar que en adelante cada vez que se utilicen estas dos voces (espacio y lugar), es en este mismo sentido” (Lindón, 2005:2). Tradução livre: “Falamos ‘de utopias espaciais’ apesar de que em princípio possa parecer contraditório com a etimologia da palavra (sem

intuito de entender o processo urbano de formação de periferias na Cidade do México, a autora dá voz às utopias dos próprios habitantes do lugar, buscando explicações que são muitas vezes negligenciadas ou obscurecidas em nome das razões econômicas e políticas dos fenômenos urbanos. Nesse processo, sobre o qual voltamos a nos referir no item 3.3.2, a autora diz que a periferização, por exemplo, pode ser entendida por meio das utopias e quimeras dos habitantes desses lugares, denominados pela autora como “mito da casa própria”. Segundo Lindón (2005: 8) os sonhos das pessoas são utopias “porque representan un ‘proyecto optimista’ (el de vivir mejor) que aparece como irrealizable en el momento de formularlo”¹⁷⁵ e orientam suas práticas. Essas utopias – que nos ajudam aqui a iluminar a ideia de projeto migratório – de acordo com a autora, também são constantemente revistas nas diversas aterrizações, ou paragens nos lugares da cidade.

Parece interessante, ainda, a associação que a autora faz entre utopias e espaços:

Estas utopías son ‘espaciales’ porque esa visión optimista de una vida mejor se construye siempre sobre la base de un ‘donde’, que en esencia es un ‘espacio’. Aunque a veces el discurso coloquial dice ‘un lugar en donde vivir mejor’, esa forma de referir al territorio se aproxima más al concepto de espacio, que al de lugar, precisamente porque no es una referencia a un ‘lugar’ concreto y delimitado, vivido y conocido, sino que se plantea en relación a un espacio no claramente ubicado, ni delimitado (Lindón, 2005: 8-9)¹⁷⁶.

Nesta perspectiva, consideramos que os projetos, assim como as utopias, possuem um sentido espacial. No que se refere especificamente ao universo migratório, esse sentido pode ser ainda mais amplo, já que, como afirma Boyer,

(...) au niveau spatial, la notion de projet permet de prendre en compte les *effets de lieu*, au départ comme à l’arrivée, c’est-à-dire d’insérer dans l’analyse l’ensemble des lieux concernés par les parcours migratoires,

lugar). No entanto, nossa aproximação termina por reafirmar o sentido etimológico já que estas utopias possuem um conteúdo ‘espacial’, mas não de ‘lugar’. Estamos diferenciando os conceitos de espaço e de lugar no sentido colocado por Yi Fu Tuan (1977). Em outras palavras, o espaço se concebe em termos da extensão e sem limites precisos, enquanto que os lugares são concebidos como concretos e delimitados. Cabe destacar que adiante, cada vez que forem utilizadas essas duas vozes (espaço e lugar), é nesse mesmo sentido”.

¹⁷⁵ Tradução livre: “porque representam um ‘projeto otimista’ (o de viver melhor) que aparece como irrealizável no momento de formulá-lo”.

¹⁷⁶ Tradução livre: “Estas utopias são ‘espaciais’ porque essa visão otimista de uma vida melhor se constrói sempre sobre a base de um ‘onde’, que em essência é um ‘espaço’. Ainda que às vezes o discurso coloquial diga ‘um lugar onde possa viver melhor’, essa forma de se referir ao território se aproxima mais do conceito de espaço, do que do de lugar, precisamente porque não é uma referência a um ‘lugar’ concreto e delimitado, vivido e conhecido, senão que se coloca em relação a um espaço não claramente localizado, nem delimitado”.

remettant ainsi justement en cause cette idée d'espace de départ et d'espace d'arrivée¹⁷⁷ (Boyer, 2005: 55).

Neste trabalho a ideia de projeto se coloca a partir do momento em que podemos entendê-lo como uma forma de negociação do migrante com a realidade e com o campo de possibilidades que a ele se apresenta – seus constrangimentos, suas limitações, suas potencialidades – “existindo como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo” (Velho, 1994[1988]: 103). Assim, entendemos projeto como a maneira por meio da qual o migrante faz escolhas e põe em ideia e em prática sua autonomia durante o processo migratório. O espaço, por sua vez, é entendido como um recurso a ser mobilizado e disputado nesse processo (Souchaud e Baeninger, 2009).

Como já dissemos, o processo migratório não compreende apenas o espaço da cidade – sobre o qual nos detemos – mas os espaços da migração como um todo: entre os dois espaços nacionais envolvidos (origem, recepção, espaços intermediários) e na ampliação do campo migratório dentro da cidade de recepção.

Como entender os projetos?

A leitura das trajetórias dos migrantes, aliada aos dados empíricos com os quais trabalhamos, permite contemplar a dimensão temporal e espacial em nossa investigação: a dinâmica de articulação de lugares no espaço e tempo no interior do projeto migratório.

As trajetórias aqui analisadas foram construídas com base em entrevistas semidirigidas com migrantes bolivianos em diversos momentos da pesquisa (cf. Apêndice metodológico). Trabalhamos aqui, principalmente, com a dimensão espacial das mesmas, com foco nos trajetos urbanos dos bolivianos no interior da RMSP (ainda que estes estejam intrinsecamente vinculados aos seus lugares de origem). Ou seja, estamos voltados à combinação e articulação de lugares ao longo da trajetória migratória de um indivíduo, procurando entender como o migrante passa por esses lugares e os utiliza.

A migração possui uma dimensão espacial que lhe é intrínseca: o ato de migrar é uma articulação de lugares por excelência (Mazurek, 2008: 63). Mais do isso, na dispersão, o

¹⁷⁷ Tradução livre: “(...) a nível espacial, a noção de projeto permite levar em conta *efeitos de lugar*, na partida assim como a chegada, ou seja, de inserir na análise o conjunto dos lugares referidos pelos percursos migratórios, pondo em questão, assim precisamente, esta ideia de espaço de partida e espaço de chegada”.

espaço deve ser entendido como um recurso a ser mobilizado (Ma Mung:1999). Como atesta o autor:

C'est sur le plan de la migration que les ressources spatiales ont le plus d'effets, directs et indirects, dans la mesure où la circulation des personnes et leur installation dans d'autres pays accroissent le potentiel de circulation des valeurs matérielles et immatérielles puisque ce sont ces individus qui les mettent en circulation (Ma Mung, 1999: 8)¹⁷⁸.

Mas de que maneira os espaços são usados? Dentro de um campo de possíveis que afetam a relação com os espaços (Dureau, 2000) como o migrante, de acordo com seus projetos, se coloca nesses lugares? Quais os propósitos inscritos nos projetos que podem diferenciar os migrantes na utilização dos espaços urbanos?

Supondo a distinção entre a noção de trajetória de vida (ligada aos eventos fundamentais da vida de uma pessoa, como frequência, duração e localização dessa existência) e de biografia ou histórias – interpretação subjetiva da trajetória narrada da própria vida de uma pessoa que acontece no encontro etnográfico (Born, 2001)¹⁷⁹, nosso objetivo é adicionar elementos biográficos às trajetórias espaciais, ao uso dos lugares, mas sem a pretensão de resgatar detalhadamente as biografias.

No que se refere aos conceitos de trajetórias urbanas ou circuitos de mobilidades como ferramentas de análise, Telles (2006) mostra que são capazes de engendrar, em um só tempo, tempos biográficos, históricos e as temporalidades inscritas nos espaços e territórios traçados por esses percursos. Em seu trabalho, afirma:

Buscamos ler essas mudanças [da cidade] a partir da trajetória de indivíduos e suas famílias: seus deslocamentos espaciais em busca da moradia, seus percursos ocupacionais e suas inflexões nas circunstâncias do desemprego e precarização do trabalho, as práticas cotidianas que articulam espaços de moradia e a cidade, seus espaços, serviços (Telles, 2006: 51).

Isso porque são esses os “tempos e espaços da experiência urbana, práticas urbanas, seus circuitos e seus deslocamentos. As trajetórias e cenas urbanas em que elas transcorrem podem oferecer indicações sobre as lógicas e dinâmicas societárias em curso” (Idem: 52).

Para Telles,

¹⁷⁸ Tradução livre: “É no plano da migração que os recursos espaciais têm mais efeitos, diretos e indiretos, na medida em que a circulação das pessoas e a sua instalação em outros países aumentam o potencial de circulação dos valores materiais e imateriais dado que são estes indivíduos que os colocam em circulação”.

¹⁷⁹ Não entraremos, no entanto, numa discussão mais aprofundada em torno desse debate metodológico. Para um debate introdutório sobre essa distinção pode-se cf. Born (2001).

A vida urbana é toda colocada sob o signo da mobilidade (...). E os fluxos migratórios, os deslocamentos espaciais e mobilidades habitacionais, os percursos ocupacionais e suas inflexões no tempo e no espaço, traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas (Idem: 62-63).

A análise das trajetórias espaciais, que é também um modo de compreensão dos fenômenos migratórios, já foi utilizado por outros autores. Especificamente no caso das migrações bolivianas ao Brasil, a “Encuesta Corumbá” teve essa dimensão como um dos objetivos centrais¹⁸⁰. Os trabalhos que utilizaram o levantamento dessa pesquisa estão sendo citados ao longo deste estudo; entre eles, cf. Souchaud e Baeninger (2009) e Peres (2009).

3.2 Formas de migração intervindo no espaço urbano

3.2.1 Circuitos de mobilidades entre os bolivianos

As trajetórias migratórias analisadas nos revelam circuitos de mobilidades relacionados, de um lado, às idas e vindas dos bolivianos entre a RMSP e algumas cidades da Bolívia¹⁸¹ e, de outro, a mobilidade no interior do espaço metropolitano¹⁸². Observamos não somente uma estreita articulação entre os espaços de origem e destino, mas também vimos que, em curtos períodos, os bolivianos realizam várias alterações de residência

¹⁸⁰ O levantamento de campo em Corumbá, que resultou na “Encuesta Corumbá” foi realizado em 2006 e foi coordenado por Sylvain Souchaud e Wilson Fusco. A pesquisa está situada no projeto “Espaços migratórios e a problemática ambiental do Mercosul”, parceria entre o NEPO e o IRD. No texto que apresenta a pesquisa vemos que: “A caracterização sócio-demográfica dos membros do domicílio, condições de alojamento, de educação, de atividade, associadas aos percursos migratórios dos imigrantes, permitem reconstituir as etapas da migração boliviana em Corumbá, identificar diferentes ondas migratórias, determinar as ancoragens espaciais deste grupo e avaliar as mudanças sociais e familiares às quais a migração internacional contribuiu. Em seguida, quisemos estudar a migração individual perante os contextos familiares e relacionais, e determinar como, a partir de Corumbá, articulam-se eventuais redes sociais de cada lado da fronteira. Às informações sobre os domicílios imigrantes diretamente entrevistados, associamos informações indiretas sobre as migrações dos membros da família estendida (pais, filhos, irmãos) e dos amigos, e sobre a circulação dos imigrantes e as trocas que estes mantêm em ambos os lados da fronteira” (Souchaud e Fusco, 2007:2).

¹⁸¹ Sobre esse fato consideramos importante apontar aqui para a conversa que estabelecemos com Sidnei Dornelas, em maio de 2009, que confirmou algumas dessas hipóteses e levantou questões importantes que serão tratadas nessa seção.

¹⁸² Como já ressaltamos, também parecem existir movimentos importantes entre os bolivianos que fazem a conexão da RMSP com interior do estado de São Paulo, embora não analisamos esses casos em profundidade.

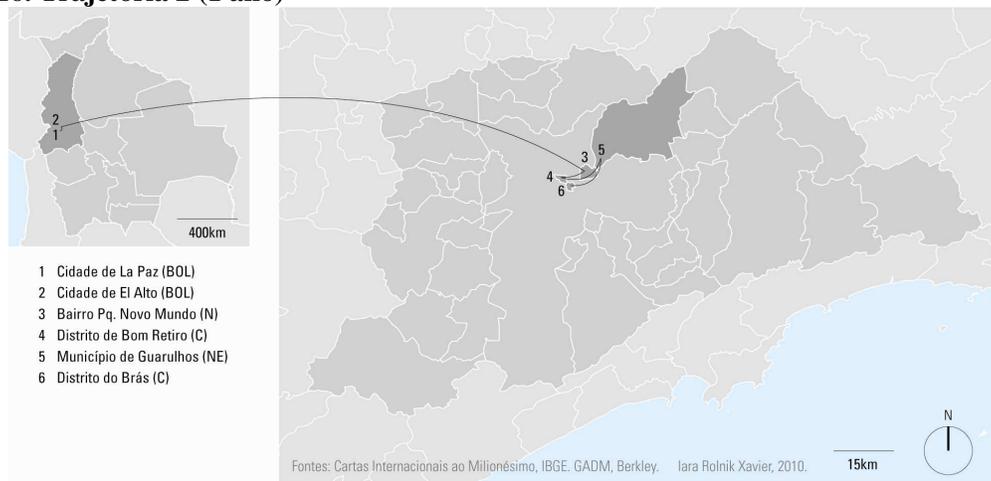
dentro da metrópole, circulando por bairros distantes ou não, em direção tanto às periferias como às regiões centrais e também no interior desses espaços.

Esse foi o mote da conversa em muitas das entrevistas realizadas neste trabalho, que nos levou a pôr em questão, de um lado, a conceituação clássica dos modelos de migração – procurando por termos flúidos, reversíveis que pudessem dar conta da realidade observada – e, por outro, o entendimento do papel dos territórios da cidade nesses processos – foco da discussão que segue. As entrevistas nos mostraram que alguns projetos migratórios estavam centrados na própria ideia de mobilidade, ou seja, que em nenhum momento era preponderante a intenção de ficar, de se fixar no território metropolitano. Mais do que isso, a mobilidade internacional (composta de idas e vindas ao país de origem) e interna (ao espaço metropolitano) pareciam movimentos relacionados. Dessa forma, poderíamos pensar que circular entre fronteiras e o interior do espaço metropolitano faria parte de uma mesma lógica de mobilidade? Buscamos trabalhar as trajetórias justamente a partir desse imbricamento.

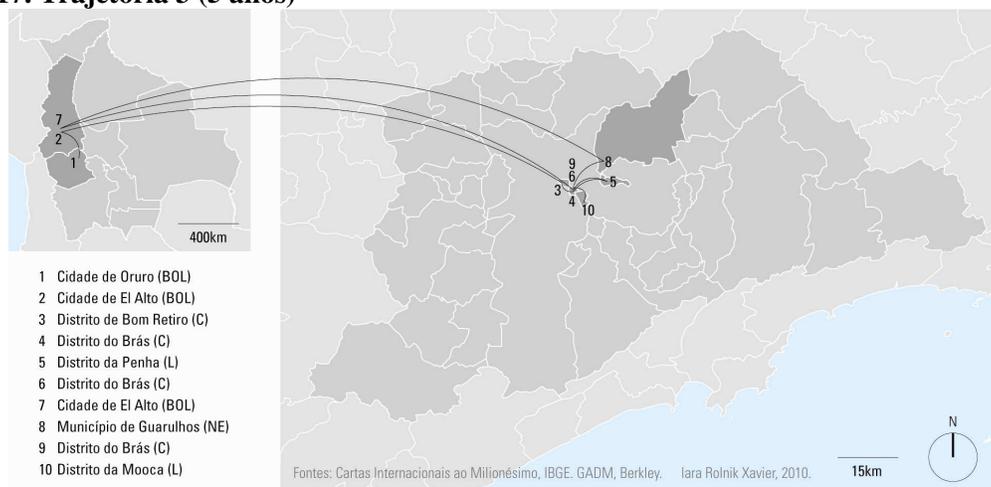
As trajetórias espaciais dos bolivianos entrevistados encontram-se sob a forma de mapas numerados, distribuídos ao longo deste capítulo, que mostram os espaços – internos e internacionais – utilizados no percurso migratório. A numeração das trajetórias seguiu o critério de tempo de moradia partindo dos migrantes mais recentes aos mais antigos.

Em algumas das trajetórias analisadas (2, 3 e 10), se fez presente à ida e vinda entre a RMSP e os diferentes locais de origem na Bolívia. O caso de Romero (10) é um deles: tendo chegado a São Paulo (bairro Aricanduva, na zona Leste) em 1991, em 1994 voltou para Bolívia (La Paz), retornando ao Tremembé (zona Norte de São Paulo) em 1999, onde permanecia até a ocasião deste estudo. Na trajetória de Rosario (3), houve um retorno a El Alto e diversas mobilidades internas no espaço da RMSP.

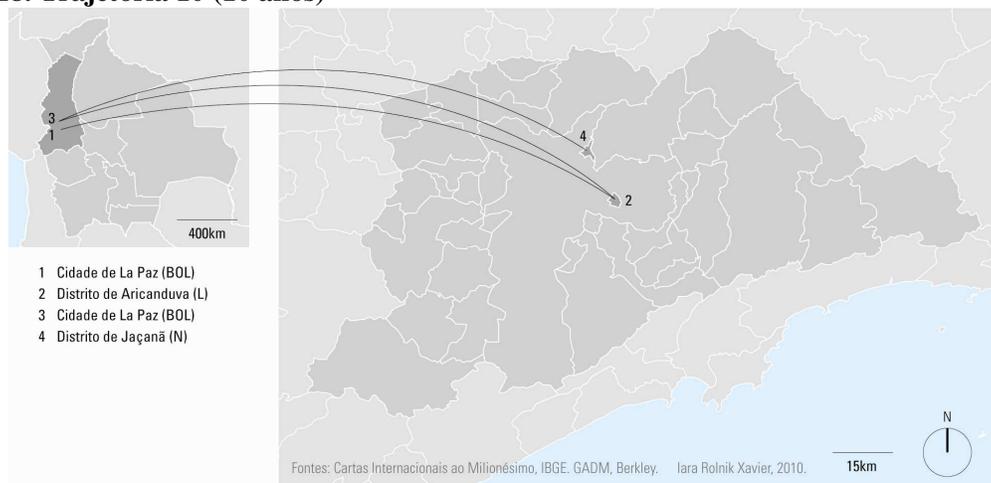
Mapa 16. Trajetória 2 (1 ano)



Mapa 17. Trajetória 3 (5 anos)



Mapa 18. Trajetória 10 (10 anos)



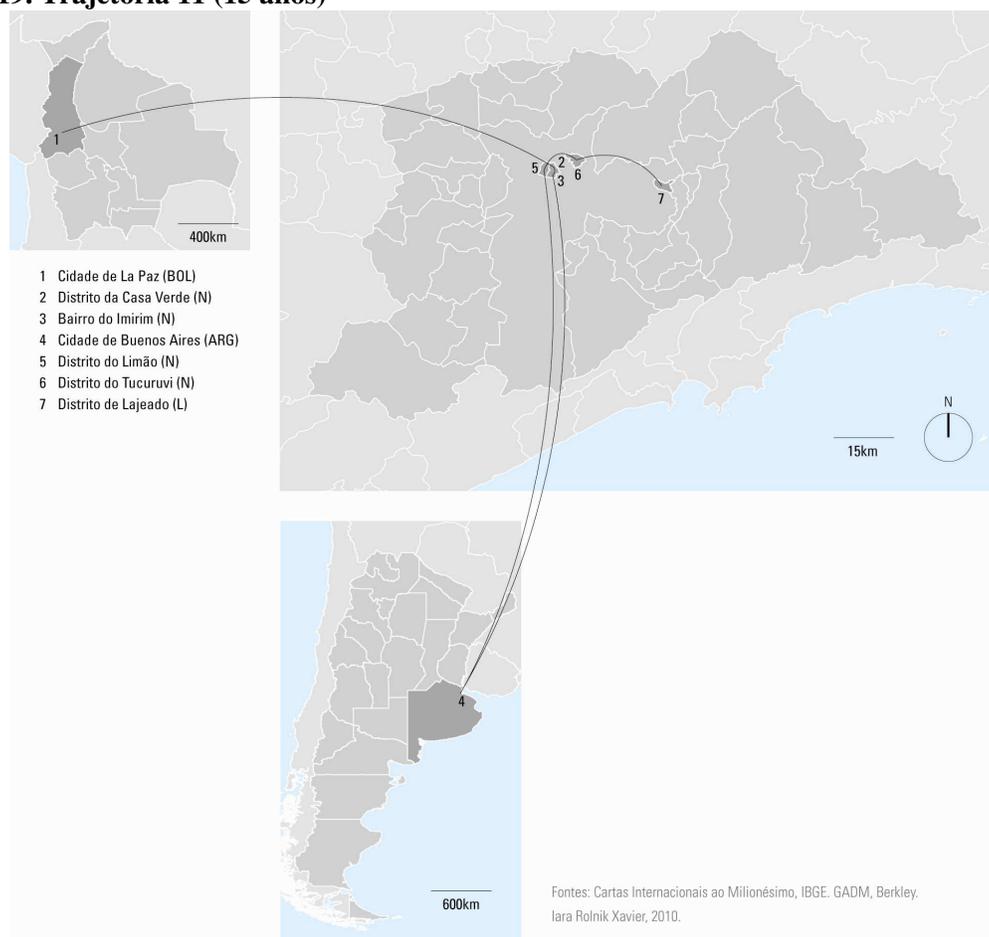
Em outras entrevistas, mais especificamente com bolivianos que se tornaram donos de oficinas maiores (com mais de dois empregados), são quase unânimes os relatos de situações em que os funcionários não são perenes, mas costumam ir e voltar para a Bolívia em espaços de tempo que costumam variar, geralmente, de seis meses a um ano ou períodos mais extensos. Em alguns casos, vimos que a estrutura da oficina permanece montada, mesmo nos momentos em que não há funcionários trabalhando. Nos casos que pudemos observar, os períodos de retorno coincidem com momentos de arrefecimento da produção de roupas, entre o Natal e o Carnaval, sendo que a intensidade da fabricação parece apresentar bastante variação, sendo mais forte no verão (pós-carnaval)¹⁸³.

As idas e vindas também foram verificadas em algumas conversas com agentes de saúde (cf. item 3.3.3), segundo os quais os cadastros de bolivianos no Programa de Saúde da Família (PSF) são constantemente refeitos em função de que os mesmos chegam e vão embora de São Paulo com frequência, sendo mais raros os cadastros duradouros.

Os espaços envolvidos nessa circulação também dizem respeito a outros países onde a migração de bolivianos se faz presente: Pablo (11) contou que, mesmo já instalado em São Paulo, chegou a passar pela Argentina (Buenos Aires) por volta de 1993 – onde também trabalhava como costureiro – durante o governo Collor, tendo voltado ao Brasil com a instituição do Plano Real. Esse mesmo percurso também foi feito por seus irmãos que, no momento da entrevista, viviam quase todos em São Paulo. Em outro caso, observamos a trajetória de um boliviano que também já tinha passado pela Espanha, Argentina e, na ocasião do estudo, encontrava-se em São Paulo, no distrito da Casa Verde (zona Norte).

¹⁸³ De acordo com algumas conversas, vimos que esses períodos também são importantes em razão de algumas festas na Bolívia, sendo que o retorno para esses momentos é bastante frequente. Nessas ocasiões, são importantes as redefinições de papéis no momento de retorno à terra natal, mas também quando o projeto migratório se refaz numa segunda vinda à RMSP.

Mapa 19. Trajetória 11 (15 anos)

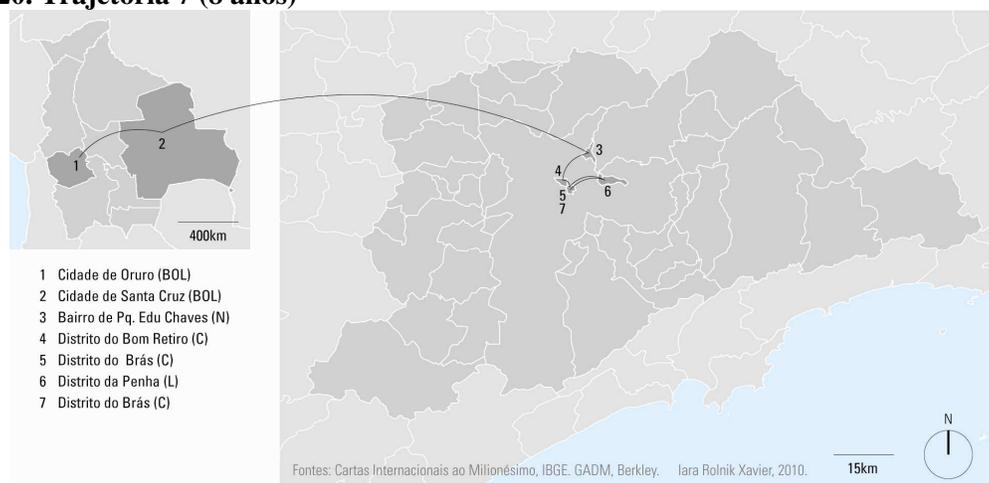


O caso de Pilar (trajetória 2) mostra com muita clareza o projeto de ir e voltar de El Alto, de poder circular entre esses dois espaços. Para ela, que já se mudou diversas vezes de lugar dentro da RMSB, essa intenção guarda relação com a capacidade de “juntar” dinheiro no Brasil e manter sua casa na Bolívia, num “vai-e-vem” permanente que considera central para a garantia do projeto. Esse processo envolve suas filhas e marido, que, no momento da entrevista, encontravam-se em El Alto para cuidar da casa de propriedade do casal; ou seja, não se trata de um projeto possível de ser manejado individualmente. Nesse caso, a volta da família à cidade de origem parecia também influenciar uma maior liberdade de circulação por parte da entrevistada. Nem mesmo a própria gravidez (ela estava esperando um filho) significava em seu discurso qualquer desejo de permanência em apenas um lugar: para poder ir e voltar precisaria viabilizar uma maneira de deixar o bebê com uma amiga e vir buscá-lo em seguida, depois do novo retorno à Bolívia.

A própria relação com o lugar onde vivia na ocasião do estudo, uma casa “tétrica”, como ela mesma definiu, era sempre vista como provisória, na esperança de poder ir embora, ou encontrar outro lugar para trabalhar e morar, o que inclui voltar a sua terra natal. Neste caso, importa menos o conforto e a estabilidade na cidade e mais as condições básicas para juntar dinheiro e voltar à Bolívia, nem que seja apenas por algum tempo. Nessa trajetória ficou claro que o vai-e-vem só pode se concretizar, de fato, com a regularização migratória – que ela estava em vias de fazer – que serve como um instrumento para mover-se entre territórios nacionais: fica mais fácil cruzar a fronteira, garante segurança ao projeto, mas não tem nenhuma relação com a permanência no território brasileiro.

Em outra entrevista – com César (trajetória 7) – ficou presente a ideia de que acreditava ser “fácil” abrir e fechar uma oficina, mudar-se de lugar na cidade ou mesmo voltar para a Bolívia. César, que já havia trabalhado para diversos empregadores em bairros centrais e também periféricos da RMSP, mas recentemente tinha acabado de montar uma oficina no bairro do Brás, não se sentia “preso” a nenhum lugar, considerando que, na adaptação aos espaços, a maior interferência: “É mais a questão do tempo, né? Tenho poucos meses aqui [no Brás], não tenho muito conhecimento aqui. Aos poucos já vou conhecer”. Ele sonha em voltar à Bolívia, onde pretende trabalhar no campo em uma pequena cidade do departamento de Oruro conforme fazem seus pais e ele mesmo no passado, antes de se mudar para capital e depois vir ao Brasil. Essa intenção, que no seu discurso coincide com o casamento (quer dizer, casar é na Bolívia, perto da família), se concretizará, segundo ele, quando conseguir “juntar um dinheiro”.

Mapa 20. Trajetória 7 (8 anos)



Alguns fatores parecem ser determinantes para esse estreitamento de laços com os locais de origem (com idas e vindas constantes), variabilidade de destinos (“revezamento” entre Argentina e São Paulo, por exemplo) e de mudanças dentro da cidade. Entre eles figura como central o envolvimento econômico dos migrantes na sociedade de destino (RMSP). Entendemos que contribuem para essa configuração migratória: (i) o modo de organização das relações de trabalho (precarização dos contratos, produção por temporadas, fácil instalação dos meios de produção); (ii) os acordos bilaterais que favoreceram a regularização (casos que mostram que os documentos são para circular e não para ficar). A própria tradição migratória na Bolívia que pode sustentar uma cultura de migração que facilita a circulação e adaptação nos lugares, embora essa questão se apresente aqui, ainda, como hipótese.

Talvez um dos elementos mais centrais para pensarmos nessa flutuação permanente seja o baixo desemprego entre os bolivianos (Cymbalista e Xavier, 2007). Como veremos, a alta empregabilidade acontece, sobretudo, pela fragilidade das relações de trabalho. Durante as entrevistas, vimos que entre os que declaram estar desempregados (em apenas um dos casos), essa condição não significa estar sem um vínculo empregatício (na maioria informal, fazendo parte do corpo de uma oficina¹⁸⁴), mas não ter encomendas naquele momento específico, o que parecia ser facilmente reversível. Essa relação com as encomendas ou volume de trabalho também é interessante de ser observada, na medida em que vai se refletir nos deslocamentos pela cidade. Na trajetória de Rosario (3), por exemplo, o fato de não ter encomendas na oficina em que estava trabalhando foi determinante para algumas de suas mudanças de endereço.

Em outros casos, o volume de encomendas não fragiliza a relação de trabalho, sendo mantido o vínculo com o dono da oficina. Uma opção recorrente para os períodos de pouco trabalho (normalmente concentrados nos meses de dezembro e janeiro) é, portanto, retornar à Bolívia, mesmo que seja somente para os períodos das festas de final de ano, como vimos

¹⁸⁴ Apesar de o mercado de produção de roupas por meio da subcontratação ser marcadamente baseado em relações informais (Silva, C., 2008), observamos em alguns casos que os bolivianos contratantes (proprietários de oficinas), disseram possuir CNPJ e disseram (em um dos casos) que estavam em vias de viabilizar a contratação dos empregados por meio do registro em carteira. De acordo com o Censo 2000, grande parte dos trabalhadores bolivianos (incluindo os trabalhadores envolvidos em todas as atividades, não somente a costura) são “trabalhadores por conta-própria” (42,2%), 31,5% são empregados sem carteira de trabalho assinada, mas 17,8% possuem carteira e 6,7% são empregadores (cf. Tabela 19).

no relato de Pablo (trajetória 11), empregador em sua oficina, a respeito de seus trabalhadores.

Embora ir e voltar seja muito fácil para alguns, ficou claro em algumas entrevistas que, para outros, o retorno foi conflituoso. Na trajetória de Rosario (3), sobre a qual nos remetemos adiante, voltar para El Alto, separada e com dois filhos, foi bastante difícil, pois algumas relações já não faziam mais sentido na sua cidade natal. Não somente a inserção na família foi complicada (“já não era a mesma coisa”, segundo ela), mas também a sua situação financeira ficou bastante prejudicada. Embora nesse caso específico a relação com São Paulo envolvesse também a relação com seu ex-marido e com a pensão que lhe devia, foi na volta que seu desejo de poder estudar e de “dar uma vida melhor” para os seus filhos pôde estar mais perto de se concretizar, mesmo longe da família e enfrentando inúmeras dificuldades.

Essa mobilidade geográfica acentuada¹⁸⁵ entre os bolivianos – que nós chamamos aqui de uma flutuação permanente por esses espaços – não é um fenômeno recente, inédito e tampouco restrito ao caso brasileiro. Já foi bastante discutida em alguns trabalhos sobre bolivianos na Argentina (Dandler e Medeiros, 1991; Cortes, 2008; Benencia e Karasik, 1995; Guaygua, 2008; Mazurek, 2007, entre outros), nos Estados Unidos (Hinojosa Gordonava, 2008) e (Grimson e Soldan, 2000); na Espanha (Hinojosa Gordonava, 2009), e na Itália (Marzadro, 2007).

Esses autores trabalham com a idéia de essas intensas mobilidades põe em prática um sistema de idas e vindas entre a Bolívia e o país de destino, implicando alternância de estadias entre os dois países (com a possibilidade, às vezes, de uma dupla residência) e visita anual ou bianual ao país de origem (cujos períodos de retorno coincidem muitas vezes, como já dissemos, com os períodos de festas) (Cortes, 2001, Guaygua Ch., 2008).

De acordo com Benencia e Karasik (1995), acerca dos bolivianos na Argentina (Buenos Aires): “Les Boliviens ne se fixent jamais à un endroit. Ils sont suspendus en permanence à une logique du partir et revenir”¹⁸⁶ (Benencia e Karasik, 1995:24 *apud* Cortes 2001:132). Dandler e Medeiros (1991), também tratando de migrantes da Bolívia neste país, distinguem a noção de migrar – que suporia um vínculo mais duradouro com os

¹⁸⁵ Termo usado por Póvoa (2007:47).

¹⁸⁶ Tradução livre: “Os bolivianos não se fixam jamais a um lugar. Eles são suspensos em permanência a uma lógica de partir e voltar”.

espaços – e a de “sair a trabalhar”. Para os autores, baseados na flexibilidade oferecida pelos lugares de recepção e em contratos de trabalho também flexíveis:

“Los migrantes [fronteiriços] se consideran trabajadores. Ir trabajar o conseguir un trabajo no implica necesariamente en una migración en el sentido formal. Se mueva el migrante al exterior o por el interior del país, su disposición es la de moverse cuando le parezca conveniente” (Dandler e Medeiros, 1991: 47)¹⁸⁷.

Entre as formas de categorizar essas idas e vindas entre os bolivianos na Argentina foram usados, entre outros, os conceitos de migrações sazonais (como afirma Mazurek, 2007 também sobre o caso brasileiro) e migrações temporárias (como colocam Dandler e Medeiros, 1991). Consideramos, no entanto, que as migrações bolivianas à RMSP não se ajustariam à essas formas de entender a migração. Embora o enquadramento a essas categorias poderia responder à necessidade de entender um fluxo migratório baseado em momentos de trabalho e de não-trabalho (que acreditamos ser uma das características desse processo), sugerimos que as idas e vindas são pautadas por lógicas mais complexas e com retornos menos precisos.

Diante do quadro apresentado e considerando a mobilidade acentuada entre os bolivianos que migram à RMSP, nos perguntamos acerca dos conceitos que nos ajudariam a melhor compreender essa forma de migração considerando nossa perspectiva em relação aos usos dos espaços inscritos pelos projetos migratórios: Quais noções poderiam dar conta de um movimento migratório constante que articula vários lugares ao mesmo tempo? O que está em jogo nessas de idas e vindas? Quais os sentidos dos retornos e voltas? Tratam-se de movimentos ocasionais e aleatórios ou influenciam na relação com os espaços de acolhida e com os de origem? Quais as influências desses deslocamentos na posição no interior da RMSP?

Em primeiro lugar, a flutuação permanente entre os espaços, baseada na alta reversibilidade dos fluxos migratórios (Domenach e Picouet, 1995), implica repensar o modelo de migração para toda vida, uma vez que o ato de migrar, pode não ter relação, necessariamente, com uma mudança de residência entendida como definitiva. O debate que problematiza o conceito de migração e seus limites diante das diversas formas de

¹⁸⁷ Tradução livre: “Os migrantes se consideram trabalhadores. Sair para trabalhar ou conseguir um trabalho não implica necessariamente em uma migração no sentido formal. Se o migrante se move ao exterior ou pelo interior do país, sua disposição é a de se mover quando lhe parece conveniente”.

movimento espacial internos e internacionais é hoje bastante amplo e consolidado¹⁸⁸. Um dos centros da questão tem sido o de requalificar o conceito de migração o integrando às diversas formas de mobilidade¹⁸⁹ (deslocamentos cotidianos, estadias de longa duração, instalações momentâneas, permanentes, etc.) (Domenach, 1998: 105) retirando do processo migratório as especificidades que o faria diferente de outros tipos de movimentos espaciais.

Esse debate tem sido acompanhado de certa “impregnação espacial” na pesquisa migratória (Simon: 2006) e a espacialização dos modos de análise no interior desse campo tem sido acompanhada por um verdadeiro florescimento de termos e de noções espacialmente referidas e particularmente reveladoras de um “desejo de espacialidade” nos estudos migratórios (Simon, 2006:10).

A revisitação a todos os conceitos possíveis para essa abordagem – como campos migratórios, territórios migratórios, espaços circulatorios, territórios circulatorios, territórios da mobilidade, espaços transnacionais (Simon, 2006) – ultrapassaria os limites desse trabalho. Sua operacionalização faria ainda um apelo às outras diversas noções como de dinâmica espacial, interações espaciais, recursos espaciais, capital espacial e, também, de territorialização, desterritorialização, reterritorialização (Simon, 2006:10).

No entanto, procuramos por um conceito que pudesse dar conta de incluir os deslocamentos no estudo migratório tanto em relação aos espaços de origem dos migrantes como da própria cidade de acolhida, seus territórios, centros, periferias, localidades. Mais do que uma pura inserção desses espaços na dinâmica migratória, procuramos por um recurso analítico que os integrasse como pertencentes a uma mesma lógica de mobilidade.

¹⁸⁸ O debate em torno da definição de migração também passa pela observação de suas limitações em termos metodológicos (Cunha, 2005) e também em relação ao seu caráter político. As alterações nas distâncias do deslocamento, tempo de permanência ou residência, local de origem e destino do fluxo – que costumavam “assegurar” a visão clássica das migrações – desafiam as estatísticas e também ideias comumente reiteradas em torno do controle político dos movimentos de pessoas. Se coloca a “(...) dificuldade em se acompanhar um conjunto de movimentos só detectáveis estatisticamente quando cruzam limites políticos ou censitários e ao interceptarem os intervalos temporais considerados peloas Censos” (Póvoa, 2007: 47). Para uma discussão mais aprofundada a respeito das visões políticas em torno das migrações – que Póvoa Neto (2007) chamou de “a questão migratória”, ver esse autor, que entende que “a política migratória não se restringe, pois, a intervenção sobre um fato empiricamente evidente, mas estende-se à própria construção do conceito de migração” (Póvoa Neto, 2007): 45). Ver também Vainer (1995,1986) e Sales e Salles (2002). No que tange às políticas migratórias na Bolívia, cf. Domenech e Hinojosa Gordonava (2009) e Domenech (2009) que tecem importantes considerações também sobre as políticas migratórias em geral.

¹⁸⁹ “Pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar isto é, como conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam as possibilidades de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares” (Lévy, 2002:1).

3.2.2 A circulação migratória

Entendemos que a idéia de circulação migratória poderia nos ajudar a reconhecer essa dimensão, ainda que, como veremos, ela não possa ser tomada na sua completude e tampouco aplicada a esse caso sem que seja problematizada.

De acordo com Ma Mung, *et al.* (1999) a noção de circulação migratória inscreve-se num campo de investigação situado no cruzamento de várias disciplinas que estudam a migração em uma perspectiva dinâmica indo contra as abordagens que privilegiam as ideias de inserção ou de integração dos migrantes na sociedade de acolhida.

Esses autores, baseados em Michel Poinard (1991: 513), mostram que a noção de circulação se reflete no fato de que os percursos migratórios podem revelar que partir ou permanecer não precisa ser necessariamente a alternativa mais relevante para aquele que migra, e que a instalação definitiva ou duradoura pode estar acompanhada de múltiplas e constantemente renovadas relações com os países de origem. O “vai-e-vem” migratório, portanto, faria parte de uma lógica não somente espacial, mas também econômica e cultural fazendo da migração e do deslocamento um “tipo de vida”.

De acordo com Tarrus (1996 *apud* Ma Mung et al 1999), o deslocamento analítico colocado pelo conceito de circulação é feito em nome da junção dos pares de conceitos “migração/território” em detrimento da conjunção “migração/inserção”. Para o autor, o uso do termo “imigrante” se referiria à noção “inserção”, enquanto que “migrante” estaria acoplado à noção de território. Ou seja:

Le premier [imigrante]circulerait sur nos espaces juridiques, éthiques, jusqu'à nous rejoindre en ce point consensuel des identités collectives appelé 'citoyenneté', le second [migrante] apparaît comme plus libre de projet, sa référence est le territoire qu'il construit, parcourt, traverse, conquiert parfois, sans se soucier outre mesure des valeurs ou usages des lieux¹⁹⁰ (Tarrus, 1996 *apud* Ma Mung *et al.* 1999).

Nesse deslocamento de termos, o autor pretende, justamente adentrar numa lógica e cultura de mobilidade, procurando se distanciar das lógicas de entendimento da migração baseadas nos princípios sedentários das sociedades – que predominam enquanto forma de reconhecimento do campo social – em que o migrante só pode ser visto e reconhecido

¹⁹⁰ Tradução livre: “O primeiro [imigrante] circularia sobre os nossos espaços jurídicos, éticos, até nos juntar neste ponto consensual de identidades coletivas chamadas “cidadania”, o segundo [migrante] aparece como mais livre de projeto, sua referência é o território que constrói, percorre, atravessa, conquista às vezes, sem incomodar-se além da medida com os valores ou usos dos lugares”.

enquanto aquele que se adequa ou não a esses parâmetros (Tarrius, 2000). O autor procura desvendar as dimensões humanas que ultrapassam a “capa protectora de los siglos de una sedentarización sin limite de los individuos y sus horizontes”¹⁹¹(Tarrius, 2000:39). Evoca, para tal, o conceito de território-circulatório, noção calcada na tríade espaço-tempo-identidade que explicita a criação de uma leitura pautada no movimento e não na inserção, ou integração. Dessa forma, ele identifica na circulação construções territoriais originais que rompem com os traços “tranquilos y ‘obvios’ de las fronteras produzidas por las sociedades locales”¹⁹² (Tarrius, 2000:41).

Pode-se considerar um movimento migratório como circulação, no entanto, quando este está inscrito em estratégias migratórias e não somente como passagem constante por espaços. Em outras palavras, a circulação constante entre territórios, por si só não constitui circulação migratória. Um migrante pode ir e voltar regularmente para encontrar sua família e o que determinaria a circulação não seria a breve duração da viagem, mas as relações que mantém com o lugar de origem, o reforço contínuo das relações familiares e o tipo de estratégia que estabelece com a migração (Dandler e Medeiros,1991)¹⁹³.

Tomando os devidos cuidados para não imputar ao fenômeno que estamos estudando uma visão e conceituação que lhe são externas, vemos que, do ponto de vista da existência de estratégias migratórias que dariam sentido às idas e vindas, nem sempre as trocas migratórias dos bolivianos em relação ao país de origem e de acolhimento fazem parte de estratégias de sobrevivência ou colocariam em questão trocas econômicas e simbólicas importantes, sem as quais não se viabilizaria a própria migração. No entanto, a ativação dos diferentes espaços da cidade em conjunção com os retornos e voltas à Bolívia poderiam nos aproximar da idéia de circulação.

O conceito de território circulatório que deriva da idéia de circulação migratória foi pensado em Freitas (2009), por exemplo, a partir da integração do espaço migratório argentino e brasileiro no caso dos bolivianos, mas também dos coreanos. A autora faz essa análise tomando como base a hipótese de

¹⁹¹ Tradução livre: capa protetora dos séculos de uma sedentarização sem limite dos indivíduos e seus horizontes”.

¹⁹² Tradução livre: “tranquilos e ‘obvios’ das fronteiras produzidas pelas sociedades locais”.

¹⁹³ Esses autores não trabalham propriamente sobre os movimentos circulatórios, mas a distinção entre migrantes temporários e permanentes. No entanto, deixam bem clara a diferenciação que tentamos evidenciar aqui.

constituição de uma trama complexa – formada a partir dos percursos migratórios de coreanos e bolivianos – que articula territórios urbanos de diferentes espaços nacionais em torno de um circuito de subcontratação de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento dos negócios coreanos no setor de confecção [entre as capitais argentinas e brasileiras (Buenos Aires e São Paulo)].

Não temos em mãos elementos para referendar esse tipo de afirmação com base somente na migração boliviana a RMSP (nosso olhar não partiu da integração com outros espaços migratórios). No entanto, ao procurarmos pelos elementos do conceito que talvez nos seja mais apropriado ao nosso caso, vemos que articulação das escalas espaciais, temporais e de decisão (ligadas aos projetos migratórios) viabilizada pela circulação migratória, pode constituir um ponto de partida de análise importante proporcionado por esse conceito. Ou seja, tomar a ideia de Tarrius que considera o espaço como um recurso em permanente negociação e, mais do isso, condição e expressão de um vínculo social: “adviene como momento de una negociación, entre la población concernida y las que la rodean, que instaura continuidades en los intercambios generalizados”¹⁹⁴ (Tarrius, 2000: 54).

Procurando estabelecer os nexos entre essa teorização com o que vimos e construímos nesse trabalho, nos perguntamos ainda se a circulação poderia ser um fenômeno associado aos migrantes bolivianos de todas as origens ou se estaria vinculada a uma lógica andina e, sobretudo aimara de migrar.

Caggiano aposta nessa especificidade aimara/andina (e, portanto, não somente boliviana nessa maneira de circular e trabalhar), sobretudo no que tange à relação específica com a produção têxtil. Em sua apresentação¹⁹⁵, que se refere ao caso boliviano-argentino, o autor diz que

(...) el circuito aymara involucra la circulación de objetos, valores, celebraciones y fiestas, modos de organizar y atender a las prácticas y de darles significado, además de la circulación de personas que, por su parte, lo recorren de diversas maneras y con fines diferentes (...). (...) buscaré

¹⁹⁴ Tradução livre: “advém como momento de uma negociação, entre a população concernida e as que a rodeiam, que instaura continuidades nos intercâmbios generalizados”.

¹⁹⁵ As citações seguintes referem-se ao caderno de resumos do seminário “Nuevas trayectorias de las migraciones internacionales en America Latina y Europa” que ocorreu em Buenos Aires, entre os dias 16 e 17 novembro de 2009, o único documento escrito pelo autor citado no que se refere especificamente às questões que abordamos aqui. Como a pesquisadora esteve presente no seminário, esse pequeno documento (caderno de resumos) foi completado com anotações, mas para as citações literais, seguimos o que foi escrito no caderno de resumos.

tematizar la compleja relación entre la circulación de mano de obra y la circulación de prácticas y valores culturales aymaras/andinos (...) [mostrando] de que modo relaciones sociales y formas culturales aymaras o andinas se entraman en un mercado global de producción y comercialización textil en un marco (más o menos) regulado por el Estado nación” (Caggiano, 2009)¹⁹⁶.

Comparando com o nosso caso, vemos que a confluência entre lógicas aimaras – que tratamos de evidenciar algumas origens no capítulo 1 –, processos migratórios e produção de roupas não pode ser considerada uma mera coincidência. Além desses elementos, que, juntos, operam em uma forma específica de migração, procuramos adiante (especialmente no item 3.3.2) apontar outras especificidades aimaras no modo de organização social dos bolivianos – como as relações de compadrio, importantes para entendermos alguns processos de inserção social e espacial na RMSP. Todas essas conexões, vale lembrar, são colocadas aqui à título de hipóteses.

3.2.3 A circulação e o espaço urbano

Considerando que a socialização dos espaços ocorre sob lógicas de mobilidade (Tarrus: 2000), esse olhar deve ser entendido como um elemento essencial para a compreensão dos espaços ativados no projeto migratório nas configurações sociais e territoriais dos migrantes na RMSP. É preciso reforçar, no entanto, que nos referimos a migrantes recentes e que o tempo é um dos elementos mais centrais das trajetórias e sua relação com os lugares. Assim como o grau de reversibilidade da migração, interfere na sua inserção e localização no espaço urbano. Cortes (2001), centrada no caso dos bolivianos em Buenos Aires mostra que:

“Il est probable qu’un migrant que envisage son séjour a Buenos Aires comme une période transitoire, une occasion d’épargner un peu d’argent pour repartir vivre en Bolivie, ne s’investira pas de la même manière dans la ville que celui qui projette de s’y installer” (Cortes, 2001: 140)¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Tradução livre: “o circuito aimara envolve a circulação de objetos, valores, celebrações e festas, modos de organizar e atender às práticas e lhes dar significado, além da circulação de pessoas que, por sua parte, a recorrem de diversas maneiras e com fins diferentes. (...) buscarei tematizar a complexa relação entre a circulação da mão-de-obra e a circulação de práticas e valores culturais aimaras/andina (...) [mostrando] “de que modo as relações sociais e formas culturais aimaras ou andinas se misturam num mercado global de produção e comercialização têxtil em um marco (mais ou menos) regulado pelo estado nação”.

¹⁹⁷ Tradução livre: “É provável que um migrante que considera sua estadia em Buenos Aires como um período transitório, uma ocasião de poupar um pouco de dinheiro e partir para a Bolívia, não invista da mesma maneira na cidade que aquele que planeja se instalar”.

A ideia de transitoriedade nos remete a uma pergunta central: a circulação produziria uma relação mais frágil com a cidade – supondo que a não fixação territorial de forma permanente faz com que esses migrantes estabeleçam com os espaços uma relação mais passageira – ou, justamente o contrário, o saber circular, propõe uma relação mais eficaz com o espaço urbano? E ainda: seria possível conjugar fragilidade e um uso agudo do espaço?

Poderíamos constatar uma adaptação funcional à cidade, relacionada a um uso restrito dos espaços, sem maiores investimentos, em que a casa, por exemplo, ocuparia somente uma função básica de acolhimento (e também de lugar de produção) para os migrantes, mas sem que exista qualquer tipo de intenção perene ou construção de conforto em relação ao lugar?

Pretendemos nos distanciar da ideia de que o migrante é por si só um deslocado que teria sofrido um rompimento com sua ligação original sendo que, em função desse “abalo original” sentiria, assim, a necessidade de fixar-se no espaço para se livrar de uma sensação de incerteza (Dal Gallo e Marandola, 2009). A nosso ver, o deslocamento não produz somente a incerteza, mas constitui um recurso positivo de posse dos migrantes (Ma Mung, 1999), uma potência sobre o espaço já que sua socialização ocorre justamente no movimento e não na fixação. Segundo Ma Mung, o deslocamento não pode ser entendido como inferior à sedentariedade; ao contrário, confere a nômade um poder sobre o sedentário, já que o conhecimento dos caminhos percorridos é condição de concentração das riquezas materiais e imateriais, ele dá força sobre a ordem das sedentariades e, mais precisamente, sobre a sua retificação primeira que é o espaço urbano.

Essas relações dos migrantes com os espaços nos remetem, de certa forma, às maneiras como Simmel interpretou a relação dos estrangeiros com a cidade. Embora escrito em uma época distante, seu discurso nos parece bastante atual. Para Simmel a posição dos estrangeiros em um grupo espacial particular “é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originam e nem poderiam se originar no próprio grupo” (Simmel, 1983[1908]:182). Isso acontece pelo fato de que os migrantes não são elementos orgânicos nesse espaço determinado, o que faz com que estejam próximos e distantes ao mesmo tempo: são

elementos que são imanentes e têm uma posição de membros do grupo local, mas estão por fora dele e o confrontam.

Em função dessa posição no grupo, segundo Simmel, os estrangeiros estabelecem com os espaços uma relação mais “objetiva”:

A objetividade do estrangeiro é outra expressão desta constelação. O estrangeiro não está submetido a componentes e nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica da ‘objetividade’. Mas objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; é uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento (Simmel, 1983[1908]: 184).

Para esse autor, não se trata, assim, de uma não-participação no espaço de acolhida, mas um tipo específico e positivo de participação que poderia se assemelhar a uma condição de liberdade:

(...) o indivíduo objetivo não está amarrado a nenhum compromisso que poderia prejudicar sua percepção, entendimento e avaliação do que é dado. (...) É mais livre, prática e teoricamente; examina as condições com menos preconceito; seus critérios para isso são mais gerais e mais objetivamente ideais; não está amarrado à sua ação pelo hábito, pela piedade ou por precedente (Simmel, 1983[1908]:185).

Tarrius partilha, de certa forma, dessa maneira de pensar mostrando que :

Le migrant apparaît comme plus libre de projet, sa référence est le territoire qu'il construit, parcourt, traverse, conquiert parfois, sans se soucier outre mesure des valeurs ou usages des lieux; il peut être transmigrant, nomade, toujours étranger, avant de prendre éventuellement place ‘in’¹⁹⁸ (Tarrius, 1993: 50).

Assim, é necessário procurar as localizações dos migrantes, suas escolhas residenciais, sua relação com a cidade, a partir de suas próprias lógicas. Como aponta Tarrius, é preciso procurar projetos onde nós nos acostumamos a ver exílios.

Notre curiosité ne consiste pas à savoir si cet autre est plus ou moins étranger, plus ou moins objet pour nous, mais, sachant qu'il est Autre, voir enfin, révéler, ce qu'il produit, de sa différence, en nos lieux¹⁹⁹ (Tarrius, 1993: 53).

¹⁹⁸ Tradução livre: “O migrante aparece como mais livre de projeto, a sua referência é o território que constrói, percorre, travessa, conquista às vezes, sem incomodar-se além medida com os valores ou usos dos lugares; pode continuar transmigrante, nômade, estrangeiro, antes de tomar eventualmente lugar de “dentro”.

¹⁹⁹ Tradução livre: “A nossa curiosidade não consiste de saber se este outro é mais ou menos estrangeiro, mais ou menos objeto para nós, mas, sabendo que é Outro, ver por último, revelar, o que produz, da sua diferença, nos nossos lugares”.

Essa orientação nos guiará para as próximas seções deste capítulo.

3.3 O papel do centro nas trajetórias de bolivianos na RMSP: o desejo de independência

Neste item abordamos os papéis que as regiões centrais da cidade de São Paulo ocupam na trajetória de bolivianos, mostrando sua importância enquanto localidade a ser ativada. Embora o centro apareça nas trajetórias ocupando lugares muito distintos, nossa hipótese central é a de que agrega diversos recursos urbanos (Souchaud, 2010a), materiais e simbólicos, essenciais em alguns momentos dos projetos migratórios. Entre eles, o desejo de independência aparece como um momento importante do projeto migratório entre os bolivianos que encontra no centro alguns elementos fundamentais para sua concretização.

Apenas retomando algumas ideias que já discutidas, no centro do município de São Paulo os bolivianos dividem o espaço com vários outros grupos de migrantes recentes ou antigos. De acordo com Souchaud (2010a), isso acontece pelo fato de essa localidade concentrar uma variedade de oportunidades acessíveis, o que se relaciona com algumas das percepções próprias das cidades que, por princípio, combinam densidade e diversidade.

Levando em consideração as observações que levantamos acerca das distinções entre as maneiras como os autóctones (nos caso os paulistanos) e os migrantes (bolivianos) se colocam em relação ao espaço urbano, nos perguntamos em que medida o centro – que passa hoje, como apontamos, por um processo de evasão populacional e é considerado pelos habitantes da cidade, em grande medida, como um espaço degradado, fonte de preconceitos – pode constituir como um dos lugares que expressaria, por excelência, essa diferenciação. Por que os migrantes procuram os espaços centrais e podem ver neles qualidades que os outros habitantes da cidade negligenciam? Pretendemos articular a noção de “objetividade” e uso agudo dos espaços, por parte desse grupo de migrantes.

Entre os elementos que destacamos das entrevistas e construção das trajetórias, as áreas centrais são, de fato, consideradas pelos bolivianos como os espaços detentores de algumas qualidades importantes – proximidade de alguns lugares-referência como alguns espaços de sociabilidade (“fica perto de tudo”) e, sobretudo, dos contatos de trabalho (principalmente os locais de comércio); espaço de construção de relações de vizinhança; de fácil acesso (acessibilidade por transporte público); de tranquilidade e segurança. Mas há

também algumas características que fazem desses espaços “lugares caros”, com moradias precárias, o que os torna menos atrativos nas escolhas residenciais entre os bolivianos.

Existe, portanto, uma dualidade na maneira de ver o centro, que contribui, ao mesmo tempo, para seu papel de espaço de transição e de “independentização”. Vale lembrar, no entanto, que não estamos tratando somente das características dos bairros centrais em si mesmos, mas como operam nos projetos dos bolivianos.

Os espaços de convivência e sociabilidade dos bolivianos em São Paulo não são amplos e tampouco numerosos, e sua concentração apareceu como razão de escolha de localização na cidade. Embora existam pontos de encontro em várias partes da cidade – quadras de jogos de futebol²⁰⁰, pequenas feiras de rua²⁰¹, comércios e bares²⁰² – dois espaços principais (mais citados nas entrevistas e também mais conhecidos entre a população paulistana em geral) estão localizados no centro. São eles a Praça Kantuta (no Pari) e a Rua Coimbra (no Brás), que tratamos de descrever no capítulo 2.

Esses lugares apresentam significados diversos entre os bolivianos. Em relação à Praça Kantuta, em alguns casos, os entrevistados nela encontraram trabalho (trajetória 2); em outros, a feira só é procurada para comprar produtos típicos (trajetória 7), ou ainda para encontrar amigos (trajetória 3) e para se divertir, beber e dançar nos dias de descanso (trajetória 9).

Interessante observar que, no caso da Kantuta, apesar de ser bastante conhecida entre bolivianos e moradores de São Paulo, há um elemento importante que é o fato de, fora do dia de funcionamento, não se constituir como um “lugar” da cidade marcado pela presença boliviana como acontece com a feira da Liberdade, localizada em um bairro

²⁰⁰ Os jogos de futebol também são eventos bastante agregadores e definem a inserção da comunidade no espaço da cidade. Segundo a Prefeitura, existem mais de 800 times bolivianos de futebol organizados em cerca de 30 ligas, que realizam jogos semanais em diversas quadras municipais e Centros Desportivos Municipais (CDMs) espalhados por diversos bairros, embora ainda não seja possível saber quais são e nem se há uma concentração específica nos bairros centrais. De acordo com entrevista feita com uma assistente social da Prefeitura, soubemos que alguns desses jogos acontecem no bairro Cidade Tiradentes, por exemplo, e também verificamos a existência de algumas quadras (*canchas*) na Casa Verde Alta, mas devem existir ainda outros em outras localidades.

²⁰¹ Além da feira do Bom Retiro (Rua Anhanha), conhecida como “Kantutita”, que funciona aos sábados, também pudemos saber, por conta de uma entrevista com uma ambulante que vende produtos bolivianos em algumas partes da cidade, que existem algumas feiras de rua com barracas específicas de produtos bolivianos, como na Casa Verde (zona Norte); no Jardim Brasil, chamada Patoju (zona Norte); no bairro Pimentas em Guarulhos (Aguiar, 2009).

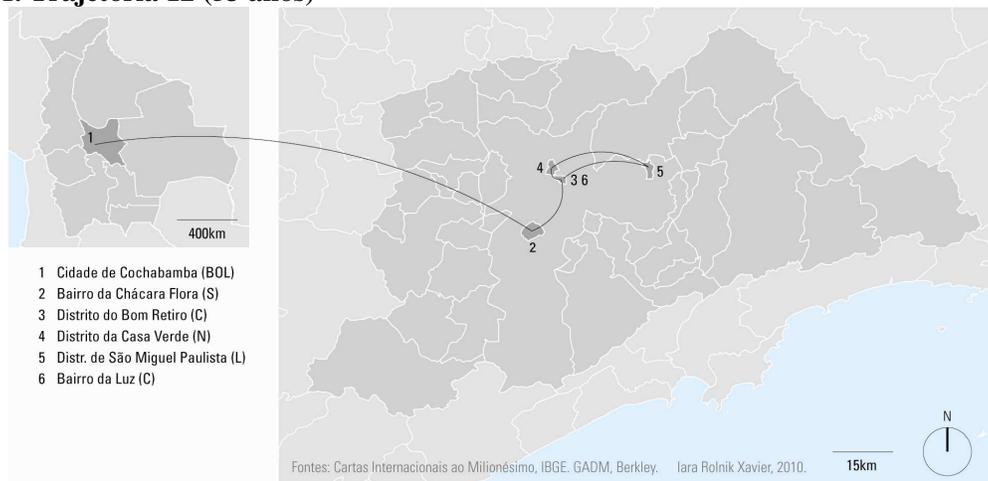
²⁰² Tropmix: bar e discoteca (Rua Carlos Campos no Pari); Restaurante Rincón de la Llajta (Bom Retiro) são alguns exemplos já citados (Silva, 2005). Além desses temos os não tão conhecidos restaurantes e lugares mostrados na Casa Verde Alta (capítulo 2).

conhecido historicamente pela concentração de população de origem japonesa e chinesa (embora hoje seja também um bairro bastante nordestino). Talvez a Rua Coimbra, localizada no bairro do Brás, apareça como um importante local de encontro da comunidade aos sábados e em outros dias da semana, configurando um dos poucos lugares mais “permanentes” dos bolivianos na cidade. Durante as visitas de campo nessa rua, perceber que os bolivianos mantêm atividades na rua nos dias da semana e que é um local onde é possível encontrar toda a sorte de serviços além de restaurantes, barracas de roupas e outros produtos não necessariamente típicos da Bolívia. Rosario (trajetória 3) estabelece com esse espaço uma relação cotidiana e de confiança: diz que guarda o dinheiro que consegue juntar com um boliviano, cabeleireiro que trabalha na Coimbra, segundo ela, pessoa conhecida e confiável na comunidade.

A Igreja da Paz (no Glicério, também no centro) também é um importante espaço coletivo dos bolivianos, especialmente os recém-chegados. É gerida por missionários scalabrinianos, que mantêm no mesmo local a Pastoral dos Imigrantes Latinoamericanos, entidade que presta assistência jurídica, psicológica aos migrantes, e a Casa do Migrante, um albergue que recebe aqueles que ainda não têm onde se instalar²⁰³. Várias festas tradicionais bolivianas são celebradas nesse local. D. Eva (trajetória 12) escolheu a localização de sua casa na Luz, justamente pela relação de proximidade com este local, que frequenta desde que chegou à cidade, há 53 anos. No Pari se encontra o Cami (Centro de Atendimento ao Migrante), que também presta serviços à comunidade boliviana constituindo-se como um espaço de agregação para alguns dos entrevistados, embora também tenhamos registrado que alguns que moram a poucas quadras dessa ONG nunca a tinham frequentado.

²⁰³ Apesar de ter um foco no atendimento dos imigrantes latinos, o albergue mantido pela Pastoral também abriga imigrantes de outras nacionalidades (em especial africanos) e migrantes oriundos de outras regiões do país.

Mapa 21. Trajetória 12 (53 anos)



A acessibilidade também apareceu como fator importante da localização no centro, já que muitos bolivianos consideram que “estar perto do metrô” (trajetória 6) torna a conexão com outros lugares mais fácil. A questão dos deslocamentos em função do trabalho, porém, nem sempre aparece como pré-requisito, uma vez que, em muitos casos, os contratantes dos serviços de costura, em grande parte migrantes coreanos, levam as mercadorias a serem costuradas para bairros distantes e buscam o produto nesses mesmos bairros (transporte muitas vezes feito por motoristas, sem que haja qualquer tipo de contato entre os produtores e os contratantes). Esse mecanismo apareceu em todas as entrevistas feitas fora do centro e também nos bairros centrais. O mesmo entrevistado (trajetória 6) que afirmou sobre a importância da proximidade com o metrô tem o seu trabalho organizado por esse sistema, que também pode ser visto como uma das formas de manutenção dessas pessoas nas periferias.

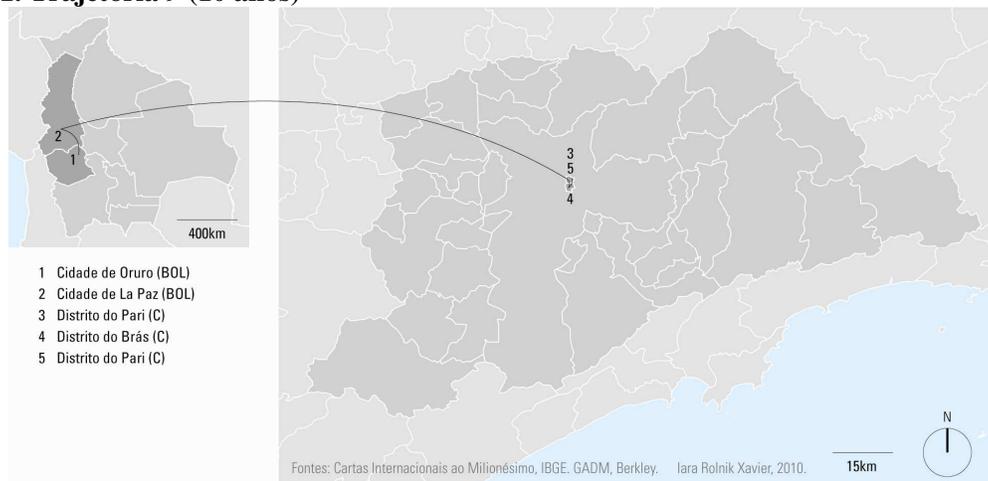
A conjugação de moradia e trabalho no mesmo local faz com que muitos bolivianos tenham pouca mobilidade na cidade, justamente por não realizarem cotidianamente um dos percursos mais comuns de circulação das pessoas, o deslocamento casa-trabalho. O fato de a moradia ser ao mesmo tempo local de trabalho tem diferentes implicações. Entre elas, esse fato também poderia resultar em uma menor presença no espaço público e na constituição de espaços de “privacidade coletiva” (Cymbalista e Xavier, 2007) – as oficinas de costura – onde as relações entre os membros do corpo de trabalhadores nem sempre são próximas e nem sempre se realizam.

Em relação ao uso dos transportes coletivos, vimos que os bolivianos consideram o sistema de ônibus organizado, sobretudo em comparação com a Bolívia, porque aqui “você pode puxar a cordinha” e, com antecedência, pode avisar a parada certa e demarcada em que vai descer. Na maior parte das vezes, o entrevistado César (trajetória 7) faz uso do ônibus e considera o serviço de transporte coletivo de metrô muito caro. Assim como no caso de Rosario (trajetória 3), vemos o quanto pode ser difícil (e custoso) usar o metrô para sair do bairro. Ela relata que parou de frequentar um curso de português gratuito (localizado no centro) pelo alto custo do transporte e pelo fato de não poder andar muito tempo com os filhos, que ficam cansados, no caso alternativo de evitar o transporte público. Trata-se de uma situação que guarda certa ironia, quando pensamos que, para um migrante que atravessou cidades e fronteiras internacionais, o transporte interno na cidade pode representar um obstáculo maior à circulação do que esses longos deslocamentos, fazendo com que se sinta “preso” nos bairros, circunscrevendo suas atividades cotidianas a limites espaciais precisos.

Foram quatro casos detectados nas entrevistas (trajetórias 1, 3, 4 e 9), nos quais os tempos de residência na RMSP variam de três meses a nove anos, em que o centro²⁰⁴ foi o primeiro lugar ocupado na cidade. Nesses casos, a zona central tem significados diversos nas distintas trajetórias, ocupando a função de um lugar cuja inserção é mais viável no momento em que se têm menos recursos e menos conhecimento sobre a cidade – e, conseqüentemente, menos autonomia no espaço.

²⁰⁴ A classificação dos distritos de São Paulo em zonas é detalhada no Apêndice metodológico. Reforçamos aqui que os distritos aqui considerados como centro são: Bom Retiro, Pari, Brás, Belém, Santa Cecília, República, Consolação, Sé, Bela Vista e Liberdade. No entanto, quando nos referimos ao centro habitado pelos bolivianos, em geral pensamos dos bairros em que há a maior concentração desse grupo, ou seja: no Brás, Pari e Bom Retiro.

Mapa 22. Trajetória 9 (10 anos)



Vimos que a possibilidade de encontrar recursos urbanos, essenciais a alguns migrantes que ficam concentrados nas áreas centrais, está relacionada, em grande parte, àqueles que possuem poucas chances de ativar outros meios e “capitais”²⁰⁵ assim que aportam em São Paulo, como as relações de parentesco, de casamento, etc. Além disso, a possibilidade de encontrar mais rapidamente locais de trabalho, principalmente quando não houve um agenciamento anterior na Bolívia, também adquire uma relevância nos espaços centrais, sobretudo em alguns dos espaços coletivos compartilhados entre os bolivianos. Mas também, nos casos de agenciamento anterior no país de origem, em que o migrante chegou diretamente com um trabalho conseguido por um intermediário (muitas vezes, um membro da família ou pessoa que mantém alguma relação de parentesco), enquanto não adquire autonomia em relação ao patrão alocado no centro, existem poucas alternativas, a não ser a permanência nessas áreas.

Desejo de independência

As trajetórias 2 e 3 nos permitem uma série de indagações acerca dos papéis do centro no processo migratório. Recém-chegada na RMSP, Rosario (trajetória 3) foi encontrar seu marido, que já estava na cidade, tendo depois vivido na zona Leste e novamente no centro, junto com ele. Depois dessas primeiras mudanças, em função do fim

²⁰⁵ Apresentando o conceito de capital social de maneira breve, de acordo com Fusco – que procura uma visão intermediária entre as teorias que entendem essa noção por meio de um recurso empregado por indivíduos e aqueles que o consideram integrado a redes de cooperação e e normas de reciprocidade – “O capital social configura-se como o conjunto de recursos que ajudam pessoas ou grupos a atingirem suas metas, o qual é inerente aos laços sociais e simbólicos que permitem aos atores cooperar em redes e organizações, servindo como um mecanismo de integração de grupos sociais e comunidades simbólicas” (Fusco, 2005: 27-28).

de seu casamento, Rosario retornou à El Alto. De volta a São Paulo pela segunda vez – para buscar reaver a pensão do ex-marido – ela passou a viver em Guarulhos, local em que trabalhava numa oficina de costura e morava com o novo patrão, que foi também quem a ajudou a vir novamente para São Paulo. Passando a ficar solteira e sendo mãe de dois filhos, permanecer nesse município lhe parecia muito distante e aumentaria as dificuldades de sua inserção na cidade já que considerava pouco conectado com os recursos urbanos que, para ela, são de extrema importância.

Pilar (trajetória 2) não chegou ao centro, mas à zona Norte e, logo depois, se dirigiu ao Bom Retiro e ainda a Guarulhos, sendo que, nos dois casos, estava em busca de um trabalho melhor. No entanto, rapidamente, também voltou aos bairros centrais, momento em que o seu marido e filhas já tinham voltado para El Alto. No projeto de permanecer sozinha, morando em uma casa que não gosta, enquanto suas duas filhas, marido, pai e irmãos estão na Bolívia, existe uma vontade clara de conseguir economizar dinheiro e conquistar sua emancipação financeira em relação à família. Em seu depoimento, ela usa diversas vezes o termo “independizar”, que significa trabalhar por conta própria sem depender de donos de oficina, ideia que pode ser facilmente transplantada para a sua condição como um todo: Pilar quer ser independente.

Nessas duas trajetórias nos pareceu central a ideia de independência, sintetizada por uma das entrevistadas a partir do verbo *independizar*. Tornar-se independente significa, nesse contexto, ser dono das próprias decisões, autônomo, não depender de outras pessoas, a não ser de si mesmo – ainda que essa situação seja forjada pelas circunstâncias encontradas no processo de migração e não necessariamente desejada. Entendemos que a busca por independência pode ser inscrita no próprio ato de migrar, quer dizer, em muitos casos, a migração significa se independizar de determinadas circunstâncias e constrangimentos sociais (Cortes, 2008).

Nesse caso, uma de nossas entrevistadas (Alejandra – trajetória 9) mostra que saiu de sua cidade natal (localizada no departamento de Oruro na Bolívia) em direção à capital do departamento, justamente, para poder sair de uma situação de briga familiar em que, segundo, ela, sofria agressões. Nesse sentido, a migração (essa primeira etapa migratória), significou a possibilidade de se tornar independente dessa situação de violência e constrangimento.

O desejo de independência nos projetos migratórios de bolivianos que entrevistamos está ligado, quase sempre, à possibilidade de conseguir manejar o trabalho sem estar sujeito a um patrão específico, o dono de uma oficina, e poder controlar a própria produção e comercialização. Ele é compartilhado por quase todos os migrantes com quem conversamos, sendo que, em muitos casos, vimos que sua concretização nem sempre é difícil, estando pautada pela capacidade de “juntar dinheiro” (alcançando o capital inicial do empreendimento, as máquinas de costura) e encontrar um lugar para alugar (talvez a parte mais difícil). O contato com os detentores das encomendas (coreanos, em grande parte) e a força de trabalho (outros colegas) não foram aspectos apontados como relevantes, sendo que na maioria das vezes esse empreendimento é coletivo: compartilhado entre amigos ou parentes.

O aluguel de uma casa parece ser facilitado pelo porte de documentos no Brasil. Quando perguntamos a César (trajetória 7) qual foi a oportunidade que o fez mudar de uma condição de empregado a empregador por meio do aluguel de um espaço para criar uma pequena oficina de costura, ele respondeu “A documentação, né? Que tem o acordo Brasil, Brasil e Bolívia”²⁰⁶, ou seja, ter a documentação, nesse caso, facilita a relação com os proprietários de imóveis. Em geral, o aluguel é garantido com um depósito adiantado do valor de três aluguéis, sendo muito difícil o contrato por meio de fiadores. Em alguns casos ocorre também a compra do imóvel, geralmente nas zonas mais distantes do centro.

Destacamos aqui o fato de que, em ambas as trajetórias femininas, os bairros centrais da cidade configuram o espaço primordial para o momento de chegada, mas, sobretudo, no movimento de “independentização” – ainda que sob a forma de desejo ainda não concretizado. Se considerarmos o primeiro momento, de chegada, como um período frágil, de adaptação, o momento de se tornar independente, ainda que numa configuração menos assegurada ou compartilhada pelo casamento (por exemplo), pode ser visto como ligado à conquista de liberdade.

Mas a que tipo de recursos estamos nos referindo? Podemos elencar uma série de recursos materiais, concretos, e outros simbólicos.

Uma das imagens mais marcantes no momento das entrevistas, relacionada ao papel simbólico das áreas centrais como espaço de recursos urbanos, foi descrita por Rosario que

²⁰⁶ Refere-se ao acordo Brasil-Bolívia de regularização migratória estabelecido em 2005.

diz que só no centro pode escutar uma das rádios bolivianas que, segundo ela, não consegue sintonizar fora de um determinado e limitado perímetro. A rádio, que escuta para saber informações sobre como tomar providências para a regularização de sua estadia no Brasil, por exemplo, nos parece servir também como uma voz amiga, reconfortante, que faz com que não se sinta sozinha na cidade, uma vez que coloca no ar bolivianos falando uns aos outros sobre como é morar em São Paulo.

Rosario diz ser recusada nos locais que reúnem espaço de moradia e trabalho – uma solução aparentemente mais estável e segura – em função dos filhos, que, para os donos das oficinas, representam pessoas a mais para alimentar. De certa forma, a compensação à essa impossibilidade se concretiza em poder estar num lugar de concentração de “capital urbano”, simbolizado pela sintonia do rádio:

“Se querem te pegar, te levam pra São Miguel, Santo André (...). Fica ruim para fazer os trâmites daqui, lá não pega a rádio boliviana para você saber o que vai precisar quando você quer fazer documentos. Longe não pega, perto de aqui pega” (...). (...) “lá a gente fica desinformado. Eu gosto de ficar aqui, meu propósito é estudar e a minha casa fica perto do Senai²⁰⁷, então se eu for para Santo André, Itaquá[quecetuba], eles [os possíveis empregadores] não vão me deixar estudar” (Rosario – entrevista).

Mas o lugar onde habita esse espaço não é em nada confortante. Rosario mora em uma ocupação de moradia²⁰⁸ localizada em um prédio embaixo do viaduto da Radial Leste (Brás). A construção, que mais parece um conjunto de barracos horizontais, fechados no interior de um grande balcão, tem o piso de terra, canos expostos. Os quartos de cerca de 8m², numerados na porta, não têm divisões internas, e o teto comum faz com que o som de todas as habitações seja compartilhado entre os moradores. O banheiro é coletivo, e a porta de entrada da edificação é controlada por jovens que a mantém sempre fechada. No entanto, se por um lado, trata-se de um lugar cujo ambiente é pouco seguro e com condições mais precárias de moradia, é também um espaço que permitiu sua autonomia e a possibilidade de

²⁰⁷ O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é uma instituição ligada ao Sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federações das Indústrias dos Estados e tem como foco a educação profissional, formação de recursos humanos, mas também a prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica (informação retirada do site da instituição – www.senai.br, acessado em julho de 2009).

²⁰⁸ Preferimos utilizar a expressão “ocupado” do que “invadido”. A ocupação do prédio foi feita, provavelmente, por membros de algum movimento de moradia, embora não tenha sido identificado qual exatamente. O texto de Buonfiglio e Catalão (2006) aprofunda a questão da presença de bolivianos em edificações ocupadas.

conseguir um trabalho que permita buscar os filhos na escola, além de ser mais viável financeiramente.

Nas duas trajetórias femininas descritas, o desejo de independência coincide com o momento que atravessam estando sozinhas na cidade, sendo impelidas a rever o projeto migratório inicial, que, nos dois casos, era compartilhado com seus maridos: para Pilar, isso acontece quando o marido vai embora com suas filhas, deixando-lhe a carga de economizar dinheiro para voltar para El Alto. No caso de Rosario, a separação forjou seu retorno à Bolívia e, mais tarde, a volta ao Brasil, quando um novo projeto passou a se desenhar no contexto em que se encontrava – solteira e com dois filhos.

Esses casos nos mostram que a relação entre gênero, imigração e localização urbana não pode ser tomada como uma questão secundária. Podemos supor que para as mulheres sozinhas estar no centro é garantia de um acesso diferenciado que, mesmo podendo ser mais precário, se apresenta também como mais possível diante das opções de localização e das dificuldades de se manter na cidade.

Ainda em relação a migração e território no caso de mulheres bolivianas, o trabalho de Peres (2009), voltado às migrantes com origem na Bolívia no município fronteiro de Corumbá (MS)²⁰⁹, mostra a utilização de estratégias específicas em relação aos espaços no processo migratório: o uso de espaço também é visto pela autora como um recurso para o ganho de autonomia e que guarda relação com o ciclo de vida dos migrantes e as relações rituais de parentesco (como o apadrinhamento). Peres acredita que no decorrer da migração são revistas e abaladas as usuais separações de gênero da sociedade de origem reconfigurando as estruturas familiares.

Evidentemente, a conquista da autonomia no processo migratório – que mostramos aqui por meio de sua viabilização no espaço urbano – não está reservada somente às migrantes de origem boliviana. Gláucia Assis, centrada no caso da migração de brasileiros aos Estados Unidos, mostra que essa pode ser uma das particularidades de gênero no processo migratório o que nos faz revisitar a noção de que, na migração, as mulheres são sempre “aquelas que esperam” (Assis, 2002). A autora mostra, ao contrário, o papel ativo das mulheres na migração rompendo com a idéia de que são os homens os agentes dos

²⁰⁹ Para o aprofundamento das questões específicas de mulheres bolivianas eo território no contexto argentino cf. Baby-Collin (2008).

projetos migratórios e, nesse mesmo sentido, a incorporação do olhar de gênero garante a ampliação da visão teórica da migração e dos processos migratórios (Bilac, 1995).

No que tange à relação das mulheres com a cidade, no entanto, textos como o de Macedo (2001), Santoro *et al* (sem data) e Santoro (2008) apontam algumas especificidades, como de que forma as diferenças socioterritoriais podem afetá-las mais. A questão específica da moradia e também questões subjacentes, tais como a titularidade das residências, segundo essas autoras, é uma questão fundamental, uma vez sendo considerada a centralidade feminina na família nas cidades brasileiras e latinoamericanas. Embora as famílias bolivianas tenham de ser repensadas diante dos modelos de família predominantes no Brasil, discutir sobre o papel da mulher e do homem no controle e manutenção da casa e também na definição das trajetórias na cidade pode nos levar a caminhos interessantes na busca pelas determinações dos processos de mobilidade espacial.

A nosso ver, no entanto, a busca por independência não é, no entanto, um desejo somente feminino: ao contrário, é compartilhado pela grande parte dos migrantes bolivianos residentes na RMSP em momentos específicos de suas trajetórias e que também podem ter no centro, um importante local para sua concretização. Reforçamos aqui que esse momento do projeto tem uma forte relação com os espaços centrais da cidade, em função da concentração de recursos urbanos materiais ou simbólicos. O caso de César (trajetória 7), por exemplo, nos mostra que a possibilidade de montar uma oficina própria foi mais fácil no centro, porque “tem mais ou menos trabalho, por exemplo, nas oficinas que tem por aqui. É mais perto das firmas”.

3.4 O papel das periferias e fronteiras urbanas nas trajetórias de bolivianos em São Paulo: sentidos da casa própria e redes de parentesco

Neste item buscamos entender alguns aspectos da localização de bolivianos nas áreas periféricas da cidade, sobretudo nas zonas Leste e Norte do município de São Paulo, buscando os possíveis papéis dessas áreas nos projetos migratórios.

Como mostramos, a localização dos bolivianos rumo às periferias da RMSP acompanha o processo de crescimento urbano dessas regiões (Souchaud, 2010a). No entanto, apesar de os bolivianos compartilharem o espaço com migrantes internos recentes

de várias origens, são um grupo pioneiro em termos da presença de migrantes internacionais (Souchaud, 2010a). Como aponta Souchaud (2010a),

Em Guarulhos, os bolivianos representam, em algumas áreas, entre 72% e 100% do total dos imigrantes internacionais. Na margem oriental do município de São Paulo, em Lajeado e Cidade Tiradentes, representam 100% do total dos imigrantes: significa que são os únicos migrantes nessas áreas. Esse dado, se fosse confirmado (são os únicos, seriam os primeiros?), indicaria que os imigrantes bolivianos abriram novas fronteiras da imigração internacional em São Paulo (Souchaud, 2010a: 13).

Com base na hipótese de que o fato de serem migrantes internacionais implica relações específicas com esses espaços, nos perguntamos sobre “as modalidades e a originalidade da territorialização dos migrantes bolivianos perante os processos recentes da metropolização” (Souchaud, 2010a: 15) – no caso específico, o processo de periferação. Para tal, discutimos algumas hipóteses em torno dos sentidos da casa própria nas trajetórias espaciais dos bolivianos e as implicações das relações de parentesco no processo migratório.

Em direção às fronteiras urbanas: o papel da casa própria

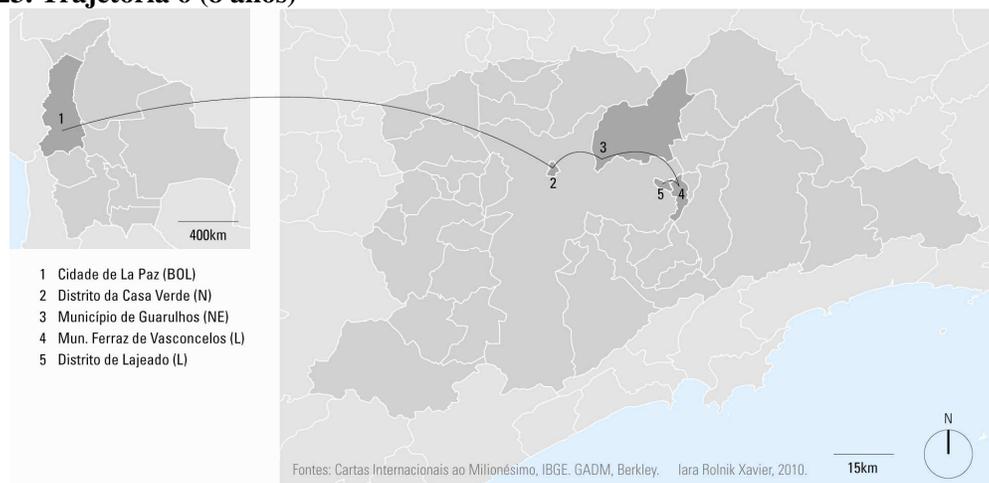
A alocação periférica dos bolivianos na RMSP parece ocorrer não somente entre os migrantes mais recentes, mostrando-se a princípio como um importante lugar de chegada na cidade, mas, pelo que vimos, também já se mostra como um lugar ativado ao longo ou no decorrer do processo migratório para aqueles que já estão há algum tempo na metrópole. Em certa medida, isso faz com que passemos a olhar para esses espaços não somente como “saídas” alternativas à alocação mais difícil nas áreas centrais, mas como pólos de acolhimento direto na cidade²¹⁰.

Nesse sentido, nos pareceram bastante instigantes as trajetórias que tiveram as periferias como o primeiro lugar procurado na metrópole e também aquelas que, em nenhuma parte do percurso, passaram pelas áreas centrais, totalizando cinco trajetórias. No

²¹⁰ Durante a pesquisa, observamos que os lugares mais próximos do centro parecem ocupar com mais força esse papel de pólo de acolhimento direto (como alguns bairros da zona Norte, entre eles Casa Verde), enquanto naqueles distantes do centro, como Lajeado, essa lógica nos pareceu menos eficaz nesse sentido, embora tenhamos visto alguns casos. Colocado aqui como hipótese, em Guarulhos, ao contrário, vimos que existe o duplo papel de espaço de acolhimento direto, mas também lugar ocupado no decorrer das trajetórias.

caso das trajetórias 6 (do casal Esteban e Elena), e 11 (de Pablo), ambas culminantes na zona Leste, embora não seja possível constatar somente linearidades, houve um caminho semelhante tanto do ponto de vista da cidade de origem na Bolívia (cidade de La Paz), quanto da passagem pela zona Norte, antes de chegar ao seu extremo Leste. O caso de Romero (trajetória 10), que também mostra um percurso na cidade que não passa pelas áreas centrais, foi inverso: se iniciou na zona Leste, tendo terminado (por enquanto) na zona Norte (Jaçanã), com um retorno à La Paz no meio do processo.

Mapa 23. Trajetória 6 (8 anos)

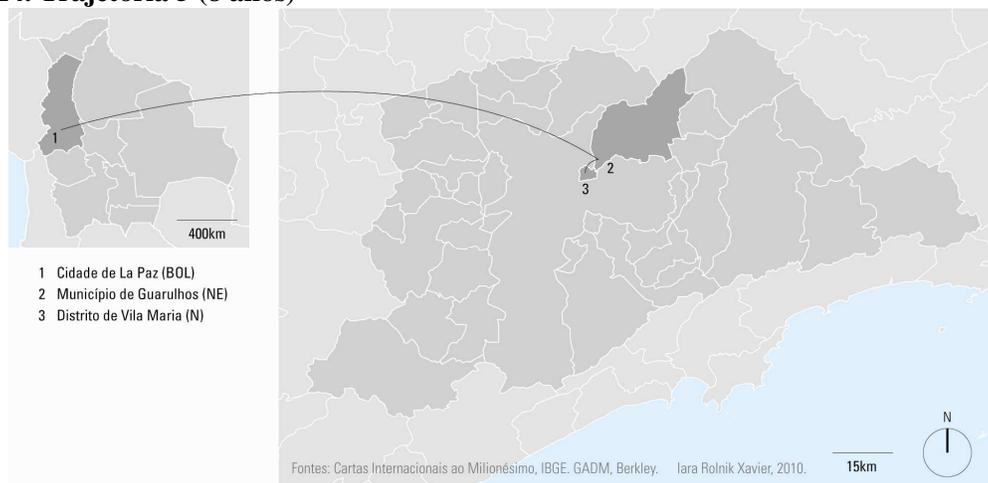


Quais os processos determinantes para esse tipo de alocação? Trabalhamos aqui com duas hipóteses principais, que não esgotam, certamente, as considerações sobre os sentidos da ocupação desses territórios entre os bolivianos. Nos referimos tanto às lógicas de ascensão via compra de imóveis, como à questão da migração como processo coletivo baseado em relações de parentesco e à lógica do trabalho entre os bolivianos (o fato de existirem mecanismos de entrega e retirada dos produtos em qualquer lugar da cidade).

Um elemento que parece comum nas ocupações periféricas é que, fora do eixo do centro (e diferentemente do caso do distrito da Casa Verde na zona Norte), muitas das zonas ocupadas estão bastante próximas das fronteiras com outros municípios da RMSP, como Guarulhos (ao norte) e Ferraz de Vasconcelos (ao leste), ainda que nem sempre a fronteira seja ultrapassada. Esse é o caso do bairro Jaçanã na zona Norte, onde morava, na ocasião do estudo, Hector (trajetória 5), ou Lajeado, na Zona Leste (trajetória 6 e 11 de Esteban e Elena e Pablo). Sugerimos que a ida dos bolivianos para as áreas cada vez mais distantes do centro – vale ressaltar, processo esse simultâneo ao da presença desse grupo

em áreas centrais – e próximas das fronteiras urbanas, acompanharia o processo de busca de lugares alternativos e, sobretudo, menos dispendiosos.

Mapa 24. Trajetória 5 (8 anos)



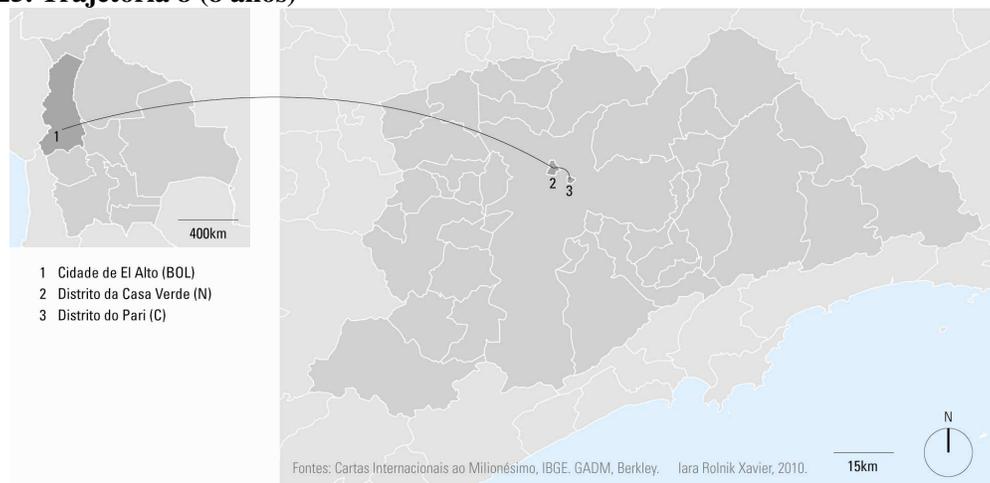
Essa lógica, baseada em grande parte na ideia da aquisição da casa própria, é compartilhada entre os outros habitantes (migrantes ou não migrantes) da RMSP, que, via a mobilidade residencial, se dirigem às áreas mais distantes e mais baratas da cidade para poder comprar um imóvel, ainda que feito de maneira autoconstruída e não adquirido no mercado formal, acompanhando a lógica geral de periferização da cidade (Dureau, 2000; Patarra e Bogus, 1980). No entanto, em que residiria, nesse caso, a especificidade de se tratar de migrantes internacionais e, mas precisamente, de bolivianos? A condição de migrante internacional boliviano (e predominantemente aimara) teria alguma interferência nesse aspecto?

Em primeiro lugar, lembramos que a porcentagem dos bolivianos que pagam aluguel vai caindo conforme nos afastamos do centro (cf. Tabela 27). O número de bolivianos vivendo em casas próprias (pagas ou em processo de aquisição) é maior, também, na zona Leste do que em relação à zona Norte. Nas trajetórias analisadas, a hipótese da ida às periferias em função da aquisição da casa própria se confirma em alguns casos, como no de Pablo (trajetória 11), que vive em Lajeado, e de uma entrevistada na Casa Verde. No primeiro, a compra da casa, feita há mais de dez anos, só foi possível neste distrito, Lajeado, que para ele, “na época, era barato”, embora ressalte que “hoje está cada vez mais caro”. Isso também foi válido no segundo caso, embora a boliviana só tenha

comprado o lote em Itaquaquecetuba (RMSP Leste) e, na ocasião do estudo, não tivesse construído sua casa, permanecendo na Casa Verde.

Mesmo assim, se comparamos as trajetórias 6, 8 e 11, por exemplo, que podem ser consideradas como ascendentes²¹¹ e culminantes em áreas periféricas, só houve a compra da casa em um dos casos, que acabamos de relatar. Apesar de consideramos alguns dos efeitos macro-estruturais descritos no capítulo anterior, podemos ler esse fato a partir do levantamento de algumas especificidades da condição de migrante internacional, que, conforme já apontou Souchaud (2010b), podem garantir outros os sentidos à aquisição da casa própria no contexto dos projetos migratórios.

Mapa 25. Trajetória 8 (8 anos)



Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de que, em alguns casos que observamos, as casas compradas nas periferias são utilizadas para a operação do empreendimento comercial, no caso as oficinas de produção de roupas e não têm como único uso principal a habitação (em geral da família). A implantação desses empreendimentos, de dimensão pequena e fácil montagem, efetivam a flexibilidade na alocação espacial e as relações específicas dos migrantes com os espaços da cidade (Souchaud, 2010b).

Ponderando sobre o porque da compra e não aluguel da casa para a montagem da oficina – que manteria a flexibilidade – nos foi relatado que a aquisição da casa aparece muitas vezes como uma forma mais viável, senão a única forma possível, de

²¹¹ Estamos considerando, principalmente, a possibilidade de terem se tornado donos de oficina, de terem acumulado alguns bens – computador, carro, etc.

operacionalizar esse empreendimento. De fato, diversas vezes os entrevistados nos disseram que sofrem dificuldades em encontrar imóveis para alugar – tanto no centro quanto na periferia – sobretudo quando o objetivo é montar uma oficina de costura. Entre as dificuldades está o fato de que, muitas vezes, não possuem fiadores e, algumas vezes, os documentos necessários para tal²¹².

Mas perguntamos: nesses casos em que a compra da casa guarda relação com a montagem do empreendimento, poderíamos pensá-la mais como um instrumento de ascensão não relacionando, no entanto, à fixação a um lugar específico da cidade? Nesse caso, a localização periférica, via compra de uma propriedade, também poderia ser lida como uma localização transitória? Estaria a “verdadeira” compra da casa ligada ao sentido mesmo da fixação, relacionada à Bolívia? Ainda: a compra da casa no país de origem implica em um necessário retorno?

A aquisição de uma casa, não importando em que lugar, representa, certamente, um tipo de ascensão social. De acordo com Dureau, consideramos que

“Llegar a ser propietario de su vivienda, tal es el horizonte de caso todos los hogares, la culminación de una carrera residencial, es ante todo, con la localización, un hecho de representación social. La propiedad confiere una posición residencial, y de esta manera una posición social que no siempre el estatuto profesional permite adquirir. Es un ascenso social: la trayectoria residencial que desemboca en un acceso a la propiedad siempre es considerada como ascendente tanto por los inmigrantes de Montreal como por los habitantes de las HLM de París) (Dureau, 2000: 74).

Tomamos a discussão proposta por Lindón (2005) que discorre em torno do que denomina o “mito da casa própria” para poder ver que a noção de propriedade pode ser separada da fixação em um lugar específico do território. A autora demonstra que o sentido de aquisição de uma casa – que representa, acima de tudo, a possibilidade de ter, de possuir legitimidade e também sair de uma situação de risco permanente – pode ser em muito variado. Isso porque, para ela, o sentido da casa como objeto de sucessão, projetada para o futuro (ligada à construção de sonhos), por exemplo, tem mais conexão com a noção de propriedade do que com o lugar em si. Separando a noção de propriedade da casa em si

²¹² Um taxista que mora no bairro do Tremembé, por exemplo, que é proprietário de duas residências, disse em uma conversa (informal) que, quando alugou uma de suas casas para um “grupo de bolivianos”, a propriedade ficou “toda destruída” em função das ligações de energia feitas na construção para a operação das máquinas de costura.

mesma, a autora diz que a aquisição de um imóvel pode provocar uma maior circulação das pessoas, em torno de novos sonhos, por exemplo, e não necessariamente a fixação num espaço específico²¹³.

A ocupação das casas entre os bolivianos, como dissemos, em grande parte dos casos não é restrita ao âmbito familiar nuclear, mas a um grupo (que pode ou não compartilhar relações de parentesco com os donos das oficinas) composto pelos proprietários e trabalhadores do empreendimento. A nosso ver, esse fato também coloca questões particulares na relação dos moradores com esses espaços.

Em comparação com os domicílios da RMSP como um todo, os dados do Censo nos mostram que a relação de “outro parente”²¹⁴ no que se refere ao responsável pelo domicílio, nos domicílios ocupados por bolivianos captados na amostra, chega a 9,1%, enquanto que no restante da população essa relação foi observada em apenas 2,9% dos casos (cf. Tabela 28). Da mesma forma, em relação ao responsável pela família 6,7% entre os bolivianos são classificados como “outro parente” enquanto isso ocorre em apenas 1,9% na RMSP como um todo (cf. Tabela 29). Além disso, no que tange ao número de habitantes dos domicílios, há também uma pequena diferença já que, entre os bolivianos, os domicílios com mais de sete moradores representam 14%, enquanto para a RMSP a porcentagem desse grupo cai para 10%.

Nas entrevistas deste estudo, a situação de compartilhamento dos domicílios foi vista em quase todos os casos, independentemente se a casa era ou não de propriedade de algum de seus moradores. Como ressaltamos, em grande parte dos domicílios que possuem um número grande de moradores (em grande parte onde funcionam as oficinas) esses podem ser familiares ou pertencentes à família estendida. Entramos em seguida na questão do papel das relações familiares e de parentesco na relação com os lugares da cidade.

²¹³ Lindón trabalha esses conceitos no âmbito do processo de periferização de uma cidade mexicana e não de processos migratórios. O debate que apresentamos com base nessa autora pode ser aprofundado em torno de questões colocadas por ela como a noção do “habitar atópico” ou da “fantasia geográfica” que descolam o sentido de propriedade de um sentido de lugar, que ultrapassariam a questão discutida aqui.

²¹⁴ De acordo com a Documentação do Censo 2000 (IBGE), a condição “outro parente” pode ser avô_(ó), bisavô_(ó), genro, nora, cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), inclusive só do cônjuge.

Tabela 28. População total da RMSP e população nascida na Bolívia residente na RMSP por relação com o responsável do domicílio, 2000

<i>Relação com responsável do domicílio</i>	<i>População total da RMSP</i>		<i>População nascida na Bolívia residente na RMSP</i>	
	<i>Frequência</i>	<i>%</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Pessoa responsável	5.022.997	28,1	3.775	42,4
Cônjuge, companheiro (a)	3.490.852	19,5	2.176	24,4
Filho (a), enteado (a)	7.549.411	42,2	1.115	12,5
Pai, Mãe, sogro (a)	242.202	1,3	220	2,5
Neto (a), bisneto (a)	541.322	3,0	10	0,1
Irmão, Irmã	311.241	1,7	442	4,9
Outro parente	517.440	2,9	811	9,1
Agregado (a)	72.346	0,4	192	2,1
Pensionista	20.731	0,1	62	0,7
Empregado (a) doméstico (a)	52.056	0,3	63	0,7
Parente de empregado (a) doméstico (a)	3.203	0,0	39	0,4
Individual em domicílio coletivo	56.190	0,3	0,00	0,00
Total	17.879.997	100,0	8.909	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Tabela 29. População total da RMSP e população nascida na Bolívia residente na RMSP por relação com responsável da família, 2000

<i>Relação com o responsável da família</i>	<i>População total da RMSP</i>		<i>População nascida na Bolívia residente na RMSP</i>	
	<i>Frequencia</i>	<i>%</i>	<i>Frequencia</i>	<i>%</i>
Pessoa responsável	5.253.122	29,4	4.049,01	45,4
Cônjuge, companheiro (a)	3.608.443	20,2	2.353,63	26,4
Filho (a), enteado (a)	7.625.284	42,6	1.101,58	12,4
Pai, Mãe, sogro (a)	217.605,35	1,2	172	1,9
Neto (a), bisneto (a)	343.236,43	1,9	10	0,1
Irmão, Irmã	288.482,48	1,6	363	4,0
Outro parente	352.392,16	2,0	597	6,7
Agregado (a)	65.184,89	0,4	110	1,2
Pensionista	18.904,77	0,1	62	0,7
Empregado (a) doméstico (a)	49.643,54	0,3	49	0,5
Parente de empregado (a) doméstico (a)	1.506,66	0,0	0	0,0
Individual em domicílio coletivo	56.190,16	0,3	39	0,4
Total	17.879.997	100,0	8.909	100,0

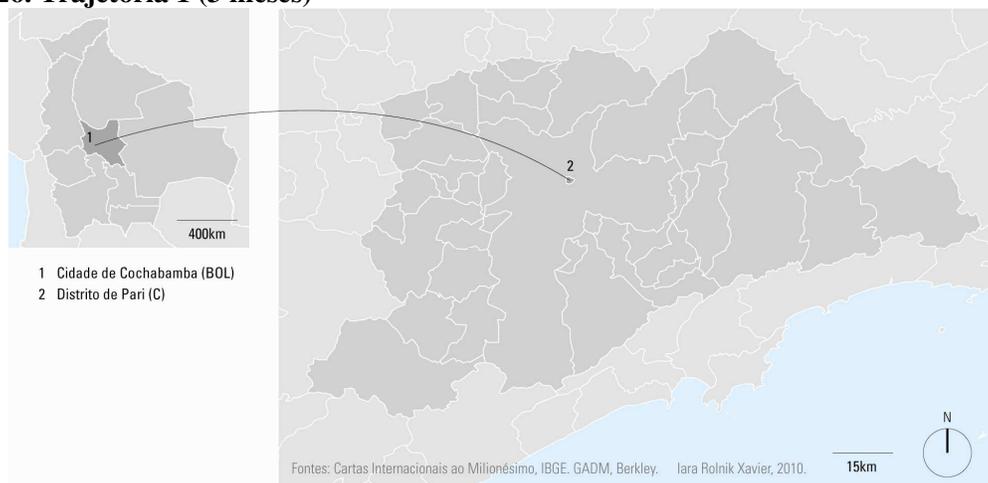
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Redes de parentesco: uma especificidade aimara na migração à RMSP?

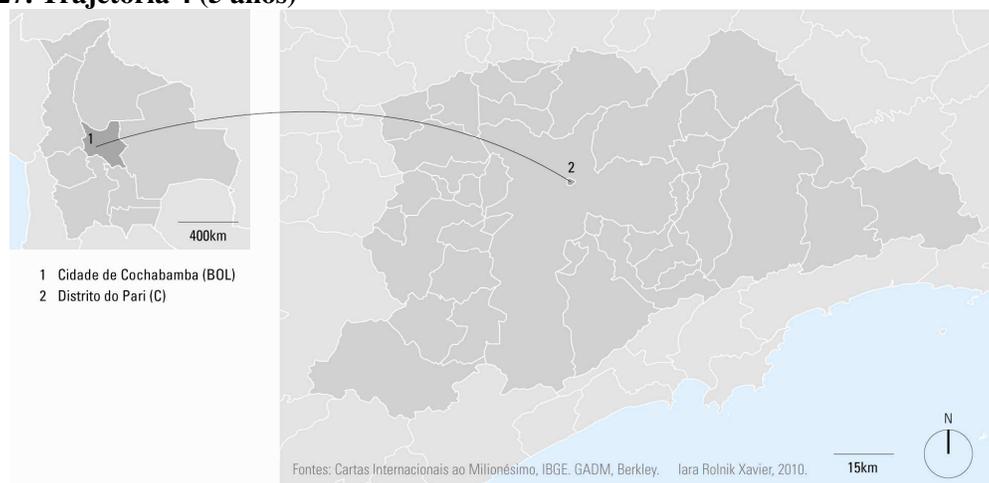
Na trajetória de Hector (trajetória 5), que gostaria de viver no centro, mas não consegue pelo alto custo dos aluguéis, vemos que a opção por uma zona mais distante da área central (no caso o bairro da Vila Maria, zona Norte) só foi possível pelo fato de poder trabalhar no mesmo local onde mora e para um contratante que era seu parente (um tio), que foi quem o trouxe a São Paulo.

Em outras trajetórias esse “parente” é um ator central nos processos migratórios, principalmente no momento de chegada. No caso de Juan e Victor (trajetórias 1 e 4), a dinâmica se repete, embora nos dois casos esses migrantes habitem as áreas centrais: Juan vive na casa do “tio/padrinho”, que o trouxe a São Paulo, no bairro do Pari; Victor também contou com a ajuda desse parente (se refere a ele como tio) para chegar à cidade. No primeiro caso, ainda não houve um processo de separação, já em São Paulo, do migrante com esse parente, já que Juan não somente trabalha, mas vive com o tio e também toma conta de seus filhos nos momentos de pouco volume de trabalho. Victor já se separou do tio – em termos de moradia e de trabalho – e vive hoje com sua mulher e filhos.

Mapa 26. Trajetória 1 (3 meses)



Mapa 27. Trajetória 4 (5 anos)



No que se refere especificamente à zona Leste, vemos que os parentes ou a figura híbrida do tio/padrinho foram essenciais para a alocação nos bairros distantes do centro, como Lajeado. Na trajetória de Esteban e Elena (6), por exemplo, o dono da casa onde moram e trabalham é chamado por eles como um *patrício* – que em espanhol significa um conterrâneo – que nos foi apresentado como um amigo e, mais tarde, no decorrer da entrevista, como o empregador, para quem produzem as roupas costuradas na oficina caseira e mora no centro de São Paulo.

No caso de Pablo, ele mesmo parece representar essa figura “parente-contratante” para os trabalhadores de sua oficina montada em Lajeado (Leste). Em alguns momentos da entrevista, afirma que seus empregados são parentes ou conhecidos.

Esses casos parecem revelar como as relações de parentesco envolvidas nesses projetos e processos migratórios se refletem na relação com os espaços da cidade. A figura do tio/padrinho tem se mostrado central para algumas das histórias descritas. Mas na relação com esse ator, existiria alguma especificidade para a inserção espacial dos bolivianos em São Paulo? Ela seria diferente das relações familiares em geral, que já sabemos, tem um papel fundamental na migração²¹⁵? Qual a diferença entre um tio e um padrinho? Existiria alguma especificidade andina/aimara nas relações de compadrio?

²¹⁵ Existe uma extensa produção bibliográfica sobre o papel da família nos processos migratórios que não abordamos aqui como Bilac (1995); Fazito (2005); Machado (2007). Centramos nosso olhar na figura do

Na literatura sobre migrações internacionais bolivianas é recorrente a menção às lógicas de parentesco como importantes eixos de análise para a compreensão desses processos migratórios, entendendo, em primeiro lugar, a migração como um projeto dinâmico de estratégia familiar.

Esse é o caso de Germán Guaygua²¹⁶ que insere a figura do padrinho como parte de um sistema maior de estruturas indígenas bolivianas de compadrio destacando seu papel na estruturação dos processos migratórios. Cortes (2001) também coloca como fundamental a questão do compadrio no entendimento das migrações bolivianas e, com base em Benencia e Karasik (1995), afirma que a existência da corrente migratória de algumas cidades bolivianas a Buenos Aires, por exemplo, se perpetua graças a relações de parentesco, compadrio e vizinhança:

(...) la gran importancia de las *redes de paisanaje e parentesco* en la inserción en el mundo de trabajo permite considerarlas como mediaciones institucionales que articulan su inserción en la estructura ocupacional en el lugar de destino. En efecto, a partir de tales redes se articula el acceso de ciertas ocupaciones (y, en ocupaciones, su misma organización), como sucede en la construcción – sector donde trabajaría más de la mitad de los hombres bolivianos en Buenos Aires – y de la industria del vestido, y los de la horticultura y la venta ambulante (Benencia e Karasik, 1994: 280).

Da mesma forma, Peres (2009) afirma que “A relação de apadrinhamento existente nas famílias bolivianas, sobretudo andinas, é um fator facilitador da migração interna e internacional dessas mulheres”, referindo-se nesse caso às relações entre as mulheres e suas madrinhas no caso da migração boliviana a Corumbá (MS).

Ainda em relação à Argentina, a participação das redes de parentesco foram apontadas por Spedding que, no entanto, questiona sua aplicabilidade ressaltando que faltaria um aprofundamento no reconhecimento desses sistemas de relação na migração: “La migración masiva de bolivianos a la Argentina, al parecer, depende en grande parte de la activación de lazos de parentesco a larga distancia, pero eso es otro tema donde se

padrinho, que, no nosso caso, ajudou na elaboração de algumas hipóteses acerca das redes de parentesco no processo migratório e de inserção na cidade.

²¹⁶ Germán Guaygua é sociólogo da Universidad Mayor de San Andrés (Bolívia) e investigador do PIEB (Programa de Investigación Estratégica en Bolívia). Ele foi entrevistado na ocasião do trabalho de campo realizado em La Paz e El Alto (Bolívia), em dezembro de 2008. Ressaltamos aqui a importância das redes e contatos oferecidos pelo IRD-Bolívia para a execução deste trabalho de campo. Grande parte das considerações deste capítulo refere-se à entrevista realizada com esse o pesquisador, que também publicou diversas pesquisas, entre elas: Rojas Canelas, Zampieri Taborga *et al.* (2005); Guaygua Ch. e Castillo H. (2008); Guaygua Ch., Miranda *et al.* (2008).

menciona estos lazos pero no se analiza cuales realmente son y cómo funcionan”²¹⁷ (Spedding, 2003: 70).

As lógicas de compadrio devem ser entendidas dentro dos sistemas familiares andinos (Dandler e Medeiros, 1991). De acordo com Dandler e Medeiros, na cultura andina, “las unidades familiares – y no los individuos – constituyen las unidades de participación económica, comunitaria y ceremonial” (Dandler e Medeiros, 1992: 21).

De acordo com Cortes (2008), baseada no antropólogo J. Malengreau (1995):

Dans les Andes la parenté est définie par une ‘*ascendance bilatérale*’ (le couple) donnant lieu à un ‘*grand nombre de réseaux égocentrés*’, mais se superposant au principe patrilineaire d’origine hispanique et donnant lieu à des règles différenciées, variables et souvent complexe de succession patrimoniale. Sur la base de l’ascendance bilatérale, on distingue deux sphères de parenté: d’un côté, les parents au sens restreint (famille directe d’ascendance bilatérale composée des frères et soeurs du père et de la mère, des ascendants et descendants paternels et maternels), dénommés en quechua *ayllu* ou en espagnol ‘*familiares*’; de l’autre, les parents au sens plus large c’est-à-dire les individus dont les liens de parenté ne sont pas fixés (parce que de nature flexible) et dénommés ‘*parientes*’ en espagnol (ou *karu ayllu*). A cela s’ajoute des rapports supplémentaires de ‘*parenté rituelle*’ ou symbolique, socialement très hiérarchisés, fondés sur le système de parrainage (liens de type asymétrique) et de compérage (liens de réciprocité). Il est évident que cette constellation complexe de rapports de parenté et d’alliances interfèrent dans les processus migratoires (prestation de services et échanges divers). Mais, comme le rappelle J. Malengreau, l’ensemble des individus et des unités domestiques (famille nucléaire) reliés par des relations de parenté restreinte constitue le ‘*seul groupe institué et nettement délimité*’ qui commande en première instance, et de façon permanente, les stratégies sociales de reproduction (Cortes, 2008: 193 - grifo da autora)²¹⁸.

²¹⁷ Tradução livre: “A migração massiva de bolivianos à Argentina, ao que parece, depende em grande parte da ativação de laços de parentesco de longa distância, mas esse é outro tema em que se menciona menciona estes laços mas não se analisa quais realmente são e como funcionam”.

²¹⁸ Tradução livre: “o parentesco é definido por uma ‘ascendência bilateral’ (o casal) que dá lugar um ‘grande número de redes egocêntricas’, mas que sobrepõe-se ao princípio patrilinear de origem hispânica e dá lugar à regras diferenciadas, variáveis e frequentemente complexas de sucessão patrimonial. Com base na ascendência bilateral, distingue-se duas esferas de parentesco: de um lado, os pais ao sentido restrito (família direta de ascendência bilateral composta dos irmãos e irmãs do pai e mãe, dos ascendentes e descendentes paternos e maternos), designados em quíchua *ayllu* ou espanhol ‘*familiares*’; do outro, os pais ao sentido mais extenso ou seja os indivíduos cujas relações de parentesco não são fixadas (porque de natureza flexível) e designados ‘*parientes*’ em espanhol (ou *karu ayllu*). À isso acrescenta-se as relações suplementares de ‘parentesco ritual’ ou simbólico, socialmente muito hierarquizadas, fundadas sobre o sistema de patrocínio (relações de tipo assimétrica) e de cooperação (relações de reciprocidade). É evidente que esta constelação complexa de relações de parentesco e de alianças interfere nos processos migratórios (prestação de serviços e de trocas diversas). Mas, como recorda J. Malengreau, o conjunto dos indivíduos e as unidades domésticas (família nuclear) ligadas por relações de parentesco restrito constitui o ‘único grupo instituído e claramente delimitado’ que ordena em primeira instância, e de maneira permanente, as estratégias sociais de reprodução”.

O parentesco ritual nos Andes, de acordo com Spedding (2003) acontece por meio do apadrinhamento em cerimônias vitais (batismo, casamento, primeira comunhão, etc.). O filho é convertido em afilhado e os padrinhos e pais em compadres. Os compadres passam a ter uma série de responsabilidades perante os padrinhos (principalmente mantendo o respeito) e os padrinhos são esperados como aqueles que ajudam os afilhados em gastos especiais como vestimenta, educação, mas também conseguindo emprego. O afilhado, em troca, deve estar disposto a ajudar o padrinho em seus trabalhos quando assim for necessário.

As redes de parentesco nos Andes são em grande parte estudadas no ambiente rural (do campesinato), embora, de acordo com Spedding (2003), seja possível vislumbrar permanências e rupturas desses sistemas nos ambientes urbanos, principalmente na Bolívia, onde centra-se seu estudo.

Ainda segundo a autora, nos estudos sobre parentesco nos Andes e na América Latina em geral, tem-se o costume de distinguir entre relações de compadrio horizontais (entre pessoas de status social indentico ou muito parecidos) e verticais (em que os padrinhos possuem uma posição social superior a de seus compadres). De acordo com Guaygua (2008), criando laços sobre redes de prestígio, o compadrio cria também relações de competição que são mais visíveis durante as festas tradicionais da região. O autor afirma que tem havido mudanças nas relações de compadrio nos últimos anos²¹⁹: se antes os compadres eram escolhidos por serem oriundos de outras classes sociais, podendo ajudar os afilhados a conseguirem trabalho, hoje a relação de compadrio se coloca mais horizontalmente, fortalecendo os laços já existentes.

Voltando ao caso da RMSP depois dessa breve introdução ao tema, e dos elementos apontados pelas trajetórias, nos perguntamos de que forma poderíamos identificar essas relações entre os bolivianos residentes na metrópole e como atuariam na relação desses migrantes com a cidade.

Tanto Silva (1997 e 1999) em seus primeiros trabalhos como Lasevitz (2009), que tece algumas considerações sobre a presença do *compadrazgo* entre os bolivianos que migraram a São Paulo, consideram desdobramentos das relações de compadrio bolivianas e

²¹⁹ Cortes (2001) associa as origens das relações de compadrio à colonização espanhola.

andinas em geral, que funcionariam baseadas em princípios assimétricos e imbuídos de um uso estratégico de linguagens de parentesco:

os padrinhos são também canais fundamentais para a inserção do boliviano recém-chegado em redes sociais e de solidariedade locais, estabelecendo uma ambígua relação de cooperação e exploração de mão-de-obra, gerando uma espécie de dívida moral que justifica abusos que parecem ir *ad infinitum* (Lasevitz, 2009:2).

Ou seja, segundo esse autor, o padrinho teria uma função ambígua relacionada, ao mesmo tempo, à inserção dos migrantes na sociedade de acolhida e legitimação da exploração de mão-de-obra de seus afilhados. Pelo o que observamos, existem sim ambiguidades nessa figura – ligadas, também, à imprecisão quanto ao seu papel familiar (padrinho, mas também “tio”). No entanto, trabalhamos com a hipótese de que o padrinho atuaria em duas frentes principais: como atenuador dos choques iniciais da cidade, ajudando na inserção territorial urbana (Cortes, 2001), mas também atuando na esfera dos constrangimentos limitando, também, o acesso à cidade. No contexto do projeto migratório, esse sistema de parentesco seria acionado como no momento de sair do país, mas também no momento de se inserir no espaço de acolhida.

Sobre o primeiro ponto, em relação especificamente ao caso da ocupação dos bolivianos nas periferias, a relação de “atenuador” parecem ser ainda mais relevante já que, sem a intermediação de conhecidos (entre eles os padrinhos), a localização direta nesses lugares poderia ser dificultada, ao contrário do que ocorre no centro. Ou seja, essas relações são importantes para gerar um novo espaço de sociabilidade urbana suscetível de gerar mecanismos de adaptação mais ou menos rápidos.

Os constrangimentos também vão interferir na alocação do espaço urbano: circunscrevendo o local de residência à esfera do padrinho, por exemplo, ou “liberando” os afilhados uma vez rompidas as relações de reciprocidade no compadrio, para atuarem na cidade com mais autonomia. Esse foi o caso de Pilar e Rosario: ambas conseguiram estabelecer uma relação autônoma (ainda que menos “segura”) com a cidade, quando romperam as ligações com esses parentes. Nesse caso essas relações de compadrio não se diferem das relações familiares como um todo nos processos migratórios, que também atuariam por meio da tríade liberdade/conforto/constrangimento. Nossa intenção foi iluminar a atenção a esse processo, deixando aberto possíveis caminhos de análise.

Entender essas relações de parentesco no processo migratório de bolivianos a RMSP, no entanto, nos ajuda a compreender, também, especificidades aimaras nessa dinâmica, voltando a estabelecer nexos com a cultura predominante na cidade de El Alto. Ao se referir às redes de compadrio nos processos migratórios, Guaygua (2008) entende esse mecanismo como uma especificidade mais forte da cultura aimara. A importância das redes de compadrio, no entanto, assim como constatado por Caggiano (2009), é somente um dentre vários elementos dessa cultura que podem ser ativados nos processos migratórios, tais como “concepciones andinas acerca de la ayuda mutua, la reciprocidad, el reconocimiento y el prestigio como producto de la redistribución” entre outros (Caggiano, 2009).

O que podemos observar é que essas relações de parentesco e a importância da figura do padrinho podem ser elementos importantes nas lógicas estruturadoras da inserção territorial nas periferias da RMSP e que guardam relação com uma cultura migrante específica compartilhada entre os bolivianos.

Seguimos, no próximo item, com a discussão a respeito do uso da cidade pelos bolivianos trabalhando, para tal, a relação específica desse grupo com o serviço público de saúde presente na cidade.

3.5 Usos dos recursos da cidade: o caso específico do Programa de Saúde da Família

Durante o trabalho de campo, assim como em estudos realizados anteriormente²²⁰, ao acompanhar projetos públicos e de entidades do terceiro setor, foi possível perceber que a relação entre a população migrante (principalmente recente) de São Paulo e os serviços públicos de saúde tem sido trabalhada, sob distintos aspectos, como forma de aproximação com essa população. Mais do que isso, no caso específico dos bolivianos, o aparecimento de questões de saúde relacionadas a essa população foi uma das formas pelas quais se

²²⁰ A pesquisa “Miurbal”, citada na introdução desse trabalho, girou em torno do levantamento acerca da relação entre a migração internacional recente e o poder público em São Paulo. Nesse contexto, realizamos algumas entrevistas com agentes públicos das áreas de Saúde e Educação a respeito do atendimento a população estrangeira na cidade nesses serviços públicos.

começou a dar maior visibilidade pública à presença desses migrantes na cidade, ainda que de maneira denunciativa e pouco problematizadora²²¹.

Essa relação não acontece por acaso, e alguns fatores são determinantes para que ocorra. O primeiro deles, talvez o mais evidente, é que, se a imigração pode desaparecer como questão relevante para todos os setores da sociedade, na área da saúde ela tende a ser mais evidente pelo simples fato de que as pessoas – migrantes internacionais ou cidadãos brasileiros – precisam e procuram atendimento de saúde, independente de sua condição no país, sobretudo, porque o sistema de saúde público no Brasil é baseado no princípio da atenção universal²²².

Em São Paulo, desde há alguns anos, existem relatos do enfrentamento, por parte do corpo de funcionários da Prefeitura da cidade (mas também de equipamentos estaduais), de questões de saúde envolvendo a população boliviana, que vão desde a constatação de surtos de tuberculose nas oficinas de costura – em que, de acordo com Elaine Silva (2009) os trabalhadores costumam ficar muito tempo fechados – a dificuldades dos médicos brasileiros em realizar partos em mulheres bolivianas, resistentes a procedimentos como a cesariana, muito praticada no Brasil, e que possui significado distinto, senão pejorativo, entre algumas dessas migrantes²²³. Nesses casos, a forma de lidar com uma população que apresenta questões não somente específicas, mas muitas vezes graves, de saúde, e não compartilha das mesmas formas de enfrentamento dos problemas (principalmente por

²²¹ Durante a pesquisa citada na nota anterior, enquanto a questão da imigração internacional recente em São Paulo ainda era pouco visível, as poucas práticas dos órgãos públicos municipais em relação a este tema eram fundamentalmente focadas na área da Saúde. Isso acontecia pelo fato de começarem a ser observadas questões específicas de saúde relacionadas aos bolivianos, de maneira que se começava a colocar esse enfrentamento como “problemas” a serem resolvidos pela administração pública da cidade. Da mesma forma, as denúncias em torno da situação exploratória de trabalho também configuraram uma parte importante da “constação” da presença desses migrantes na cidade de São Paulo, que tratamos de problematizar no capítulo 2 desta dissertação.

²²² Segundo Giovanella et al., (2007) *apud* Silva, E., (2009:31), “Ainda que a legislação em saúde não se refira especificamente ao acesso de estrangeiros ao SUS, depreende-se do texto legal que o direito universal a saúde transcende os cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, pois se refere a todos os seres humanos, e que o acesso universal ao SUS deve ser garantido às pessoas independente de sua nacionalidade”. De acordo com Silva, E. existem trabalhos que lidam com a questão específica do atendimento universal especificamente em relação às zonas de fronteira, que levaram a criação, inclusive, de um Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras (cf. Sprandel, 2006 e Dal Prá, Mendes *et al.*, 2007), mas ainda existem poucas pesquisas que se dedicaram a entender a situação do acesso aos estrangeiros em outros contextos, como o da cidade de São Paulo.

²²³ Segundo entrevista concedida pela Dra. Ana Paula Beck, em 14 de julho de 2004. A entrevista foi feita por Kazuo Nakano e Iara Rolnik Xavier no âmbito do projeto Miurbal. Em 2004, no Hospital Municipal Vereador Juan Strompoli na Vila Maria (zona Norte), 20% dos partos feitos por ano (são cerca de 2500) são de bolivianas.

questões de diferença cultural) foi a tônica dominante em diversos relatos²²⁴ de funcionários da Prefeitura e entidades que lutam pelos direitos dessas pessoas, sobretudo a Pastoral dos Imigrantes. Esse enfrentamento pode sintetizar as formas através das quais a sociedade paulistana, em relação às políticas públicas, começou a lidar com as diferenças, com a presença mais forte desse outro (estrangeiro) na cidade.

Nossa incursão ao universo da saúde e sua relação com os bolivianos aconteceu em diversos momentos da pesquisa: ora como porta de entrada para a realização de entrevistas com os migrantes (sobretudo pela intermediação das agentes de saúde, sobre as quais falamos adiante), ora como busca de dados para a territorialização dos bolivianos na cidade, o que acabou resultando como objeto de análise em si mesmo. Isso porque começamos a observar que, para muitos dos bolivianos entrevistados na pesquisa, havia uma relação específica com o Programa de Saúde da Família (PSF), seu sistema, seus funcionários. A base dessa relação específica está no fato de que parece existir, por parte desse coletivo, uma valorização do serviço oferecido²²⁵, ou um uso “agudo”, o que acreditamos ter implicações no processo de inserção espacial e social desses migrantes na cidade.

Nossa observação em torno dessa questão partiu de um olhar mais “quantitativo”, por meio da base de dados dos registros do cartão do SUS (cf. Apêndice metodológico) que procurou a incidência de bolivianos com relação ao total de usuários e também com o total de usuários estrangeiros. No entanto, no decorrer do trabalho começamos a observar aspectos subjetivos ligados ao uso desse serviço, captados por meio das entrevistas que nos pareceram relevantes. Tratou-se de um processo de mão dupla: as primeiras conversas nos levaram a aprofundar a questão e buscar os dados, e essas informações nos levaram, por sua vez, a voltar ao campo com novas perguntas.

²²⁴ Na época da pesquisa citada, foram feitas algumas entrevistas com profissionais da saúde e também representantes de organizações não governamentais a respeito dessa questão, como com Rosana Gaeta (que na época trabalhava na Coordenação de Saúde da Móoca), com Ruth Camacho (advogada), Padre Roque Patrussi (Pastoral dos Migrantes), entre outros.

²²⁵ A valorização da coisa pública e especialmente do sistema de saúde público entre brasileiros e especialmente entre paulistanos pode ser fonte de um enorme debate que não pretendemos, evidentemente, abarcar aqui. Na cidade de São paulo, alguns estudos (cf. Prefeitura de São paulo, 2005) mostram que existe uma subvalorização/subutilização do sistema público em relação à saúde como se percebe pelo dado de que, na cidade, os usuários de Plano de Saúde privado representam 63% do total da população (Agência Nacional de Saúde Suplementar *apud* Prefeitura de São Paulo, 2005). Para um detalhamento maior em relação a essa questão, cf. Apêndice metodológico.

Os dados relativos ao cadastramento no Sistema Único de Saúde (SUS)²²⁶ (cf. Anexo 6) apresentam uma série de problemas (como a duplicidade, não-declaração de nacionalidade entre outros) que são detalhados no Apêndice metodológico. No entanto, trazem algumas informações que, mesmo com ressalvas, podem ser interessantes²²⁷.

A primeira consideração é que existem cerca de 33 mil estrangeiros cadastrados no sistema para o município de São Paulo mesmo que representem apenas 2% do total de usuários. A comparação entre os usuários de nacionalidades diversas é bastante delicada, já que seria necessário confrontar com a população total desses grupos “estrangeiros”, fazer uma análise aprofundada de seus perfis, de renda (para investigar quais grupos estrangeiros teriam acesso ao serviço particular, quais ao serviço público, etc.). Mesmo assim, é relevante notar que entre os dez países com maior representação, cinco são sulamericanos (Bolívia, Paraguai, Chile, Peru e Argentina) – representando, possivelmente os migrantes recentes – dois são europeus, remanescentes, ao que parece ainda, do período de “migração em massa” (Portugal e Itália) aos quais também poderiam ser incluídos os usuários com origem no Líbano. A origem portuguesa é a maior entre os usuários estrangeiros (10.522 usuários cadastrados).

Em relação aos bolivianos, que estão em segundo lugar como grupo mais numeroso, existem 9.249 cadastros que representam 1/3 de todos os estrangeiros registrados no sistema. Esse número chama a atenção, principalmente por ser muito próximo ao número de bolivianos recenseados na RMSP (cerca de 8.910), embora saibamos que são dados de natureza muito diversa e que os do Censo apresentados referem-se à RMSP e não somente ao município, como é o caso do registro no sistema de saúde. Assim, os bolivianos apresentam um claro destaque enquanto grupo estrangeiro atendido pelo sistema. Mas por que isso ocorre? O que determina essa forte utilização do serviço por parte dos bolivianos? Ela se explicaria somente pelo fato de serem mais desprovidos, impossibilitados de acarrar com as despesas de um serviço privado?

²²⁶ Em relação ao segundo dado – sobre a distribuição desses registros por zonas administrativas da cidade – apontamos as principais considerações no capítulo 2 e, lembramos aqui, que essa distribuição nos ajudou a confirmar algumas lógicas já descritas de alocação espacial na cidade. Mostramos também alguns resultados preliminares da pesquisa do universo das UBSs de São Paulo que apontaram, por exemplo, mais de 200 famílias cadastradas em apenas uma UBB (Casa Verde Alta), localizada no bairro da Casa Verde.

²²⁷ As considerações sobre os dados feitas aqui são pontuais, particulares, em grande parte, aos bolivianos; ampliá-las fugiria aos objetivos deste trabalho.

Os bolivianos que entrevistamos reafirmam a importância da relação com o serviço público de saúde de São Paulo, não somente como a aquisição de um direito, o direito à saúde, mas, muitas vezes, como a viabilização do direito à cidade, como forma de se inserir nesse espaço. As maiores vantagens, segundo apontam, são a gratuidade e a qualidade do serviço, que se diferem do que encontram em algumas cidades bolivianas. Ouvimos casos, inclusive, de bolivianos que vieram ao Brasil com o objetivo de passar por tratamentos específicos para os quais teriam que pagar na Bolívia. Também existem relatos de mulheres que chegam grávidas e vêm dar à luz em São Paulo, o que, nesse caso específico, pode também ter relação com a obtenção da regularização migratória, já que uma das formas de obtê-la é justamente via o nascimento de um filho em território brasileiro²²⁸.

Para muitos dos entrevistados, algumas dimensões desse serviço, especialmente no âmbito do Programa de Saúde da Família, foram fundamentais no processo de inserção na cidade. Assim, ao contrário do que foi dito em algumas pesquisas, como em Sala *et al.* (2004) “que essa população, sujeita a precárias condições de vida, acaba por ter, ainda, grande dificuldade de acesso aos recursos sociais disponíveis, decorrente da situação de migração não regularizada” (Sala, Simões *et al.*, 2004: 1562), observamos um sentido inverso dessa relação, constatação compartilhada por outros autores que citamos a seguir.

A primeiro dessas dimensões toca no aspecto da identidade. Observamos que, num contexto de chegada num país novo, principalmente quando os migrantes ainda não tiveram a oportunidade ou os meios de regularizar sua situação migratória, o Cartão Nacional de Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)²²⁹ – recebido na ocasião do cadastramento e que permite a vinculação dos procedimentos executados pelo sistema – funciona como uma espécie de identificação, muitas vezes a primeira recebida no Brasil²³⁰. O cartão magnético (de posse do usuário) mostra o nome da pessoa, data de nascimento, sexo, data de emissão, e local de nascimento. Durante as conversas, alguns entrevistados, enquanto falavam com a pesquisadora, seguravam o cartão: em um caso, por exemplo, uma boliviana estava indo à

²²⁸ Esse foi o caso de Pilar, já mencionado anteriormente neste capítulo.

²²⁹ De acordo com Documento de orientação para o cadastro do SUS: “Para emitir um Cartão SUS para o cidadão, é necessário que o mesmo esteja munido de um dos seguintes documentos: RG, Carteira de habilitação, Registro Nacional de Estrangeiros, **Documento de Estrangeiro**, Certidão de nascimento/Casamento, Certidão Administrativa(Índio) ou Certidão de Separação/Divórcio e/ou comprovante de residência. **Em casos excepcionais nos quais o cidadão não possua nenhum dos documentos citados, deve-se realizar o Cadastro, através dos dados informados pelo usuário, oralmente ou de forma escrita**”(Prefeitura De São Paulo, s/d - grifo nosso).

²³⁰ Ideia que partiu da conversa com Jorge Kayano, em outubro de 2009.

farmácia (o cartão permite que se pague menos por alguns remédios), no outro, o cartão a acompanhava como uma forma de identificação mesmo: quando perguntamos se estava indo a um posto de saúde, ou porque segurava o cartão, ela disse que não, que era um costume levar o cartão consigo.

Embora tenhamos ouvido relatos de situações de discriminação – como, por exemplo, visões preconceituosas de que os bolivianos cuidam mal de sua saúde, são menos higiênicos, etc. que, em grande parte, se conjugam pela ideia que se faz dos “ambientes insalubres” onde vivem e trabalham, sempre em comparação aos hábitos brasileiros, tidos como “padrão normal” – em geral, é no posto de saúde e na visita das agentes comunitárias que muitos bolivianos se sentem confortáveis, acolhidos na cidade; sentem-se também parte da sociedade paulistana, talvez um pouco mais “brasileiros”.

Pelo próprio foco e estrutura do trabalho que prestam, as agentes são pessoas que vivem no próprio bairro onde se localiza a unidade básica de saúde, sendo este um pré-requisito para sua contratação (Georges, 2009). Essas “trabalhadoras do cuidado”, como define Georges, passam mensalmente na casa das pessoas como estratégia de acompanhamento dos pacientes sob a lógica da prevenção em saúde²³¹. Cada agente tem um número de famílias sob sua responsabilidade em função da abrangência da UBS.

Observamos que as agentes comunitárias²³², parte importante do Programa de Saúde da Família, são atores que contribuem em muito para uma dinâmica de aproximação dos migrantes com o sistema, mas também com o próprio bairro e a vizinhança. Para Malfitano (2004), num trabalho sobre a relação entre PSF, políticas públicas e movimentos sociais, houve uma aproximação entre as agentes e a comunidade boliviana, que estreitou as relações de vizinhança no bairro.

Em conversas com algumas agentes, em geral são relatados casos de uma difícil aproximação com os bolivianos que, desconfiados do motivo da intervenção na porta de

²³¹ Embora não nos aprofundemos aqui no papel das agentes comunitárias, vale lembrar que a lógica das visitas domiciliares e o atendimento às famílias faz parte de uma mudança na lógica geral do sistema de saúde, principalmente no que tange à passagem do modelo assistencial para o preventivo e enfocando a família como centro da ação (não somente o indivíduo) (Croccia, 2009).

²³² Para uma discussão mais aprofundada e bastante instigante a respeito das agentes comunitárias de saúde em torno de sua situação (e precarização) como “trabalhadoras do cuidado”, ambiguidades e contradições em relação a seu papel de intermediação entre o poder público e a população e, ao mesmo tempo, sobre o público-alvo desses serviços, cf. Georges (2009).

casa e as associando a agentes policiais²³³, costumam recusar a sua entrada e intervenção num primeiro momento. Figura em alguns casos o personagem do “dono da oficina” – seja ele boliviano, brasileiro ou coreano – que impede a presença delas dentro da casa, segundo seus relatos, sendo assim, muitas vezes as agentes comunitárias fazem o atendimento em outro espaço ou voltam mensalmente (como é praxe no seu trabalho) para tentar uma nova aproximação.

Em algumas áreas da cidade, como no bairro do Bom Retiro, houve por parte do poder público, tentativas de minimizar esse tipo de questão a partir da contratação de agentes comunitários de origem boliviana para trabalharem nas unidades, o que se mostrou uma estratégia frutífera²³⁴. Em outros lugares, como pudemos ver numa unidade básica de saúde em Guaianases, havia também dois médicos bolivianos na equipe, ainda que não sabemos se sua presença guarda algum tipo de relação com o fato de muitos bolivianos serem atendidos na UBS, mas nos pareceu um indicativo aparentemente positivo da relação entre o sistema público e esses profissionais “estrangeiros”.

Pelo que ouvimos, uma vez estabelecida, a relação entre bolivianos e agentes passa a ser fundada em termos de confiança: isso se verificou tanto na conversa com as agentes como entre alguns bolivianos. No caso de Alejandra, por exemplo, ela define a relação com a agente dizendo que “a gente se conhece, é amiga de todo mundo, já conhece”, evidenciando a confiança que sente em relação à essas profissionais, ou ao próprio sistema. Ouvimos casos também em que as agentes acabam virando colegas de trabalho: uma das agentes nos relatou que passou a pegar encomendas de costura com amigos bolivianos em um momento que esteve desempregada. A relação agentes-migrantes pode, assim, estrapolar a esfera de ação das profissionais de saúde e, nesse caso específico, nos revelar que nos dois sentidos – a relação das profissionais com os bolivianos e dos bolivianos com as profissionais – garantir uma melhor inserção e relação na cidade. Se as agentes podem ser uma “porta de entrada” aos bolivianos na cidade, por meio dessa relação, também os bolivianos podem criar novas esferas de relação para essas profissionais.

²³³ Esse aspecto também foi relatado em Malfitano: “ACS local (...) relata que inicialmente não era nem recebida por esta população, em função do medo que tinham frente à presença de uma pessoa que, em princípio, era vista como ‘polícia’” (Malfitano, 2004: 103).

²³⁴ Para o padre Sidnei Dornellas, diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM), ligado à Pastoral dos Imigrantes, a abertura de concurso para estrangeiros nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), assim como o aumento da disponibilização de serviços públicos (creche, escola, etc.), é um dos frutos do Acordo bilateral Brasil-Bolívia instituído entre os dois governos em 2005.

De modo geral, como aponta Malfitano,

O ACS é visto pelo seu ‘vizinho’ como alguém que pode auxiliá-lo, pois está inserido em um serviço de caráter público, o que facilita a comunicação e a apresentação de suas demandas naquele momento, demandas estas que podem ou não estar relacionadas a *ações de saúde básica*, mas que são, na maioria das vezes, ações sociais básicas (Malfitano, 2004: 104 - grifo da autora)²³⁵.

Esse papel atribuído às agentes não é somente particular aos bolivianos já que, ao que parece, a mesma relação se estabelece entre as agentes e os pacientes brasileiros, migrantes ou não. Mas, nos perguntamos, no caso de um migrante de outro país, recém-chegado, essa relação teria natureza diferente? Por não fazer parte das redes de vizinhança já estabelecidas, das quais as agentes fazem parte intrinsecamente – chegando depois, não organicamente ao espaço – entre os bolivianos essa relação ganharia em importância no que se refere à inserção no bairro, na rua, na cidade?

Além do papel das agentes existe também a relação com os espaços das Unidades Básicas de Saúde. Silva, E. (2009), que entrevista enfermeiras e pacientes do PSF para analisar questões relacionadas à inserção dos migrantes bolivianos em São Paulo, mostra como as unidades de saúde podem se transformar em espaços de convivência para bolivianos já que, nas salas de espera, encontram conterrâneos, amigos. A ideia dessa autora é a de que, como vivem a maior parte do tempo fechados nas oficinas, a visita ao posto de saúde é também o momento de se reunir com amigos e companheiros, embora tenhamos mostrado, a partir do caso da Casa Verde Alta, por exemplo, como os bolivianos circulam pela cidade e não ficam tão restritos ao ambiente da oficina.

Segundo entrevista com uma enfermeira de um posto em Guaianases, os bolivianos não costumam ir aos postos de saúde nos horários de trabalho, mas procuram esses espaços principalmente aos sábados, embora tenhamos observado a presença dos mesmos em dias comuns da semana. A enfermeira afirma que costumam ser “mais fechados” em relação aos pacientes brasileiros, mas não existe conflito na relação com os profissionais de saúde. Além disso, é comum abrirem, fecharem e reabrirem os cadastros junto ao PSF, o que pode indicar, como dissemos, o fenômeno de circulação espacial²³⁶.

²³⁵ Cf. também Georges (2009).

²³⁶ A agente Rose proporcionou esse depoimento constituindo-se, a princípio, como um canal de relação com os bolivianos; porém, ao final de nossa conversa, ficou receosa de que o nosso contato com os imigrantes

Contribui para a relação entre os bolivianos, o PSF e as UBS, seguramente, o fato de que há o espalhamento das unidades (incluindo as PSF) por toda a cidade (conforme relatado no Apêndice metológico), permitindo a esse grupo (e a todos os cidadãos) não importando em que localidade resida, ser contemplado pelo sistema²³⁷. Observamos, no entanto, que em uma mesma zona da cidade (zonas das administrações de Saúde dentro das zonas maiores) existem unidades que recebem muitas famílias bolivianas e, num território muito próximo, outras que não possuem nenhum paciente com origem na Bolívia. Sendo assim, a aglomeração nas zonas, por esses indícios, parece ficar restrita a determinados espaços dentro dos bairros. Embora seria ingênuo propor que a inserção territorial dos bolivianos seja influenciada pela existência de postos de saúde pertencentes ao PSF, entendemos que a relação que estabelecem com o sistema possa ser um atrativo para a alocação em São Paulo, em detrimento de outros municípios da RMSP, não atingidos dessa forma pelo Programa. De fato, em uma entrevista (com Hector, trajetória 5), vimos que a presença do sistema de saúde, que o entrevistado considera de qualidade, foi uma das razões pelas quais se mudou de Guarulhos para São Paulo (Vila Maria).

Interessante observar que se em relação ao serviço de saúde existe essa valorização por parte dos bolivianos, o mesmo não ocorre com relação ao serviço educacional. Em quase todas as entrevistas com mães bolivianas que têm seus filhos em escolas públicas estaduais ou municipais escutamos dificuldades de toda a ordem, como discriminação dos filhos (pela origem nacional) no espaço escolar, mas principalmente a falta de compromisso dos professores e a baixa qualidade do ensino. Essas mães também fazem constantes comparações com as escolas bolivianas: consideram que aqui falta rigor, pontualidade, o que se expressa pelo fato de algumas se queixarem que aqui no Brasil não se canta o hino nacional na sala de aula. Uma de nossas entrevistadas, Alejandra, chegou a contratar professores particulares para dar conta de um ensino de maior qualidade a seus filhos.

Em entrevista a professoras de uma escola estadual, em 2006²³⁸, pudemos ver que elas também sentiam dificuldades em lidar com estudantes bolivianos, sobretudo em

pudesse interferir negativamente na relação que estabeleceu com eles, ao longo de um trabalho intenso de aproximação.

²³⁷ Embora a relação territorial do sistema PSF seja bastante mais complexa e sua distribuição dependa, também, de questões políticas, não aprofundamos essas questões.

²³⁸ Realizada Kazuo Nakano em 2004. Tratou-se de uma discussão reunião com várias professoras do ensino estadual numa sala de aula de uma escola no Bom Retiro.

relação ao idioma e a hábitos culturais específicos. Também nos revelaram que os pais dos alunos bolivianos costumam ser frequentadores assíduos das reuniões escolares e que participam das atividades oferecidas pela escola.

Como pudemos constatar, os bolivianos usam a cidade, por meio de seus recursos, ampliando ou diminuindo determinadas características e potencialidades dos sistemas. Ao contrário do que é dito e percebido, podem não se sentir excluídos dos sistemas públicos oferecidos, como o de saúde, o que influencia diretamente na maneira de se relacionar com a cidade – ora como porta de entrada para o primeiro contato com a vizinhança e os bairros, por meio da relação com as agentes, ora como forma de criar um sentimento de identificação e acolhimento no Brasil. De outra parte, recriam também, as relações nos espaços onde se increvem.

Conclusões parciais

Neste capítulo buscamos articular a visão sobre os projetos migratórios e as trajetórias dos bolivianos residentes na RMSP à descrição de sua inserção socioterritorial nos espaços centrais e periféricos dessa região e à contextualização dos espaços de origem desse fluxo migratório – elementos trabalhados nos capítulos anteriores.

Procurando por elementos estruturadores das alocações nos espaços urbanos, discutimos papéis possíveis que os distritos centrais e os espaços periféricos ocupam nos projetos e trajetórias dos bolivianos a partir de algumas hipóteses: o uso dos recursos urbanos que dão suporte a processos de “independização”, no caso do centro; e os sentidos da casa própria e das relações de parentesco, no caso das periferias. Esses olhares puderam ser articulados a partir da demonstração que fizemos dos usos, por parte dos bolivianos, do sistema público de saúde presente no município de São Paulo.

Dessa forma, entre outros elementos destacamos aqui de que forma os espaços centrais e periféricos podem ser acionados em diferentes momentos dos projetos migratórios. Revimos, assim, as ideias de que o centro funcionaria primordialmente como espaço de chegada e que as periferias só seriam alcançadas numa fase posterior do processo migratório no momento de adquirir uma casa. A casa própria também não se mostrou como um elemento necessário à fixação na periferia (ou elemento de consolidação e estabilidade da estadia), mas por ter sentidos diversos entre os migrantes (como no caso da abertura de

um empreendimento) também pode funcionar como um espaço de transição permitindo novas circulações tanto no interior da metrópole, quanto entre os lugares de origem e destino.

Também problematizamos como as relações de parentesco podem interferir na alocação direta na periferia (influenciada por essa relação) e também numa volta ao centro, já que nem sempre as redes familiares são vistas como suportes, mas também podem ser entendidas como constrangimentos aos migrantes.

Considerações finais

Este trabalho procurou apresentar e problematizar a inserção territorial dos migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Os três capítulos que compõem a presente dissertação abordam três diferentes campos implicados na migração boliviana na RMSP. Neste sentido, cada um tem uma certa autonomia e coloca questões específicas. No entanto, é na confluência dos três campos que esta investigação se posiciona para dar conta da singularidade do processo de inserção territorial desta população. Destacamos a seguir algumas das principais questões que a investigação aponta da perspectiva desta confluência.

Uma primeira questão, relativa às origens da migração boliviana ao Brasil, foi a de mostrar a desconexão entre os fluxos fronteiriços e metropolitanos, diferenciação que também se coloca em termos temporais: ainda que a migração boliviana possa ter ganhado mais força por volta dos anos 1950 – inaugurando de certa forma uma migração que continuou crescendo, mesmo que lentamente, através do tempo – os fluxos estabelecidos a partir dos anos 1980 em muito se diferem destes primeiros e os consideramos como processos migratórios distintos. Os diferenciais de perfis sociais e também produtivos e a distribuição territorial desses migrantes no território brasileiro são alguns dos elementos centrais desta diferenciação.

Uma segunda questão delineou-se na reconstrução de parte da história de El Alto (espaço de partida dos migrantes, segundo nossa hipótese), na demonstração de seu papel no dispositivo migratório boliviano e nos possíveis pontos de conexão entre esta cidade e o espaço metropolitano paulista, que nos ajudaram a reconhecer a origem urbana do fluxo migratório de bolivianos na RMSP que se desenha a partir dos anos 1980. Na realidade complexa e singular de El Alto e, mais especificamente, na vivência urbana e metropolitana que aí tem lugar, formula-se o projeto migratório dos bolivianos em direção à RMSP. Tal reconhecimento nos levou a questionar a ideia de que os migrantes bolivianos são oriundos de zonas rurais, formulação que não parece ser válida aos migrantes desta origem que aportam na RMSP. A elucidação da realidade deste lugar de origem, nos distanciou da categoria de “migrantes rurais”, fruto também de um olhar etnocêntrico, exclusivamente estruturado por nossas próprias referências, que projetamos sobre este outro. Esse fato

também guarda relação com o estancamento da teoria migratória do êxodo rural, categoria histórica e válida da migração, mas superada, como demonstra este fluxo.

Voltada a inserção dos bolivianos na metrópole paulista, uma terceira questão ganhou destaque ao longo da pesquisa. Por meio da observação das trajetórias de bolivianos na região metropolitana e da maneira como enxergam a relação entre centro e periferia urbanos, mostramos que parece haver um deslocamento da forma habitual de entender a relação entre estes espaços. A dupla localização centro-periférica dos bolivianos, o uso e o pertencimento a esses dois lugares simultaneamente, mostra por si só que os mesmos não estão submetidos a uma lógica urbana dual de segregação, que separaria esses dois espaços. Queremos dizer com isso que a narrativa “clássica” de ocupação das periferias por meio da expulsão das áreas centrais, mais consolidadas e caras, pela população mais pobre da cidade não pode ser tomada como única referência. Essa constatação nos leva a rever a visão que associa os espaços periféricos aos “relegados da cidade” (Wacquant, 2001), qualificando e estigmatizando o lugar e aquele que o habita. No caso dos bolivianos, justamente porque nas periferias estão associadas duas funções sociais – a moradia e o trabalho –, rompe-se com a imagem negativa desses espaços, calcada sobretudo na disjunção entre estes dois elementos da vida cotidiana. Não cabe neste caso, a visão que atribui à periferia a função exclusiva de moradia e que a qualifica como lugar degradado, sem oferta de trabalho.

Contribui para esse questionamento a problematização apresentada em torno das imagens com as quais habitualmente se descreve a presença dos bolivianos na cidade a partir do trinômio “escravo-ilegal-invisível”. Ao nosso ver, o reconhecimento da diversidade e complexidade das localizações no espaço urbano também nos impele a discernir e questionar essas categorias de identificação social homogeneizadoras. De certa forma, deslocamos o casamento estabelecido entre uma localização circunscrita aos espaços centrais da cidade e uma visão restrita em torno dos bolivianos: não só a localização espacial é diversa, mas se mostra incompatível com a visão homogeneizadora em torno desse grupo.

Aliada à esta questão, outra questão revela-se no fato de que, no imbricamento entre condições estruturais e microssociais que determinam a localização desse grupo no espaço, se dá um processo em mão dupla, onde as trajetórias dos migrantes e a cidade se produzem

e se reconfiguram, indissociavelmente. De um lado, buscamos entender na localização deste grupo na cidade, as influências da formação da metrópole paulistana e sua transformação contemporânea – processos de periferização, de flexibilização do trabalho, dos esquemas de subcontratação e reestruturação produtiva. De outro lado, pudemos detectar que, simultaneamente, suas escolhas e projetos são essenciais para um desenho específico de suas trajetórias na cidade, que apontam para formas de reconfiguração da mesma. Esta questão delinea-se na leitura do processo migratório por meio do entendimento das lógicas de estruturação da cidade e, reciprocamente, na leitura da cidade por meio dos processos migratórios. Sobre este segundo aspecto, concordamos com Dureau (1993) quando afirma que “el estudio de la migración puede ser un instrumento de análisis privilegiado con respecto al proceso de urbanización” (Dureau, 1993, 22).

Ao longo dos capítulos, procuramos mostrar que o espaço da cidade não pode ser visto como um mero cenário onde transcorrem os acontecimentos sociais (Fhrese e Leite, 2009), mas diferentemente disso, constitui um recurso que pode ser mobilizado de diferentes formas pelos sujeitos. As escolhas de localização não se explicam apenas pelo preço do solo, mas igualmente pelo tipo de uso que é feito dos recursos da cidade, concretizados por diferentes trajetórias e localizações no espaço urbano. O uso destes recursos depende também dos tempos da migração, dos tempos dos projetos, das formas de migrar e da cultura do sujeito migrante.

Ainda de acordo com Dureau (2000), pode-se constatar que mesmo circunscritos no interior de parâmetros sociais, econômicos e políticos, os pobres criam estratégias diante das opções que tem em mãos, as quais definem uma forma específica de relação com a cidade. Esta ideia pode ser utilizada para pensar a relação dos migrantes bolivianos com a RMSP. Em outras palavras: com a mesma renda e as mesmas oportunidades, diversas estratégias podem ser adotadas; não existe um destino inexorável determinado pelo mercado imobiliário, renda ou ainda pela condição migrante na cidade.

Procuramos mostrar a figura do migrante como um sujeito portador de projetos e realizador de escolhas nesse espaço. A condição migrante pode ser detentora, ao mesmo tempo, da condição de liberdade e de objetividade (Simmel: 1983[1908]) que o faz se relacionar com a cidade de uma forma singular. Mais do que isso, a pesquisa nos mostrou que é preciso procurar as localizações dos migrantes, suas escolhas residenciais, sua relação

com a cidade, a partir de suas próprias lógicas (Tarrus:1993) nos distanciando das lógicas de entendimento da migração baseadas nos princípios sedentários das sociedades – que predominam enquanto forma de reconhecimento do campo social – em que o migrante só pode ser visto e reconhecido enquanto aquele que se adequa ou não a esses parâmetros (Tarrus, 2000).

A adoção desta perspectiva ainda nos parece como um desafio a ser enfrentado já que nosso próprio ponto de partida – de entender a lógica de inserção do grupo migrante na cidade – ainda não rompeu com os procedimentos por ela questionados. Essa dificuldade ocorre, em grande parte, pelo fato de que São Paulo pode ser um lugar por excelência daqueles que não tem ligação orgânica com o lugar: a cidade não pode ser dividida entre aqueles que “estão” e os que chegam, mas entre os que chegaram de dentro, de fora, há muito ou pouco tempo.

Os bolivianos são representantes de um novo tipo de migração que o Brasil e São Paulo não recebia há algumas décadas, indicando uma mudança histórica importante que rompe com o ciclo das migrações de povoamento que marcaram o perfil migratório do país (Souchaud, 2009). Mas essa migração não é singular apenas por ser de mão-de-obra e constituir-se por um contingente pouco qualificado originário de um país pobre. Sua especificidade é marcada também pelas formas com se desenham os fluxos, ampliando nosso campo de visão para movimentos não somente constituídos em torno de mudanças de residência, mas também de circulação, de idas e vindas mais flúidas, articulação estreita entre lugares de origem e destino, mobilidades intensas no interior do espaço de recepção urbano.

A pesquisa da inserção dos migrantes nos espaços urbanos não é nova; pelo contrário, esse tema constituiu, inclusive, o ponto de ancoragem de toda uma escola de pensamento em torno das questões urbanas e sociológicas, na qual a questão migratória foi fundante – os pensadores da Escola de Chicago, por exemplo, inventaram uma maneira de ver as transformações urbanas por meio da inserção dos migrantes (Rea e Tripier: 2008). Desta perspectiva, pensar a migração na cidade, entendida por sua vez como laboratório social, tornou-se um modo de reflexão obrigatório, o qual marcou toda uma maneira de conceber as questões sociais.

Certamente somos influenciados por esse campo, ainda que procurássemos caminhos alternativos de abordagem. Da mesma forma, outras maneiras de entender esses processos desenvolvidas neste campo de pesquisa, deveriam ser problematizadas. Entre elas, destacam-se por um lado, a relação que muito autores estabelecem entre etnicidade e território para tratar de migrantes na cidade e, por outro lado, a relação entre segregação e os diferentes grupos presentes no espaço urbano. Esbarramos nestas questões ao longo do estudo para esta dissertação, e surgiu a hipótese de que a migração dos bolivianos na RMSP, nos levaria a contestar estas abordagens. No entanto, não dispúnhamos de elementos suficientes para desenvolver tal hipótese que exigiria uma ampliação do que foi até aqui pesquisado. Esta é uma tarefa para investigações futuras.

Referências bibliográficas

AGUIAR, A. L. D. O. Os bolivianos na periferia de Guarulhos. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro. 28 a 31 de julho, 2009.

ALBÓ, X. Ciudadanía étnico-cultural en Bolivia. CIPCA, 2005.

ALMEIDA, R., T. D'ANDREA, *et al.* Etnografias comparadas de pobrezas urbanas. Novos Estudos Cebrap, n.82, p.109-130, 2008.

ANDRADE, A. M. R. D. Ciências exatas na teia das relações internacionais do século XX. XI Encontro Regional de História Rio de Janeiro, 2004.

ANDRADE, G. M. V. Análisis del Desarrollo Empresarial en las MIPYMES y Utilización de las TIC (preliminar). Camara de Industrias de La Paz. La Paz, 2005.

ANTICO, C. Onde morar e onde trabalhar. Espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo.(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2003, 187p.

ANTICO, C. Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, XIV. Caxambu - MG, 2004.

ARAMBURÚ, C. E. La migración como estrategia del campesinado altiplánico. Se fue a volver: Seminario sobre migraciones temporales en América Latina. México: El Colegio de México/ PISPAL/CIUDAD/CENEP, 1986.

ARBONA, J. M. Fracaso y rupturas neo-liberales: El Alto - octubre 2003. In: N. Robbins (Ed.). Conflictos Políticos y Movimientos Sociales en Bolivia. La Paz: Plural, p.47-60, 2006.

ARBONA, J. M. e B. Khol. City profile: La Paz–El Alto. Cities v.21, n.3, p.255–265, 2004.

ARCHONDO, R. Ser "chango" en El Alto: entre el rock y los sikuris. Tinkazos (PIEB), v.5, p.67-78, 2000.

ASSIS, G. D. O. Estar Aqui, estar Lá ... Uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos. Textos Nepo, n.41, Setembro, 2002.

AZEVEDO, F. A. G. A presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo: Brasil/ Bolívia. PROLAM, Universidade de São Paulo, 2005.

BABY-COLLIN, V. CORTES., G.; SASSONE, S. M. Mujer, movilidad y territorialización. Analisis cruzado de las migraciones internacionales en México y Bolívia.

In: H. S. Godard, G. (Ed.). Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos. Lima: Actes & Memoires de l'Institut Français d'Études Andines, v.17, 2008.

BABY-COLLIN, V. El Alto de La Paz, cité pauvre d'altitude ao coeur de L'Amérique latine. L'Espace géographique, n.2, p.155-168, 1998.

BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: M. F. Golçalves, C. A. Brandão, *et al* (Ed.). Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Editora Unesp, Anpur, p.272-288, 2003.

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: (Ed.). XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, p.21, 2008.

_____. La migración internacional de los brasileños: características y tendencias. Población y desarrollo, n.27, p.1-70, 2002.

_____. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambú, Minas Gerais, Brasil. de 20 a 24 de Setembro, 2004a.

_____. Reestruturação Urbana: algumas considerações sobre o debate atual. In: Regiões e cidades no eixo da Hidrovia Tiête-Paraná. Textos Nepo, n.48, p.11-21, 2004b.

_____. São Paulo e suas migrações no final do século 20. São Paulo em Perspectiva, v.19, n.3, p.84-96, 2005.

BAENINGER, R. e C. LEONCY. Perfil dos trabalhadores estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: M. G. O. Castro (Ed.). Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

BALAN, J. La economía doméstica y las diferencias entre los sexos en las migraciones internacionales: un estudio sobre el caso de los bolivianos en Argentina. Estudios Migratorios Latinoamericanos, v.5, n.15-16, p.269-293, 1990.

BALBO, M., Ed. International migrants and the city. Venezia: Università luav di Venezia, p.350, 2005.

BASSANEZI M.S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: Neide Patarra (ed). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 995.

BENENCIA, R. e G. A. KARASIK. Bolivianos en Buenos Aires: aspectos de su integración laboral y cultural. Estudios Migratorios Latinoamericanos, v.9, n.27, 1994.

BENENCIA, R. La horticultura bonaerense: logicas productivas y cambios en el mercado de trabajo. Desarrollo Económico, v.34, n.133, p.1-33, 1994.

_____. La compleja trama del prejuicio. Aceptación y violencia sobre trabajadores bolivianos en la agricultura periférica de Buenos Aires. Perspectives comparées des migrations: France-Argentine. Buenos Aires: CERMI/URMIS/Université Paris 7/UBA, 2002.

_____. Familias bolivianas en la producción hortícola de la provincia de Buenos Aires. Proceso de diseminación en un territorio transnacional. In: A. Hinojosa (Ed.). Migraciones transnacionales. Visiones de Norte y Sudamérica. La Paz: CEF, p.201-229, 2004.

_____. Redes sociales de migrantes limítrofes: lazos fuertes y lazos débiles en la confirmación de mercados de trabajo hortícola (Argentina). ASET 7º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo. Buenos Aires, Argentina. 10 al 12 de agosto, 2005.

_____. El infierno del trabajo esclavo: la contracara de las 'exitosas' economías étnicas. IX Congreso de Antropología Social Fronteras de la Antropología. Buenos Aires, 2008a.

_____. Trabajo y prejuicio. Violencia sobre inmigrantes bolivianos en la agricultura periférica de Buenos Aires. Revue européenne des migrations internationales, v.20, n.1, p.97-118, 2008b.

_____. Inserción de bolivianos en el mercado de trabajo de la Argentina. Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA). Rio de Janeiro. 11 al 14 de junio, 2009.

BENENCIA, R. e G. QUARANTA. Transformaciones en la estructura, la producción y la mano de obra en la actividad agropecuaria en torno a la Ciudad de Buenos Aires. Subsecretaría de Urbanismo y Vivienda del Ministerio de Infraestructura, Vivienda y Servicios Públicos. Dirección Provincial de Ordenamiento Urbano y Territorial. Provincia de Buenos Aires. Buenos Aires, 2006.

BERNASCONI, A. e O. TRUZZI. Política imigratória no Brasil e na Argentina nos anos de 1930. In: T. Sales e M. D. R. R. Salles (Ed.). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: Sumaré, p.111-137, 2002.

BILAC, E. D. Género, familia y migraciones internacionales. In: N. Patarra (Ed.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas: Programa Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, FNUAP, v.1, 1995.

BLANCHARD, S. Comment la fête territorialise l'espace urbain: Essor des fêtes andines et tensions identitaires dans les basses terres boliviennes. GIS Réseau Amérique latine. Actes du 1er Congrès du GIS Amérique latine : Discours et pratiques de pouvoirs en Amérique latine, de la période précolombienne à nos jours. Université de La Rochelle. 3-4 novembre 2005.

BLANES, J. J. Movilidad espacial en Bolivia: reflexiones sobre su carácter temporal. Se fue a volver: Seminario sobre migraciones temporales en América Latina. México: El Colegio de México/ PISPAL/CIUDAD/CENEP, 1986.

BONDUKI, N. e R. ROLNIK. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: E. Maricato (Ed.). A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BOYER, F. Le projet migratoire des migrants touaregs de la zone de Bankilaré: la pauvreté désavouée. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien, n.8, p.47-67, 2005.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. Sociologias, v.3, n.5, jan/jun, p.240-265, 2001.

BRASIL (Ministério da Saúde). Saúde da Família: Avaliação da implementação em dez grandes centros urbanos. Síntese dos principais resultados. Brasília - DF, 2005 [2002].

BUECHLER, S. Sweating It in the Brazilian Garment Industry: Korean and Bolivian Immigrants and Global Economic Forces in Sao Paulo. Latin American Perspectives, v.31, n.3, p.99-119, 2004.

BUONFIGLIO, L. V. e I. Catalão. Migrante Sem-Teto: uma dupla condição contemporânea no espaço urbano. Travessia, v.54, p.27-30, 2006.

CACCIAMALI, M. C. e F. A. G. D. AZEVEDO. Entre tráfico humano e a opção da mobilidade social: o caso dos imigrantes bolivianos indocumentados na cidade de São Paulo. Cadernos PROLAM/USP, n.5, p.129-145, 2006.

CAGGIANO, S. Cultura y derechos en un circuito migratorio entre el Altiplano y la región rioplatense. Seminario internacional Nuevas trayectorias de las migraciones internacionales en America Latina y Europa - caderno de resumos. Buenos Aires. 16 y 17, noviembre, 2009.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CALLE AGUIRRE, M. A. Estudo dos componentes da dinâmica reprodutiva na Bolívia, 1998. (Tese de Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2003. 136 p.

CAMACHO, R. A imigração na cidade de São Paulo. Integração na cidade como forma de combate à pobreza. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2007. 91p.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito): Exploração de trabalho análogo de escravo nas empresas, regular ou irregularmente instaladas em São Paulo. Relatório Final. São Paulo, 2007.

- CAMARGO, C. O. São Paulo, 1975: Crescimento e pobreza. São Paulo: Cebrap, Paz e Terra, 1976.
- CAMARGO, B. e M. HASHIZUME. Proposta de lei sobre imigração não chegou nem à Casa Civil. Repórter Brasil. São Paulo, 2007.
- CAMPOS, G. Entre pertencimentos e estigmas: os impactos da produção da identidade "imigrante-escravo-ilegal" entre imigrantes bolivianos em São Paulo. (mimeo), 2008.
- CANAVERDE, A. A. Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade - estudo da produção de centralidade na zona Norte de São Paulo. (dissertação de mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 184 p.
- CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo: Editora Unesp, 2007[1997].
- CAPISTRANO FILHO, D. O Programa de Saúde da Família em São Paulo. Estudos Avançados, v.35, n.13, 1999.
- CARVALHO, J. A. M. D. e M. B. D. Campos. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. Revista Estudos Avançados - IEA/USP, v.20, n.57, Maio/Agosto, 2006.
- CARVALHO, M. C. Elites do país representam pantomima de primeiro mundo: a caricatura dos novos códigos. A Folha de São Paulo. São Paulo, 1998.
- CASTELLS, M. A questão urbana. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009 [1972].
- CAVALLARO, R. La memoria bibliografica. Significado y tecnicas en la dinamica de los procesos migratorios. Estudios Migratorios Latinoamericanos, v.1, n.1, p.62-76, 1985.
- CAZZOLATO, J. D. Os bairros como instância territorial local: contribuição metodológica para o caso de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.
- CELADE, C. Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: información sociodemográfica para políticas y programas. Santiago del Chile, 2006.
- CELTON, D. e A. Carbonetti. Argentina-Bolivia: historia de un espacio fronterizo. In: H. Domenach, D. Celton, *et al* (Ed.). Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de la Frontera Argentino Boliviana. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, p.25-37, 2007.
- CHACKIEL, J. "La dinámica demográfica en América Latina", *Población y desarrollo series*, n. 52 (LC/L.2127-P), Santiago, Chile, Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). United Nations publication, Sales No. S.04.II.G.55, 2004.

CHOI, K. J. Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil. São Paulo: Dissertação de mestrado - USP, 1991.

COMIN, Á. e C. R. ALMITRANO. The Tertiary Illusion: Economic Policies in São Paulo in the 1990s. In: K. Segbers, S. Raiser, *et al* (Ed.). Public Problems – Private solutions? Globalizing cities in the south. London: Ashgate, 2005. The Tertiary Illusion: Economic Policies in São Paulo in the 1990s.

CORTES, G. Les Boliviens à Buenos Aires: présence dans la ville, repères de la ville. Revue Européenne des Migrations Internationales, v.17, n.3, p.119-146, 2001.

_____. Partir para quedarse. Supervivencia y cambio en las sociedades campesinas andinas de Bolivia. 2004: IRD/Plural/IFEA, 2004. 474 p.

_____. Migrations, espaces et développement: une lecture des systèmes de mobilité et des constructions territoriales en Amérique Latine. (Habilitation à Diriger des Recherches). Géographie, Université de Poitiers, Poitiers, 2008.

CROCCIA, M. A representação do "trabalho" na vida do agente comunitário de saúde. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Medicina - Departamento de medicina preventiva, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009. 139 p.

CUNHA, J. M. P. D. Migração e urbanização no Brasil: Alguns desafios metodológicos para análise São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4, p.3-20, 2005.

CUNHA, J. M. P. D. e R. BAENINGER. Processo de metropolização e migração. Análise comparativa entre São Paulo e Campinas. São Paulo em Perspectiva, v.8, n.4, p.109-116, 1994.

CYMBALISTA, R. e K. NAKANO. São Paulo, Brazil: A Need for Stronger Policy Advocacy. In: M. Balbo (Ed.). International Migrants and the City. Veneza: UN-Habitat, Universitat IUAV di Venezia, p.211-234, 2005.

CYMBALISTA, R., K. NAKANO, I. R. XAVIER. Inmigrantes bolivianos en São Paulo: practicas y políticas publicas. In: V. Paulics (Ed.). Desafíos de la construcción democrática en Brasil: nuevos temas. São Paulo: Instituto Pólis/ Ford Foundation, p.81-111, 2009.

CYMBALISTA, R. e I. R. XAVIER. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. Cadernos da metrópole, n.17, p.119-133, 2007.

D'ANDREA, N. e C. MARTIN. La ciudad de Tarija: análisis de los factores de estabilidad del crecimiento demográfico. In: H. Domenach, D. Celton, *et al* (Ed.). Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de la Frontera Argentino Boliviana. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, p.39-54, 2007.

DAL PRÁ, K., J. MENDES, *et al.* O desafio da integração social no Mercosul: uma discussão sobre cidadania e o direito a saúde. Caderno de Saúde Pública, v.23, n.sup. 2, p.164-173, 2007.

DANDLER, J. e C. MEDEIROS. Migración temporaria de Cochabamba, Bolivia, a la Argentina: patrones e impacto en las areas de envio. In: P. Pessar (Ed.). Fronteras permeables. Buenos Aires: Planeta, 1991.

DOMENACH, H. e M. PICOUET. Las Migraciones. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1995.

DOMENECH, E. Avatares de la política migratoria en Bolivia: el Estado y los emigrantes como nacionales en el exterior. In: Aa.Vv (Ed.). Migraciones contemporáneas: Contribución al debate. La Paz: CIDES-UMSA / CAF / Plural, 2009.

DOMENACH, H. El espacio de frontera: análisis de los procesos migratorios. In: H. Domenach, D. Celton, *et al* (Ed.). Movilidad y Procesos Migratorios en el Espacio de la Frontera Argentino Boliviana. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, p.13-23, 2007.

DOMENACH, H., D. CELTON, *et al.*, Eds. Movilidad y procesos migratorios en el espacio de frontera Argentino Boliviana. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, p.274, 2007.

DOMENECH, E. e A. HINOJOSA GORDONAVA. Emigración, Estado y sociedad en Bolivia: la reivindicación del 'voto en el exterior'. In: J. U. Reyes, C. Amescua, *et al* (Ed.). Mexico D.F: Universidad Autónoma de la Ciudad de México / Universidad Iberoamericana de México, 2009.

DOMENECH, E. e M. J. MAGLIANO. Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente. Estudios Migratorios Latinoamericanos, v.ano 21, n.62, 2007.

DURÁN CHUQUIMIA, J., K. Arias Díaz, *et al.* Casa aunque en la punta del cerro: Vivienda y desarrollo de la Ciudad de El Alto. La Paz: PIEB, 2007. 116 p.

DUREAU, F. e O. BARBARY. Ciudadinos en movimiento. Aproximación conceptual y metodológica a las prácticas residenciales. Desarrollo y Sociedad (Universidad de los Andes), Bogotá, v.31, p.27-48, 1993.

DUREAU, F. Introducción. Los modos de habitar: unas decisiones condicionadas. In: F. Dureau, V. Dupont, *et al* (Ed.). Metrópolis en Movimiento: una comparación internacional. Bogotá: Alfaomega, IRD, CIDS, 2000.

FARAH, I., C. SANCHEZ, *et al.* Bolivia: An Assessment of the international labour migration situation. The case of female labour migrants. GENPROM Working Paper n.1 (Women and Migration), 2002.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: Tendências e perspectivas. Novos Estudos Cebrap, n.29, Março, p.98-19, 1991.

FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré, 1991. 62 p. (Série Imigração)

FAZITO, D. A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação. Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte-MG, 21 e 22 de novembro, 2005.

FELDMAN, S. Bom Retiro: bairro de estrangeiros, bairro central. Texto para discussão no Workshop do Projeto Temático FAPESP- "São Paulo. Os estrangeiros e a construção da cidade", 2009.

FERREIRA, A. B. D. H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

FLORES VÁSQUEZ, J., I. HERBAS CUEVAS, *et al.* Mujeres y movimientos sociales en El Alto: fronteras entre la participación política y la vida cotidiana. 2007: Fundación PIEB; UPEA; Centro de Promoción de la Mujer Gregoriana Apaza; Red HABITAT; Waina Tambo; CISTEM, v.6, 2007. 91 p. (Investigaciones Regionales El Alto).

FREHSE, F. e R. P. LEITE. Perspectivas teóricas contemporâneas da sociologia brasileira sobre a cidade. 33º Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 2009.

FREITAS, P. T. Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Dissertação de mestrado). Departamento de sociologia, IFCH, Universidade estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009. 291 p.

FUSCO, W. Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. (Tese de doutorado). Departamento de Demografia, IFCH, Universidade estadual de Campinas, Campinas: Unicamp, 2005. 160 p.

FUSCO, W. e S. Souchaud. Uniões exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil. Travessia, n.22, p.32-38, 2009.

GALETTI, R. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: N. L. C. Patarra (Ed.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, v.1, p.133-143, 1995.

GALL, N. Dos Andes a São Paulo. Braudel Papers, n.28, p.1-8, 2001.

GARCIA, R. e J. CRUZ-MOREIRA. O Complexo Têxtil-Vestuário: Um Cluster Resistente. In: Á. Comin e N. Somekh (Ed.). Caminhos para o Centro: Estratégias de Desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP- EMURB/ CEBRAP- CEM, 2004.

GARFÍAS, S. e H. MAZUREK. El Alto, desde una perspectiva poblacional. La Paz: CODEPO - IRD, 2005.

GEORGES, I. Trabalho precário ou inclusão social e econômica? O caso dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de proteção social (APS) da região metropolitana de São Paulo (RMSP), Brasil. Seminário franco-brasileiro sobre economia solidária e as novas configurações do trabalho. Campinas. 26 e 27 agosto, 2009.

GEORGES, I. e C. F. D. Silva. A naturalização da precariedade: trabalho informal, "autônomo" e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). Revista Latinoamericana de estudios del trabajo, v.Año 12, n.19, p.79-95, 2007.

GRAVANO, A. El barrio en la teoria social. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005. 200 p. (Coleccion Ciencias Sociales - novedades)

GREEN, N. L. Repenser les migrations. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2002. 138 p.

GRIMSON, A. e E. SOLDAN. Migrantes bolivianos en la Argentina y Estados Unidos. Cuaderno De Futuro (La Paz), Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo (PNUD), v.7, 2000.

GRIMSON, A. Relatos de la diferencia y la igualdad. Los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2005[1999]. 208 p.

GUAYGUA Ch., G. Entrevista realizada por Sylvain Souchaud, Roberta Peres e Iara Rolnik Xavier. Pieb. La Paz ,2008.

GUAYGUA Ch., G. e B. Castillo H. Identidades y religión. Fiesta, culto y ritual en la construcción de redes sociales en la ciudad de El Alto. La Paz: ISEAT, 2008. 144 p.

GUAYGUA Ch., G. C., A. M. Miranda, *et al.* El rol del parentesco andino en las estrategias migración hacia España en las familias de La Paz y El Alto. Informe de Avances de Investigación - Programa de Investigación Estratégica en Bolivia (PIEB), v.Proyecto 29, 2008.

GUEVARA, J.-P. Migraciones bolivianas en el contexto de la globalización. Alternativas Sur, v.3, n.1, p.171-187, 2004.

GUZMÁN, J. M., J. RODRÍGUEZ, *et al.* The Demography of Latin America and the Caribbean since 1950. Population-E, v.61, n.5-6, p.519-576, 2006.

HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: H. P. Neto e A. P. Ferreira (Ed.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2008[1989]. 349 p.

HINOJOSA GORDONAVA, A. Transnacionalismo y multipolaridad em los flujos migratórios de Bolívia. Família, comunidad y nación em dinâmicas globales. In: H. Godard e G. Sandoval (Ed.). Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos. Lima: Actes & Memoires de l'Institut Français d'Études Andines, v.17, 2008.

_____. Buscando la vida: familias bolivianas transnacionales en España: CLASCO, Fundación PIEB, 2009. 109 p. (Serie Investigaciones Coeditadas)

IBGE. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: FIBGE, 2002.

_____. Censo demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. FIBGE. Rio de Janeiro: novembro, p.166, 2002b.

_____. Estatísticas do século XX. IBGE. Rio de Janeiro, 2006[2003].

IMDH. ANISTIA 2009: orientações e informações. Brasília. 2010.

INDABURU QUINTANA, R. Evaluación de la ciudad de El Alto: La ciudad dividida. La Paz: USAID, 2004,

INE. Bolivia: Características Sociodemográficas de la Población. La Paz: UNFPA/ INE, 2003a.

_____. Bolivia: nivel, tendencias y diferencias de la fecundidad. La Paz, 2003b.

_____. Bolivia: Características sociodemográficas de la población indígena. La Paz: INE, 2006. 337 p.

IOKOI, Z. Imigrantes invisíveis: a História Oral como paradigma da luta contra o colonialismo cultural. Rumo à Tolerância, 2008.

JANUZZI, P. Crescimento Urbano, Saldos Migratórios e Atratividade Residencial dos Distritos da Cidade de São Paulo: 1980-2000. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Ouro Preto-MG, Brasil. 4 a 8 de novembro 2002. p.

KONTIC, B. Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo. (Dissertação de mestrado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo. (Tese de doutoramento). Departamento de Sociologia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 157 p.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LASEVITZ, R. S. Pensando o compadrazgo pelo compadrio e a koumbaria: reflexões sobre usos do compadrazgo entre imigrantes bolivianos em São Paulo. (Trabalho final da Disciplina "Organização social e parentesco"), Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Universidade de Brasília): 2009.

LEDO GARCÍA, M. D. C. Proceso de urbanizacion, estructura productiva y empleo en las ciudades del eje economico de Bolivia. Latin American Studies Association XXII International Congress. Miami. 16-18, 2000.

LÉVY, J. e M. Lussault. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003. 1033 p.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução brasileira (1872 a 1972). Revista de Saúde Pública, 49-90, 1974.

LINDÓN, A. El mito de la casa propia y las formas de habitar. Scripta Nova, Revista electronica de geografia y ciencias sociales, v.9, n.194 (20), 2005.

LINDÓN, A., D. Hiernaux, *et al.* De la espacialidad, el lugar y los imaginarios urbanos: a modo de introducción. In: A. Lindón, M. Á. Aguillar, *et al* (Ed.). Lugares e imaginarios en la metrópolis. Mexico: Anthropos Editorial, Universidad Autonoma Metropolitana, p.9-25, 2006. (Cuadernos A.Temas de Innovación Social, 22)

MACHADO, I. R. R. Laços de sangue e fluxos de dinheiro: notas sobre o “parente ausente” no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. Centro de Estudo em Migrações e Minorias Étnicas, CEMME, working paper v.1, 2007.

MAGUID, A. L'immigration des pays limitrophes dans l'Argentine des années 90, mythes et réalités. Revue Européenne des Migrations Internationales, v.11, n.2, p.167-188, 1995.

MAGUID, A. M. Migrantes limítrofes en el mercado de trabajo del area metropolitana de Buenos Aires, 1980-1996. Estudios Migratorios Latinoamericanos, v.12, n.35, p.31-61, 1997.

MALFITANO, A. P. S. Políticas Públicas e Movimentos Sociais: Atenção à Infância e o Programa de Saúde da Família. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

MA MUNG, E. La dispersion comme ressource. Cultures & conflits, n.33-34, p.89-103, 1999.

MA MUNG, E., M. K. DORAI, *et al.* Bilan des travaux sur la circulation migratoire. Ministere de la Solidarite et de L'emploi - Direction de la Population et des Migrations. Poitiers, p.147, 1999

MANETTA, A. Dinâmica populacional, urbanização e ambiente na região fronteiriça de Corumbá. (dissertação de mestrado). Departamento de Demografia, Unicamp, Campinas, 2009. 98 p.

MARANDOLA Jr., E. e P. M. DAL GALLO. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. VI Encontro Nacional sobre migrações, Belo Horizonte, Minas Gerais. agosto, 2009.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: E. Marques e H. Torres (Ed.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, p.324, 2005.

MARQUES, E. e R. BICHIR. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção de periferia em São Paulo. Espaço e Debates, v.ano XVII, n.42, 2001.

MARQUES, E. e H. TORRES. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2005.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para discussão, n.329, p.46, 1994.

MARTINE, G., R. HAKKERT, *et al.* Aspectos sociales de la migración internacional: consideraciones preliminares. Simpósio sobre migración internacional en las Américas. San Jose, Costa Rica. 4-6 septiembre, 2000.

MARUM, L. L. e J. A. GOMES. Bom Retiro: a formação de uma centralidade. EGAL, 2009.

MARZADRO, M. Diáspora cochabambina o construcción de espacios de vida translocales? Boletín del Observatorio experimental sobre las migraciones internacionales en areas urbanas de America Latina (MIURBAL), v.2, Diciembre, 2007.

MASINI, F. Muito além do Bom Retiro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2009.

MAZZOCANTE, H. Estado nacional e migração Bolívia - Brasil: categorização e recategorização da população migrante. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v.2, p.52-60, 2008.

MAZUREK, H. Three pre-concepts regarding in the internal migration in Bolívia. Rev. Humanidades Ciencias Sociales - St Cruz Sierra, v.3, n.special edition, 2007.

_____. Componentes de la migración, impactos territoriales y políticas: un análisis crítico. In: H. Godard e G. Sandoval (Ed.). Migración transnacional de los Andes a Europa y Estados Unidos. Lima: Actes & Memoires de l'Institut Français d'Études Andines, v.17, 2008.

MERA, C. La inmigración coreana en Buenos Aires: Multiculturalismo en el espacio urbano. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

_____. Migración coreana en Argentina. Publicado em Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Aula virtual, 2006, EHESS, Paris, 2005.

MERA, C. e S. M. Sassone. Barrios de migrantes en Buenos Aires: Identidad, cultura y cohesión socioterritorial. Preactas V Congreso Europeo CEISAL de latinoamericanistas - Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina-“Las relaciones triangulares entre Europa y las Américas en el siglo XXI: expectativas y desafíos”, Bruselas (Bélgica). Abril 11-14, 2007.

MEYER, R. M. P., M. D. GROSTEIEN, *et al.* São Paulo Metrôpole. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

MEYER, R. M. P. e M. D. GROSTEIN. A Leste do Centro: territórios do urbanismo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. 324 p.

NÓBREGA, R. Migração e globalização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo. In: J. M. Domingues, A. S. Guimarães, *et al.* (Ed.). A Bolívia no espelho do futuro. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, p.181-203, 2009.

NOVAIS, D. P. V. Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho. São Paulo: Tese de doutorado, Faculdade de Direito, USP, 2008. 201 p.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos Cebrap, n.2, 1972.

_____. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço & Debates, n.6, 1982.

OLIVEIRA, J. D. C. O retorno da migração internacional como componente da dinâmica demográfica brasileira: até quando? In: M. G. O. Castro (Ed.). Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas, Brasil 2000. Brasília: CNPD, p.253-273, 2001.

ORLANDI, N. V. Globalização e migrações - Uma análise integrada dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. (mimeo), 2009.

PACCA, P. E. A estagnação urbana como parte da metrópole paulistana do século XXI – o caso do Pari. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 282 p.

PAES, N. A. Avaliação da cobertura dos registros de óbitos dos Estados brasileiros em 2000. Revista de Saúde Pública, v.39, n.6, 2005.

PATARRA, N. L. e L. M. M. BOGUS. Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso. Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v.2, 1980.

PELLEGRINO, A. La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. Serie población y desarrollo, n.35, p.41, 2003.

PERES, R. G. Mulheres na fronteira: A migração de bolivianas para Corumbá - MS. (Tese de Doutorado). Departamento de Demografia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009. 207 p.

PERES, R. G. e R. BAENINGER. Mulheres migrantes na fronteira Brasil-Bolívia. Travessia, v.XXII, n.63, janeiro-abril, p.39-45, 2009.

PIEROLA, R. R. R. Estado, territorialidades e etnias andinas: luta e pacto na construção da nação boliviana. (Tese de Doutorado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006. 253 p.

PIZARRO, C., S. FONTANA, *et al.* Inmigrantes bolivianos y procesos asociativos en un barrio peri-urbano de la Ciudad de Córdoba. Jornada Inmigración, exílio e interculturalidad: Maestría en estudios culturales latinoamericanos - Universidad de Morón, 2008.

PÓVOA, C. A. A territorialização dos judeus no espaço de São Paulo-SP: a migração do Bom Retiro ao Morumbi. (Tese de Doutorado). Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: Novos desafios para a análise. Simpósio internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo, Brasil: Humanitas. 19 a 25 de abril, 1999, 2007.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Projeto de Informatização da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo. Orientações para Cadastramento de Cidadãos no SIGA para emissão do Cartão SUS (Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação). Prefeitura de São Paulo. São Paulo, p.7, s/d.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Boletim CEInfo ISA-Capital. Inquérito de Saúde no Município de São Paulo, n. 1, Julho, 2005.

REA, A. e M. Tripier. Sociologie de l'immigration. Paris: La Découverte, 2008 (Repères)

RICUPERO, B. Bom Retiro dos Imigrantes. Braudel Papers, n.28, 2001.

ROJAS CANELAS, J. C., H. Zampieri Taborga, *et al.* Migraciones a Pando y su contribución al desarrollo regional. La Paz: PIEB, 2005. 97 p.

ROMERO, C. G. Qué es la inmigración. Barcelona: RBA 2003.

ROMERO, D. E. Vantagem e Limitações do Método Demográfico Indireto e dos Dados da PNAD`98 para Estimativa da Mortalidade Infantil. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP XIII. Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro, 2002.

ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2003 [1997].

_____. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro In: R. E. Dos Santos (Ed.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007[1989]. (Cultura Negra e identidades.)

ROSSI, C. Nas costuras do trabalho escravo: um olhar sobre os imigrantes ilegais que trabalham nas confecções em São Paulo. (Trabalho de conclusão de curso). Escola de Comunicação e Artes - Departamento de Jornalismo e Editoração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SALA, A., O. Simões, *et al.* Cadastro ampliado em saúde da família como instrumento gerencial para diagnóstico de condições de vida e saúde. Caderno de Saúde Pública, v.20, n.6, novembro-dezembro, p.1556-1564, 2004.

SALA, G. A. Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. 261 p.

_____. Perfil educativo y laboral de los nuevos y viejos migrantes regionales censados en Argentina y Brasil. Migraciones internacionales, v.4, n.4, p.34, 2008.

SALA, G. A. e J. A. M. D. CARVALHO. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. Revista Brasileira de Estudos de População, v.25, n.2, p.287-304, 2008.

SALES, T. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1998. 240 p.

_____. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: R. R. Reis e T. Sales (Ed.). Cenas do Brasil migrante. São Paulo: Editorial Boitempo, p.17-45, 1999b.

SALES, T. e M. D. R. R. SALLES, Eds. Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: Sumaré, 2002.

SANTAMARÍA, E. La incógnita del extraño: una aproximación a la significación sociológica de la 'inmigración no comunitária'. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002. (Ciencias Sociales: Autores, textos y temas)

- SANTOS, M. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SANTOS, M. D. O. Migrantes, preconceito e estigmatização. III Reunión de Antropología del Mercosur (RAM). Buenos Aires, Argentina. 29 de septiembre al 2 de octubre, 2009.
- SASAKI, E. M. e G. D. O. ASSIS. Teorias das migrações internacionais. XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, Minas Gerais, Barsil. outubro, 2000.
- SASSEN, S. The Global City: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 2001[1991].
- SASSONE, S. M. Imaginários migratórios del retorno: lazos y lugares. Caravelle, Cahier de monde hispanique et luso-bresilien, n.91, 2008.
- SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998[1991]. 299 p.
- _____. Imigração de trabalho e imigração de povoamento. Revista Travessia. ano XIII, número especial: p. 24-27, 2000.
- SCHKOLNIK, S. e F. DEL POPOLO. Los censos y pueblos indígenas: una metodología regional en los censos de América Latina. Seminario Internacional Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y Caribe: relevancia y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas. Santiago de Chile, 2005. p.
- SEYFERTH, G. A assimilação dos migrantes como questão nacional. Mana, v.3, n.1, p.95-131, 1997.
- _____. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: H. Póvoa Neto e A. P. Ferreira (Ed.). Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan/NIEM, 2005.
- _____. Os estudos de migração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: G. Syferth, H. Póvoa Neto, M. C. Zanini e M. Santos (orgs). Mundos em movimento: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Editora UFSM, p. 15-44, 2007.
- SIMON, G. Migrations, la spatialisation du regard. Revue Européenne des Migrations Internationales, v.22, n.2, p.7-22, 2006.
- SILVA, C. F. D. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo (Dissertação de mestrado). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 141 p.
- SILVA, C. F. D., I. GEORGES, *et al.* Trabalho e Padrões migratórios, o setor de confecções e a migração boliviana (comparação Brasil-Argentina). Lua Nova, 2010 (inédito).

SILVA, E. C. C. D. Rompendo barreiras: os bolivianos e o acesso aos serviços de saúde na cidade de São Paulo. Travessia: revista do migrante, ano XXII, n.63, Janeiro-Abril, 2009.

SILVA, S. A. D. Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes Bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo. (Dissertação de mestrado). Departamento de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação para a integração da América Latina (Prolam), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 291 p.

_____. Costurando Sonhos.Trajatória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Editora Paulinas, 1997. 292 p.

_____. Latinos-Americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas. ANPOCS, XXII. Caxambu - MG, Brasil. Outubro, 1998. p.

_____. Virgem / Mãe / Terra. Festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2003. 263 p.

_____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados, v.20, n.57, p.157-170, 2006.

_____. Etnia, Nação e Regionalismos no jogo identitário entre os migrantes bolivianos em São Paulo. In: D. H. Heidemann e S. A. Silva (Ed.). Simpósio internacional. Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Humanitas/UGI, p.123-136, 2007.

_____. De ambulantes a patrões? Um estudo comparado de um grupo de peruanos em São Paulo e Manaus. ANPOCS, XXXII. Caxambu - MG, Brasil. Setembro, 2008a.

_____. Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo. Textos Nepo n.55, Fevereiro, 2008b.

SILVA, S. A. D. Bolivianos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SILVA, C. F. D. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo (dissertação de mestrado). departamento de sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 141 p.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: E. D. Moraes Filho (Ed.). Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983[1908].

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: P. Singer (Ed.). Economia política e urbanização. São Paulo: CEBRAP, Brasiliense, 1973.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, *et al* (Ed.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Rio de Janeiro: NIEM-UFRJ / Garamond, 2010a.

_____. Le rôle des migrants sud-américains dans l'organisation de la filière textile à Sao Paulo. Migrations à la loupe : des lieux, des acteurs, des liens. Université de Provence, Marseille: LPED - IRD, 2010b.

SOUCHAUD, S. e R. BAENINGER. Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil. Revue Européenne des Migrations Internationales, v.25, n.1, p.195-213, 2009.

SOUCHAUD, S. e R. BAENINGER. *Collas e Cambas* do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Revista Brasileira de Estudos de População, v.25, n.2, p.271-286, 2008.

SOUCHAUD, S. e FUSCO, W. Diagnóstico das migrações internacionais entre Brasil, Paraguai e Bolívia. In: F. Brito e R. Baeninger (Ed.). Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de gestão e estudos estratégicos (CGEE), p.266-295, 2008.

_____. Documentação da pesquisa "Espaços migratórios e redes sociais da migração boliviana no Brasil: Corumbá e São Paulo. A pesquisa em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Campinas: http://www.brasil.ird.fr/spip.php?page=article&id_article=2932, 2007.

SOUCHAUD, S., W. FUSCO, R.L. CARMO. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul: A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. Teoria & Pesquisa, v.XVI, n.1, p.39-60, 2007.

SOUCHAUD, S., I. R. Xavier, *et al.* Migraciones internacionales e internas en Brasil y San Pablo. I Taller Metal Santigado de Chile: ANR - IRD, 2008.

SPENDING, A. Breve curso de parentesco. La Paz: Mama Huaco, 2008

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na Fronteira com o Paraguai. Estudos Avançados v.20, n.57, 2006.

TARRIUS, A. Leer, Describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de territorio circulatorio. Relaciones: estudios de historia y sociedad, v.XXI, n.83: Los nuevos hábitos de la identidad, 2000.

_____. Territoires circulatoires et espaces urbains. Les Annales de la Recherche Urbaine, n.59-60, juin-septembre, p.50-59, 1993.

TASCHNER, S. P. e L. M. M. Bogus. São Paulo, uma metrópole desigual. Eure, v.XXVII, n.80, Mayo, p.87-120, 2001.

TEIJEIRO V., J. La Rebelión permanente: crises de identidad y persistencia étnico-cultural aymara en Bolivia. La Paz: Plural, PIEB, 2007.

TELLES, V. D. S. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: V. D. S. Telles e R. Cabanes (Ed.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas/IRD, 2006.

TELES, M. A. D. A. As imigrantes bolivianas em São Paulo: o silêncio insuportável. In: M. L. P. Leal, M. D. F. P. Leal, *et al* (Ed.). Tráfico de Pessoas e Violência Sexual. Brasília: Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES); Instituto de Ciências Humanas Departamento de Serviço Social (SER) - Universidade de Brasília (UNB), 2007.

TORRES, H. e M. A. D. OLIVEIRA. Quatro imagens da perfieria paulistana. Espaço & Debates, v.ano XVII, n.42, p.64-69, 2001.

TRUZZI, O. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. Estudos Históricos, v.28, 2001.

VACAFLORES, V. Migración interna e intraregional en Bolivia. Una de las caras del neoliberalismo. Aportes Andinos, n.7 (Globalización, migración y derechos humanos), 2003.

VAINER, C. Política migratória recente no Brasil. Notas para uma avaliação. Cadernos IPPUR/ UFRJ, v.1, n.1, 1986.

_____. Estado e imigração internacional: da imigração à emigração. In: N. L. Patarra (Ed.). Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. São Paulo: FNUAP, v.2, 1995.

VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In: J. Z. Editor (Ed.). Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, p.97-105, 1994[1988].

VÉRAS, M. P. B. Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo. Cadernos Metrópole, n.2, 1999.

_____. DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo. São Paulo: Educ, 2001.

VILLA, M. e J. MARTÍNEZ PIZARRO. Migración Internacional en América Latina y el Caribe: una revisión de patrones y tendencias. Disponível em www.programadepoblacion.edu.uy o www.eclac.org, 2004.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/Lincoln Institute, 1998

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, Editora Revan, 2001.

_____. Parias urbanos. Marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio. Buenos Aires: Manantial, 2001b.

XAVIER, I. R. O que queremos contar: o Censo da Bolívia como uma aproximação do uso de estatísticas étnicas e seu questionamento. (Trabalho para disciplina Temas atuais em Demografia), Programa de Pós-graduação em Demografia Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: agosto, 2008.

_____. A cidade de El Alto e os fluxos de bolivianos para São Paulo. Travessia, v.XXII, n.63, Janeiro-Abril 2009.

XAVIER, I. R. e R. GAETA (orgs). Dicas para imigrantes: viver com dignidade em São Paulo”. São Paulo: Ministério da Justiça e UNFPA, 2010.

YACIMIENTOS PETROLÍFEROS FISCALES BOLIVIANOS (Ypfb). <http://www.ypfb.gov.bo/hitos.php>. 2010, 2010.

ZIBECHI, R. Dispersar el poder: los movimientos como poderes antiestatales. confirmar: Tinta Limón editores, 2006 (Colección Pensar en Movimiento)

Sites consultados:

ATOS EM VIGOR ASSINADOS COM A REPÚBLICA DA BOLÍVIA. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/biboliv.htm> - acessado em Abril de 2010

BANCO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de dados (SEADE). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/msp/index.php>. Acesso em: maio 2010

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DE BOLÍVIA). Disponível em: <http://www.ine.gov.bo/default.aspx>. Acesso: maio 2010.

INFOLOCAL. secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://infolocal.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: maio 2010

JUS OPERANDI. Disponível em : <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=751>. Acesso: maio 2010

LA CASA DEL PUEBLO. Disponível em <http://www.lacasadelpueblo.com.br/site/index.php?op=conteudo&id=153>. Acesso: janeiro 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: www.mj.gov.br. Acesso: agosto 2009

SENAI (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL). Disponível em:
www.senai.br. Acesso: janeiro 2010

SUS. Ministério da Saúde. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/default.cfm>. Acesso: abril 2010

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO. Disponível em:
<http://www6.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude>. Acesso: maio 2010

Apêndice metodológico

1. Uso dos dados do Censo 2000

A utilização dos dados do Censo 2000 (IBGE) neste trabalho serviu como ponto de partida para conhecer algumas das características da população de origem boliviana residente na RMSP, entre elas sua distribuição espacial.

Por mesclar ao mesmo tempo dimensões temporais e espaciais e ser um fenômeno renovável e reversível, a migração é um fenômeno de difícil mensuração.

Existem formas de se captar a migração por meio de técnicas diretas – dados específicos sobre migração, Censos demográficos, PNADs, pesquisas amostrais específicas, etc. – e indiretas, por meio de métodos residuais estimado por saldos migratórios (a diferença entre a população observada e a esperada em um período determinado sendo que o que ultrapassa o esperado crescimento populacional, é considerado o saldo migratório)²³⁹.

Trabalhamos aqui com o método direto tomando como base o Censo 2000. Essa escolha foi feita com base duas potencialidades principais dessa fonte de informação para o caso de estudo. A primeira delas é a cobertura e desagregação espacial: o Censo é a única fonte de dados disponível que traz informações migratórias sobre todos os municípios do país, elemento importante no nosso caso para desagregar as informações na escala metropolitana e municipal e, ainda, permitir a comparabilidade entre municípios. Em segundo lugar, por ser uma pesquisa ampla, possibilita também o cruzamento com características socioeconômicas atuais do indivíduo e dos domicílios, recurso utilizado nessa dissertação.

Essa desagregação espacial não é possível de ser captada e outra grande pesquisa de abrangência nacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que também contém também perguntas relativas aos processos migratórios e é realizada todos os anos com abrangência nacional. A desagregação desta pesquisa somente para as Regiões Metropolitanas e Estados não nos possibilitaria, nesse caso, desagregar a informação ao nível de municípios e distritos, essencial nesta pesquisa.

²³⁹ Esse segundo método pode ser importante para contornar problemas de subenumeração nos Censos demográficos (cf. Carvalho, 1996), por exemplo, o que parece incidir particularmente de forma acentuada no nosso caso de estudo, conforme procuramos informar no Capítulo 2.

Para definir de que forma essa pesquisa foi utilizada no trabalho, demonstramos as categorias relativas à migração no Censo 2000. Vale lembrar que nessa fonte não existem categorias específicas para a migração internacional, sendo que captamos esses migrantes com base nas informações gerais sobre migração. Além disso, as perguntas sobre migração encontram-se nos microdados do Censo (referentes ao questionário da amostra e não universo)²⁴⁰.

Categorias de migração no Censo demográfico 2000

4.15	Mora neste município desde que nasceu?	A que podem servir Separar naturais de não-naturais
4.16	Há quanto tempo mora sem interrupção neste município?	Nativos respondem também
4.17	Nasceu neste município?	Captar migrante de retorno
4.18	Nasceu nesta unidade da federação?	Migração interestadual
4.19	Qual a sua nacionalidade?	Captar estrangeiros por nacionalidade
4.20	Em que ano fixou residência no Brasil?	Tempo de residência no país
4.21	Qual unidade da federação ou país estrangeiro de nascimento?	Capta quem nasceu fora do país
4.22	Há quanto tempo mora sem interrupção nesta unidade da federação?	Tempo residência na UF (-10 anos, próxima)
4.23	Qual unidade da federação ou país estrangeiro de residência anterior?	Captar a última etapa migratória
4.24	Onde residia em julho de 1995?	Etapa migratória em uma data fixa
4.25	Em que município residia em 31 de julho de 1995?	Etapa migratória em uma data fixa
4.26	Em que unidade da federação residia em 31 de julho de 1995?	Etapa migratória em uma data fixa
4.27	Em que município e ou unidade da federação ou país estrangeiro trabalha ou estuda?	Capta mobilidade pendular

Do ponto de vista da dimensão temporal, os quesitos sobre migração do Censo nos permitem periodicizar a migração estabelecendo “coortes” de migrantes segundo o período de fixação no país, no estado e no município. Sobre o aspecto espacial, as perguntas do Censo nos permitem diagnosticar: (i) a migração internacional (captando quem está no Brasil no momento do Censo); (ii) as migrações de longa distância (interestaduais e interregionais); (iii) a migração de retorno; (iv) as dinâmicas metropolitanas (migração intrametropolitana e pendular); (v) processo de urbanização (migração rural/urbana e urbana/rural). Além disso, a partir do cruzamento com outras variáveis do Censo, podemos

²⁴⁰ Na coleta das informações do Censo 2000, assim como nos Censos anteriores, foram usados dois modelos de questionário: um questionário básico aplicado nas unidades não selecionadas para a amostra e contendo perguntas referentes às características que foram investigadas para 100% da população; um segundo questionário aplicado somente nos domicílios selecionados para a amostra contendo, além das perguntas que também constam do questionário básico, outras perguntas mais detalhadas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes aos temas religião, cor ou raça, deficiência, migração, escolaridade, fecundidade, nupcialidade, trabalho e rendimento. De acordo com a “Documentação do Censo 2000” (IBGE:2002): “O desenho amostral adotado compreende a seleção sistemática e com equi-probabilidade, dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município”.

captar o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos migrantes, as formas de inserção produtiva, condição migratória da família, entre outras possibilidades. Tomados em conjunto com as referências espaciais temos no Censo informações fundamentais para a análise de diferenciais e dos condicionantes da migração (Cunha, 2005).

Neste trabalho fizemos uso de três variáveis principais do Censo que não esgotam, evidentemente, as possibilidades dessa fonte em relação ao estudo migratório, mas que cumpriram com os objetivos desta pesquisa. Nosso primeiro filtro foi considerar a categoria de local de nascimento (4.21) para definir os migrantes de origem boliviana. Em seguida, para o caso dos levantamentos relativos à RMSP, cruzamos essa categoria com o local de residência em 2000 criando a base de dados dos “Nascidos na Bolívia residentes na RMSP em 2000”. O recorte de local de nascimento exclui aqueles que não declararam ter nascido na Bolívia ou que não confirmaram a residência na RMSP no momento do Censo (essa pesquisa só aplica o questionário aos que se declaram residentes). Além disso, essa categoria capta somente os migrantes acumulados (*lifetime migrants*), que não reemigraram durante o período de observação e que sobreviveram à mortalidade (Cunha, 2005) sem estabelecer, no entanto, um período de migração. Por outro lado, nos ajuda a captar os migrantes de uma nacionalidade específica (no caso os bolivianos) e inclui os migrantes que possam vir a ter conseguido a nacionalidade brasileira, mas são nascidos em um país diferente (Bolívia).

Para a dimensão temporal, utilizamos a pergunta relativa ao tempo de residência na UF (4.22) e o ano de fixação de residência país (4.20), verificando o período de chegada no país e no estado. Esse uso nos foi útil principalmente para mostrar as diferenças entre os períodos de migração e, cruzando com o local de residência em 2000, a diferenciação entre a migração de fronteira e para a metrópole. Esse procedimento já foi feito em outros trabalhos sobre migração internacional ao Brasil e, no caso dos latinoamericanos, por Sala (2005 e 2008).

A variável “Tempo de moradia na UF”, refere-se ao “Número de anos completos que a pessoa mora sem interrupção na Unidade da Federação de residência atual, ou o número de anos de moradia após o último retorno para a Unidade da Federação de residência atual desde que tenha migrado para outra Unidade da Federação ou país estrangeiro e depois retornado” (IBGE, 2002a). A escolha desta variável nos serviu para

chegar mais perto do que seria o tempo de residência na RMSP. Essa escolha foi feita em detrimento do quesito “Tempo de moradia neste município” por aumentar as possibilidades de captação dos migrantes em função de mudanças de município no território brasileiro (reemigração). Ou seja: ao considerar o tempo de moradia sem interrupção num município, quando o migrante muda de residência para outro município dentro do período em que se encontrava no país, perdemos a dimensão temporal da migração dessas pessoas (relativa ao tempo de residência no local que residia em 2000).

Consideramos que o “Tempo de moradia na UF” também está sujeito à este problema no que se refere ao deslocamento entre estados, mas a limitação é menor por não deixar de captar a presença do migrante numa UF específica em função dos possíveis deslocamentos municipais nesta mesma UF anteriores à data do Censo.

A distribuição dos migrantes por tempo de residência tem na reemigração, portanto, uma dificuldade de análise o que faz com que o Censo só capte alguns deslocamentos dentro de um amplo leque de fluxos migratórios. Ou seja: o Censo distingue entre os que nasceram ou não no país, no estado e no município, nos informa onde este migrante esteve pela última vez antes de chegar ao local atual (quesito 4.23, relativo à última etapa migratória) e onde estava cinco anos antes do Censo (quesito 4.25, relativo à uma data fixa). No entanto, todos os outros deslocamentos feitos no interím desses períodos não são captados. Isso faz com que a pesquisa sobre migração com base nos Censos não tenha um caráter retrospectivo e não capte as trajetórias migratórias completas. A forma de contornar essa limitação, no nosso caso, se deu pela composição de algumas trajetórias de vida que foram analisadas de forma qualitativa, mas que não são suficientes para se compreendê-las de maneira abrangente (para todos os migrantes captados na amostra).

Além desse fator, o Censo apresenta outras limitações. No nosso caso, vão incidir principalmente três outras dificuldades o uso desses dados.

A primeira delas refere-se ao fato de que a população boliviana residente na RMSP é uma minoria no âmbito da população geral. Utilizando os microdados da amostra do Censo 2000, foram contabilizadas apenas 8.919 pessoas de nacionalidade boliviana residentes nos municípios da RMSP, representando um contingente proporcionalmente muito pequeno (0,05%) quando comparada à população total da área (17.807.926 em 2000). Esse pequeno volume de pessoas dentro de um conjunto enorme faz com que seja

perigoso tirar conclusões abrangentes. Quando tratamos da localização dos nascidos na Bolívia em alguns distritos ou zonas do município de São Paulo, por exemplo, a presença desse migrantes é ínfima proporcionalmente ao tamanho da população nessas regiões, o que nos impede de tecer considerações mais amplas sobre essa população. Tomando o caso da zona Oeste do município de São Paulo, por exemplo, nos referimos a 388 pessoas dentro de um total de 894.643 habitantes, por exemplo. Assim, é perigoso tecer considerações sobre uma “presença boliviana na zona Oeste de São Paulo” sem antes considerar que estamos tratando de um contingente muito restrito de pessoas na região.

Sobre esse fato, Souchaud (2010a) quem primeiro apresentou algumas análises especificamente sobre os bolivianos na RMSP a partir dos dados censitários, discorre acerca da limitação do dado quanto ao volume da população contabilizada. Ele afirma que:

(...) a medição numérica de uma população difere da descrição das características desse mesmo grupo. No primeiro caso é preciso conhecer todos os indivíduos para conhecer o resultado: o total é a soma dos indivíduos. No segundo caso, como o objetivo é definir uma quantidade limitada de grupos de indivíduos que compartilham características, muitos indivíduos serão ‘iguais’ na observação, logo, seria possível se aproximar da descrição de algumas das características da população sem observar todos os indivíduos. Em resumo, o nosso contingente de quase 9000 migrantes [bolivianos] poderia ser usado como uma amostra na definição de tendências. Evidentemente, não se trata propriamente de uma amostra, justamente porque não dispomos de informações básicas sobre o universo. Mas acreditamos que os dados do Censo podem ser usados como uma aproximação, como uma exploração das características desta população (Souchaud, 2010a:2).

Além disso, o mesmo autor alerta para o fato de que não existem outros levantamentos sociodemográficos sobre essa população, muito menos tão confiáveis quanto o Censo. Os levantamentos complementares realizados nessa pesquisa também revelaram tendências semelhantes às observadas nos dados obtidos por meio do Censo, o que nos ajudou a justificar o uso dessas informações.

A dimensão temporal representa outra limitação do uso do Censo no nosso estudo. Como a data aplicação do último Censo está distante dos dias atuais em dez anos e o volume desses migrantes parece aumentar²⁴¹, podemos ter uma defasagem nas principais tendências observadas. Sobre esse caso, ainda de acordo com Souchaud (2010a) devemos considerar o Censo como um retrato de uma situação e tempo específicos que podem

²⁴¹ Suposição baseada na evolução e crescimentos atuais sobre os quais descorremos ao longo do trabalho.

iluminar processos que, mesmo tendo passado tanto tempo, ainda não foram totalmente explorados nos trabalhos acerca dos bolivianos residentes na RMSP.

Ainda, temos uma limitação jurídica relativa a condição legal dos migrantes internacionais. Em relação ao número de migrantes que estão no país de forma irregular, considera-se que os dados do Censo são subdimensionados. Sobre essa questão apresentamos um debate mais aprofundado no Capítulo 1 desta dissertação mostrando, também, fontes alternativas para criar estimativas sobre essa população.

Convém destacar, ainda, que se espera bastante dos dados do Censo 2010. Em primeiro lugar para registrar a evolução recente da imigração de bolivianos para a RMSP, e em segundo, porque em função de termos tido anistias e acordos bilaterais nos últimos anos (cf. Capítulo 1), talvez possamos sentir os seus efeitos na captura dos imigrantes residentes segundo o Censo, já que a subestimação devido à irregularidade deve cair.

2. Dados do registro do cartão do SUS

Outra fonte de informação dessa pesquisa foi o banco de dados dos registros do cartão SUS para o município, extraídos da base de dados do SIGA SAÚDE (Sistema Informação Gerencial Ambulatorial da Saúde do Município de São Paulo). Datados em setembro de 2009, os dados foram coletados junto à Coordenadoria de Saúde da Zona Oeste pertencente à Secretaria de Saúde do município de São Paulo.

A informação que captamos consiste no número de cadastros daqueles que pelo menos uma vez se registraram em alguma unidade parte do Sistema Único de Saúde separados por nacionalidade e região administrativa da cidade em que foram realizados, considerando somente o município de São Paulo. Esse cruzamento de informações – nacionalidade e região administrativa – nos ajudou na compreensão das formas de espacialidade dos migrantes bolivianos e também serviu como elemento para elaboração de hipóteses em torno da relação dos migrantes com o sistema de saúde.

O uso desses dados, no entanto, tem alcance restrito. A informação mais precisa que podemos buscar nesse banco é saber quantos bolivianos estão cadastrados no sistema SUS e em que distrito administrativo da cidade em setembro de 2009. Ainda, esse número deve ser relativizado levando em consideração:

1. Limitação dos usuários. O banco se refere apenas aos que se inscreveram no SUS e utilizam seus serviços sendo que essa população não é representativa da população total do município. Em relação ao perfil do usuário SUS, não existem pesquisas conclusivas a esse respeito, sobretudo porque não se trata apenas de avaliar quem utiliza e quem não utiliza o sistema, mas de que forma o fazem: uma pessoa pode possuir o cartão do SUS para ter acesso a alguns tipos de medicamentos distribuídos gratuitamente pelo sistema sem que utilize outros de seus serviços. Em pesquisa realizada pela Prefeitura (Prefeitura de São Paulo, 2005), foi feita uma análise do perfil dos usuários do SUS em São Paulo por renda, escolaridade, motivos de procura, atendimentos realizados, procurando saber quem utiliza e quem cobriu os gastos em Saúde. Seus resultados mostram que os usuários do SUS variam em muito conforme esses estratos, tipo de atendimento, etc. De acordo com o documento:

O princípio da universalidade afirma que toda a população brasileira tem garantia de acesso ao SUS e, portanto, ratifica a saúde como um direito do cidadão. No entanto na Cidade de São Paulo, como se referiu acima, é elevada a adesão da população aos Planos/Convênios privados. Outra parcela da população é exclusivamente usuária SUS. A análise dos dados recomenda cuidados na adoção do denominador população SUS dependente. A utilização do SUS vai variar com o tipo de problema (necessidade) e a oferta existente, como discutido acima. Além disso, a não cobertura da totalidade dos procedimentos nos Planos transfere ao SUS uma população maior do que se esperaria com base na elevada proporção de detentores destes Planos/Convênios privados na cidade confirmando o caráter complementar e não universal deste sub-setor (Prefeitura de São Paulo, 2005: 7).

Assim, existem cidades no Brasil onde cuja a cobertura é de 100% e outras que, por possuírem mais recursos e convênios de saúde para determinadas classes sociais, fazem com que o acesso ao SUS aconteça somente para 60 a 70% da população residente. Normalmente usa-se como parâmetro do número de usuários do SUS entorno de 70% dos residentes no município, mas para o caso de São Paulo, baseados em trabalhos já feitos (Prefeitura de São Paulo: 2005), trabalharemos com 60%.

2. Duplicidade do cadastro. A base do SIGA – o cadastro do usuário que gera o número do cartão SUS – foi implantada, inicialmente por meio da importação da base do cadastro do cartão SUS Nacional organizada pelo Ministério da Saúde (não sendo, portanto, um sistema descentralizado por municípios). Após a primeira carga (cadastro) no sistema, para todo usuário que não se encontra na base é feito um novo cadastro sem que seja feita a

checagem da sua pré-existência. Ainda, na base não são limpos os óbitos, pois não existem rotinas automatizadas para tal. Em função desses fatores, existe a duplicidade de usuários no banco de dados, fator que faz com que o número de usuários possa ser maior do que a população do município (existem hoje cerca de 10 milhões de habitantes no município de São Paulo, enquanto que o cadastro contempla 15 milhões de usuários aproximadamente). Hoje existe um trabalho junto com a equipe responsável pelo programa para sanar este e outros problemas, razão pela qual a base deve apresentar melhoras.

3. **Sobreposição de cadastro.** Mesmo que o banco de dados do SIGA trate inicialmente de moradores residentes no Município de São Paulo, deve-se levar em conta que a população não moradora do município (sobretudo os municípios do entorno, parte da RMSP) pode acessar também as unidades paulistanas e ter cadastrado o cartão neste município, aumentando a sobre-representatividade do cadastro.

4. **Captação restrita de estrangeiros no cadastro.** Os estrangeiros são captados no cadastro pelo critério de nacionalidade. Essa informação, no entanto, não é obrigatória no momento da inscrição, o que faz com que lidemos apenas com os que declararam possuir uma nacionalidade não-brasileira²⁴². Assim, existem 1.631.596 brasileiros assim cadastrados (cujo quesito “nacionalidade” foi preenchido no formulário do cadastro SUS) e 13.644.040 que não preencheram o quesito “nacionalidade” do registro e que supõe brasileiros²⁴³.

Levando em consideração essas ressalvas, devemos observar com cuidado o dado de existem hoje cadastrados no sistema 9.249 usuários de origem boliviana distribuídos desigualmente nas diferentes áreas da cidade (sendo que, de acordo com o Censo 2000,

²⁴² De acordo com Documento de orientação para o cadastro do SUS: “Para emitir um Cartão SUS para o cidadão, é necessário que o mesmo esteja munido de um dos seguintes documentos: RG, Carteira de habilitação, Registro Nacional de Estrangeiros, **Documento de Estrangeiro**, Certidão de nascimento/Casamento, Certidão Administrativa(Índio) ou Certidão de Separação/Divórcio e/ou comprovante de residência. **Em casos excepcionais nos quais o cidadão não possua nenhum dos documentos citados, deve-se realizar o Cadastro, através dos dados informados pelo usuário, oralmente ou de forma escrita**”(Prefeitura De São Paulo, s/d).

²⁴³ Isso pode acontecer por vários motivos que vão desde a declaração por parte do usuário de sua nacionalidade, a falta do questionamento, em relação a esse quesito por parte do funcionário, que certamente implica numa falta de política voltada a obtenção desse tipo de informação.

temos cerca de 9.000 mil bolivianos residentes na RMSP). Esse dado, não nos serviu em função do volume por si só, mas como comparação em relação à presença de outros grupos estrangeiros no cadastro, bem como em relação à distribuição desses cadastros nas regiões administrativas da cidade.

3. Pesquisa em andamento nas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família

Utilizamos alguns dados referentes a uma pesquisa (em andamento) a cerca do cadastro de famílias bolivianas por Unidade Básica de Saúde pertencente ao Programa de Saúde da Família (PSF). Os dados utilizados na dissertação referem-se muito mais às questões qualitativas obtidas durante a pesquisa – relativas às entrevistas feitas com agentes comunitárias de saúde e com os bolivianos usuários do sistema – do que propriamente os dados quantitativos que ainda estão sendo coletados junto às unidades.

O objetivo da pesquisa é o de captar o número de famílias cadastradas em todas as Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao Programa de Saúde da Família. Nas unidades que fazem parte do PSF, são organizadas informações completas sobre todas as famílias atendidas pelas equipes incluindo local de nascimento, idade, sexo etc. de todos os seus componentes²⁴⁴. Considerando esses dados e o fato de que a população boliviana acessa o esse serviço de saúde, pensou-se em utilizar essa informação – os registros das famílias – como uma das formas de se entender a distribuição espacial dos bolivianos na cidade²⁴⁵. No pedido feito ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, que autorizou a pesquisa, só pedimos, no entanto, para coletar o número das famílias bolivianas cadastradas nas unidades sendo que não temos acesso às outras informações disponíveis.

²⁴⁴ Esse registro é feito em um cadastro realizado para cada uma das famílias com as informações gerais de cada componente. O cadastro não é público, mas com a autorização das autoridades competentes e, provando o devido uso do material, pode ser acessado.

²⁴⁵ O pedido de uso desses dados no Comitê de Ética da Secretaria de Saúde de São Paulo já foi aceito. Em junho foi enviado um projeto de uso dessas informações. Para tal, foram elaborada uma proposta de uso dos dados e organizados diversos documentos pedidos pela instituição. Em julho foi dado um primeiro parecer do Comitê, que pareceu favorável à autorização, e pediu ajustes da proposta no que tange a maior explicitação do levantamento junto às unidades básicas (menos abrangente que os objetivos da pesquisa como um todo) e ao formato dos documentos a serem entregues a cada uma das unidades (modelo de carta). No dia 07 de agosto, recebi o parecer final do projeto, aprovado.

Para isso, elaborou-se um formulário que está sendo preenchido por cada gerente de unidade com a informação do número de famílias bolivianas cadastradas. Por ora só coletamos as informações relativas a uma região da cidade (distrito da Casa Verde) que foram apresentadas na dissertação, sendo que o restante será coletado nos próximos meses e deverá ser trabalhado em textos posteriores.

Para melhor compreensão de algumas questões colocadas nesse trabalho (sobretudo no Capítulo 3), consideramos relevante explicitar o brevemente a organização do Programa de Saúde da Família.

Organização do Programa de Saúde da Família (PSF)

O Programa de Saúde da Família (PSF) surgiu a partir do desenvolvimento do Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde, desenvolvido inicialmente no Ceará (Brasil, 2005). O Programa opera desde 1994 e foi implantado primeiro em pequenas cidades do Nordeste do Brasil tendo sido expandido para outras regiões a partir de 1995 (Capistrano Filho, 1999). Hoje o PSF passou a ser entendido não somente como um programa, mas como uma estratégia de saúde e reorientação do modelo assistencial. Ele é operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada.

As equipes são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental” (site do Ministério da Saúde²⁴⁶).

Em São Paulo, o Programa de Saúde da Família foi primeiramente implantado por meio de um projeto piloto no bairro de Itaquera (zona Norte do município) em 1996 e hoje abrange quase todas as Coordenadorias de Saúde do município.

A abrangência populacional e territorial do PSF neste município é bastante imprecisa. De acordo com Brasil (2005): “Recomenda-se que cada Equipe de Saúde da Família assista de 600 a 1.000 famílias, o que corresponde de 2.400 a 4.500 habitantes

²⁴⁶ www.saude.gov.br (Acessado em Julho de 2009).

(limite máximo) e que cada agente comunitário de saúde da equipe acompanhe, aproximadamente, de 200 a 250 famílias, dependendo da densidade populacional e da facilidade de acesso à USF, responsabilizando-se por uma micro-área onde residem de 440 a 750 pessoas (Brasil, 2000b)” (Brasil, 2005:19).

As Unidades Básicas de Saúde que fazem parte do PSF estão distribuídas em praticamente todas as áreas da cidade, mas, no interior dessas áreas, abarcam regiões restritas. A definição dessas áreas segue dois tipos de critério: um deles é o populacional e o outro é o territorial. Antes de ser definida a área de abrangência do PSF, as Unidades Básicas de Saúde (nas quais o Programa se insere fisicamente) são alocadas no território a partir de um agrupamento de setores censitários (dados do IBGE) – organizados de maneira contígua no espaço – de acordo com as necessidades sociais das áreas e a densidade populacional. Em seguida, definem-se micro-áreas de atuação do PSF também em função das necessidades do local (características populacionais), mas também pelo conhecimento local das agentes de saúde²⁴⁷. De acordo com Sala *et al.*:

A questão da espacialização das condições de vida e adoecimento de uma população é especialmente relevante na implementação do PSF (...). Uma área geográfica adstrita à unidade de saúde da família geralmente é tomada como possuindo características bastante homogêneas, por tratar-se de uma parte de um bairro próximo à unidade de saúde. Este território, além de constituir-se em espaço alvo de atuação da equipe, conforma uma certa identidade comunitária a este grupo de famílias, uma vez que possui situação sócio-cultural com razoável homogeneidade e, freqüentemente, algum tipo de atividade associativa” (Sala *et al.*, 2004:1557).

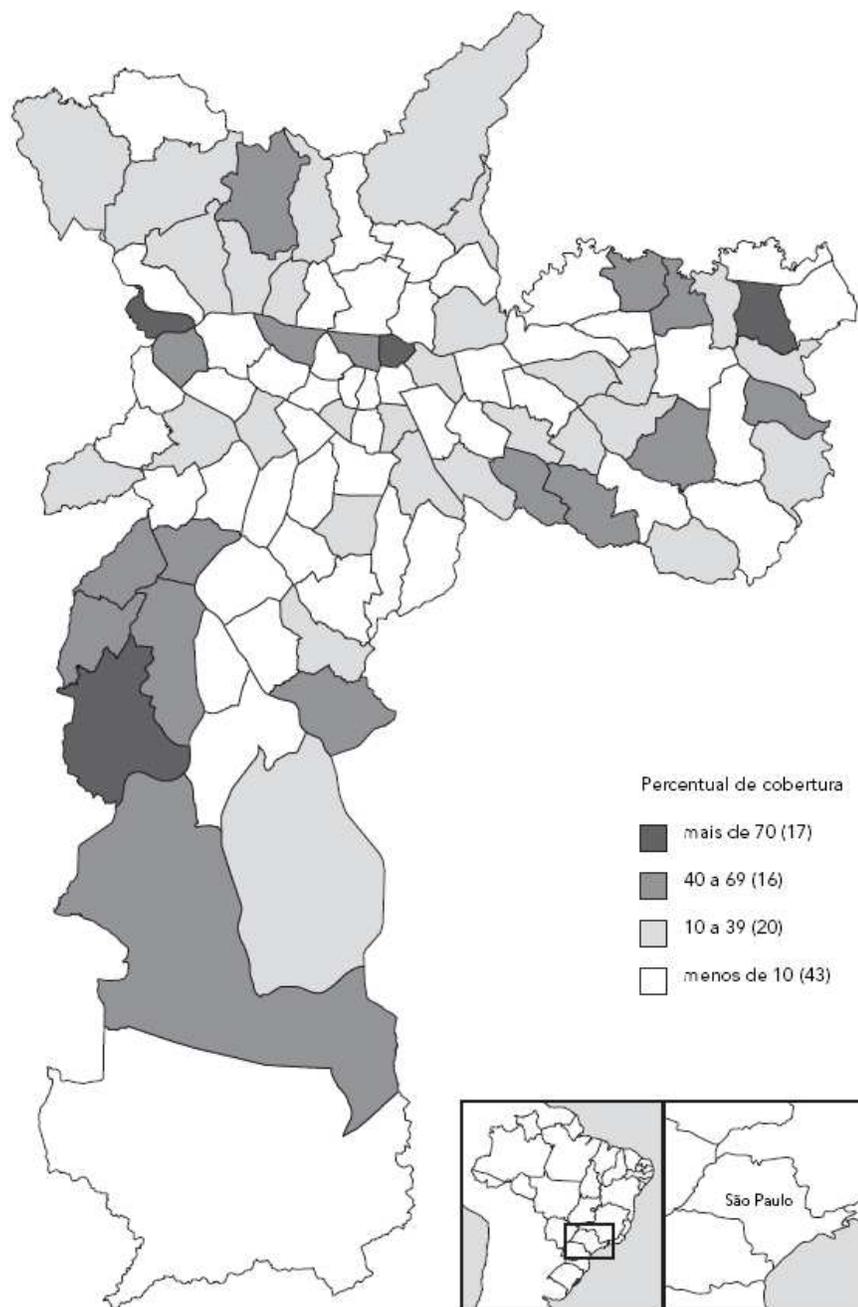
Destacamos também que as UBSs podem pertencer ao PSF (passando a ter a denominação USB-PSF) ou não (sendo apenas UBSs com os serviços normais de uma unidade de saúde). As unidades também podem ser mistas – serem unidades ao mesmo tempo PSF e ao mesmo tempo UBSs “normais”.

²⁴⁷ Essas informações foram cedidas por uma profissional da Atenção Básica da Prefeitura de São Paulo. Apesar das indicações dessa mesma funcionária, não foi possível encontrar nas fontes disponíveis (como o site do Ministério da Saúde), nenhuma informação sobre o critério territorial das unidades (pertencentes ou não ao PSF). Essa investigação será detalhada nos próximos meses, caso a proposta de uso desses dados for aprovada.

Mapa 28. Cobertura populacional do Programa de Saúde da Família (PSF). Distritos administrativos, Município de São Paulo, fevereiro de 2003

Cobertura populacional do Programa Saúde da Família (PSF).

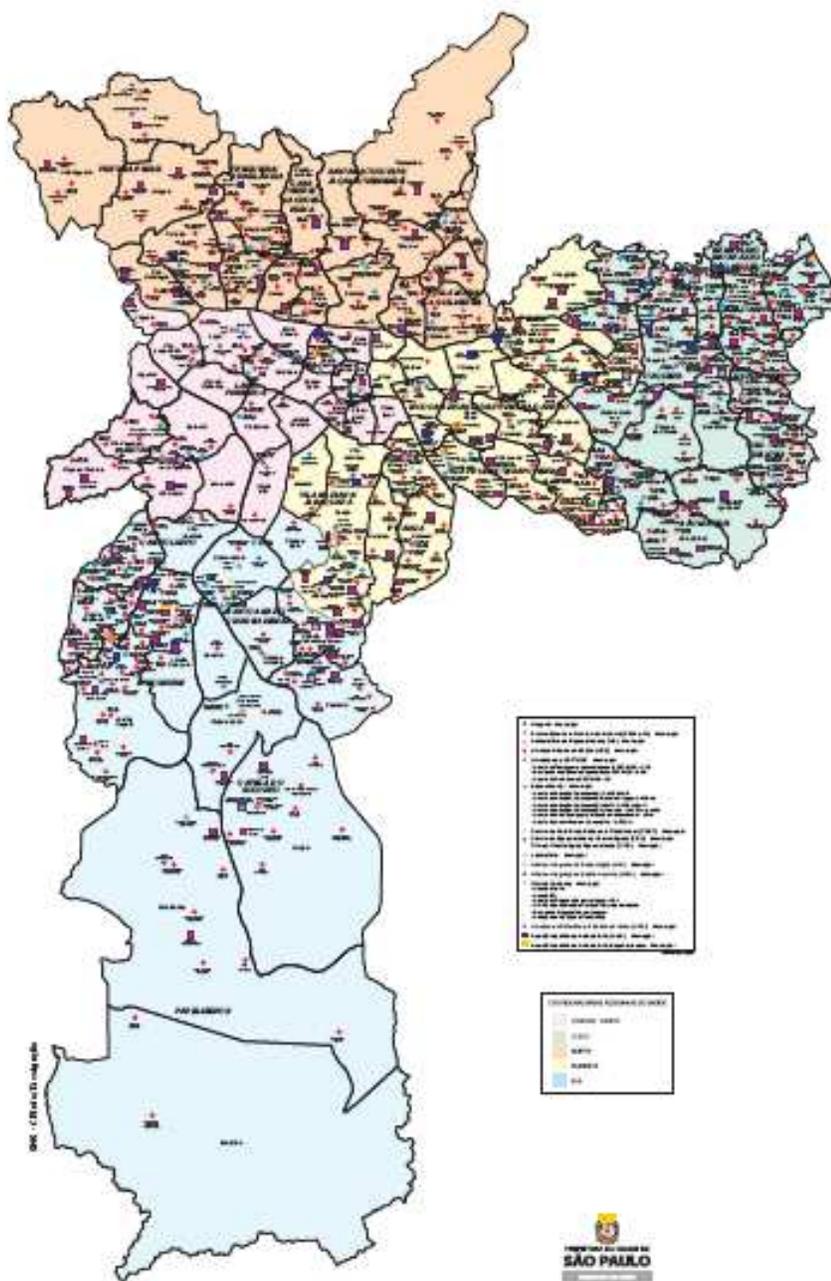
Distritos administrativos, Município de São Paulo, Brasil, fevereiro de 2003.



Fonte: Bousquat, Cohn e Elias (2006).

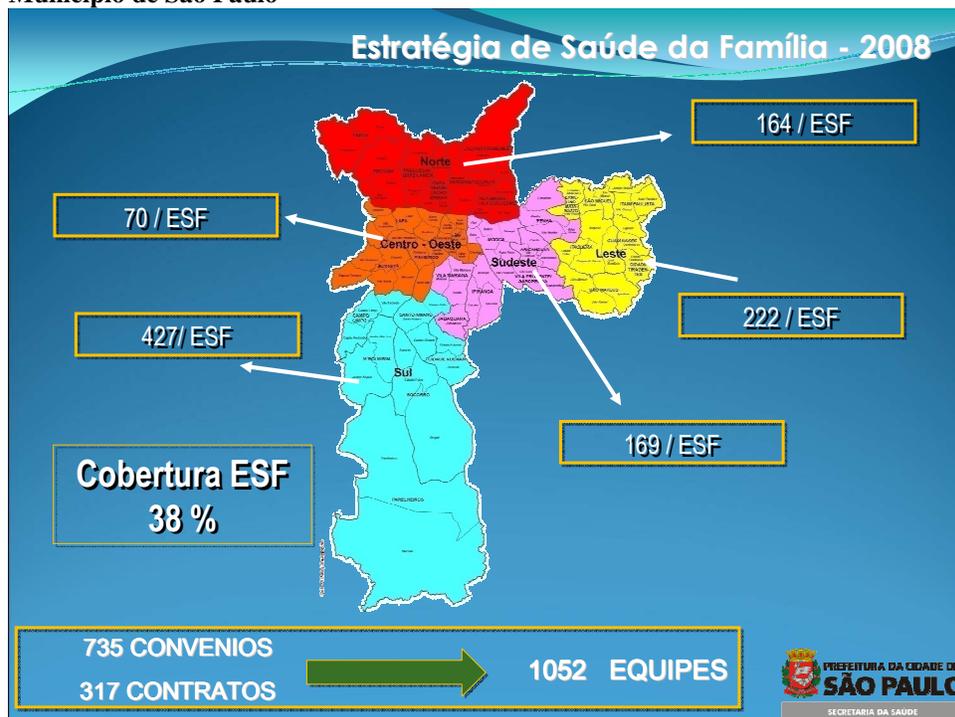
Mapa 29. Unidades de saúde da Rede Municipal por Coordenadoria regional de saúde e superintendência técnica de saúde - Município de São Paulo

UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL POR COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE E SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Fonte: Site da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo
<http://www6.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude>.

Gráfico 4. Distribuição e cobertura das Equipes de Saúde da Família (Programa de Saúde da Família), Município de São Paulo



4. Desagregação espacial e classificação das zonas da cidade

4.1 Desagregação territorial

A desagregação espacial das informações do Censo 2000 estão disponíveis em várias escalas. Da maior para a menor temos: o país, as grandes regiões, os estados (Ufs), as mesorregiões, as microrregiões, as regiões metropolitanas, os municípios, os distritos, os subdistritos, as áreas de ponderação e finalmente, a menor unidade territorial da base operacional do Censo, que é o setor censitário.

Para os micro-dados do Censo (resultados da pesquisa amostral) a menor escala é a área de ponderação²⁴⁸ – um conjunto de setores censitários dentro de um município

²⁴⁸ De acordo com a Documentação do Censo (IBGE, 2002a:12): “Define-se Área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. Foram definidas, para todo o Brasil, 9 336 áreas de ponderação e, tal como nos Censos anteriores, a metodologia de expansão da amostra foi aplicada independentemente para cada uma delas”.

(podendo ser o próprio município) que devem satisfazer a condição de possuírem na amostra pelo menos 400 domicílios particulares ocupados (IBGE:2002a) – já que os setores censitários teriam, no caso dos microdados, uma insignificância estatística sendo válidos para os dados do universo da pesquisa.

No nosso estudo optamos pela escala dos distritos. Isso porque, para nós, essa divisão espacial tem maior significado do ponto de vista das referências urbanas: por estar mais próximo da escala do bairro e do sentido cotidiano das pessoas com a cidade. Além disso, esse nível de desagregação nos permitiu, também a comparação com os dados do cadastro do SUS (organizados segundo distritos administrativos).

Para a realização das análises desta dissertação criamos uma organização dos 39 municípios da RMSP em zonas, bem como, classificamos também em zonas os distritos do município de São Paulo.

4.2 Divisão das zonas da cidade

No que diz respeito aos municípios da RMSP, a organização seguiu em áreas a lógica adotada por Antico (2003) que, por sua vez, adotou a divisão de vetores da Pesquisa Origem-Destino de 1997 da Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ/SP) “Pesquisa Origem-Destino”. O mapa abaixo mostra essa localização para as áreas da RMSP, não devendo ser considerada a divisão feita no interior do município de São Paulo (já apresentada no Mapa 7 dessa dissertação).

5. Entrevistas

Foram trabalhadas nessa dissertação doze trajetórias de imigrantes bolivianos na RMSP que apresentamos graficamente, em forma de mapas, distribuídos ao longo do trabalho. As trajetórias foram reconstituídas a partir de entrevistas semi-dirigidas realizadas em diferentes bairros do município de São Paulo em momentos distintos. Com exceção de duas entrevistas que foram feitas somente pela pesquisadora individualmente, as conversas foram feitas em conjunto com Sylvain Souchaud.

A seleção dos entrevistados foi feita mantendo uma amostra de diferentes tempos de moradia na RMSP (variando de 3 meses à 53 anos de residência), sendo que a maioria dos entrevistados possuem de 8 a 10 anos de moradia nessa região. Mantivemos uma equidade de gênero (7 homens e 6 mulheres, considerando uma entrevista feita com um casal) e de idade (entre 18 e 65 anos com mais entrevistados entre 30 e 40 anos), sendo que não privilegiamos nenhuma idade em específico.

No que se refere à profissão, a amostra privilegiou os bolivianos trabalhadores do ramo da confecção de roupas (apenas uma das entrevistadas não estava envolvida com este tipo de trabalho).

A amostra de entrevistados pretendeu captar migrantes os nascidos na Bolívia moradores das áreas aprofundadas na pesquisa – centro, zona Leste e zona Norte, embora em função do próprio procedimento da pesquisa (descrito a seguir), entrevistamos mais pessoas moradoras do centro de São Paulo. Temos 3 entrevistados na Zona Leste (trajetórias 3, 6 e 11), dois moradores da zona Norte (trajetórias 1 e 10), sendo todos as outras com bolivianos moradores das áreas centrais. Mesmo nas trajetórias que, no momento da pesquisa, são culminantes no centro, houveram passagens por essas outras zonas consideradas. Realizamos outras entrevistas no distrito da Casa Verde (zona Norte) no momento do trabalho de campo feito nesta área que, no entanto, não foram incluídas nas trajetórias, mas trabalhadas no item 2.2.3 desta dissertação. Não foram feitas entrevistas em outros municípios da RMSP como Guraulhos (também trabalhado nessa dissertação) por uma questão de escolha de limites da investigação. Essa área, no entanto, pode ser objeto de investigação de trabalhos futuros.

As entrevistas não contaram com um roteiro de perguntas pré-estabelecido (foram semi-dirigidas), mas em todas elas houve maior atenção às perguntas relacionadas aos

lugares e espaços percorridos pelos entrevistados, sobretudo no interior da escala metropolitana, bem como as razões envolvidas nas escolhas destes lugares. A base das conversas foram as seguintes perguntas:

1. Qual seu local de nascimento? Idade?
2. Saiu desse lugar para o Brasil?
3. Onde morava antes de sair da Bolívia? Fala uma língua de algum povo originário?
4. Como era esse lugar? O que mais gosta/ menos gosta lá? Como era o seu cotidiano lá? O que faziam seus pais?
5. Já trabalhava? O que fazia antes de vir para cá?
6. Até que ano estudou?
7. Porque resolveu sair de lá?
8. Veio sozinho? Quem permaneceu lá? O que fazem as as pessoas que ficaram?
9. Já voltou para o país desde que chegou ao Brasil? Quantas vezes e porque?
10. Veio diretamente para S. Paulo? Qual foi o caminho percorrido?
11. Já conhecia algo sobre a cidade/país antes de vir? Quem te apresentou? O que ouvia dizer? É muito diferente do que encontrou? Qual foi o lugar de chegada no Brasil? Como é a viagem? Quanto custa o trajeto? Como pagou esse custo?
12. Já mudou de endereço desde que chegou? Por que motivo?
13. O que acha do lugar onde vive na cidade? Gostaria de mudar de lugar? Para onde?
14. Que lugares da cidade já freqüentou?
15. Que lugares da cidade mais gosta?
16. Me diga as principais diferenças entre o lugar de origem e o lugar onde mora em São Paulo.
17. O que faz para se divertir? O que fez no último final de semana?
18. Frequenta o Posto de Saúde? Faz parte do PSF?
19. Tem filhos? Os filhos estudam? O que acha das escolas?
20. Como é o seu trabalho? É fixo? Temporário? Para quem trabalha?
Se for costura: quem é o dono, qual funcionamento do trabalho, especialidade, quanto recebe, descrever o cotidiano do trabalho, do dia-a dia.
21. Gosta do seu trabalho? O que gostaria de fazer se pudesse escolher?
22. Tem amigos na cidade? Brasileiros ou somente bolivianos? Onde os conheceu? O que eles fazem?
23. Como é se locomover na cidade? Já andou de metrô, de ônibus, de taxi? É fácil andar pela cidade?
24. Quando precisa de alguma informação, como faz para conseguir?
25. Como é o contato com os brasileiros? Quais são as diferenças entre brasileiros e bolivianos? A convivência é fácil?
26. Mudou muitos hábitos desde que chegou? Como era sua alimentação lá e como é aqui? Como era o serviço de saúde lá e aqui?
27. Participa de alguma organização comunitária? Encontra conterrâneos?
28. Costuma acompanhar os acontecimentos da Bolívia? Votou nas últimas eleições?
29. Tem documentos? A anistia ajudou? Conhece muitas pessoas que não se regularizaram?
30. Conhece a Pastoral? O CAMI?
31. Frequenta alguma igreja aqui? É a mesma que freqüentava na Bolívia? Qual a sua religião?

32. Escuta alguma rádio? Quais conhece?
33. Pretende ficar no Brasil? Pretende retornar?
34. Qual o maior sonho?
35. Se pudesse escolher, em que lugar da cidade gostaria de morar?

A seguir, apresentamos a identificação do procedimento metodológico adotado em cada uma das entrevistas:

1. Trajetórias 1, 4, 7, 8 e 9. Entrevistas realizadas no Brás e Pari, cuja identificação dos possíveis entrevistados foi feita a partir da localização das residências em que moravam identificadas a partir do trabalho de recenseamento de domicílios em algumas quadras desses bairros, no âmbito do Projeto Metal do qual a pesquisadora é integrante. Nesses casos, as casas em que foram identificados residentes bolivianos foram demarcadas no recenseamento (sem nenhuma aproximação prévia) e, numa visita seguinte, foram abordados os moradores. Nas trajetórias 7 e 9, os bolivianos entrevistados tinham sido captados na amostra da Pesquisa Metal e preencheram, também, dados desta pesquisa.

2. Trajetórias 5 e 10. Entrevistas realizadas por abordagem na rua em visita aos bairros do Brás (trajetória 5) e Tremembé/Jaçanã (zona Norte).

3. Trajetórias 2 e 3. Um primeira conversa foi feita a partir de uma abordagem na rua (bairro do Brás) e, sem seguida, foram agendadas entrevistas na casa das entrevistadas. No caso da trajetória 3 foram feitas duas conversas previamente marcadas.

4. Trajetória 12. Entrevista pré-agendada, feita na casa da entrevistada que foi contactada por meio de um contato prévio por meio de uma conhecida que forneceu seu telefone.

5. Trajetórias 6 e 11. Entrevistas realizadas no bairro de Lajeado (zona Leste do município de São Paulo) na casa dos entrevistados. O contato com os mesmos foi feito por intermédio de agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde Bandeirantes (parte da Coordenadoria de Saúde de Guaianases) que identificaram casas em que residiam imigrantes bolivianos, nos apresentando diretamente aos entrevistados. Quem primeiro estabeleceu o contato com a Coordenadoria de Saúde de Guaianases foi Sylvain Souchaud.

Cabe ressaltar que, ao contrário do que se esperava, houve poucas restrições/recusas por parte dos bolivianos entrevistados em conversar. Mesmo que em alguns casos a conversa tenha sido encurtada por nervosismo ou desconfiança por parte do entrevistado, em nenhum deles fomos impedidos de estabelecer o diálogo. Esta constatação é importante,

pois, em função de a população boliviana ser conhecida por ser reservada e fechada e, por muitos desses imigrantes se encontrarem em condição de irregularidade no país, temendo qualquer tipo de represália por parte de desconhecidos, imaginávamos anteriormente que as abordagens seriam mais difíceis.

Para a criação das trajetórias, foram considerados os nomes que os próprios entrevistados deram aos lugares em que já moraram em algum momento. Em seguida, para a análise posterior, esses lugares foram reagrupados em zonas de acordo com o detalhado acima. Os nomes dos entrevistados foram trocados, preservando a identidade dos mesmos.

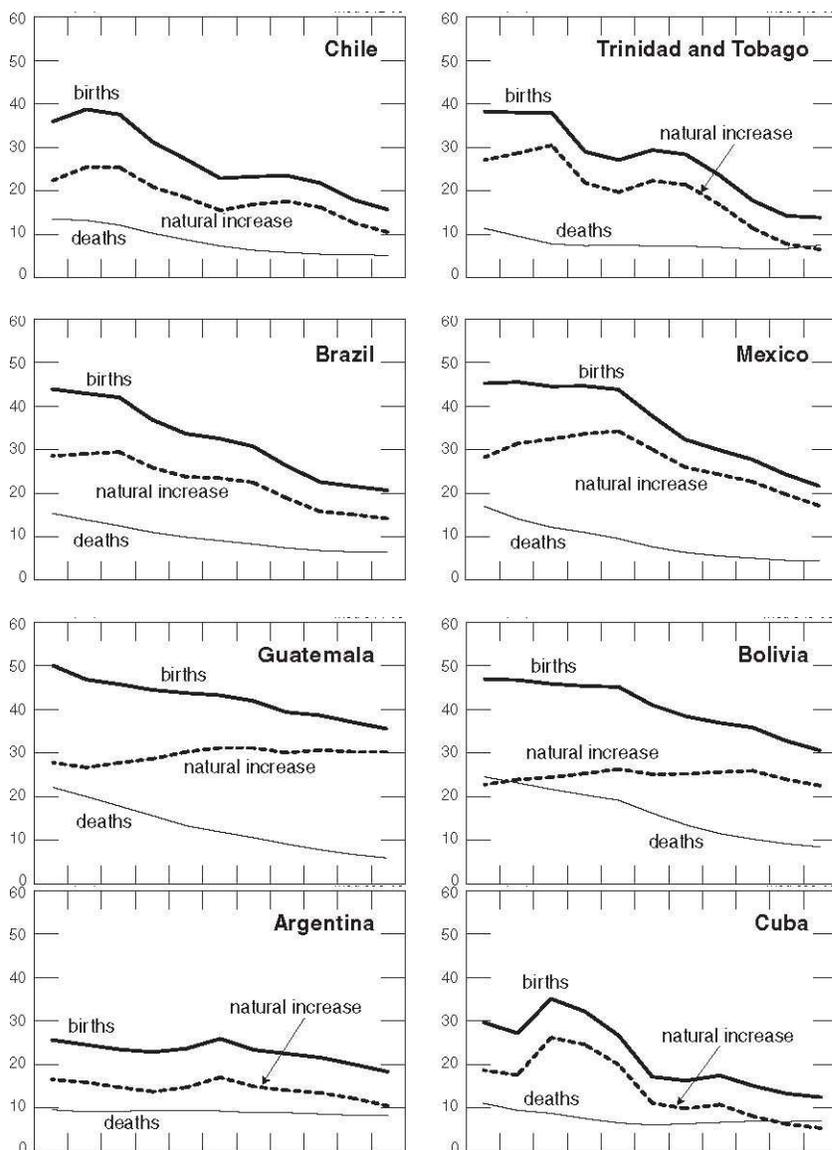
6. Observação de campo no bairro da Casa Verde Alta

A observação de campo na Casa Verde Alta foi feita entre 2009 e 2010 pela pesquisadora. A identificação desta área como uma área importante de concentração de migrantes bolivianos se deu por meio do processo de realização de entrevistas em profundidade do Projeto Metal no bairro de Vila Nova Cachoeirinha. Passamos por essa área e verificamos uma grande concentração de bolivianos circulando por algumas ruas. Depois dessa identificação fizemos cinco visitas ao local, realizando entrevistas com os comerciantes da área, com bolivianos moradores bem como servidores públicos do UBS Casa Verde Alta.

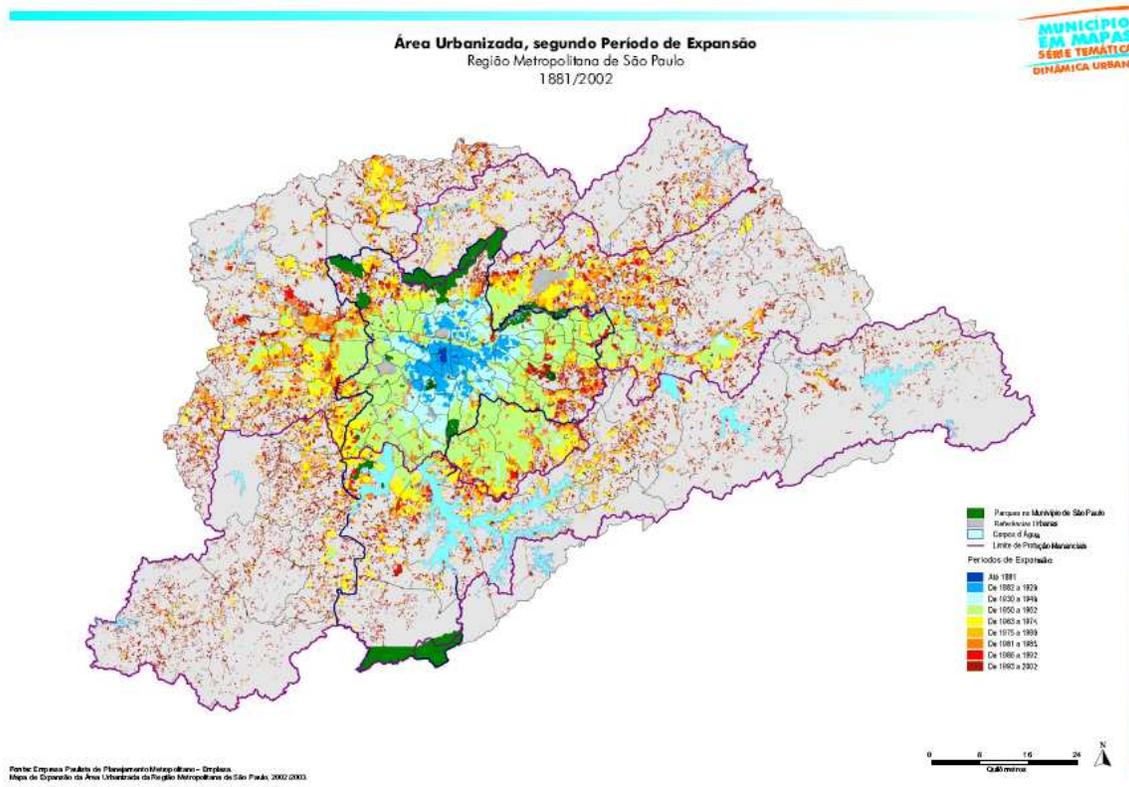
Anexos

Anexo 1. Evolução da transição demográfica em alguns países selecionados da América Latina e Caribe entre 1950-2005

Fonte: Guzmán *et al.* (2006): 528.



Anexo 3. Região Metropolitana de São Paulo. Área urbanizada, segundo período de expansão, 1881/2002



Anexo 4. Município de São Paulo. População total e taxa anual de crescimento populacional, segundo zonas e distritos, 1991-2004

<i>Distrito</i>	<i>1991</i>	<i>2004</i>	<i>Taxa anual de crescimento 1991-2004 (%)</i>
Município de São Paulo	9.610.659	10.679.760	0,8
CENTRO			
Belém	49.514	36.820	-2,3
Brás	33.413	22.986	-2,8
Pari	21.221	13.264	-3,6
Bela Vista	71.560	60.367	-1,3
Bom Retiro	36.004	24.172	-3,0
Cambuci	36.932	26.472	-2,5
Consolação	66.343	51.046	-2,0
Liberdade	75.963	57.789	-2,1
República	57.585	44.779	-1,9
Santa Cecília	85.511	66.881	-1,9
Sé	27.086	18.307	-3,0
ZONA NORTE			
Brasilândia	200.849	259.596	2,0
Cachoeirinha	125.389	153.009	1,5
Casa Verde	96.040	79.578	-1,4
Limão	90.089	79.065	-1,0
Freguesia do Ó	152.110	142.841	-0,5
Anhanguera	12.362	52.735	11,8
Perus	46.131	78.978	4,2
Jaraguá	92.841	164.193	4,5
Pirituba	151.743	163.014	0,6
São Domingos	70.127	85.913	1,6
Mandaqui	103.639	103.049	0,0
Santana	137.172	120.050	-1,0
Tucuruvi	111.471	95.183	-1,2
Jaçanã	86.511	92.377	0,5
Tremembé	124.615	175.152	2,7
Vila Guilherme	61.399	46.675	-2,1
Vila Maria	122.210	110.411	-0,8
Vila Medeiros	155.565	135.158	-1,1
ZONA LESTE			
Artur Alvim	118.095	109.251	-0,6
Cangaíba	114.646	143.158	1,7
Penha	132.515	121.967	-0,6
Vila Matilde	108.621	101.302	-0,5
Moema	77.054	68.988	-0,8
Cidade Tiradentes	95.926	229.606	6,9
Lajeado	112.392	171.901	3,3
Guaianases	81.074	103.049	1,9
Ermelino Matarazzo	95.257	109.195	1,1

Aricanduva	96.156	94.359	-0,1
Ponte Rasa	102.324	96.877	-0,4
Vila Formosa	97.580	92.749	-0,4
Carrão	87.014	75.047	-1,1
Itaim Paulista	162.669	227.137	2,6
Vila Curuçá	123.843	151.994	1,6
Cidade Líder	97.012	121.860	1,8
Itaquera	174.720	207.598	1,3
José Bonifácio	103.330	107.020	0,3
Parque do Carmo	54.542	66.345	1,5
Água Rasa	94.749	82.668	-1,0
Moóca	71.733	60.437	-1,3
Tatuapé	81.539	78.717	-0,3
Jardim Helena	117.945	144.220	1,6
São Miguel	102.585	95.874	-0,5
Vila Jacuí	100.864	154.786	3,3
Iguatemi	59.600	117.314	5,3
São Mateus	150.209	156.060	0,3
São Rafael	89.533	136.104	3,3
São Lucas	151.476	134.646	-0,9
Sapopemba	256.671	286.857	0,9
Vila Prudente	113.876	97.961	-1,2
ZONA OESTE			
Butantã	57.804	50.737	-1,0
Morumbi	39.884	32.875	-1,5
Raposo Tavares	82.586	92.809	0,9
Rio Pequeno	102.414	113.336	0,8
Vila Sônia	82.700	87.810	0,5
Barra Funda	15.918	12.106	-2,1
Jaguara	29.688	24.432	-1,5
Jaguapé	44.199	41.970	-0,4
Lapa	70.059	57.053	-1,6
Perdizes	108.438	100.733	-0,6
Vila Leopoldina	26.728	26.887	0,0
Alto de Pinheiros	50.164	42.509	-1,3
Itaim Bibi	107.099	74.630	-2,7
Jardim Paulista	102.754	78.133	-2,1
Pinheiros	78.352	58.623	-2,2
ZONA SUL			
Campo Limpo	158.885	199.806	1,8
Capão Redondo	192.785	253.752	2,1
Vila Andrade	42.420	85.295	5,5
Cidade Ademar	229.945	244.692	0,5
Pedreira	85.685	141.149	3,9
Cursino	110.028	98.899	-0,8
Ipiranga	101.158	98.146	-0,2
Sacomã	210.423	231.128	0,7
Jabaquara	213.559	214.074	0,0
Jardim Ângela	177.717	266.682	3,2
Jardim São Luís	203.533	247.692	1,5
Marsilac	5.970	9.165	3,4

Parelheiros	55.390	121.422	6,2
Campo Belo	77.666	63.162	-1,6
Campo Grande	81.750	93.296	1,0
Santo Amaro	75.278	56.336	-2,2
Cidade Dutra	168.199	196.416	1,2
Grajaú	193.042	385.578	5,5
Socorro	43.035	37.650	-1,0
Saúde	126.128	115.806	-0,7
Vila Mariana	132.331	120.064	-0,7

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000; Fundação Seade.

Nota: População em 1º de julho.

Anexo 5. Município de São Paulo. Condição dos domicílios por distrito, 2000

<i>Distritos</i>	<i>Soma de Domicílios - Domicílios particulares permanentes - condição de ocupação - alugado</i>	<i>Soma de Domicílios - Domicílios particulares permanentes - condição de ocupação - próprio - quitado</i>	<i>Soma de Domicílios - Domicílios particulares permanentes - condição de ocupação - próprio - em aquisição</i>	<i>Soma de Domicílios - Domicílios particulares permanentes - condição de ocupação - cedido por empregador</i>	<i>Soma de Domicílios - Domicílios particulares permanentes - condição de ocupação - cedido de outra forma</i>	<i>Soma de Domicílios - Domicílios particulares permanentes - condição de ocupação - outra condição</i>
CENTRO						
Belém	4.420	5.707	432	173	856	90
Brás	4.360	1.691	1.637	225	160	94
Pari	2.155	2.044	38	71	77	23
Bela Vista	9.871	11.735	1.701	654	576	160
Bom Retiro	3.980	3.343	175	335	155	225
Cambuci	3.237	4.818	343	164	307	55
Consolação	6.648	12.747	892	777	603	114
Liberdade	8.856	10.851	1.120	525	537	52
República	10.398	7.586	1.393	683	523	227
Santa Cecília	9.618	13.300	1.606	857	580	190
Sé	3.825	2.796	468	303	101	182
Total Centro	67.368	76.618	9805	4767	4475	1412
ZONA NORTE						
Brasilândia	11.722	40.632	4.650	263	5.011	3.199
Cachoeirinha	8.471	21.847	3.761	199	3.247	2.233
Casa Verde	7.976	13.728	1.325	196	1.086	84
Limão	6.416	13.847	1.220	213	1.226	431
Freguesia do Ó	10.305	25.819	2.682	239	2.374	399
Artur Alvim	5.223	16.024	7.171	104	1.974	1.099
Cangaíba	8.060	23.140	4.505	184	2.166	338
Penha	9.920	22.954	2.279	276	1.815	207
Vila Matilde	7.442	19.070	896	216	1.949	251
Anhanguera	1.053	7.470	174	202	390	87
Perus	2.341	11.305	1.468	142	1.833	1.644

Jaraguá	4.873	20.538	9.959	281	1.825	945
Pirituba	10.038	29.572	3.634	290	2.648	720
São Domingos	4.655	15.619	1.472	180	1.326	290
Mandaqui	6.812	17.910	3.414	232	1.388	270
Santana	9.028	22.058	2.830	1.029	1.012	163
Tucuruvi	8.185	17.936	1.911	223	1.281	160
Jaçanã	5.105	14.535	2.954	170	942	704
Tremembé	7.527	28.581	3.125	541	2.275	1.825
Vila Guilherme	5.300	8.475	445	187	550	165
Vila Maria	11.794	15.163	2.490	360	1.640	936
Vila Medeiros	12.294	23.648	1.419	184	2.093	377
Total Zona Norte	164.540	429.871	63.784	5911	40.051	16.527
ZONA LESTE						
Cidade Tiradentes	2.470	9.960	32.580	173	1.715	2.776
Lajeado	5.593	25.470	2.787	182	3.883	2.638
Guaianases	4.591	13.570	4.673	268	2.067	429
Ermelino Matarazzo	6.625	19.044	768	294	2.038	472
Aricanduva	5.208	16.751	1.275	146	1.652	1.077
Ponte Rasa	5.863	17.963	1.012	183	2.239	380
Vila Formosa	7.020	17.363	1.210	223	1.865	85
Carrão	6.106	14.286	1.079	186	886	448
Itaim Paulista	8.047	31.171	9.074	274	4.639	1.819
Vila Curuçá	6.542	24.284	2.645	203	3.784	1.145
Cidade Líder	6.070	18.691	2.669	239	1.928	1.528
Itaquera	8.910	30.938	7.797	308	3.741	1.748
José Bonifácio	2.855	9.184	14.505	254	949	870
Parque do Carmo	2.796	10.593	1.425	148	704	1.220
Água Rasa	8.103	15.748	969	263	1.314	157
Moóca	5.571	12.217	1.738	314	621	168
Tatuapé	6.641	15.052	2.727	369	836	166
Jardim Helena	6.158	23.904	1.181	231	3.203	1.917
São Miguel	5.950	17.218	777	162	2.073	480
Vila Jacuí	6.076	22.404	3.377	188	4.089	1.123
Iguatemi	3.107	18.458	1.577	241	1.749	822
São Mateus	7.923	27.118	2.771	244	2.845	1.010
São Rafael	4.529	19.461	2.690	138	2.547	3.690
São Lucas	9.665	24.880	2.851	213	2.783	469
Sapopemba	11.945	44.844	10.719	251	5.057	3.294
Vila Prudente	8.985	18.254	1.832	259	1.686	171
Total Zona Leste	163.349	518.826	116.708	5954	60.893	30.102
ZONA OESTE						
Butantã	3.232	10.212	1.873	254	708	109
Morumbi	1.368	6.514	914	242	497	43
Raposo Tavares	4.548	12.007	5.715	189	1.334	821
Rio Pequeno	5.822	19.489	3.378	229	1.399	818
Vila Sônia	4.477	16.643	2.568	248	768	126
Barra Funda	1.292	2.442	338	213	174	21
Jaguara	1.990	4.817	88	51	512	30
Jaguaré	2.205	7.917	1.587	101	258	291
Lapa	5.229	12.312	1.262	310	669	85
Perdizes	8.429	22.293	2.854	814	1.046	140

Vila Leopoldina	1.682	4.634	1.034	182	249	152
Alto de Pinheiros	2.471	10.011	728	177	282	24
Itaim Bibi	6.574	19.506	1.870	821	685	110
Jardim Paulista	7.868	21.355	1.248	1.220	905	116
Pinheiros	6.178	14.705	1.156	641	512	61
Total Zona Oeste	63.365	184.857	26.613	5.692	9.998	2.947
ZONA SUL						
Campo Limpo	10.507	30.937	4.841	257	2.906	2.730
Capão Redondo	11.246	38.001	7.751	224	3.895	3.450
Vila Andrade	2.828	14.434	1.931	318	305	1.176
Cidade Ademar	15.807	40.426	2.995	298	3.115	3.131
Pedreira	4.905	20.665	923	236	1.650	5.226
Cursino	8.177	17.765	2.488	347	1.053	379
Ipiranga	9.106	16.450	2.887	432	1.124	647
Sacomã	15.403	37.626	8.537	378	2.539	1.755
Jabaquara	15.832	37.486	4.825	663	2.565	1.045
Jardim Ângela	11.397	46.122	1.217	678	2.989	2.547
Jardim São Luís	14.288	40.045	6.195	416	3.543	1.518
Marsilac	96	1.374	87	458	79	20
Parelheiros	2.372	19.995	504	735	1.238	1.116
Campo Belo	3.865	15.113	1.171	502	658	194
Campo Grande	5.792	15.849	4.112	216	981	293
Santo Amaro	3.870	13.257	997	359	353	62
Cidade Dutra	8.674	31.928	4.003	352	4.642	1.492
Grajaú	13.123	62.466	3.686	639	3.483	2.826
Socorro	2.391	7.558	635	117	443	279
Moema	5.770	17.083	2.101	845	535	37
Saúde	10.116	24.211	3.632	655	991	140
Vila Mariana	10.817	27.246	3.093	980	1.103	112
Total Zona Sul	186.382	576.037	68.611	10.105	40.190	30.175

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 e 2000; Fundação Seade.

Nota: População em 1º de julho.

Anexo 6. Dados do cadastro do SUS (SIGA)

Nacionalidade	Quantidade Usuários	Porcentagem
BRASIL	1.631.596	97,97%
PORTUGAL	10.522	0,63%
BOLIVIA	9.249	0,56%
ITALIA	2.758	0,17%
JAPAO	2.434	0,15%
ESPANHA	2.050	0,12%
PARAGUAI	1.183	0,07%
CHILE	844	0,05%
PERU	568	0,03%
ARGENTINA	437	0,03%
LIBANO	334	0,02%
ALEMANHA	289	0,02%

CHINA	280	0,02%
LITUANIA	244	0,01%
URUGUAI	236	0,01%
COREIA	216	0,01%
ROMENIA	195	0,01%
IUGUSLAVIA	174	0,01%
POLONIA	169	0,01%
NIGERIA	152	0,01%
ANGOLA	139	0,01%
GRECIA	109	0,01%
COLOMBIA	85	0,01%
AUSTRIA	70	0,00%
ESTADOS UNIDOS AMERICA (EUA)	66	0,00%
FRANCA	66	0,00%
SIRIA	63	0,00%
HUNGRIA	61	0,00%
CHINA (TAIWAN)	51	0,00%
REPUBLICA ARABE DO EGITO	45	0,00%
ILHAS VIRGENS AMERICANAS	43	0,00%
EQUADOR	32	0,00%
RUSSIA	32	0,00%
UCRANIA	27	0,00%
VENEZUELA	27	0,00%
CUBA	26	0,00%
INGLATERRA	26	0,00%
HOLANDA	24	0,00%
MOCAMBIQUE	23	0,00%
ISRAEL	22	0,00%
REPUBLICA DA AFRICA DO SUL	21	0,00%
GUINE BISSAU	20	0,00%
CONGO	19	0,00%
OUTROS	17	0,00%
APATRIDA	16	0,00%
CANADA	16	0,00%
LETONIA	14	0,00%
SUICA	14	0,00%
IRAQUE	12	0,00%
GRA-BRETANHA	11	0,00%
INDONESIA	11	0,00%
MEXICO	11	0,00%
AUSTRALIA	10	0,00%
REPUBLICA GUIANA	10	0,00%
BELGICA	9	0,00%
REPUBLICA TCHECA	9	0,00%
JORDANIA	8	0,00%
BULGARIA	7	0,00%
FILIPINAS	7	0,00%
PANAMA	7	0,00%
SENEGAL	7	0,00%

ARMENIA	6	0,00%
CAMAROES	6	0,00%
INDIA	6	0,00%
CROACIA	5	0,00%
NICARAGUA	5	0,00%
REPUBLICA DOMINICANA	5	0,00%
ANTARTICO CHILENO	4	0,00%
ARGELIA	4	0,00%
CABO VERDE	4	0,00%
ESTONIA	4	0,00%
ILHAS TURKS E CAICOS	4	0,00%
NORUEGA	4	0,00%
TURQUIA	4	0,00%
ARABIA SAUDITA	3	0,00%
COSTA DO MARFIM	3	0,00%
COSTA RICA	3	0,00%
ESLOVENIA	3	0,00%
FINLANDIA	3	0,00%
GANA	3	0,00%
GUIANA FRANCESA	3	0,00%
IRA	3	0,00%
IRLANDA DO NORTE	3	0,00%
LIBIA	3	0,00%
MARROCOS	3	0,00%
PORTO RICO	3	0,00%
QUENIA	3	0,00%
REPUBLICA DO NIGER	3	0,00%
ACORES	2	0,00%
BARBADOS	2	0,00%
COMUNIDADE DAS BAHAMAS	2	0,00%
COMUNIDADE DOMINICANA	2	0,00%
ESCOCIA	2	0,00%
HONDURAS	2	0,00%
HONG-KONG	2	0,00%
ILHAS GUADALUPE	2	0,00%
ILHAS KINGMAN REEF	2	0,00%
IRLANDA	2	0,00%
LIBERIA	2	0,00%
PALESTINA	2	0,00%
POLINESIA FRANCESA	2	0,00%
PRACAS NORTE AFRICANAS	2	0,00%
REPUBLICA CENTRO AFRICANA	2	0,00%
REPUBLICA DO HAITI	2	0,00%
SAARA ESPANHOL	2	0,00%
SUECIA	2	0,00%
TOGO	2	0,00%
TRINIDAD E TOBAGO	2	0,00%
VIETNA DO SUL	2	0,00%
ZAIRE	2	0,00%

ZIMBABWE	2	0,00%
AFAR FRANCES	1	0,00%
AFEGANISTAO	1	0,00%
ANTIGUA E DEP BARBUDA	1	0,00%
BHUTAN	1	0,00%
BURKINA FASSO	1	0,00%
CHECHEN INGUSTH	1	0,00%
DINAMARCA	1	0,00%
EMIRADOS ARABES UNIDOS	1	0,00%
ESLOVAQUIA	1	0,00%
GIBRALTAR	1	0,00%
GUATEMALA	1	0,00%
GUINE	1	0,00%
IEMEN	1	0,00%
ILHAS SANTA CRUZ	1	0,00%
ILHAS TORKELAU	1	0,00%
ILHAS TURCA	1	0,00%
ILHAS VIRGENS BRITANICAS	1	0,00%
JAMAICA	1	0,00%
KARA KALPAK	1	0,00%
MADEIRA	1	0,00%
MIANMA	1	0,00%
MONACO	1	0,00%
MONGOLIA	1	0,00%
MONTE SERRAT	1	0,00%
NEPAL	1	0,00%
NOVA ZELANDIA	1	0,00%
OSSETIA SETENTRIONAL	1	0,00%
OUTROS ASIATICOS (RESERVADO/CAIXA)	1	0,00%
PAQUISTAO	1	0,00%
PROTETOR DO SUDOESTE AFRICANO	1	0,00%
REPUBLICA DE EL SALVADOR	1	0,00%
REPUBLICA DE MALTA	1	0,00%
REPUBLICA DO GABAO	1	0,00%
SANTA LUCIA	1	0,00%
SAO TOME E PRINCIPE	1	0,00%
SERVIA	1	0,00%
SRI-LANKA	1	0,00%
TAILANDIA	1	0,00%
TANGANICA	1	0,00%
TANZANIA	1	0,00%
TCHECOSLOVAQUIA	1	0,00%
TUNISIA	1	0,00%
UGANDA	1	0,00%
UNIAO SOVIETICA	1	0,00%
TOTAL:	1.665.416	100,00%